UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEANDRO COELHO DE AGUIAR

BUSCANDO SENTIDO NO CAOS: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO AMAZONAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

MANAUS
2024

BUSCANDO SENTIDO NO CAOS: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO AMAZONAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

LEANDRO COELHO DE AGUIAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva

MANAUS
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

A277b Aguiar, Leandro Coelho de

Buscando sentido no caos: a gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas durante a Primeira República / Leandro Coelho de Aguiar. – Manaus (AM): Universidade Federal do Amazonas, 2024.

268 f. : il.

Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2024.

Orientador: Dr. James Roberto Silva

1. Arquivologia. 2. História dos arquivos. 3. Patrimônio documental. 4. Administração pública - História. 5. Amazonas – História – Primeira República. I. Título. II. Autor.

CDD: 972.1 **CDU: 94(815.1)"1889/1930"**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo autor.

***

BUSCANDO SENTIDO NO CAOS: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO AMAZONAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

LEANDRO COELHO DE AGUIAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 17/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Roberto Silva– PPGH / UFAM (orientador / presidente da banca)

Profa. Dra. Adriana Angelita da Conceição – PMPEH / UFSC

Prof. Dr. Alexandre de Souza Costa – FIC / PPGIC / UFAM

Profa. Dra. Marcia Eliane Alves de Souza e Mello –PPGH / UFAM

Prof. Dr. Rafael Ale Rocha – PPGH / UFAM

***

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, meu reconhecimento e agradecimento pela dedicação e comprometimento em proporcionar um ambiente acadêmico rico em aprendizado. À minha banca examinadora, agradeço por aceitarem o convite e por suas valiosas contribuições para a qualidade final deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam nesta longa jornada, minha sincera gratidão. Ao corpo docente do Curso de Arquivologia, especialmente Eliane e Rodolfo, obrigado pelo apoio constante, pelas conversas esclarecedoras e pelas distrações revigorantes. À Vanessa, que chegou nos momentos finais – talvez os mais desafiadores –, mas, ainda assim, soube compreender e apoiar cada crise e instante de euforia. A Renato e Mônica, que me acolheram em sua casa logo que cheguei a Manaus, e a todos que, de alguma forma, contribuíram neste percurso, meu muito obrigado. O apoio emocional, as palavras de incentivo e os momentos de descontração foram essenciais para que eu mantivesse o equilíbrio e a motivação ao longo desse processo.

Um agradecimento especial vai para quem nunca compreenderá a importância que teve: meu gato Bauman, companheiro fiel das madrugadas solitárias. Sua presença silenciosa, em meio ao turbilhão de pensamentos, foi um alívio e uma alegria.

A todos vocês, minha gratidão é imensa. Este trabalho é fruto não apenas do meu esforço, mas também do apoio inestimável de cada um de vocês. Que nossa jornada continue repleta de realizações compartilhadas e de novos desafios que, juntos, superaremos.

Vários autores estudaram um ou outro aspecto da história dos arquivos. Alguns interessaram-se particularmente pela sua história numa determinada época e pelas grandes instituições. Outros debruçaram-se sobre a sua evolução através dos tempos e preocuparam-se com as características específicas dos diferentes séculos. Poucos estudaram, contudo, as relações entre o papel social dos arquivos e a história das mentalidades, entre a organização dos arquivos e o pessoal que por eles é responsável e a história das instituições e das práticas políticas

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. 1998, p. 29-30

***

RESUMO

Esta pesquisa investiga a gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas durante a Primeira República (1889-1930), com foco na estrutura administrativa, nos agentes envolvidos e nas práticas de organização e preservação documental. O estudo busca compreender como as práticas arquivísticas da época influenciaram a conservação e o acesso aos documentos produzidos pelo Estado, contribuindo para a administração pública, a reivindicação de direitos pelos cidadãos e a construção da identidade social e histórica do Amazonas. A gestão documental desse período caracterizava-se por instabilidades e descontinuidades, marcadas por decisões pragmáticas e voltadas para as necessidades imediatas da administração, sem uma fundamentação teórico-metodológica consolidada. Nesse contexto, a pesquisa adota a metáfora do "buscando sentido no caos" para ilustrar a ausência de uma política sistematizada de gestão documental e a constante tensão entre organização e desordem, refletindo a percepção de que não havia uma preocupação estruturada com o patrimônio documental. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender a evolução das práticas arquivísticas e o papel dos arquivistas, contextualizando a administração pública no processo de consolidação do modelo republicano federalista. Para isso, adota-se a abordagem da História dos Arquivos, associada à História Administrativa, para examinar instituições, acervos e a reconstrução de modelos e estruturas de gestão documental. A pesquisa tem caráter qualitativo, baseando-se na análise documental de fontes oficiais, como mensagens e relatórios governamentais, além de notícias publicadas na imprensa da época. Os resultados indicam que, apesar do reconhecimento da importância da gestão e preservação documental, a efetivação dessas práticas foi comprometida por fatores políticos e socioeconômicos. Além disso, as iniciativas eram fortemente influenciadas por intelectuais e políticos do Amazonas, cujas disputas em torno do papel dos arquivos na administração pública e na sociedade geravam embates sobre sua organização, acesso e função. Dessa forma, as estruturas documentais eram frequentemente reconfiguradas, refletindo um cenário de instabilidade e adaptação contínua, onde a gestão do patrimônio documental oscilava entre tentativas de organização e a predominância de práticas empíricas e fragmentadas.

Palavras-chave: História dos Arquivos; Patrimônio Documental; Administração Pública – História; Amazonas – História – Primeira República.

***

ABSTRACT

This research investigates the management of documentary heritage in the public administration of Amazonas during the First Republic (1889–1930), focusing on the administrative structure, the agents involved, and the practices of organization and preservation of documents. The study seeks to understand how the archival practices of the time influenced the conservation and accessibility of state-produced documents, contributing to public administration, citizens' claims to rights, and the construction of the social and historical identity of Amazonas. Document management during this period was characterized by instability and discontinuities, marked by pragmatic decisions aimed at the immediate needs of the administration, without a consolidated theoretical-methodological foundation. In this context, the research adopts the metaphor of "seeking meaning in chaos" to illustrate the absence of a systematic document management policy and the constant tension between organization and disorder, reflecting the perception that there was no structured concern for documentary heritage.

The relevance of this research lies in the need to understand the evolution of archival practices and the role of archivists, contextualizing public administration within the process of consolidating the federalist republican model. To this end, the study employs the approach of Archival History, combined with Administrative History, to examine institutions, collections, and the reconstruction of documentary management models and structures. The research follows a qualitative methodology, based on document analysis of official sources, such as government messages and reports, as well as news published in the press at the time. The findings indicate that, despite the recognition of the importance of document management and preservation, the implementation of these practices was hindered by political and socioeconomic factors. Furthermore, initiatives were strongly influenced by intellectuals and politicians in Amazonas, whose disputes over the role of archives in public administration and society led to conflicts regarding their organization, accessibility, and function. As a result, documentary structures were frequently reconfigured, reflecting a scenario of instability and continuous adaptation, where document management fluctuated between attempts at organization and the predominance of empirical and fragmented practices.

Keywords: Archival History; Documentary Heritage; Public Administration – History; Amazonas – History – First Republic.

***

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Repartições públicas e instituições privadas de acervos documentais de caráter administrativo, cultural, científico ou educacional, durante a Primeira República 30

Quadro 2: Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a arquivos setoriais durante a Primeira República 31

Quadro 3: Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a bibliotecas setoriais durante a Primeira República 34

Quadro 4: Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a museus setoriais durante a Primeira República 35

Quadro 5: Arquivos públicos estaduais por ano de criação (até 1930) 70

Quadro 6: Estrutura administrativa do Gabinete de Governo do Amazonas em 1890 99

Quadro 7: Estrutura da Administração Pública durante a Primeira República 102

Quadro 8: Organização da Repartição à qual estava vinculada o Arquivo Público durante a Primeira República 104

Quadro 9: Relação dos arquivistas / chefes do Arquivo Público, durante a Primeira República 185

Quadro 10: Relação dos números da Revista Archivo do Amazonas, entre 1906 e 1908 189

Quadro 11: Relação dos textos publicados na Revista Archivo do Amazonas, entre 1906 e 1908 191

Quadro 12: Relação dos arquivistas identificados no Amazonas durante a Primeira República 226

TABELAS

Tabela 1: Quantificação das unidades setoriais (arquivos, bibliotecas e museus) de repartições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, e de empresas e instituições privadas durante a Primeira República 37

Tabela 2: Quantitativo de bibliografias encontradas que tinham os arquivos, bibliotecas e museus como objeto de estudo com perspectiva histórica 56

Tabela 3: Relação dos diretores efetivos da Repartição durante a Primeira República 141

Tabela 4: Salários dos servidores por cargo e repartição no ano de 1898 231

ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1: Organograma da administração do Estado em 1896, com detalhamento da Secretaria do Interior 114

Ilustração 2: Organograma da administração do Estado em 1899, com detalhamento da Secretaria do Interior 115

Ilustração 3: Organograma da administração do Estado em 1905, com detalhamento da Secretaria do Interior, Exterior e Força Pública 116

Ilustração 4: Organograma da administração do Estado em 1925, com detalhamento da Secretaria da 2ª Seção 117

Ilustração 5: Imagem do governador Dr. Antônio Constantino Nery 194

Ilustração 6: Imagem com João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha, Antônio Constantino Nery e Adolpho Guilherme de Mendonça 196

Ilustração 7: Imagem da estátua de João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha 197

Ilustração 8: Imagem do governador em exercício, Coronel Raymundo A. de Carvalho 199

***

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH-AM – Associação de Historiadores do Brasil – Seção Amazonas.
APEAM - Arquivo Público do Estado do Amazonas
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará
APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APEMT - Arquivo Público do Estado do Mato Grosso
APEP / PA- Arquivo Público do Estado do Pará
APEP / PR - Arquivo Público do Estado do Paraná
APEPI - Arquivo Público do Estado do Piauí
APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APES - Arquivo Público do Estado de Sergipe
APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM - Arquivo Público Mineiro
BN /Brasil - Biblioteca Nacional
COVID-19 - Corona Vírus Disease
FIC / UFAM – Faculdade de Informação e Comunicação
IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas
PGEBS/IOC/Fiocruz - Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz
IOC/Fiocruz -Instituto Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPS - Organização Pan-Americana de Saúde
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFF – Universidade Federal Fluminense

***

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS COMO REFLEXO DAS RELAÇÕES SOCIAIS 28
1.1. As estruturas de gestão e custódia documental no Amazonas na Primeira República . 28
1.2. Os arquivos, bibliotecas e museus na imprensa amazonense 38
1.3. O patrimônio documental entre a Belle Époque e a "ilusão do fausto" 49

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS: UMA HISTÓRIA POR SE CONSTRUIR 55
2.1. Arquivos, bibliotecas e museus no Amazonas: registros fragmentados de uma história 55
2.2. O papel do patrimônio documental na construção da identidade local durante a Primeira República 59
2.3. A trajetória dos arquivos públicos estaduais no Brasil e sua configuração no Amazonas 69

3. O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO E SUA INSERÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1897-1930) 96
3.1. A estrutura administrativa do Arquivo Público dentro da Administração Pública 97
3.1.1. O Arquivo Geral da Secretaria de Governo 97
3.1.2. A composição administrativa da Repartição 101
3.1.3. A evolução do Arquivo Público dentro da administração estadual 112
3.2. Funcionamento cotidiano e desafios administrativos 118
3.3. Os diretores do Arquivo Público e seus perfis 140
3.3.1. Breve biografia dos diretores 143
3.3.2. A relação entre intelectuais e políticos na direção do Arquivo 167

4. O ARQUIVO PÚBLICO E OS ARQUIVOS SETORIAIS NA GESTÃO DOCUMENTAL ESTADUAL 170
4.1. O Arquivo Público como instrumento de preservação e difusão do patrimônio documental 172
4.1.1. As atividades realizadas pelo Arquivo Público 178
4.1.2. A *Revista Archivo* do Amazonas e sua importância 188
4.2. Os arquivos setoriais das repartições públicas e suas funções na gestão documental 203
4.3. O papel dos arquivistas na administração pública 224

CONSIDERAÇÕES FINAIS 236
REFERÊNCIAS 246
APÊNDICES 255

***

INTRODUÇÃO

O que é a construção de uma pesquisa em tempo de incertezas?

O que significa construir uma pesquisa em tempos de incerteza? Desenvolver uma tese já é, por si só, um processo desafiador, marcado por ciclos de entusiasmo e frustração. No entanto, a pandemia de COVID-19 impôs uma dimensão ainda mais complexa a essa jornada, exigindo dos pesquisadores não apenas resiliência intelectual, mas também um esforço contínuo para equilibrar a saúde física e mental diante de um cenário global de crise. Se a pesquisa acadêmica é, em muitos aspectos, um caminho de descobertas e revisões constantes, durante a pandemia ela se tornou também um exercício de resistência, adaptação e, sobretudo, de busca por sentido em meio ao caos.

A pandemia alterou drasticamente a dinâmica acadêmica, com arquivos fechados, acesso restrito às fontes e a necessidade de reformulação de metodologias. Muitos pesquisadores precisaram adaptar seus projetos a um novo contexto, enfrentando limitações de mobilidade e incertezas sobre o futuro da própria pesquisa. Para além das dificuldades operacionais, o impacto emocional foi profundo: a sobrecarga acadêmica se somou ao medo da doença, ao luto e ao isolamento social, criando um ambiente de extrema exaustão psicológica.

As estatísticas ilustram a gravidade desse período. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) [1], a pandemia resultou em aproximadamente 14,9 milhões de mortes em todo o mundo, incluindo 711.500 no Brasil[2]. No campo acadêmico, um estudo conduzido pela Fiocruz e pela Universidade Federal Fluminense (UFF) [3] revelou que 80% dos estudantes de pós-graduação precisaram alterar seus projetos devido à pandemia, enquanto apenas 1% recebeu apoio institucional adequado. A pesquisadora Roberta Pires Corrêa destaca que a incerteza sobre prazos, produtividade e futuro profissional gerou um ambiente de ansiedade generalizada, agravando o sofrimento mental dos pós-graduandos.

---

[1] ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021. Acessado em: 13/04/2024.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde — atualizado em 11/04/2024. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acessado em: 13/04/2024.

[3] FIOCRUZ. Agência Fiocruz de notícias. Pesquisa identifica alto impacto da pandemia em pós-graduandos. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/pesquisa-identifica-alto-impacto-da-pandemia-em-pos-graduandos/. Acessado em:13/04/2024.

Diante desse cenário, concluir uma tese durante a pandemia representa mais do que a finalização de uma pesquisa: é um testemunho de resistência. Se a produção acadêmica foi abalada por dificuldades inéditas, também emergiram novas formas de cooperação, redes de apoio e adaptações metodológicas. A ciência, mesmo sob pressão, buscou respostas, e os pesquisadores precisaram reformular seus objetivos sem perder a essência de suas investigações. Esse trabalho, portanto, carrega em si as marcas desse período histórico e reafirma que, mesmo diante da incerteza, a busca pelo conhecimento permanece como um esforço contínuo para dar sentido ao caos.

Apesar do caos, temos uma tese para produzir!

A busca de sentido no caos também está intrinsecamente ligada à realização da pesquisa vão além da origem comum. Estudar as práticas de gestão pública do patrimônio documental arquivístico no Amazonas entre 1889 e 1930 remete a uma temática cheia de desafios, seja pela aproximação da História e da Arquivologia, passando pela escassez de fontes.

A História e a Arquivologia possuem, de fato, uma relação estreita em algumas de suas práticas cotidianas. Viviane Tessitore[4] e Cynthia Roncaglio[5], por exemplo, destacam a importância da História Administrativa como subsídio para a organização da informação arquivística, como instrumento teórico-metodológico na busca pela própria historicidade da proveniência dos acervos, assim como o inverso, partindo não somente dos acervos acumulados e instrumentos produzidos pelos arquivos, como também do uso teórico-metodológico dos fundamentos arquivísticos para a melhor inteligibilidade das fontes utilizadas e mesmo dos contextos históricos estudados pelos historiadores.

Todavia, essa relação ainda apresenta desafios, tanto para a Arquivologia, que busca distanciar-se da História para não ser vista apenas como uma 'disciplina auxiliar', quanto para a própria História, que frequentemente ignora as possibilidades oferecidas pelo uso teórico-metodológico dos fundamentos arquivísticos, e até mesmo em não identificar possibilidades de temáticas de estudos não usuais na área.

Todavia, essa aproximação possui toda uma historicidade de idas e vindas, a qual, ao serem identificadas e compreendidas, ajudam justamente na possibilidade de uma real

[4] TESSITORE, Viviane. História administrativa: a chave para os arquivos públicos. Arquivo & História, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33–46, 1996.
[5] RONCAGLIO, Cynthia. A História Administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n.º 2, p. 92–103, jul./dez. 2012.

aproximação interdisciplinar, de acordo com Cynthia Roncaglio, estabelecendo novos diálogos, numa fase em que ambas possuem graus diferentes de maturidade institucional e epistemológico[6].

Uma maneira de compreender essa aproximação entre as áreas é por meio da própria historicidade dos arquivos, da Arquivologia e dos profissionais arquivistas, temáticas que, como poderemos observar ao longo de toda tese, ainda são incipientes e por se fazer.

Os arquivos, o saber-fazer arquivístico e os próprios arquivistas têm sua origem ligada à administração – cada época e lugar, é claro, com suas próprias configurações. Ao longo do tempo, as práticas arquivísticas evoluíram de uma função voltada para a organização da memória do exercício do poder para a preservação da memória da estrutura administrativa em si. Esse processo percorreu um longo caminho, refletindo as transformações históricas e políticas de cada período e contexto.[7]

Entre os pesquisadores da área, há um consenso de que o surgimento da escrita e a necessidade humana de registrar a memória de seus atos impulsionaram o desenvolvimento de saberes e técnicas para o tratamento de documentos administrativos.[8]. Segundo José Ramón Cruz Mundet[9], a história da evolução dos arquivos pode ser dividida em dois períodos: pré-arquivístico e arquivístico. O primeiro, durante o qual o tratamento dos fundos documentais foi caracterizado pela indefinição em seus pressupostos e submisso aos princípios de outras disciplinas, e o segundo período, durante o qual tanto a teoria como o tratamento dos fundos documentais ganharam níveis suficientes de autonomia para poder chamar propriamente de arquivística[10]. Ainda no período pré-arquivístico, o autor propôs quatro sub períodos:

> I) A época dos arquivos de palácio, que corresponde em termos gerais ao período da Antiguidade;
> II) A época dos cartórios, abrangendo os séculos XII a XVI;
> III) A época dos arquivos como arsenal de autoridade, que se estende por todo o Antigo Regime, desde o século XVI ao XIX;

[6] I*dem*, p. 102.
[7] *Idem*, p. 102
[8] COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Brasília: FINATEC, 1999; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernanda Ribeiro Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística — Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
[9] CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de archivística*. 3. Ed. Madrid: Fundación Germán Sánches Ruipérez, 1994.
[10] *Idem*, p. 22.

> IV) A época dos arquivos como Laboratórios da História, desde o início do século XIX até meados do século XX[11].

Cabe ressaltar a importância da criação dos Estados modernos europeus, processo que contribuiu no surgir dos primeiros arquivos de Estado, mantendo uma visão exclusivista de guarda dos documentos, enquanto instrumentos da administração para uso exclusivo dos governos, sendo nesse período que surge o conceito de arquivos de Estado, que logo em seguida passa a ser substituído pelos arquivos nacionais[12]. Exemplos puderam ser vistos desde o século XIV. Em Portugal, onde foi criado em 1325 o Arquivo da Torre do Tombo. Em 1489, os reis católicos da Espanha ordenam a concentração de seus arquivos na *Chancillería de Valladolid*, que fará mais tarde parte do *Archivo de la Real Chancillería de Valladolid*. Ainda na Espanha, em 1540, por ordem de Carlos V, terá início a transferência da documentação do reino de *Castellano* para o castelo de Simancas, ação continuada por Felipe II. Anos depois, em 1781, Carlos III cria o *Archivo de Índias*, para os documentos do Ultramarino espanhol. Movimentos similares também foram identificados na França, na Itália, Inglaterra, Prússia[13].

Apesar da existência de arquivos de Estado na Europa desde o século XIV, para os estudiosos sobre o tema, o grande marco fundador do que se conhece como arquivo moderno terá lugar na França, a partir da Revolução Francesa, com a criação dos *Archives Nationales* em 1790. Para Schellenberg, o Arquivo francês foi o primeiro arquivo nacional criado no mundo onde deveriam ser guardados os documentos da "Nova França" também como exemplo de suas conquistas e glórias[14]. Ainda na França, acontece a terceira onda de concentração dos documentos[15], protagonizada por Napoleão Bonaparte, que tentou concentrar em Paris os diversos acervos dos países europeus ocupados. Segundo R. H. Bautier, tal acumulo documental tinha como objetivo "retirar armas ao adversário e utilizá-las em apoio da sua política de propaganda"[16], constituindo assim a concepção dos arquivos como instrumento necessário para o exercício do poder interno e externo, para afirmação dos direitos de um Estado sobre o outro[17].

---

[11] *Idem*, p. 26.
[12] *Idem*, p. 34.
[13] Para mais detalhes, ver: *Idem*, p. 21–54.
[14] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 26.
[15] CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de archivística*... 1994, p. 37.
[16] R.H. Bautier *Abu*d Idem, p. 37.
[17] Idem, p. 37.

Foi nesse contexto que, a partir do século XIX, pôde-se observar outra importante transformação, a aproximação da História com os arquivos, em que estes, sob influência do movimento nacionalista e romântico europeu, foram considerados como "laboratório da História", e os arquivistas, antes dedicados à "salvaguarda do presente da administração", passam a dedicar-se "aos documentos antigos", fortalecendo a noção da Arquivologia como disciplina auxiliar da História, ligada à Paleografia e a Diplomática[18]. No mesmo período, surgiram as primeiras escolas de Arquivologia na Europa, por exemplo, em 1811, a *Scuola di archivistica*, na Itália, com maior vinculação à administração dos arquivos de Estados, e, em 1821, a *École de Chartes*, de caráter mais teórico e de erudição histórica[19].

Foi nesse período e processo de criação e difusão dos arquivos nacionais, com a maior presença dos historiadores e o surgimento das primeiras escolas de Arquivologia, que algumas concepções sistemáticas na prática arquivística surgiram, sendo consideradas o embrião dos fundamentos teórico-metodológicos da área como, por exemplo, pelo Czar Pedro, o Grande, da Rússia, em seus arquivos centrais já no século XVIII, sendo implementado o recolhimento e a centralização dos acervos das administrações aos arquivos de Estado, e o estabelecimento da periodicidade das transferências dos documentos dos setores da administração pública para os arquivos centrais. Na França, a partir de 1841, Natalis de Wailly, um dos chefes dos arquivos departamentais da administração francesa, alertou para a importância de se manter agrupados os documentos de um mesmo estabelecimento, família ou indivíduo, evitando assim a desestruturação e dispersão dos fundos, o que será a base para o principal fundamento da área, o princípio de respeito ao fundo arquivístico. Culminando com o que os estudiosos da área consideraram como o marco fundador de um paradigma da área, a publicação em 1898 do *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*[20], por Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin e publicada pela Associação dos Arquivistas Holandeses.

---

[18] RONCAGLIO, Cynthia. A História Administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n.º 2, p. 92–103, jul./dez. 2012, p. 98.

[19] Para mais detalhes, ver SOUZA, Katia Isabelli Melo. Arquivista, visibilidade profissional: Formação, Associativismo e Mercado de Trabalho. Brasília: Starprint, 2011. P. 80 e 81; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

[20] MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, Robert. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Haarlem: [s.n.], 1898. A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 1973 pelo Arquivo Nacional, sob o título *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos.*

Apesar dos avanços teórico-metodológicos, por muito tempo as instituições arquivísticas e os profissionais arquivistas foram vistos como meros 'depósitos da memória' e 'auxiliares da História'. Essa percepção começou a mudar apenas na primeira metade do século XX, quando as mudanças sociais, políticas, econômicas, técnicas, científicas e o aumento da produção documental, em decorrência, principalmente, da Segunda Grande Guerra Mundial e da Guerra Fria, refletiram sobre a atuação arquivística, aproximando-a da administração e dos conceitos da gestão documental[21].

É nesse momento que começa a haver uma ruptura da Arquivologia com a História. Lógico que tal ruptura acaba sendo vista em maior ou menor grau em diferentes contextos, por isso a importância de se estudar caso a caso.

Em 1922, Hilary Jenkinson, escreveu:

> O Arquivista não é e não deve ser um historiador. Necessitaria, claro, de algum conhecimento de História e pode estar interessado nela pessoalmente, como pode estar interessado em metalurgia ou outra ciência. Mas seu dever é para com seus arquivos, independentemente de qualquer das disciplinas (das quais, atualmente, a História é a mais preeminente) que recorrem aos arquivos para seus próprios fins[22].

Já o entendimento de Robert-Henri Bautier, em 1961, seguia outro caminha:

> Por formação ou por vocação, o arquivista é necessariamente um historiador; devido a que ele sabe, por experiência pessoal, como se escreve a história e com que materiais, não pode resignar-se a ser somente um 'conservador de arquivos'[23].

As duas falas destoantes podem representar de alguma forma a própria formação, origem e atuação de ambos os autores. Robert-Henri Bautier era francês, arquivista, historiador e medievalista, funcionário dos *Archives Nationales* da França e que se formou na *École de Chartes*, que, como já foi mencionado, possuía caráter mais teórico e de erudição histórica. Por outro lado, Hilary Jenkinson foi arquivista e teórico britânico,

[21] COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Brasília: FINATEC, 1999; ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernanda Ribeiro Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística — Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998; RONCAGLIO, Cynthia. A História Administrativa ..., 2012.

[22] Hilary Jenkinson, 1922 apud SOUZA, Katia Isabelli Melo. Arquivista, visibilidade profissional ... 2011, p. 48.

[23] Robert-Henri Bautier, 1961 apud Idem, p. 48.

considerado por Terry Eastwood, como um dos arquivistas mais influentes do mundo[24]. Para Jenkinson, os arquivos custodiam os documentos visando o caráter probatório de uma ação, assim sendo, não são elaborados para interesse ou para a informação da posteridade, atribuições de sentido dada ao documento pelo historiador[25].

Por outro lado, cabe ressaltar, que nas instituições de arquivos, a prática arquivística não seguiu os teóricos mais radicais que buscavam se distanciar da História, ou sua prática da pesquisa histórica. Ou, refletindo por outro prisma, observou-se que a prática arquivística em tais instituições permaneceram próximas da prática de pesquisa histórica. Na realidade, é possível indicar que a prática arquivística nos arquivos se manteve, de certa forma, na premissa difundida por Robert-Henri Bautier, acerca da importância de os arquivistas ter também o domínio da pesquisa e da escrita histórica. Assim, uma questão fundamental seria compreender o contexto em que se deram as práticas nas instituições de arquivos.

A aproximação da História com as práticas arquivísticas defendida por alguns teóricos arquivistas, se daria pelo uso da prática histórica como recurso teórico-metodológico, que, por meio de conceitos, princípios e técnicas, possibilitaria reconstituir a organicidade dos fundos custodiados em tais instituições[26].

Como já foi mencionado, um dos elementos convergentes entre a História e a prática arquivística, se dá pela temática da História Administrativa, mais especificamente, a História da Administração Pública, justamente por auxiliar na reconstituição histórica dos modelos e das estruturas das administrações públicas, possibilitando assim a reconstituição da organicidade dos fundos documentais. Todavia, observou-se, inclusive no Brasil, que a História da Administração Pública nunca foi uma temática muito apreciada pelos historiadores, principalmente pela sua aproximação histórica com a História Política tradicional francesa nas décadas de 1950 e 1960, além disso, os poucos

[24] EASTWOOD, Terence M. "*Introduction to the 2003 reissue*". In ELLIS, Roger H.; WALNE, Peter (Eds.). Selected Writings of Sir Hilary Jenkinson. Chicago: Gloucester [Inglês]: Alan Sutton Pub / The Society of American Archivists.1980, p. vii.

[25] Para compreender mais acerca das diferentes abordagens da teoria arquivística, ver: SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O clássico e o Pós-moderno: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42–59, jan./jun., 2014.

[26] Cabe ressaltar que o uso da prática histórica como recurso teórico-metodológico não fica restrito aos arquivistas que trabalham com acervos permanentes/históricos, como no caso tradicional das instituições de custódia de acervos permanentes. O trabalho com arquivos correntes, também necessita de tais conhecimentos históricos, tendo em vista, por exemplo, a produção de planos de classificação, tabelas de temporalidade e a atividade de avaliação. Para saber mais acerca dos conceitos de arquivos correntes e arquivos permanentes/históricos, assim como para compreender a importância do conhecimento histórico na prática arquivística, ver SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos ... 2006.

estudos realizados eram "secundários ou estariam mesmo ausentes de análises históricas, descrevendo mais as características gerais das estruturas administrativas do que a realização de análises, seus meandros e suas especificidades"[27]. Mesmo a partir dos anos de 1980, continuaram à margem da produção historiográfica com temáticas sobre História Pública, assim como também diminuíam os interesses pelos registros oficiais como fontes.

Tal situação, a baixa quantidade de pesquisas acadêmicas sobre a História da Administração Pública no campo da historiografia, somada à necessidade das instituições arquivísticas em compreender e organizar a documentação por elas custodiadas, criou a necessidade da atuação das próprias instituições buscarem, para além de suas atribuições administrativas e técnicas, produzir o conhecimento por meio de pesquisas[28]. No Brasil, tais iniciativas ficaram restritas a poucas instituições, principalmente aquelas vinculadas à administração pública federal, como o Arquivo Nacional, ou a poucas instituições das administrações estaduais e municipais, provavelmente aquelas que possuíam melhores estruturas e mais recursos.

Diante do exposto até aqui e considerando o título da tese, é possível afirmar que a pesquisa contribui para o debate acadêmico ao (re)aproximar duas áreas de conhecimento. Isso está diretamente relacionado ao subtítulo da tese, uma vez que os poucos estudos existentes não conseguem abordar adequadamente as especificidades dos múltiplos contextos históricos envolvidos nas práticas de gestão pública do patrimônio documental arquivístico no Brasil. Esta tese, portanto, visa compreender esse processo no estado do Amazonas durante a Primeira República.

Neste ponto, é importante destacar outro aspecto relevante da relação entre História e Arquivologia: os estudos sobre a historicidade da Arquivologia, sua evolução como área de conhecimento e prática profissional, bem como a análise das instituições, acervos e a perspectiva social dos arquivos na sociedade. Na Arquivologia, existe uma linha de pesquisa conhecida como História dos Arquivos e da Arquivologia[29], onde o

[27] RONCAGLIO, Cynthia. A História Administrativa serve ... 2012, p. 94. Para saber mais acerca da relação da História Administrativa com a Arquivologia, ver também: TESSITORE, Viviane. História administrativa ... 1996.
[28] RONCAGLIO, Cynthia. A História Administrativa ..., 2012, p. 92–103.
[29] Carol Couture, Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme, em *La formation et la recherche en archivistique dans le monde* (1999), ao examinarem a evolução da formação universitária e da pesquisa arquivística, sistematizaram nove principais áreas de investigação, incluindo a *história dos arquivos e da arquivística* como um dos domínios centrais. Mais recentemente, Paulo Roberto Elian dos Santos, em "Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas", analisou a produção acadêmica e institucional sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil ao longo das duas primeiras décadas do século XXI.

termo “arquivo” abrange seus múltiplos significados e relações, englobando não apenas as instituições arquivísticas e as estruturas que gerenciam os arquivos, mas também os próprios acervos.

Acerca dos trabalhos produzidos no Brasil envolvendo a temática da História da Arquivologia, Paulo Roberto Elian dos Santos[30], sinalizou haver uma tendência de crescimento, principalmente, a partir do século XXI. Ao levantar e analisar mais de 50 trabalhos, entre teses, dissertações, artigos e organizações de livros e dossiês, o autor identificou quatro categorias temáticas da História da Arquivologia:

> I. Institucionalização da Arquivologia como disciplina, formação, ensino superior, associativismo e personalidades relevantes da área;
> II. Políticas e as estruturas da administração pública no âmbito federal;
> III. O Arquivo Nacional como objeto; e
> IV. Instituições, políticas e as estruturas da administração pública nos âmbitos estadual e municipal.

Ainda se observa uma carência de pesquisas mais sistemáticas sobre a categoria (IV), com trabalhos voltados para "Instituições, políticas e as estruturas da administração pública nos âmbitos estadual e municipal". Entre 2000 e 2024[31], foram encontrados apenas 15 trabalhos produzidos nessa área, dos quais 11 (74%) tratam da história institucional dos arquivos estaduais, três abordam a gestão da administração pública e um discute políticas públicas, todos a nível estadual. Quando o recorte temporal se refere à Primeira República, a grande maioria dos trabalhos também se concentra na história dos arquivos estaduais, com quatro obras, enquanto apenas um trabalho estuda a gestão documental na administração pública estadual. A ampliação desses estudos permitiria uma análise mais abrangente das especificidades das estruturas e usos em diferentes contextos sociais e temporais, considerando um leque maior de características da sociedade brasileira.

---

[30] SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. Acervo, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, set./dez. 2022.

[31] O levantamento bibliográfico sobre a “História dos Arquivos” (nesse levantamento não foram seleciondos os que destinam foco na História da Arquivologia e dos profissionais arquivísticos) foi realizado entre janeiro e julho de 2024, tendo como base o Portal de Periódicos e o Banco de Teses e Dissertações da Capes, além do artigo de Santos, Paulo Roberto Elian dos, intitulado "Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas" (SANTOS, 2022). A metodologia adotada consistiu em um primeiro levantamento utilizando as palavras-chave "arquivologia" e "história dos arquivos" para identificar trabalhos relevantes sobre o tema. Após o levantamento inicial, foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, e, por fim, a leitura dos artigos completos para uma análise mais detalhada. Ao todo, foram encontrados 30 trabalhos. Este levantamento visou mapear a produção acadêmica existente e fornecer uma visão abrangente sobre as abordagens e pesquisas realizadas nesse campo específico do conhecimento.

Diante desse panorama uma outra questão se faz pertinente. Os fundamentos e metodologias arquivísticas no início do século XX ainda estavam em processo de consolidação e, mesmo assim, desenvolviam-se fora do Brasil, mais voltados para as instituições de custódia permanente do que para a perspectiva da gestão documental. O debate sobre a sistematização arquivística ainda estava em construção, resultando em poucas obras disponíveis, em sua maioria de caráter manualista. No Brasil, a Arquivologia era marcada por práticas empíricas e uma forte influência burocrática. Os arquivos eram majoritariamente vistos como depósitos de documentos administrativos e históricos, sem uma preocupação sistemática com sua gestão e preservação. A administração pública também carecia de um arcabouço teórico consolidado, levando a práticas documentais pouco organizadas. Somente a partir da segunda metade do século XX, com a difusão dos conceitos de gestão documental trazidos por teóricos como Theodore R. Schellenberg.

Mesmo em outros países, as obras sobre prática arquivística na primeira metade do século XX eram escassas. Algumas referências fundamentais desse período incluem o *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven* (1898), de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin[32]; *A Manual of Archive Administration* (1922), de Hilary Jenkinson[33]; *Archivistica* (1928), de Eugenio Casanova[34]; e, mais tarde, *Modern Archives: Principles and Techniques* (1956), de Theodore R. Schellenberg[35]. Esses trabalhos foram fundamentais para a consolidação da Arquivologia como disciplina, redefinindo o papel da gestão documental e dos arquivos. Eles romperam com a concepção passiva dos arquivos como meros depósitos de documentos e consolidaram princípios estruturantes da Arquivologia moderna, como a proveniência, a avaliação documental e a diplomática contemporânea.

No Brasil, entretanto, a assimilação dessas referências ocorreu de forma tardia e restrita. Apenas na segunda metade do século XX esses trabalhos começaram a ser acessados pelos profissionais da área, ainda assim, sem ampla difusão. A falta de uma

---

[32] MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, Robert. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Haarlem: [s.n.], 1898. A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 1973 pelo Arquivo Nacional, sob o título *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos.*

[33] JENKINSON, Hilary. *A Manual of Archive Administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922. Sem tradução para o portugues.

[34] CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. Firenze: Olschki, 1928. Sem tradução para o portugues.

[35] SCHELLENBERG, Theodore R. *Modern Archives: Principles and Techniques*. Chicago: University of Chicago Press, 1956. A obra foi traduzida para o português e publicada no Brasil sob o título *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. A primeira edição dessa tradução foi lançada em 1974 pelo Arquivo Nacional.

tradição arquivística consolidada e as barreiras linguísticas dificultaram a apropriação desses conceitos, resultando em um desenvolvimento mais lento da área no país. Essa defasagem fez com que as inovações arquivísticas que transformaram a gestão documental em outros países só fossem incorporadas ao cenário brasileiro décadas depois. Nesse sentido, Venâncio[36] destaca que, na fundação do Arquivo Público Mineiro, em 1895, seu primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga, não dispunha de bibliografia especializada e teve que recorrer à legislação brasileira como principal referência para a organização do acervo. Essa realidade certamente não foi diferente em outras regiões, como o Amazonas, onde as dificuldades para o desenvolvimento de práticas arquivísticas estruturadas eram ainda mais acentuadas.

Diante desse cenário, a análise das práticas arquivísticas nas repartições estaduais e municipais em períodos históricos mais remotos torna-se um desafio, pois é necessário considerar os princípios arquivísticos vigentes à época, evitando anacronismos. A escassez de estudos e a ausência de normativas consolidadas dificultam a reconstituição precisa dessas práticas, exigindo uma abordagem cuidadosa e contextualizada.

Assim, esta tese busca compreender as práticas de gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas durante a Primeira República, por meio da identificação das estruturas administrativas criadas, dos atores envolvidos e das práticas e rotinas realizadas na gestão documental. Analisar tal estrutura administrativa como objeto de pesquisa possibilita levantar novos questionamentos sobre os contextos institucionais que contribuíram para o desenvolvimento das práticas arquivísticas na época e no contexto específico do Amazonas. Além disso, permite entender a historicidade da produção e preservação desses acervos, a percepção social sobre o patrimônio documental e seu papel não apenas na administração pública, mas também como instrumento de construção da identidade social do período.

Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa foi orientada por três objetivos específicos:

I. Mapear as instituições criadas e identificar as mudanças e permanências ao longo das diversas gestões da administração pública, abrangendo tanto os arquivos setoriais vinculados aos departamentos e secretarias das unidades administrativas estaduais quanto o próprio Arquivo Público, assim como as relações entre essas instituições e com outras entidades;
II. Identificar os personagens envolvidos na gestão do patrimônio documental, analisando sua formação e trajetória profissional, tanto na gestão pública

[36] VENÂNCIO, R. P. O arquivo e a lei..., 2012 p. 138.

quanto fora dela, para compreender os motivos da escolha desses atores, as ações realizadas e as relações de poder estabelecidas em torno das práticas de gestão documental.

III. Analisar as práticas de gestão do patrimônio documental realizadas pelas instituições e pelos atores envolvidos, buscando compreender a percepção da época acerca da gestão e das práticas arquivísticas no Amazonas, entendendo a noção de preservação documental da época, incluindo o que deveria ser preservado, como e por quê;

A problemática que norteou a pesquisa foi compreender como a administração pública do Amazonas, entre 1889 e 1930, entendia as práticas arquivísticas em sua gestão documental e como essas práticas eram implementadas no cotidiano, tanto nos setores administrativos quanto no Arquivo Público. Além disso, investigou-se como era percebido o papel do Arquivo Público como instrumento para a construção de uma narrativa histórica e identitária do Amazonas durante a Primeira República.

A justificativa da pesquisa se fundamenta, primeiramente, na importância de refletir historicamente sobre as práticas arquivísticas, contribuindo para o entendimento do processo de construção da Arquivologia enquanto área de conhecimento. Essa reflexão inclui a relevância de estudos que contemplem contextos sociais e temporais específicos, representando a própria estrutura da sociedade brasileira. Ainda nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para a compreensão histórica do papel do arquivista, considerando que, embora a função tenha existido no serviço público do Amazonas, os debates e entendimentos históricos levaram à sua ausência nos quadros públicos atuais.

Por fim, a pesquisa pretende contribuir para a história do Amazonas durante a Primeira República, período em que a elite local viu seu ideal de uma "Paris nos trópicos" desmoronar diante da crise da economia da borracha. Essa crise impactou o cotidiano da sociedade, as instituições e as estruturas da administração pública, incluindo a gestão documental. Apesar disso, observou-se que a administração pública buscou não apenas manter a máquina estatal em funcionamento, mas também, por meio do Arquivo Público, consolidar uma história e uma memória que fortalecessem o Estado.

Essa reflexão conduz a uma questão central: que tipo de história se buscou escrever, que memória se tentou consolidar e quais atores participaram desse processo? Trata-se de um período em que elites políticas e intelectuais disputavam espaço para se consolidar e exaltar o Estado no contexto da estrutura republicana federalista recém-criada. A pesquisa não pretende responder a todas essas questões, mas contribuir com novas peças para esse complexo quebra-cabeça.

A hipótese central da tese é que a administração pública do Amazonas possuía uma compreensão clara sobre o papel da gestão e da preservação documental que produzia, tanto para o bom funcionamento dos serviços administrativos e a certificação de direitos dos indivíduos, quanto para a construção de uma história e memória. Nesse processo, ela se valeu não apenas de uma estrutura de instrumentos e cargos, como os arquivistas, mas também de indivíduos ligados às redes políticas e intelectuais da época.

Quanto aos métodos balizadores, a pesquisa caracterizou-se como explicativa, de natureza pura e com abordagem qualitativa, ao buscar compreender os aspectos das práticas de gestão documental em um contexto social e temporal específico, no caso, o Amazonas entre 1889 e 1930, como parte de um fenômeno social. Partiu-se da descrição das características da gestão documental como um fenômeno resultante das ações de múltiplos atores sociais, compreendido como um processo de representações das interações no cotidiano desses atores. O enfoque esteve, sobretudo, na maneira como esses atores se relacionavam, mediando significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, tendo como pano de fundo o contexto sociais e econômicos da época[37].

Com relação à natureza das fontes utilizadas, a pesquisa teve caráter documental, recorrendo principalmente a documentos oficiais, como mensagens dos governadores e relatórios dos secretários de governo ao Congresso Legislativo do Amazonas. Também foram utilizados textos regulatórios, incluindo regimentos das secretarias e portarias, a maioria publicada no *Diário Oficial do Amazonas*. Ressalta-se, contudo, a dificuldade em localizar os chamados "arquivos dos arquivos", inclusive a própria documentação administrativa do Arquivo Público do Amazonas. Diante dessa limitação, a pesquisa concentrou-se exclusivamente nos relatórios das secretarias, que contribuíram significativamente para a compreensão das práticas de gestão documental.

No caso específico do Arquivo Público, destaca-se o uso como fonte dos oito números da *Revista do Archivo do Amazonas*, cujo primeiro volume foi publicado em 1906, sob a organização de Bento Figueiredo Tenreiro Aranha, então diretor do departamento ao qual o Arquivo Público estava vinculado. O último número da revista referente a esse período foi publicado em 1908, quando sua regularidade deixou de ser mantida[38]

Também foram utilizadas notícias publicadas nos jornais da época que circulavam

[37] MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelli Ferreira. (org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 195-223p.
[38] Retornando somente em 1974, com o número 9, em 1988 publica o número 10 e na década de 2000 publica os últimos três números.

no Amazonas entre 1889 e 1930, com destaque para o *Jornal do Commércio* (AM), que apresentou uma circulação mais sistemática e regular durante o período estudado. Em relação ao uso dessas fontes, é fundamental reconhecer que se tratam de documentos produzidos em um contexto de narrativas com objetivos e significados específicos, de comunicar e relatar ações cotidianas. Assim, seus sentidos, manifestos ou ocultos, necessitam ser analisados criticamente para evitar interpretações simplistas e ou direcionadas.

Cabe destacar nesse ponto, outra justificativa para a pesquisa: a busca por sentido no caos, dada a escassez de documentos — especialmente os chamados "arquivos dos arquivos" —, bem como as dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, que resultou em um longo período de fechamento das instituições, sem estrutura para possibilitar o acesso às fontes. No caso desta pesquisa, as limitações no acesso às fontes foram parcialmente superadas graças ao compartilhamento de materiais por outros pesquisadores.[39], e, principalmente, pelo uso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que, apesar de algumas lacunas, disponibiliza um rico acervo, como das mensagens dos governadores e relatórios das secretarias, do *Diário Oficial do Amazonas* e dos jornais da época.

O resultado da pesquisa é apresentado na tese ao longo dos quatro capítulos, onde, em cada um busca-se abordar diferentes aspectos da gestão e preservação do patrimônio documental no Amazonas.

No primeiro capítulo, "O patrimônio documental no Amazonas como reflexo das relações sociais", são analisadas as estruturas de gestão e custódia documental no Amazonas durante a Primeira República. O levantamento abrange 106 instituições e setores de arquivos, bibliotecas e museus públicos identificados no estado entre 1889 e 1930, considerando as esferas federal, estadual, municipal e privada.

Além da identificação dessas instituições, o capítulo investiga a circulação diária de notícias sobre elas, tanto localmente quanto no Brasil e no exterior. Essa análise sustenta a tese de que o reconhecimento de seu valor não se restringia à máquina pública, mas também era compartilhado pela sociedade, evidenciando a relevância social do patrimônio documental. Esse ponto é aprofundado na seção "Os arquivos, bibliotecas e museus na imprensa amazonense", que examina como a mídia local e nacional abordava a atuação dessas instituições.

[39] Cabe aqui agradecer aos professores Charles Maciel Falcão (IFAM), Júlio Santos da Silva (UEA) e Rodolfo Almeida de Azevedo (Ufam), por cederem parte das fontes.

Na parte final do capítulo, a seção "O patrimônio documental entre a Belle Époque e a 'ilusão do fausto'" investiga os motivos pelos quais as estruturas administrativas não se consolidaram plenamente. A análise revela que crises econômicas, como o declínio da economia da borracha e a crise mundial da década de 1920, impactaram profundamente a administração pública e a sociedade amazonense, encerrando o sonho da Belle Époque no Amazonas.

O segundo capítulo, "A institucionalização da gestão pública do patrimônio documental no Amazonas: uma história por se construir", aprofunda a análise sobre a construção histórica dos arquivos, bibliotecas e museus no estado. A primeira seção, "Arquivos, bibliotecas e museus no Amazonas: registros fragmentados de uma história", aponta que, apesar do crescimento recente da produção historiográfica, a história dessas instituições ainda necessita de mais estudos, especialmente no que se refere à gestão do patrimônio documental.

A segunda seção, "O papel do patrimônio documental na construção da identidade local durante a Primeira República", inicia-se com uma reflexão sobre a noção de arquivo público, abordando sua evolução desde o Antigo Regime até a concepção moderna. Ao final, concentra-se no papel dessas instituições na construção da identidade local e na formulação das narrativas históricas dos estados federativos na nova República.

Na terceira seção, "A trajetória dos arquivos públicos estaduais no Brasil e sua configuração no Amazonas", realiza-se um mapeamento das trajetórias dos arquivos estaduais existentes até 1930, detalhando sua criação, estruturação e atividades. A pesquisa demonstra que, embora tenham sido influenciados pelos arquivos provinciais e utilizado suas estruturas preexistentes, esse processo não se caracterizou como mero continuísmo. Pelo contrário, houve uma reformulação impulsionada por novas dinâmicas administrativas decorrentes do novo modelo de regime, refletindo mudanças políticas e institucionais mais amplas.

O terceiro capítulo, "O Arquivo Público do Estado e sua inserção na administração pública (1897-1930)", examina a integração do Arquivo Público na estrutura administrativa estadual do Amazonas. A primeira seção, "A estrutura administrativa do Arquivo Público dentro da Administração pública", detalha sua criação e evolução, abordando sua composição administrativa e as transformações enfrentadas ao longo do período. As subseções exploram a organização do Arquivo Geral da Secretaria de Governo, a estrutura da repartição responsável e sua evolução dentro da administração

estadual, assim como “A composição administrativa da Repartição”, e “A evolução do Arquivo Público dentro da administração estadual”.

A segunda seção, "Funcionamento cotidiano e desafios administrativos", investiga as operações diárias, revelando as práticas e processos que definiram a gestão e a preservação documental. Na terceira seção, "Os diretores do Arquivo Público e seus perfis", traça-se um panorama sobre os responsáveis pela instituição, apresentando uma breve biografia e discutindo como suas formações e orientações influenciaram a administração do Arquivo Público. A análise desses gestores permite compreender como diferentes concepções sobre a organização e a preservação documental impactaram a construção das práticas arquivísticas da época.

No quarto capítulo, "O Arquivo Público e os arquivos setoriais na gestão documental estadual", a pesquisa explora o papel do Arquivo Público e dos arquivos setoriais na preservação e organização dos documentos estaduais.

A primeira seção, "O Arquivo Público como instrumento de preservação e difusão do patrimônio documental", destaca as atividades do Arquivo Público e a importância da *Revista Archivo do Amazonas* na divulgação e popularização do patrimônio documental, principalmente na perspectiva do seu idealizados, Bento Aranha.

A segunda seção, "Os arquivos setoriais das repartições públicas e suas funções na gestão documental", analisa as contribuições desses arquivos para a gestão documental em diversas áreas da administração pública, destacando práticas e procedimentos voltados para a eficiência e a integridade dos documentos administrativos.

Por fim, a terceira seção, "O papel dos arquivistas na administração pública", apresenta a atuação dos profissionais de arquivo na preservação e gestão dos documentos, enfatizando sua importância dentro da estrutura administrativa e seu impacto na conservação e no acesso aos acervos.

A realização desta tese sobre um tema cuja produção historiográfica ainda é incipiente envolveu desafios complexos, desde as dificuldades no acesso às fontes documentais até os impactos do contexto pandêmico. Apesar dessas adversidades, a pesquisa apresenta uma reflexão crítica e abrangente sobre a gestão e preservação do patrimônio documental no Amazonas entre 1889 e 1930, contribuindo para o avanço da historiografia e da Arquivologia.

***

CAPÍTULO 1
O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS COMO REFLEXO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

1.1. As estruturas de gestão e custódia documental no Amazonas na Primeira República

Há no senso comum o entendimento de que falta em nossa sociedade uma cultura de preservação do patrimônio, principalmente, documental. Tal entendimento arrisca ser simplista, a partir do momento em que se justificaria com base em uma generalização de que haveria um desinteresse dos gestores públicos, o que se refletiria para o restante da sociedade, assim como haveria uma falta de compreensão de como se estruturam os debates em relação às ações envolvendo a gestão e a preservação do patrimônio.

Toda decisão de uma administração pública, na criação de rotinas diárias, normas, procedimentos e políticas, deve ser observada e compreendida na concepção de espaços políticos, como sendo uma área de conflitos que constitui a base da relação entre diferentes segmentos sociais, como grupos políticos, intelectuais e movimentos sociais. Basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos aplicados tendem a refletir uma estratégia de intervenção governamental, em que diferentes visões de sociedade, de Estado e de políticas geram projetos diferentes. Por isso, a importância dos estudos acerca da concepção de governo, de Estado e das políticas que estes implementam em determinada sociedade e período histórico[40].

Torna-se assim importante para análise de ações e políticas implementadas pela máquina burocrática de um Estado e por um governo, ou por vários governos durante um determinado período, como é o caso desta pesquisa, ter em mente que a aferição de um governo ou mesmo de um possível "sucesso" ou "fracasso" tende a observar as ações realizadas, os atores e suas falas, tentando contextualizar as várias e complexas questões

[40] Cabe explicitar o que se entende nesta pesquisa por governo e Estado. O Estado, como o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, segurança e outras, não coeso, que possibilitam a ação do governo. Já a noção de Governo, como sendo o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) que propõe para a sociedade na totalidade, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Ver: HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Caderno CEDES 21*, n° 55, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/. Acessado em: 10/03/2024.

sociais. Tal reflexão exige grande esforço de análise, não sendo diferente em uma pesquisa que se propõe a analisar as ações de gestão do patrimônio documental em um determinado contexto.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi justamente o de compreender a gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas entre 1889 e 1930, período conhecido como Primeira República, através da identificação das estruturas administrativas criadas pela administração pública, dos atores envolvidos e das práticas e rotinas realizadas no dia a dia. Partindo da hipótese de que a administração pública do Amazonas tinha entendimento acerca da importância da gestão e da preservação documental produzida por ela, tanto para o bom funcionamento dos serviços da do estado, para certificação de direitos dos indivíduos, quanto para fins de construção de uma história e de sua memória. Assim como se serviu não apenas das ações de uma estrutura burocrática, no caso dos funcionários, inclusive os arquivistas, mas também da atuação de homens pertencentes às redes políticas e intelectuais da época.

Importa sublinhar de antemão, como será comprovado ao logo da tese, que a hipótese se confirmou: a administração pública do Amazonas não só tinha conhecimento, como também procurou, nos seus primeiros anos como estado federalista e dentro das suas limitações financeiras, construir uma rede composta por arquivos em várias repartições públicas, assim como a criação do próprio Arquivo Público. Todavia, observou-se também o papel dos diferentes atores envolvidos na construção de uma cultura de arquivamento[41], governantes, funcionários da administração pública, incluindo os gestores e os profissionais que trabalhavam diretamente com a gestão documental, assim como os diversos atores políticos e intelectuais que tiveram atuação no debate de tal temática.

Foram identificadas no Amazonas durante a Primeira República a criação de inúmeras repartições públicas e instituições privadas, que, de alguma forma, direta ou indireta, estavam vinculadas as ações de gestão, tratamento e guarda do patrimônio documental, assim como debates envolvendo o poder público e a sociedade acerca do papel e atuação de tais estruturas. Tal levantamento possibilitou a identificação de diferentes visões acerca da gestão e do uso de tais patrimônios documentais no Amazonas

[41] Procurou-se aqui trabalhar com o conceito de arquivamento e não arquivística, por não ser possível observar um entendimento destes acerca das práticas arquivísticas, enquanto área do conhecimento sistematizada, mas principalmente, como um conjunto de práticas aprendidas no dia a dia.

no período analisado.

Para um melhor entendimento, optou-se por classificar tais instituições em quatro categorias:

1) Repartições públicas e instituições privadas de custódia de acervos documentais de caráter administrativa, cultural, científica ou educacional;
2) Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a arquivos de repartições;
3) Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a bibliotecas de repartições; e
4) Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a museus de repartições.

Cada uma das categorias foi por sua vez dividida em subcategorias: instituições ou repartições federais, estaduais, municipais ou privadas, como poderá ser observado abaixo.

Quadro 1 – Repartições públicas e instituições privadas de acervos documentais de caráter administrativo, cultural, científico ou educacional durante a Primeira República

Categoria	Instituições
Repartições federais	*(Não foi encontrado)*
Repartições estaduais	Arquivo Público do Estado do Amazonas Biblioteca Pública do Estado do Amazonas Museu Botânico do Amazonas Museu Público do Estado do Amazonas Museu Botânico e Zoológico Museu Comercial Museu Numismático do Estado
Repartições municipais	Arquivo Municipal de Manaus Biblioteca Pública de Manaus
Empresas e instituições privadas	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas Biblioteca de Educação Intelectual Museu Regional Rondon

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Como pode ser observado no Quadro 1, acerca das repartições de custódia de acervos documentais, sejam arquivos, museus ou bibliotecas, não foi encontrada nenhuma menção a instituição federal situada no Amazonas. Na esfera estadual, foram encontradas menções a instituições como o Arquivo Público do Estado do Amazonas e a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. No caso dos museus, foram encontradas citações de

várias instituições, como, por exemplo, Museu Botânico do Amazonas, Museu Botânico e Zoológico e Museu Público do Estado. Como será visto mais a frente, os museus tiveram enormes dificuldades de se manterem ativos, sendo o Museu Numismático do Estado o único que parece ter resistido ao tempo, mesmo que com suas idas e vindas, mudanças e crises.

Entre as instituições mencionadas, algumas foram citadas apenas uma vez, como o Arquivo Municipal de Manaus, a Biblioteca Pública de Manaus, e a Biblioteca de Educação Intelectual. Destaca-se também o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), criado em 1917 com o propósito de ser um centro intelectual dedicado ao "estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da geografia, da história e das ciências conexas em seus diversos ramos". Assim como outras instituições regionais similares espalhadas pelo Brasil, e o próprio Instituto Geográfico e Histórico do Brasil (IHGB), o IGHA não apenas produziu conhecimento, mas também estabeleceu recursos como arquivos, bibliotecas e museus. Essas estruturas foram fundamentais para a custódia de acervos variados, incluindo livros, documentos e objetos, contribuindo significativamente para a preservação e construção da memória e da história regional.

Além das instituições de custódia documental, que tinham como objetivos específicos a gestão, guarda e preservação de acervos documentais de caráter histórico, a pesquisa possibilitou encontrar também 94 repartições públicas, empresas e instituições privadas de caráter administrativo, econômico, cultural, científico ou educacional, com menção à existência de setores de arquivos, bibliotecas e museus, como poderão ser observadas abaixo.

Quadro 2 - Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a arquivos setoriais, durante a Primeira República.

Categoria	Instituições
Repartições federais	Arquivo do 15° Regimento de Infantaria do Exército
	Arquivo da 20° Circunscrição de Recrutamento do Exército
	Arquivo da 20° Delegacia de 2° linha do Exército (extinta)
	Arquivo do 46° Regimento de Caçadores do Exército
	Arquivo do Tribunal de Justiça Federal no Acre
	Arquivo do Quartel General do Norte do Exército
	Arquivo da Delegacia Fiscal no Amazonas da Fazenda Nacional
	Arquivo da Delegacia Fiscal do Norte da Fazenda Nacional

Repartições estaduais	Arquivo da Academia de Belas-Artes
	Arquivo da Alfândega de Manaus
	Arquivo da Biblioteca Pública
	Arquivo da Caixa da Previdência Amazonense
	Arquivo do Cemitério
	Arquivo do Congresso do Estado / Congresso Legislativo do Amazonas / Secretaria do Congresso
	Arquivo do Departamento de Estatística
	Arquivo do Depósito Público
	Arquivo da Direção-Geral de Engenharia
	Arquivo da Guarda Moria
	Arquivo do Ginásio Amazonense
	Arquivo da Higiene Pública / Serviço Sanitário
	Arquivo da Imprensa Oficial / Diário Oficial
	Arquivo da Instrução Pública
	Arquivo da Junta do Comércio / Junta Comercial
	Arquivo dos Negócios da Indústria / Departamento da Indústria / Secretaria da Indústria
	Arquivo dos Negócios do Interior / Departamento do Interior / Secretaria do Interior
	Arquivo das Obras Públicas
	Arquivo do Observatório Meteorológico do Amazonas
	Arquivo do Palácio do Governo / Gabinete do Governador / Secretaria do Governo do Estado
	Arquivo da Procuradoria
	Arquivo da Recebedoria / Coletoria de Renda / Delegacia Fiscal
	Arquivo da Saúde Pública / Direção-Geral de Saúde
	Arquivo da Saúde do Porto
	Arquivo da Segurança Pública / Chefatura de Segurança Pública / Força Policial
	Arquivo da Polícia Militar / Secretaria de Segurança
	Arquivo da Subprefeitura
	Arquivo do Superior Tribunal do Estado / Tribunal de Justiça
	Arquivo do Teatro Amazonas
	Arquivo das Terras, Minas, Navegação e Colonização
	Arquivo do Tesouro do Estado / Tesouro Público / Fazenda
	Arquivo da Universidade Livre de Manaus
Repartições municipais	Arquivo do Conselho Municipal de Manaus
	Arquivo do Poder Legislativo do Município de Barcelos
	Arquivo da Superintendência
	Arquivo da Intendência Municipal de Barcelos
	Arquivo da Intendência Municipal de Coari
	Arquivo da Intendência Municipal de Itacoatiara
	Arquivo da Intendência Municipal de Manaus
	Arquivo da Intendência Municipal de Silves
	Arquivo da Intendência Municipal de Borba

	Arquivo da Intendência Municipal de Canutama
	Arquivo da Intendência Municipal de Carauari
	Arquivo do Paço Municipal de Manaus
	Arquivo da Prefeitura do Departamento do Alto Acre[42]
Empresas e instituições privadas	Arquivo da Associação Comercial
	Arquivo da Associação Luso Sporting Club
	Arquivo do Cartório do 4° Tabelionato (extinto)
	Arquivo do Cartório do Tabelião Nogueira
	Arquivo do Cartório na Comarca de Humaitá
	Arquivo da Companhia de Seguro de Vida SulAmérica
	Arquivo da Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos Amazônia
	Arquivo da Companhia Regional de Purús
	Arquivo da Confederação de Tiro Brasileiro no Amazonas
	Arquivo da Confederação do Trabalho do Amazonas
	Arquivo da Empresa Amazon River
	Arquivo da Empresa Tancredo Porto e Cia
	Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
	Arquivo do Jornal do Commércio do Amazonas
	Arquivo da Manaós Harbour Limited
	Arquivo da Sociedade Beneficente Cearense
	Arquivo da Sociedade Italiana de Socorro Mútuo
	Arquivo da Sociedade Portuguesa Beneficente
	Arquivo da Sociedade União Beneficente

Fonte: Dados compilados pelo autor. Fonte: Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[42] A participação do Amazonas na consolidação do Acre está intrinsecamente ligada à formação do território acriano e às disputas de poder na região durante o final do século XIX. Na época, o Acre era uma área disputada sob domínio boliviano, mas com uma significativa presença de migrantes brasileiros, especialmente do Amazonas, atraídos pela borracha. A partir de 1899, a região começou a ser povoada por brasileiros devido a movimentos migratórios. Em 1903, a Revolução Acriana ocorreu quando os moradores, com o apoio de soldados e civis brasileiros do Amazonas, proclamaram a independência do Acre em relação à Bolívia. O Amazonas desempenhou um papel crucial ao enviar líderes, recursos e apoio militar para a causa acriana. O conflito resultou na assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, no qual a Bolívia cedeu o Acre ao Brasil. A intervenção do Amazonas foi fundamental não apenas em termos de apoio militar, mas também na migração de populações que ajudaram a afirmar a presença brasileira na região. Em 1904, após a anexação do Acre pelo governo brasileiro, o território foi dividido em três departamentos administrativos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Embora esses departamentos fossem chefiados por prefeitos nomeados pelo presidente da República, na prática, havia uma estreita ligação com o Amazonas, incluindo apoio na administração desses departamentos. Assim, na presente pesquisa, as instituições desses departamentos administrativos foram consideradas vinculadas ao Amazonas.
ver MENEZES, Maria Lucia Pires; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. As capitanias do Acre: a cidade e os poderes. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Vol. IX, núm. 194 (106), 1 de agosto de 2005. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm. Acessado em: 10/03/2024.

Quadro 3: Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a bibliotecas setoriais, durante a Primeira República.

Categoria	Instituições
Repartições federais	Biblioteca do Batalhão do 36° Regimento de Infantaria
Repartições estaduais	Biblioteca da Repartição de Obras Públicas
	Biblioteca da Instrução Pública
	Biblioteca do Ginásio Amazonense
	Biblioteca da Escola Complementar do Sexo Masculino
	Biblioteca da Escola Normal
	Biblioteca da Repartição do Tribunal de Justiça
	Biblioteca do Regimento Militar
	Biblioteca da Junta do Comércio
	Biblioteca da Chefatura de Segurança Pública
Repartições municipais	(Não foi encontrado)
Empresas e instituições privadas	Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
	Biblioteca da Beneficência Portuguesa
	Biblioteca Pública da Loja Maçônica União
	Biblioteca do Centro Operário de Manaus
	Biblioteca da Sociedade Ideal Club
	Biblioteca da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas
	Biblioteca da Sociedade de Tiro Brasileiro no Amazonas
	Biblioteca do Partido Republicano Português
	Biblioteca da Associação Portuguesa
	Biblioteca da Escola do Comércio
	Biblioteca da Associação de Tiro n°10
	Biblioteca Comandante Raul Daltro da Liga Naval da Amazônia
	Biblioteca da Associação Comercial no Santo Antônio do Madeira
	Biblioteca da Loja Theosophica
	Biblioteca do Grêmio Literário de Manaus
	Biblioteca do Conselho do Tiro de Guerra

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quadro 4 - Repartições públicas, empresas e instituições privadas com menção a museus setoriais, durante a Primeira República.

Categoria	Instituições
Repartições federais	(Não foi encontrado)
Repartições estaduais	Museu pedagógico da Escola Normal
	Museu Comercial da Junta do Comércio
	Museu Agrícola e Comercial da Junta do Comércio (existente no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - RJ)
Repartições municipais	(Não foi encontrado)
Empresas e instituições privadas	Museu Histórico do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
	Museu da Sociedade de Tiro Brasileiro no Amazonas

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diferentemente das instituições de custódia identificadas no estado, que na sua maioria eram museus, seguidas de bibliotecas e apenas dois arquivos, as repartições públicas, empresas e instituições privadas apresentavam uma distribuição diferente de setores. Entre essas instituições, os museus foram os menos frequentes, com apenas cinco casos. As bibliotecas foram mais comuns, totalizando 26 casos, enquanto a maioria das instituições possuía setores de arquivos, com 72 casos (76%).

A quantidade de repartições de arquivos encontrados nas fontes consultadas, especialmente na administração pública estadual, seguidas por empresas e instituições privadas e nas administrações municipais e federais, indica, se não um entendimento abrangente do papel de tais setores, pelo menos a noção da importância de sua existência. Essa presença significativa demonstra que, além da administração pública, a própria sociedade, mediante a identificação de repartições de arquivos em empresas e associações privadas de vários seguimentos, reconhecia a importância tanto das repartições quanto a própria gestão documental. Esses arquivos eram essenciais para documentar e gerenciar as ações das instituições, evidenciando um compromisso com a organização e preservação da informação.

Com base no levantamento dos setores de arquivos de empresas e instituições privadas, foi possível observar, por exemplo, o surgimento no Amazonas, entre 1894 e 1915, de vários grupos de organizações sociais e profissionais cujos estatutos, publicados nos periódicos da época, remetiam não somente à existência de arquivos em tais associações, como também a um pouco de sua organização. Como o caso da identificação dos nomes dos responsáveis pelos arquivos, que, em sua maioria, eram os secretários.

Tais foram os casos da Sociedade Beneficente Cearense[43], da Sociedade União Beneficente[44], da Sociedade Fraternidade Cearense[45], da Sociedade Italiana de Socorros Mútuos[46], da Confederação do Trabalho do Amazonas[47] e da Confederação de Tiro do Amazonas[48]. Cabendo ressaltar inclusive, que, quando o setor ainda não existia na instituição, fazia-se questão de menciona-lo, como foi o caso da Sociedade de Tiro Brasileiro no Amazonas, onde, mesmo não possuindo ainda um setor de arquivo, já sinalizava a sua criação, como pode ser observado em seu Estatuto, no Art. 27, inciso 5°, onde se lê que "ao primeiro secretário" competiria "ter a seu cargo a biblioteca e o arquivo, quando os possuir e velar pela sua conservação"[49].

Também foram encontradas menções que sinalizavam a existência de arquivos fora dos estatutos, como o caso da Sociedade Portuguesa Beneficente, a qual, no Diário Oficial de 7 de agosto de 1894, noticiou que "compete à comissão [de exames de contas] examinar os livros e documentos e mais papeis da secretaria e do arquivo podendo requisitá-los de viva voz ou por escrito"[50]. Outro caso encontrado foi o da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas, informando existir em seu arquivo documentos que denunciavam que "João Gonçalves Demoniz, no Pará, não havia procedido com lisura e honestidade"[51]. Até mesmo a informação de uma custódia temporária do acervo da Sociedade dos Taifeiros do Amazonas, cujo arquivo se achava sob a guarda da Federação Marítima[52].

Os casos apresentados acima atestam que a sociedade amazonense possuía noção da importância dos arquivos, não somente na estrutura da administração pública, mas também nas diversas instituições privadas. Por outro lado, merece atenção a ausência, nas fontes analisadas, do profissional arquivista nos arquivos de empresas e instituições privadas, aspecto que, como será analisado no último capítulo, diferirá no setor público estadual.

[43] Estatuto, publicado no Diário Oficial, de 28 de janeiro de 1897, p.2.
[44] Estatuto, publicado no Diário Oficial, de 8 de dezembro de 1897, p. 2.
[45] Estatuto, publicado no Diário Oficial, de 8 de dezembro de 1898, p. 1.
[46] Diário Oficial, de 6 de novembro de 1900, p. 2.
[47] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1908, p. 6.
[48] Jornal do Commércio, de 23 de junho de 1909, p 2.
[49] Jornal do Commércio, de 13 de março de 1908, p. 2.
[50] Diário Oficial, de 7 de agosto de 1894, p. 2.
[51] Jornal do Commércio, de 21 de março de 1914, p. 2.
[52] Jornal do Commércio, de 27 de junho de 1915, p. 2.

Tabela 1 – Quantificação das unidades setoriais (arquivos, bibliotecas e museus) de repartições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal, e de empresas e instituições privadas, durante a Primeira República

Categoria	Arquivos setoriais	Bibliotecas setoriais	Museus setoriais	Total
Federal	08	01	—	09
Estadual	32	09	03	44
Municipal	13	—	—	13
Privada	19	16	02	37
Total	72	26	05	103

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**.**

A identificação dessas unidades setoriais para compreender a preocupação com a gestão do patrimônio documental. Esse aspecto torna-se especialmente evidente nos arquivos setoriais da administração pública do estado contribuiu, onde há uma relação direta com a gestão final da documentação administrativa e sua posterior transferência para o Arquivo Público. Todavia, ao considerar a concepção cultural do patrimônio, é importante destacar alguns pontos adicionais, como a presença de museus e bibliotecas setoriais vinculados a repartições públicas que não mantinham uma relação direta com a Biblioteca e o Museu do Estado.

De forma geral, foi possível observar que os gestores da administração pública demonstravam um entendimento mínimo acerca da importância da existência de órgãos, setores, departamentos ou sessões dedicadas à gestão e guarda dos documentos produzidos pelo Estado. Um exemplo emblemático desse entendimento foi a criação do Arquivo Público do Amazonas, em 1897, que foi um dos primeiros arquivos públicos instituídos no Brasil republicano.

Entretanto, o reconhecimento da relevância dessas instituições e unidades setoriais, especialmente os arquivos, não implicava necessariamente na plena execução de suas atividades nem esclarecia para quais interesses elas estavam sendo instrumentalizadas. É essencial ressaltar que a existência dessas estruturas, embora significativa, coexistia com limitações práticas e desafios institucionais.

Nesse contexto, vale destacar que o Arquivo Público, apesar dos problemas amplamente identificados no período pesquisado, conseguiu se manter enquanto uma repartição pública ativa desde sua criação. Essa estabilidade contrasta, por exemplo, com a trajetória da Biblioteca Pública, criada em 1871, que, por diversas vezes, deixou de

operar. A instabilidade que caracterizou a história da Biblioteca foi consideravelmente reduzida a partir de 1912, quando passou a ocupar um prédio próprio, marcando uma nova fase em sua institucionalização.

1.2. Os arquivos, bibliotecas e museus na imprensa amazonense

As fontes oficiais, como ofícios, portarias, regimentos, mensagens dos governadores e relatórios das repartições, forneceram informações fundamentais sobre a administração pública, as ações do Estado e as percepções dos governantes em relação às práticas administrativas. No entanto, os jornais da época desempenharam um papel essencial ao equilibrar essa narrativa oficial. Por meio deles foi possível compreender não apenas as intenções e discursos dos governantes, mas também o que de fato acontecia no cotidiano e o entendimento de parte da sociedade.

As notícias diárias contribuíram para contextualizar e entender as ações relacionadas às instituições e práticas de gestão e preservação do patrimônio no Amazonas. Além disso, permitiram observar o papel dessas instituições na consolidação dos direitos dos cidadãos, refletindo sua importância tanto no âmbito político quanto social.

Um exemplo emblemático é a saga enfrentada por diversos governos amazonenses na tentativa de consolidar a existência de um museu no estado. Essas iniciativas, frequentemente, remetiam ao Museu Botânico do Amazonas como um modelo a ser seguido, destacando a relevância de tal instituição como referência na promoção do conhecimento e na preservação do patrimônio cultural e natural[53].

Entre 1889 e 1930, existiram pelo menos 4 museus estaduais, nenhum deles conseguindo permanecer ativo por muito tempo. Primeiro, o Museu Botânico do Amazonas, criado ainda no Império, onde, com a saída do seu primeiro e único diretor, deu se seu fechamento em 1890, e iniciou-se um período de agonia para o seu acervo, de modo que, já em 1893, o então governador Eduardo Ribeiro sinalizava haver criado uma comissão para organizar o acervo do "extinto Museu", mas que o trabalho fora

[53] Um fato importante acerca dos museus, que deu bastante trabalho na pesquisa, é que, justamente devido à instabilidade de tais instituições, observaram-se inúmeras nomenclaturas para os mesmos museus, como o caso do Museu Botânico do Amazonas, criado em 1884, tendo como seu primeiro e único diretor o Botânico Barbosa Rodrigues, também sendo citado nas fontes como "Museu Botânico", "Museu do Estado"[53] "extinto Museu"[53], e "antigo Museu"[53]. Do mesmo modo, o Museu Botânico e Zoológico, criado em 1905, era também chamado de "Museu Amazonense", "Museu da Amazônia" e "Museu do Estado".

prejudicado pela falta de um relatório das peças, principalmente das que haviam sido retiradas para a exposição de Chicago[54]. A situação não melhorou, pois, três anos depois, o mesmo governador, informou que o acervo estava no depósito da Instrução Pública, lamentando que, embora tendo sido "adquirido com grande dificuldade para o antigo Museu", estava em situação lastimável, sendo urgente a necessidade de um prédio e de pessoal técnico "para um acervo de valor histórico inestimável, sendo inadmissível a desorganização do Museu"[55].

No ano seguinte, o governador Fileto Pires relatou que:

> […] ficou reduzido o Museu, depois que foi transformado em alojamento de soldados, por ocasião dos movimentos revolucionários havidos no Estado em fins de 1891 e princípio de 1892, e do abandono em que permaneceu por muito tempo nos baixos do edifício do Ginásio Amazonense vos apresento a antiga e rica coleção zoológica reduzida a uma lontra[56].

A fala do governador acerca dos percalços passados pelo Museu Botânico e seu acervo desde a saída do seu diretor, tinha como objetivo exaltar a ação em seguida, de que o Museu havia sido "reestabelecido por Decreto, de 21 de agosto de 1896", ressaltando que não tinha se descuidado de reconstruir o Museu, "importantíssimo ramo de serviço, e todos os esforços tenho desenvolvido no sentido de organizá-lo convenientemente e dotá-lo com pessoal habilitado e competente". Apesar da ênfase na fala do governador e de algumas outras ações — como a publicação, no mesmo ano, do seu Regimento[57], a criação do concurso de amanuense, em 1899[58], e ter passado pelas mãos de três diretores, Dr. Astrolábio Passos[59], Antônio Bezerra de Menezes[60] e Jose Maria Rodrigues Ferreira[61] —, o Museu foi fechado em janeiro de 1900, pelo então governador José Cardoso Ramalho Junior, vice de Fileto Pires, que ficou no poder até julho do mesmo ano, não sendo possível identificar nas fontes o motivo do fechamento do Museu.

Manaus ficou sem museu até 1905, quando o governador Antônio Constantino Nery criou o Museu Botânico e Zoológico, nomeando o Dr. J. Bach como diretor. O

[54] Mensagem do Governador. Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 10 de julho de 1893, p. 127.
[55] Mensagem do Governador. Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 1 de março de 1896, p. 13.
[56] Mensagem do Governador. Eduardo Gonçalves Ribeiro Fileto Pires, de 1897, p. 14.
[57] Decreto n.º 187, de 21 de agosto de 1897, no Diário Oficial, de 21 de agosto de 1897, p. 1.
[58] Jornal do Comércio, 2 de dezembro de 1889, p. 2. Cabe ressaltar que o mesmo edital foi publicado outras 11 vezes, entre os dias 2 e 29 de dezembro de 1899.
[59] Diário oficial, de 12 de agosto de 1896, p. 2.
[60] Diretor interino. Diário Oficial, de 6 de março de 1897, p. 2.
[61] Jornal A Federação, de 10 de março de 1899, p. 1.

Museu foi planejado para ser instalado no Bosque Municipal, na região da Cachoeira Grande, mas, permaneceu temporariamente em um anexo do Instituto Benjamin Constant, na região central[62]. Não se pôde verificar em que momento ocorreu a mudança para o local permanente, mas foi possível saber que, desde quando estava na sede provisória, o museu já recebia doações de acervos pelas mais diversas personalidades da sociedade amazonense. O próprio diretor, Dr. Bach, mandava publicar nos jornais que o Museu estava aceitando itens, prioritariamente, "do reino animal, vegetal e mineral", assim como também mandava publicar as relações das doações, exaltando o nome dos doadores, por exemplo, na nota publicada em 2 de abril de 1905 noticiando que "recebeu mais as seguintes doações destinadas ao mesmo estabelecimento: 1 garça, pelo Dr. Antônio Monteiro de Souza; 1 onça, pelo Dr. Augusto Linhares; 2 mostras de borracha, e pelo Sr. Coronel Caetano Monteiro"[63].

Estranhamente, a partir de 1906, já não foi mais identificada nas fontes qualquer informação sobre o Museu Botânico e Zoológico, a não ser no artigo escrito por Agnello Bittencourt, quase 20 anos depois, em 1923, com o título "O Amazonas, nos museus", onde relatava a importância dos museus para a sociedade. Inicialmente mencionando a importância de tais instituições, dizendo:

> Todos os povos cultos guardam, cada vez com maior empenho, tudo que ateste o seu desenvolvimento, as suas glórias, a sua força. Não contentes com isso e por amor à ciência, que é universal, armazenam as provas, curiosas ou não, da evolução e da cultura alheias[64].

Continuando a matéria, Bittencourt proferiu críticas aos governantes brasileiros quanto ao descaso observado para com a cultura de criação de museus e a preservação dos seus acervos, ressaltando principalmente a situação do Amazonas. Ele listou, uma série de museus espalhados pelo mundo que realizavam excelentes trabalhos, inclusive, com acervos sobre o Brasil e o Amazonas maiores do que os existentes no próprio país, como o Museu Britânico (*British Museum*), com "objetos indígenas que não conhecíamos, sem dúvida de tribos já extintas", o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, que "possui espécies do Norte do Brasil, muitos do Amazonas", assim como acervos coletados pelo naturalista austríaco Johann Baptist Natterer (1787-1843), que percorreu o Amazonas entre 1822 a 1835, recolhendo uma "excelente coleção de animais

[62] Jornal do Commércio, 23 de fevereiro de 1905, p.1.
[63] Jornal do Commércio, 2 de abril de 1905, p.1.
[64] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1923, p. 1.

vivos e empalhados, plantas, minerais e artigos indígenas", estando atualmente no *Wiener Naturhistorische Museum* e no *Weltmuseum de Viena*. Por fim, o colunista ressaltou ironicamente que, "quem quiser, portanto, estudar a etnografia selvagem do Amazonas, não vá ao Rio de Janeiro: prefira ir a Londres, onde as coleções são mais completas"[65].

No caso dos museus do Amazonas, Bittencourt relatou justamente a trajetória inconstante de tais instituições, como a do Museu Botânico e sua Revista Vellosia, que chegou a ter quatro números[66], mas que, com a saída de Barbosa Rodrigues, "decaiu até desaparecer pela desídia e pelo abandono"; assim como o Museu Amazônico, dirigido pelo Dr. Bach, mas que "hoje [1923] não mais existe" — "que fim teve?", perguntava o articulista[67].

Por outro lado, Bittencourt elogiou ações específicas de instituições privadas, como o Museu do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, chegando a ressaltar que era "pobre por enquanto, mas promissor pelas contribuições que lhe chegam constantemente", e o Museu Rondon, criado por Crisanto Jobim[68], o qual ele definiu da seguinte forma: "um trabalho de paciência a revelar o gosto pela etnografia amazonense", relatando ter excelente coleção bem ordenada e disposta, que, "pela abundância e variedade das espécies, é superior a do Instituto Geográfico", e finaliza desejando que "a providência ampare e proteja o inteligente colecionador para que, desta vez, o Amazonas conserve, embora em mãos particulares, os primores do seu passado indígena e das suas riquezas naturais"[69].

Outro intelectual que também externalizou nos periódicos da época toda sua

---

[65] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1923, p. 1.

[66] Cabe ressaltar acerca dos quatro números da revista *Vellosia*. Durante a existência do Museu, foram publicados dois números, em 1888, que foram reeditados em 1891, com atualizações de estudos e novos textos. Para saber mais: CAMPOS PORTO, Joaquim. Histórico do Museu Botânico do Amazonas. *Vellosia*. Rio de Janeiro, 1891, p. 61-80.

[67] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1923, p. 1.

[68] Crisanto Maria de Souza Moreira Jobim, conhecido como Crisanto Jobim, nasceu em 1879 em Anadia, Alagoas, e faleceu em 1940 em Manaus. Com uma carreira multifacetada, Jobim exerceu diversos cargos federais em Alagoas antes de se mudar para o Amazonas em 1915, onde assumiu a função de escriturário da Delegacia Fiscal do Amazonas. Além de seu trabalho administrativo, ele se dedicou ao magistério, fundando o Colégio Martius, um instituto antropológico em Manaus, e ocupou cargos comissionados em prefeituras como Moura (parte atualmente de Barcelos) e Coari. Após a Revolução de 1924, foi convocado para ser secretário-geral do Estado e aposentou-se como oficial administrativo da Fazenda Federal. Formado em Engenharia Agrônoma, Jobim também se destacou na área de Etnografia e Arqueologia, acumulando uma vasta coleção de objetos indígenas em sua residência, que chamou de "Museu Rondon" em homenagem ao Marechal Rondon. Embora não se saiba ao certo quando o museu começou a funcionar, na década de 1926, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) manifestou interesse em adquirir o acervo. A compra só foi concretizada em 1934, quando o Governo do Estado adquiriu o acervo e repassou-o ao IGHA, que o renomeou como Museu Etnográfico Crisanto Jobim em reconhecimento ao seu idealizador. In: DUARTE, Durango. Manaus, entre o Passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

[69] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1923, p. 1.

indignação com a falta de cuidado com aquilo que ele considera a riqueza da sociedade, foi Arthur César Ferreira Reis, dois anos depois de Agnello Bittencourt ter publicado seu texto. Reis começa dizendo:

> Sobre tudo quanto se refere ao nosso estado há uma ignorância franca, que não para de progredir e que faz entre os nossos próprios. Acaso conhecemos com perfeição os segredos dos nossos rios, das nossas florestas, do nosso solo? Acaso a nossa história, a nossa etnografia, já foram estruturadas com o carinho que requerem? Infelizmente a resposta atual tem que ser negativa.[70]

E tal como Agnello Bittencourt, conclui seu texto destacando a relevância das ações do IGHA, a qual ele apresenta observação sobre o papel do Instituto:

> O Instituto Histórico, cuidando das nossas tradições pela manutenção também de museus históricos, etnográficos, etc., e fazendo escrever a história do estado por pessoas de reconhecida competência no assunto[71].

Com base nos relatos dos governadores, que frequentemente destacavam a necessidade de um museu público, nas recorrentes notícias sobre a criação e a dissolução de museus e nas críticas formuladas por Bittencourt e Reis, é possível afirmar que diferentes segmentos da sociedade amazonense — notadamente políticos, administradores públicos e intelectuais — reconheciam a relevância dos museus para a sociedade local. No entanto, a questão que persiste é: quais foram os motivos que impediram a consolidação dessas instituições?

Outro museu que, tudo leva a crer, nunca saiu do papel, pelo menos não com esse nome, mas que esteve no noticiário amazonense, foi o Museu Comercial do Estado do Amazonas. Importante destacar que se trata de uma modalidade de museu frequentemente citada no noticiário amazonense, sendo o Museu Comercial do Rio de Janeiro o primeiro do tipo no Brasil, criado em 1907, e já mencionado na imprensa do Amazonas no mesmo ano[72]. Tratava-se de uma instituição privada, vinculada à Associação Comercial carioca, mas que recebia apoio da também recém-criada Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, que tinha como objetivo divulgar informações relacionadas à expansão econômica do Brasil pelo mundo, auxiliando o

[70] Jornal do Commércio, de 3 de outubro de 1925, p. 1.
[71] Jornal do Commércio, de 3 de outubro de 1925, p. 1.
[72] Jornal do Commércio, de 11 de março de 1907, p. 1.

museu na articulação de contatos e na distribuição dos seus boletins para vários países[73].

No Museu Comercial do Rio de janeiro tinha espaços para mostruários de todas as regiões do Brasil, inclusive do Amazonas, que mantinha uma estrutura permanente[74]. Em 1909, o então governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt proferiu uma longa fala ao Congresso do Amazonas[75] sobre a participação do Amazonas na Exposição Nacional de 1908, evento realizado no Rio de janeiro e promovido pelo Governo Federal em comemoração do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil. Sua fala inicia-se exaltando que "o Amazonas, convidado a comparecer, com os seus produtos, naquele novo *campo de Marte* da nossa Pátria, não podia recusar ou perder uma oportunidade tão propícia"[76], também detalhou a comitiva, com 158 expositores do estado "repartidos pelas quatro grandes seções da Exposição: produtos agrícolas, 17 expositores; indústria pastoril, com 3 expositores; indústrias, com 882 expositores e artes liberais, com 101 expositores"[77]. Por fim, chamava atenção não somente aos efeitos já sentidos por ele no comércio local, através dos acordos comerciais já feitos, como também que havia entregue os objetos expostos ao Museu Comercial do Rio de Janeiro e a Sociedade Nacional de Agricultura, renovando seus mostruários permanentes. O Amazonas não somente possuía a exposição permanente no Rio de Janeiro, como também chegou a possuir exposições permanentes espalhadas por outros países, como na Embaixada do Brasil em Roma e em Hamburgo[78], e no Japão, na sede da Associação Nipon Brasileira, situada na cidade de Kobe[79].

Fato é que, desde 1907, com a criação do Museu Comercial do Rio de Janeiro, a participação do Amazonas na Exposição Nacional de 1908, assim como a criação de diversas outras exposições permanentes, inclusive fora do país, a ideia de se criar um Museu Comercial no Amazonas sempre surgia nos noticiários e nas falas dos governadores. Tanto que, em 1918, iniciou-se um debate acerca da criação de um imposto para financiar a montagem do Museu Comercial do estado. Na realidade, a proposta apresentada na Assembleia Legislativa do Estado do dia 7 de outubro de 1918, não foi

[73] ARQUIVO NACIONAL. MAPA — Memória da Administração Pública Brasileira. Verbete: Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/. Acessado em 27/03/2024.
[74] Mensagem do governador. Antônio Monteiro de Souza (presidente da Assembleia no exercício do governo do Estado), de 14 de julho de 1927, p. 62.
[75] Mensagem do governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 55-62.
[76] Mensagem do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 56.
[77] Mensagem do governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 58.
[78] Mensagem do governador. Antônio Monteiro de Souza (presidente da Assembleia no exercício do governo do Estado), de 14 de julho de 1927, p. 64.
[79] Mensagem do governador. Ephigênio Ferreira de Salles, de 14 de julho de 1929, p. 190.

unânime, causando fervorosos atritos, principalmente, entre os representantes de duas entidades, a Associação Comercial, que apoiava a criação do imposto, e a Associação dos Retalhistas, que era contra. Tal situação causou, segundo o noticiado na coluna *Bastidores da Assembleia,* do *Jornal do Commércio*, no dia seguinte à apresentação da proposta, "um princípio de incêndio, estabelecendo-se ligeiro conflito entre as duas associações",[80] principalmente acerca do percentual do imposto.

Ao final, o projeto foi aprovado, sendo criada "a taxa adicional de cinco porcento sobre o imposto de indústria e profissão", a qual seria repassada à Associação Comercial do Amazonas, que, além de criar o Museu Comercial do Amazonas e de cuidar das suas exposições, deveria também promover

> […] propaganda no país e no estrangeiro dos produtos amazonenses, troca de mostruários dos nossos produtos com os de outros Estados, distribuição gratuita de monografias referentes aos produtos com instruções práticas sobre a cultura e extração, serviço especial de estatística, propaganda da goma elástica e seus similares[81].

Pelo que tudo parece, ao contrário do vizinho Pará, que inaugurou em 1919 o seu Museu Comercial[82], o Amazonas nunca chegou a ter o seu. Depois da notícia da aprovação do imposto, estranhamente não se encontrou nas fontes qualquer outra informação sobre o possível museu ou o que foi feito com os recursos financeiros provenientes do imposto, nem mesmo nas mensagens dos governadores. Somente a menção feita por Arthur Reis, que, em seu artigo de 1925, dizia que "A Associação Comercial […] deveria tomar a peito a organização tão necessária e urgente de um museu comercial"[83]. Assim como, em 1928, o então governador Ephigênio Ferreira de Salles mencionou que "também nesta capital tenciona a administração pública estabelecer um pequeno mostruário, à guisa de museu, onde os nossos visitantes possam conhecer com facilidade os produtos industriais, comerciais e agrícolas do Amazonas"[84], não fazendo nenhuma menção ao histórico acerca dos debates e do papel da Associação Comercial nessa empreitada. Fato é que, na mensagem do ano seguinte, ele informava que criou, segundo o decreto n.º 214, de 20 de dezembro de 1928, a Diretoria de Estatística, Museu e Numismática, ficando a dita repartição responsável pela "organização sistemática de

[80] Jornal do Commércio, de 8 de outubro de 1918, p. 1.
[81] Jornal do Commércio, de 8 de outubro de 1918, p. 1.
[82] Jornal do Commércio, de 7 de outubro de 1919, p. 3.
[83] Jornal do Commércio, de 3 de outubro de 1925, p. 1.
[84] Mensagem do governador. Ephigênio Ferreira de Salles, de 14 de julho de 1928, p. 103.

um museu-mostruário de produtos naturais, industriais e agrícolas, para exposição permanente nesta capital e na capital Federal, com o serviço correspondente de documentação"[85], mas também sem maiores informações nas fontes, pelo menos até 1930.

Já finalizando o exemplo de como os museus amazonenses foram retratados no noticiário local, alguns pontos cabem reflexão. Primeira, foi a importância da criação do Museu Botânico ainda no Império, assim como, não haver nenhum relato da possibilidade de ter sido fechado em decorrência de questões políticas envolvendo a mudança do regime monárquico para o republicano, pelo contrário, de acordo com Joaquim Campos Porto, ex-secretário do Museu:

> Jornais de todo o império e de hoje os da República, revistas nacionais e estrangeiras, relatórios da administração de ambos os partidos em que se dividia a opinião, todos são acordes em merecidos louvores ao estabelecimento, que, em região remota, dava tão bons exemplos a imitar e indicava tão seguro caminho a seguir[86].

Ainda de acordo com Campos Porto, o encerramento das atividades do Museu foi decorrência de falta de investimento desde sua criação, e de questões políticas internas nos governos, que influenciaram inúmeras ações da administração pública em relação à instituição, culminado com a saída de seu diretor em 1890, já na República, convidado a assumir o cargo de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ocasionando assim, não apenas o fechamento do Museu, como também, o seu acervo passou a sofrer com uma série de ações errôneas da administração pública[87].

Percebeu-se também a visão do que deveria ser um museu público do estado, vinculado sempre à ideia de um museu de caráter natural e científico, com ações envolvendo pesquisa sobre a flora, a fauna e os minerais, e não um museu histórico. Por fim, a necessidade de realização de mais estudos para identificar os possíveis motivos da não permanência dos museus, inclusive, o Museu Comercial, que, com uma característica importante para época, diante da crise da borracha, com a captação de recurso específico para tal, e mesmo com a atuação constante dos governantes na idealização das exposições e criação de mostruários, a criação do Museu localmente não se consolidou.

Outra situação percebida ao longo da pesquisa foi a constatação de grande

[85] Mensagem do governador. Ephigênio Ferreira de Salles, de 14 de julho de 1929, p. 38; 184.
[86] CAMPOS PORTO, Joaquim. Histórico do Museu Botânico do Amazonas ..., 1891, p. 65.
[87] *Idem,* p. 65.

frequência de notícias sobre instituições e acervos de arquivos, bibliotecas, museus, do Brasil e do mundo nos jornais que circulavam no Amazonas. Tais notícias variavam, desde a existência e início de exposições, como na notícia publicada em 5 de janeiro de 1904[88], com o título "Carta de Portugal", onde, dentre vários assuntos envolvendo as relações entre Portugal e Brasil, mencionou a inauguração de uma exposição de cartografias no Museu Colonial, da Sociedade de Geografia de Lisboa, e dizia que "o Museu Colonial que serve de fundo grandioso aos trabalhos científicos de incalculável valor aqui reunidos, e que constituem uma verdadeira riqueza"; assim como o relato de doação de acervos em bibliotecas, como na notícia de 2 de abril de 1915[89], em que Dom Francisco, bispo diocesano do Maranhão, ofereceu à Biblioteca Pública do mesmo estado duzentos e três volumes de leis do Império", ou em Sergipe, como noticiado, quinze dias depois, quando "O Dr. Dionysio Eleutherio de Menezes, abastado proprietário, residente no município de Riachuelo, remeteu à Biblioteca Pública do Estado [de Sergipe], vários trabalhos de arte, por ele executados no correr da sua mocidade" [90]; ou mesmo o roubo de acervos em arquivos, como o noticiado em 19 de setembro de 1907[91], na coluna "O exterior pelo telégrafo", em que dizia que "ladrões penetraram ao arquivo do Palácio da Justiça de Barcelona [Espanha], furtando inúmeros autos". Na realidade, a grande maioria das notícias envolvia situações que causavam prejuízo às instituições e/ou aos acervos, como acidentes, catástrofes, ou mesmo os roubos, que eram relatados constantemente.

Quanto aos acervos de arquivos, um caso parece ter alcançado maior repercussão, ou pelo menos, acreditava-se que daria mais notoriedade na sociedade amazonense, por render uma série de notícias diárias, fazendo com que a população acompanhasse o desenrolar do caso. Trata-se do sumiço de documentos na Alfândega de Belém.

No dia 3 de abril de 1907, foi noticiado que,

> Ainda d'O Jornal, de Belém do Pará, edição de 24 de março último, recortamos os seguintes informes a respeito dos desfalques verificados na repartição aduaneira daquela capital. Continuaram ontem, no arquivo da alfândega, os inquéritos sobre o furto de vários livros de receitas dos anos de 1905 e 1906 dessa repartição e de que é principal autor o Sr. Francisco Augusto de Alencar Matos. [92]

[88] Jornal do Commércio, de 5 de janeiro de 1904, p. 2.
[89] Jornal do Commércio, de 2 de abril de 1915, p. 1.
[90] Jornal do Commércio, de 15 de abril de 1915, p. 1.
[91] Jornal do Commércio, de 17 de setembro de 1907, p. 1.
[92] Jornal do Commércio, de 3 de abril de 1907, p. 2.

Não somente o noticiário já indicava o autor do crime, como também que a comissão responsável pela averiguação do caso, mencionava outros nomes de empregados da administração pública do Pará, também estavam sendo implicados no roubo, ressaltando considerar que "a permanência desses funcionários no exercício de seus cargos não condiz com a boa disciplina e moralidade que deve reinar nos departamentos fiscais", indicando assim a suspensão das funções dos mesmos. Os relatos que continuaram na publicação do dia seguinte, inclusive com mais detalhes de como fora descoberta a ausência da documentação, diziam que "o desaparecimento dos livros do arquivo da Alfândega foi descoberto pelo servente das capatazias, que trabalha na 1° Seção", e continuava, "este servente, dado por acaso a esse compartimento da Alfândega, ouviu uma conversa sobre livros e sua retirada do arquivo", causando-lhe estranheza, onde, tendo avisado ao inspetor da Alfândega, iniciaram-se as diligências[93].

Inicia-se assim, o relato detalhado de todas as diligências, inclusive as primeiras prisões efetuadas, e a suposição de que tais sumiços tinham relação com desfalques fiscais, por exemplo, no interrogatório do "Sr. Soares dos Santos sobre os desfalques ali havidos, dizendo aquele funcionário nada saber, pois não subtraia dinheiro algum. Assumia, entretanto, a responsabilidade dos desfalques existentes, embora soubesse que a mesma era enorme"[94]. As notícias acerca do caso, continuaram por vários dias[95], inclusive com longas notas, até que no dia 29 de junho do mesmo ano, na Coluna "O que vae pelo Pará", apresentou-se o desfecho final do caso, onde relatava a conclusão do Juiz Dr. Alberto Barreto, julgando ser "procedente a denúncia dada pelo Dr. Procurador secional contra o réu João Carlos Soares dos Santos, tesoureiro da Alfândega", e considerando o Francisco Augusto de Alencar Matos e os demais denunciados, culpados por coparticipação na subtração dos livros do arquivo[96].

Outro caso de grande repercussão nacional e internacional, que tinha os arquivos e acervos documentais, inclusive os custodiados no Arquivo Público do Amazonas, permeava frequentemente os noticiários, conhecido como a "Questão do Acre". Tratava-se da mobilização da política externa brasileira da Primeira República, envolvendo a diplomacia brasileira liderada pelo Barão do Rio Branco em relação à ocupação do

[93] Jornal do Commércio, de 4 de abril de 1907, p. 1.
[94] Jornal do Commércio, de 4 de abril de 1907, p. 2
[95] Os relatos continuaram no Jornal do Comércio nos dias 5, 7. 9, 11 de abril, e a última notícia sendo, dia 29 de junho de 1907, já com o desfecho.
[96] Jornal do Commércio, de 29 de junho de 1907, p. 2.

território do Acre[97].

Ao longo de vários dias, foram noticiadas as diversas movimentações do governo brasileiro na tentativa de subsidiar argumentos para justificar sua posse do território acriano, sendo comum a citação de documentos custodiados por diversos arquivos como prova dos argumentos, como no discurso do general Dionysio Cerqueira, na Câmara dos Deputados, em 19 de setembro de 1900, em que dizia que "se é um tratado de limites que se pretende fazer, além dessas instituições [Ministério dos Estrangeiros], são colecionados documentos geográficos, fazem-se cartas geográficas, nas quais são traçadas as linhas marcando as fronteiras", exaltando inclusive o Barão da Ponte Ribeiro, a quem "tinha mania dos limites do Brasil, que não se ocupava senão com eles, vivendo nos arquivos, procurando documentos velhos, mapas antigos, fazendo escavações para defender os nossos direitos"[98],

Inclusive, sendo mencionada a documentação do Arquivo Público do Estado do Amazonas, ficando a cargo de Bento Figueiredo Tenreiro Aranha "rebuscar no Arquivo Público e outras repartições estaduais documentos que aproveitem a causa do Estado na ação de reivindicação de posse do território acriano"[99]. O mesmo Bento Figueiredo noticiou que o "resultado muito satisfez ao governo, à vista dos documentos rebuscados terem sido julgados importantes e necessários pelo ilustre Dr. Ruy Barbosa"[100].

A existência corriqueira nos noticiários que circulavam no Amazonas sobre instituições e acervos de arquivos, biblioteca e museus do Brasil e do mundo, contribui na reflexão de que a sociedade tinha acesso, não apenas às informações sobre o dia a dia de tais instituições e repartições no Amazonas, mas também das notícias de como eram, como funcionavam e qual a importância de tais instituições e seus acervos pelo mundo. Contribuindo assim, na tese apresentada nesta pesquisa, de que não somente os governantes e a máquina pública do Estado tinham a consciência da importância de tais instituições, como também, a população que tinha acesso aos noticiários, o que, como pôde ser visto acima, chegava a influenciar inclusive as falas de personalidades políticas e intelectuais, como foi o caso de Agnello Bittencourt e Arthur Cézar Ferreira Reis, dentre

[97] Para saber mais: COUTO, Felipe Rabelo. *Uma chaga viva no sentimento popular: Rui Barbosa e a questão do Acre*. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
[98] A Federação: órgão do Partido Republicano Federal do Amazonas, de 13 de dezembro de 1900, p. 2.
[99] Ato do governo do Estado, de 6 de setembro de 1904, citado pelo próprio Bento Aranha e notícia publicada no Jornal do Commércio, em 9 de setembro de 1908, p. 2.
[100] Jornal do Commércio, em 9 de setembro de 1908, p. 2.

outros[101].

A averiguação da circulação constante de tais informações na sociedade amazonense faz acreditar que, pelo menos a parcela que tinha alguma forma de acesso a tais informações, dispunham de certa percepção não só acerca das existências de tais instituições, como também de seus acervos, atividades, e também da noção da importância do patrimônio documental, já que em muitas das vezes, as notícias carregavam toda uma conotação de importância não somente na administração pública, mas na própria concepção de sociedade que se queria construir.

1.3. O patrimônio documental entre a Belle Époque e a "ilusão do fausto"

Pensar a construção de uma estrutura administrativa que servisse de instrumentalização na gestão documental e na criação da memória, história e identidade amazonenses decerto que estará intrinsecamente ligada a questões intelectuais, políticas e econômicas do Amazonas, principalmente ao seu processo econômico da economia da borracha e todo o ideal de uma capital moderna, advinda com o sonho de uma *Belle Époque* nos trópicos.

Como se pode observar até aqui, foram frequentes as falas de governantes, administradores do estado e intelectuais amazonenses chamando atenção para a importância dos arquivos, museus e bibliotecas na formação e construções de representações da história e memória da sociedade amazonense, tendo como espelho as instituições congêneres das principais capitais do Brasil e do mundo, comumente noticiadas nos jornais que circulavam no Amazonas.

Cabe ressaltar que as falas sobre a importância de tais instituições, mesmo que pelos governantes em suas mensagens ao parlamento amazonense, não necessariamente significava ter força para que tais instituições existissem de fato, e nem que, as que conseguissem sair do papel, tivessem trajetórias fáceis, como foram vistos nos noticiários, inclusive de intelectuais da época.

O entendimento da importância da existência das instituições estava

[101] No decorrer da pesquisa, teremos outro personagem que irá tecer críticas ao Arquivo Público, Bento Aranha, sob o pseudônimo de Ajuricaba. O mesmo que ficou responsável por identificar a documentação envolvendo a Questão do Acre, e, como veremos no capítulo 3, se tornou um dos diretores da repartição da qual fazia parte o Arquivo Público, e criou a *Revista do Archivo Público*, além de jornalista com forte posicionamento político. Ou seja, um homem das redes intelectuais e políticas do Amazonas. Para saber mais: PINHEIRO, L. B. S. P. "Bento Aranha e a cidade da borracha - Manaus, 1905-1910". *Intelligere Revista de História Intelectual*, n.º 12, pp. 16-42. 2021.

constantemente ligado ao discurso de modernização do estado e de construção de um ambiente intelectual na região. Por outro lado, as dificuldades observadas na consolidação das mesmas instituições recaiam em duas teses, os intelectuais, como Agnello Bitencourt, Arthur Cezar Reis, Bento Aranha, com o pseudônimo de Ajuricaba, e Joaquim Campos Porto, o secretário do primeiro Museu Botânico do Amazonas, indicavam a falta de conhecimento e interesse dos governantes, assim como questões políticas que interferiam na consolidação dos arquivos, bibliotecas e museus, por outro lado, os governantes e administradores, que indicavam as dificuldades financeiras ao longo do período, com o declínio da riqueza proporcionada pela economia da borracha, como causador das instabilidades, influenciando não apenas das instituições dos arquivos, bibliotecas e museus, como das demais áreas da administração pública.

Como relatado inúmeras vezes pelos governadores, por exemplo, em 1901, na mensagem extraordinária do governador Silvério Jose Nery[102], justamente para tratar da situação do Amazonas, primeiro, chamando atenção de como ele encontrou o mesmo ao assumir o governo:

> Assumindo a administração do Estado, no dia 23 de julho do ano passado, desde logo minha atenção foi solicitada por dois assuntos, qual deles o mais transcendente e interessante à boa marcha dos negócios públicos: — de um lado as precárias condições financeiras do Estado, sem numerário, sequer para pagar o seu funcionalismo, e onerado, além disso, de pesadas dividas; de outro a completa desorganização do poder Judiciário, regido por leis extravagantes, inconstitucionais umas, defeituosas todas
> Daí a necessidade em que me achei de convocar-vos em sessão extraordinária para pedir as vossas luzes e patriotismo a adoção de medidas que escampam às minhas atribuições constitucionais, principalmente no que diz respeito ao Poder Judiciário[103].

Acerca da primeira questão por ele assinalada, relatou que,

> Ao assumir o Governo, como sabeis, tive de sustar muitos serviços adiáveis e anular diversos contratos lesivos à Fazenda estadual e cuja continuação reduziria o Estado a uma situação verdadeiramente embaraçosa, agravada pela crise financeira que atravessamos[104].

Panorama repetido na mensagem do ano seguinte, onde, ao falar das finanças arrecadadas pelo Tesouro Público, ressaltou ser "incontestável, pois somente a crise financeira, cujas consequências todos experimentamos, é que se deve atribuir o resultado

[102] Mensagem do Governador. de 15 de janeiro de 1901. 2.
[103] Mensagem do Governador, de 15 de janeiro de 1901, p.7-8.
[104] Mensagem do Governador, de 15 de janeiro de 1901, p. 18.

pouco satisfatório que ora apresenta esta instituição"[105]. Em 1910, o então governador, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, relatou que "como nos anos anteriores pesava sobre o Estado uma grande crise financeira, lembrei o modo de dar inteira satisfação a todas essas necessidades sem ficar o Estado onerado de mais compromissos"[106], mostrando assim que a crise financeira continuava. Os relatos continuaram em 1913, pelo então governador Jonathas de Freitas Pedrosa,

> Se estivéssemos a braços com uma simples crise financeira, e em nada estivesse afetada a nossa hoje única indústria explorada, em boas condições estaria o nosso comércio, em sua generalidade, e, muito mais fácil seria debelar o mal, por meio de corte cerce das despesas, chegando mesmo a simplificação do nosso aparelho administrativo[107].

Crise ainda observada também em 1923, nas falas do governador Cesar do Rego Monteiro, ao mencionar um empréstimo feito pelo governo anterior, que "transformou o Estado em um Prometheu da fábula acorrentado ao rochedo de uma enorme dívida", onde "se não tivesse realizado essa operação desastrosa, o Estado facilmente removeria a crise financeira, determinada pela baixa do seu principal produto de exportação, à vista de outros recursos que tem à sua disposição"[108]. Crise interna acentuada, conforme a fala do governador Dorval Pires Porto, por questões internacionais, para quem, "tudo indica que o ano de 1930 marcará o máximo da depressão econômica, também proveniente, em boa parte, da crise financeira mundial que determinou o retraimento geral de compras"[109].

O que tem de comum nas falas dos governadores é justamente a crise econômica que recaiu no Amazonas em decorrência da perda de valor do seu principal produto exportador, a Borracha, aliada ao contexto de crise mundial em fins da década de 1920. Fato é que a economia da borracha foi o grande propulsor para as ideias e planejamentos de crescimento do Amazonas na perspectiva administrativa e urbana, principalmente de uma capital internacional, uma metrópole cosmopolita com base no simbolismo da *Belle-Époque* europeia nos trópicos, assim, como o próprio causador do seu desfalecimento.

A extração da borracha e sua exportação clandestina já existia desde o século XVIII, mas que tomou impulso, sendo estabelecida de forma próspera em meados do século XIX, principalmente com a abertura dos portos realizada por D. João[110]. Em seu

[105] Mensagem do Governador, de 10 de julho de 1902, p. 660.
[106] Mensagem do Governador, de 10 de julho de 1910, p. 140.
[107] Mensagem do Governador, de 10 de julho de 1913, p. 9.
[108] Mensagem do Governador, de 14 de julho de 1923, p. 87.
[109] Mensagem do Governador, de 14 de julho de 1930, p. 73.
[110] SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero: 1994.

período áureo, a borracha financiou um plano de prosperidade, o que se mostrou muito presente no imaginário da época e, em boa parte, na própria produção intelectual e acadêmica até bem pouco tempo, de uma Amazônia que parecia ter vivido apenas o incrível vigor da riqueza da borracha[111].

Uma possibilidade de se pensar os motivos de uma crise tão duradoura é o apresentado por Marcio Souza[112], a região amazônica, principalmente a capital manauense, experimentou um crescimento em várias esferas, deixando de ser uma vila de poucas casas e respirando novas possibilidades, principalmente sua elite, que, provocada pela forma inesperada desse crescimento, se mostrou a não pensar a longo prazo, criando um imaginário de que a riqueza da borracha, diferente da riqueza do ouro em Minas Gerais, não se esgotaria, pela falsa abundante das seringueiras. Este imaginário, de riqueza inesgotável, aliado ao crescimento das finanças de forma mais rápido do que se poderia gastar, fez com que os coronéis da borracha, não apenas, monopolizassem mais ainda as riquezas, como também criassem uma ideia de progresso e modernidade, rompendo com os costumes coloniais, seu isolamento geográfico e político com o Brasil, assim como construindo uma atmosfera europeia com os recursos financeiros[113].

Em paralelo à crise da borracha, chegavam também os ideais federalistas, o que causava, após a Proclamação da República, certo desconforto da administração Federal, já que o novo regime sempre se preocupou com a possível autonomia dos políticos locais, que mais pareciam aristocratas, assim como, com os embates internos entre os diferentes grupos políticos, que não difícil, acabava em conflitos mais exaltados. Cabe ressaltar que a desconfiança dos republicanos em relação aos grupos políticos regionais sempre foi constante e conflituosa, principalmente de regiões distantes do eixo sudeste. No caso do Amazonas, a desconfiança política era agravada a partir das instabilidades econômicas, quando já não se conseguia manter o status da elite local e nem os gastos e a estabilidade do Estado.

Por esse motivo, o novo governo Federal, de tempos em tempos, se via no entendimento da necessidade de nomear interventores para controlar os efeitos da crise,

[111] Cabe ressaltar que, a própria historiografia recente, sinalizou um corte com a visão simplista de riqueza e engrandecimento do Amazonas com a economia da borracha, não somente pela crise em si, mas também, por questões sociais ao longo do próprio período de riqueza, onde não somente se observou um crescimento desordenado da sociedade, como também boa parte dessa população ficaram marginalizados aos benefícios da economia e a elite da borracha. Para saber mais: SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia* ..., 1994; DIAS, Edínea Mascarenhas. *A ilusão do fausto*..., 1999.
[112] SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia* ..., 1994, p. 138.
[113] *Idem*, p. 138.

que também se alastrava para o campo político[114]. Além da junta governativa, nomeada para governar o Estado logo após a Proclamação da República, o Amazonas, entre 1889 e 1830, teve 19 governadores, sendo nove eleitos pelo sufrágio popular, e dez interventores nomeados pelo governo federal[115], dos quais, ao todo foram doze militares.

Em fins da década de 1910, já se via um considerável êxodo populacional, assim como os ativos provenientes do comércio da borracha chegando a quase a zero, e em 1920, enquanto a economia mundial passava por um período de crescimento, "Belém e Manaus, eram cidades vencidas e em processo de liquidação"[116], com alto índice de desemprego, serviços de infraestrutura em colapso, e prédios em ruínas, explicando a sensação de caos social observado pelos tenentistas de 1924[117].

Voltando ao período do auge da borracha, tal desenvolvimento pode ser visto na modernização da infraestrutura urbana, principalmente da capital, como abertura das avenidas, construção de pontes, bondes elétricos, telefonia, energia elétrica, inclusive na iluminação pública, água encanada, e a ampliação do porto; novas possibilidades de lazer e bens culturais sempre nos moldes das capitais europeias, com a construção de praças, jardins, cafés, lojas e o próprio Teatro Amazonas; no desenvolvimento do sistema de ensino, que passou por importantes melhorias, como a criação da Escola Universitária Livre de Manaus em 1909, e a adequação do Ginásio Amazonense aos moldes do Rio de Janeiro, tais melhorias se faziam necessárias, não só, pois consegui formar várias personalidades que se destacaram no cenário cultural e político da região, mas, principalmente, possibilitaria uma melhoria geral da sociedade, tendo em vista que o recenseamento geral da República de 1890, dizia que quase 80%, dos 38.720 habitantes eram analfabetos[118].

A economia da borracha financiou a estruturação administrativas do estado, sendo criadas várias repartições, como a Diretoria das Obras Públicas, Terras e Estatísticas; Diretoria dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação, e da Instrução Pública e

---

[114] *Idem*, p. 139-140.
[115] Cabe ressaltar que. Os primeiros 13 governadores (1889-1917), empossados pelo governo federal ou eleitos pelo sufrágio popular, foram militares. O primeiro governador civil eleito foi Pedro de Alcântara Bacellar, em 1917, iniciando assim uma sequência de 4 governadores civis eleitos pelo sufrágio popular, sequência interrompida em 1930, com a nomeação do interventor Álvaro Maia, pelo governo federal.
[116] SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia ...*, 1994, p.147.
[117] FALCÃO, Charles Maciel. *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários de Construção de um campo intelectual em Manaus – AM*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. 2019; SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia: 1800- 1920. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980; SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia ...*, 1994,
[118] DIAS, Edínea Mascarenhas. *A ilusão do fausto ...,* 1999, p. 54.

Particular; Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, Artes e Manufaturas, Imigração e Colonização; Diretoria da Polícia e Segurança e Assistência Pública. Repartições que teriam papel fundamental no gerenciamento e controle, assim como na consolidação de uma moderna sociedade amazonense, mas que também passaram por inúmeras dificuldades e processos de composição e alterações, principalmente, como se pôde já observar, a partir da crise da borracha.

Acerca da gestão do patrimônio documental, como pode ser observado até aqui, falas foram feitas, debates travados, assim como ações foram realizadas, com a criação de instituições e repartições, visando criar e gerenciar o patrimônio documental amazonense. Arquivos, bibliotecas, museus, instituições públicas e privadas, em seus mais diferentes contextos e estruturas. Algumas sofriam com idas e vindas, como os museus e a Biblioteca Pública, que ficou por um longo período fechada. Outras instituições ficaram apenas no imaginário, como o Museu Comercial do Amazonas, e mesmo a existência de um Museu Público nos moldes do grande Museu Botânico, dirigido por Barbosa Rodrigues.

Os fatores que resultaram no não funcionamento pleno das repartições voltadas ao cuidado do patrimônio público e suas instituições, não remetem apenas o desinteresse dos governantes e dos administradores do Estado, isso também aconteceu, por desavenças políticas, pela falta de entendimento técnico da importância de tais instituições e acervos, tudo isso, potencializado pela escassez de recursos com a crise econômica da borracha.

Como poderá ser visto no capítulo a seguir, a produção de reflexão histórica em tais temáticas, ainda hoje, está aquém. Os arquivos, bibliotecas e museus, que tinham também a função de municiar ações administrativas com objetivo de fomentar a modernidade do Estado, como já observado, passaram pelos mesmos problemas das demais estruturas da administração pública, mas não deixavam de estar presentes nos debates públicos.

A reflexão realizada até aqui, aliada aos exemplos apresentados sobre arquivos, bibliotecas e museus no Amazonas, permite compreender as diversas percepções acerca da atuação dos governantes, do Estado e da sociedade em geral. Essas percepções possivelmente influenciaram as práticas de gestão e preservação do patrimônio documental, refletindo a convergência de múltiplas visões e discursos de diferentes atores sociais da época. Trata-se, portanto, de questões que podem ser aprofundadas em futuras investigações por aqueles que se interessarem pelo tema.

***

CAPÍTULO 2
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS: UMA HISTÓRIA POR SE CONSTRUIR

Como observado no primeiro capítulo, durante a Primeira República, não apenas circulavam notícias sobre arquivos, bibliotecas e museus do Brasil e de diversas partes do mundo, mas também houve tentativas de criação dessas instituições no Amazonas, gerando debates em várias esferas da sociedade. Essas discussões envolviam tanto o papel dos governantes e da administração pública quanto questões administrativas e financeiras, principalmente devido ao contexto social e econômico da época. Ademais, refletiam a percepção de diferentes grupos sobre a relevância dessas instituições na sociedade.

Além disso, a própria ação das repartições públicas se misturava, tanto pela falta de entendimento de alguns dos papéis dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, quanto pelos vários contextos que influenciavam as decisões na administração, principalmente por questões econômicas. Por esse motivo que, ao procurar nesta pesquisa estudar a gestão do patrimônio documental na administração pública do estado, com foco na ação do Arquivo Público, dos arquivos das repartições e do próprio papel dos arquivistas, foi necessário identificar e contextualizar também as bibliotecas e museus nesse cenário, inclusive, com o levantamento de outros trabalhos já realizados.

2.1. Arquivos, bibliotecas e museus no Amazonas: registros fragmentados de uma história

A etapa de levantamento bibliográfico, voltada à identificação de estudos que contribuíssem para a compreensão do contexto da gestão documental na administração pública do Amazonas, revelou que essa história ainda está em construção. Como será demonstrado a seguir, foram identificados 22 trabalhos com perspectiva histórica sobre os arquivos, bibliotecas e museus existentes no Amazonas durante a Primeira República.[119].

[119] Cabe ressaltar que o levantamento se iniciou ainda em 2018, como parte de um projeto de iniciação científica, "Levantamento bibliográfico acerca dos estudos sobre patrimônio documental no Amazonas e a História das instituições, acervos e práticas de arquivos", realizado pela Paola da Cruz Rodrigues, na época graduanda de História, como bolsista PIBIC Fapeam. Em 2020, o levantamento foi retomado como parte já da pesquisa de doutorado, acrescentando, mais recentemente, as bibliotecas e museus do Amazonas. Nessa nova fase, foram incluídos os resultados das buscas realizadas nos repositórios de Tese e Dissertações da Capes, da Ufam e da UEA, além da pesquisa no Google Acadêmico.

Tabela 2 – Quantitativo de bibliografias encontradas que tinham arquivos, bibliotecas e museus como objeto de estudo com perspectiva histórica.

Instituição	Livros	Artigos acadêmicos	TCC, Tese e dissertações	Textos completos em anais	Verbetes
Arquivo Público do Estado	0	1	3	0	0
Biblioteca Pública do Estado	2	1	1	0	1
Biblioteca do IGHA "Ramayana de Chevalier"	0	0	0	0	1
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	0	0	1	1	0
Museu Botânico do Amazonas	1	4	1	1	1
Museu Comercial do Amazonas	0	0	0	0	1
Museu do IGHA "Etnográfico Crisanto Jobim"	0	0	0	0	1
Museu de Numismática do Estado "Bernardo Ramos"	0	0	0	0	1
Total	**3**	**6**	**6**	**1**	**6**

Fonte: Dados compilados pelo autor. Banco de Teses e Dissertações, da CAPES. Portal Periódicos CAPES, Base de Dados da Biblioteca Central da UFAM e acervo da Biblioteca Pública do Amazonas.

Utilizando a metodologia da bibliometria, foi possível identificar algumas características das 22 obras analisadas. Entre os trabalhos encontrados, destacam-se três livros e seis verbetes, nenhum dos quais originado de pesquisas acadêmicas. Em vez disso, essas obras resultaram de investigações pessoais de caráter histórico, desenvolvidas por autores com alguma proximidade profissional com as instituições ou com o tema abordado.

Entre os livros, vale mencionar "Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas" (1957), de Genesino Braga, bibliotecário que foi professor do curso de Biblioteconomia da UFAM e diretor da Biblioteca Pública do Estado. Outro exemplo é "Biblioteca Pública do Amazonas" (2013), de Robério Braga, advogado, político e secretário de Cultura do Amazonas por quase 21 anos (2001–2022), além de intelectual e estudioso da história do estado. Já o livro "João Barbosa Rodrigues e o Museu de Botânica do Amazonas" (2010), foi escrito por Leyla Leong, jornalista, escritora e ilustradora botânica. Os seis verbetes analisados foram publicados no livro "Manaus entre o passado e o presente" (2009), de Durango Duarte, publicitário e pesquisador da história do Amazonas.

Apesar de não serem trabalhos acadêmicos, essas obras possuem um valor significativo, não apenas por seu caráter pioneiro, mas também por sua contribuição para a construção da memória do Amazonas. Além disso, ao utilizarem fontes históricas, auxiliaram no levantamento de algumas referências fundamentais para esta tese.

Outra característica observada foi a ausência de historiadores entre os autores dessas obras. Três deles possuem formações diversas, mas desenvolveram suas dissertações ou teses em programas de pós-graduação em História. É o caso de Magali Romero Sá, bióloga e doutora em History and Philosophy of Science pela University of Durham (Inglaterra); Maria Margaret Lopes, geóloga e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; e Bernardo Farias dos Santos, bibliotecário e mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

A baixa produção identificada, aliada ao fato de a maioria dos autores não serem historiadores de formação, evidencia que a temática ainda desperta pouco interesse na área da História. No entanto, muitos desses autores, devido à proximidade com o tema, acabam adotando a História como recurso teórico-metodológico para construir uma narrativa histórica em suas pesquisas.

Outro aspecto relevante observado foi a distribuição temporal das publicações. Considerando que os seis verbetes pertencem a uma única obra, percebe-se que entre 2013 e 2022 foram publicados nove trabalhos, um a mais do que em todo o período anterior. Esse dado sugere um crescimento, ainda que modesto, do interesse pelo tema, inclusive dentro do meio acadêmico.

Nos últimos 11 anos, outra questão relevante foi observada em relação às publicações. Além das obras já mencionadas, foram identificados mais oito trabalhos, sendo dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e seis textos completos publicados em anais de eventos acadêmicos. Embora não tenham sido contabilizados por não abordarem diretamente as instituições focais desta pesquisa, sua existência reforça a percepção de que o interesse por arquivos, bibliotecas, museus e acervos documentais tem crescido nos últimos anos. Esse aumento na produção acadêmica sugere uma valorização progressiva dessas instituições e de seus acervos como objetos de estudo.[120]

[120] Nesse caso, cabe ressaltar o papel do Archivum — Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Patrimônio da Ufam, criado em 2017, e que desde então contribuiu nos estudos sobre a história das instituições e dos arquivos. Os pesquisadores vinculados ao Archivum, já realizaram três edições do Simpósio Temático "História e Patrimônio documental" nas edições de 2018, 2020 e 2022 do Encontro Estadual de História da Anpuh-AM, assim como coordenaram o dossiê temático "História e Patrimônio documental" na Revista Manduarisawa, do Departamento de História, em 2020.

Ao retomar a análise das 22 obras estudadas, observa-se que a maioria foca na historicidade das instituições. O Museu Botânico foi a instituição mais abordada, com oito trabalhos, sendo três de autoria de Maria Margareth Lopes, incluindo sua tese *As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX*. Seus estudos analisam o papel do Museu Botânico e de seu personagem mais icônico, Barbosa Rodrigues, no contexto dos museus brasileiros do século XIX.

A Biblioteca Pública foi objeto de pesquisa em cinco obras, das quais apenas uma tem caráter acadêmico: a dissertação de Guilhermina Melo Arruda, *História e Memória da Biblioteca Pública do Amazonas — 1870 a 1910*. Seu estudo investiga a trajetória da instituição desde sua origem como Biblioteca Pública da Província, criada em 1870, até 1910, já no período republicano, quando perdeu seu status de repartição autônoma e foi incorporada a outra repartição, chegando a funcionar anexada ao Arquivo Público do Estado.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) foi analisado em cinco trabalhos, destacando-se a tese de Charles Maciel Falcão, *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os Itinerários da Construção de um Campo Intelectual em Manaus–AM*, que contextualiza a criação do instituto no contexto da atuação dos intelectuais da época. Além disso, os verbetes da obra *Manaus entre o Passado e o Presente*, de Durango Duarte, reconstruíram a trajetória do Museu e da Biblioteca do IGHA. O autor também publicou verbetes sobre o Museu Comercial do Amazonas, criado em 1942, e o Museu de Numismática do Estado, fundado em 1965. Embora essas instituições tenham sido formalizadas após o recorte temporal desta pesquisa, Duarte as vinculou aos debates sobre a criação do Museu Comercial entre 1889 e 1930, bem como ao acervo numismático de Bernardo Ramos, adquirido pelo Estado entre 1889 e 1900, mas que só obteve status oficial de museu em 1965.

De modo geral, a produção bibliográfica sobre arquivos, bibliotecas e museus apresenta inconsistências quanto a datas e contextos históricos, especialmente em obras não acadêmicas. A ausência de referências adequadas às fontes dificulta a verificação da veracidade das informações, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a criação e atuação dessas instituições, articulando-as aos debates políticos e intelectuais do período.

Como mencionado anteriormente, a ampliação da análise para além do objetivo central da tese – compreender a gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas entre 1889 e 1930 – teve como propósito contextualizar a atuação

do Estado em relação às demais instituições que também exerciam a custódia do patrimônio documental, como museus e bibliotecas. Os desafios enfrentados pelo Arquivo Público do Estado nesse período foram similares aos das bibliotecas e museus, revelando que a gestão do patrimônio cultural no Amazonas sofreu com os mesmos problemas estruturais e administrativos.

Diferentemente da Biblioteca Pública e dos diversos museus criados ou idealizados pelo poder público, o Arquivo Público do Estado foi a única dessas instituições que permaneceu em funcionamento contínuo entre 1897 e 1930. Além disso, seu papel como instrumento de gestão e preservação da documentação administrativa era amplamente reconhecido.

A partir desse ponto, a pesquisa busca responder algumas questões centrais: como foi estruturada a gestão documental do Estado? Como os governantes, a administração pública e os diversos atores – funcionários, políticos e intelectuais – compreendiam o papel dos arquivos das repartições e sua relação com o Arquivo Público? Quais ações foram implementadas para a gestão dos documentos do Estado, tanto na consolidação dos direitos dos cidadãos quanto na construção da memória e da história da sociedade? Por fim, pretende-se analisar como o Arquivo Público interagiu com as demais instituições.

2.2. O papel do patrimônio documental na construção da identidade local durante a Primeira República

Os arquivos, como locais de guarda de registros escritos e provas das ações de seus produtores, foram criados por diversas sociedades ao longo da história. Há relatos de sua existência desde a Antiguidade, quando os sumérios começaram a organizar suas escritas cuneiformes. Nessa época, os escribas desempenhavam a função de garantir a autenticidade dos documentos, criando inscrições especiais e protegendo-os[121].

Na Europa medieval, em um período de enfraquecimento dos grandes reinos, a nobreza e a Igreja também mantinham seus arquivos, utilizando-os como instrumentos de poder e autoridade. Durante o Antigo Regime, os arquivos consolidaram-se como arsenais da autoridade real, garantindo o controle sobre documentos essenciais à administração do Estado[122].

[121] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas ..., 2006.
[122] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas ..., 2006.

Com a Revolução Francesa, os arquivos passaram a ser reconhecidos como instrumentos de cidadania, como exemplifica a criação dos Arquivos Nacionais da França. Essa concepção se espalhou pelo mundo ocidental, dando início a uma nova fase na história dos arquivos. A partir do século XIX, consolidou-se a visão dos arquivos como laboratórios da História, reforçando seu papel na preservação e interpretação do passado[123].

A trajetória dos arquivos ao longo da história revela não apenas sua função como repositórios de documentos, mas também sua relação intrínseca com o poder, a identidade e a memória social. Mais do que simples depósitos de registros, os arquivos são instituições que desempenham um papel central na definição do que é lembrado e do que é esquecido, moldando narrativas e influenciando a construção da história oficial. Assim, compreender os critérios que orientam a preservação documental, os instrumentos que consolidam a atuação dos arquivos e os interesses que permeiam suas práticas é essencial para uma análise crítica do seu papel nas sociedades ao longo do tempo.

Entretanto, se os arquivos surgiram essencialmente como instrumentos administrativos, sua função não se restringiu a essa dimensão. Ao longo do tempo, passaram a assumir um papel cultural e simbólico, aproximando-se dos museus como espaços de construção da identidade social. Nesse sentido, os documentos arquivísticos deixaram de ser apenas registros burocráticos e passaram a ser compreendidos também como monumentos, carregando significados que vão além de sua função original. Esse processo revelou que a preservação documental não é neutra: há sempre escolhas envolvidas, que refletem os interesses daqueles que detêm o poder sobre a memória. O que se decide guardar ou descartar influencia diretamente a maneira como as sociedades constroem e revisitam sua história.

Esse aspecto nos leva a uma discussão fundamental sobre o uso social dos arquivos. Se por um lado eles servem como fonte de informação para a administração pública, por outro também são utilizados como ferramentas de legitimação do poder, podendo reforçar determinadas narrativas e marginalizar outras. Os arquivos, assim, não apenas preservam documentos; eles selecionam, interpretam e conferem autoridade ao que se considera digno de ser lembrado. Essa seletividade não ocorre de forma aleatória, mas é fruto de dinâmicas políticas, econômicas e ideológicas que determinam quais documentos serão acessíveis e quais permanecerão ocultos, seja por esquecimento deliberado ou por falta de interesse institucional.

[123] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas ..., 2006.

Na Arquivologia, essa reflexão se desdobra no conceito de produção natural do documento e na distinção entre valores primário e secundário. Um documento arquivístico nasce como produto de uma ação administrativa ou jurídica, tendo, nesse primeiro momento, um valor primário, vinculado ao seu uso imediato para a gestão e comprovação de atos oficiais. No entanto, com o passar do tempo, alguns documentos adquirem um valor secundário, tornando-se referências para a pesquisa histórica, a construção da memória e a reafirmação identitária de um povo. Esse processo, no entanto, não é automático: ele depende de políticas arquivísticas que garantam a preservação e a acessibilidade dos documentos de interesse público.

Assim, os arquivos não são meramente repositórios passivos do passado, mas espaços de disputa sobre a memória e a história. Seu papel vai além da preservação documental, estendendo-se à construção das identidades coletivas e à instrumentalização da informação para diferentes fins. Ao longo dos séculos, sua função oscilou entre a burocracia estatal, a afirmação do poder e a democratização do conhecimento. Reconhecer essa complexidade nos permite não apenas compreender melhor a importância dos arquivos, mas também questionar e aprimorar as políticas de gestão documental, garantindo que eles cumpram seu papel social de forma mais equitativa e acessível[124]

Nos últimos tempos, novas questões têm emergido no debate sobre os arquivos e sua relação com a sociedade. Entre elas, destaca-se a reflexão acerca das ausências documentais, ou seja, a perda de acervos que, em algum momento, foram provas de uma ação, mas desapareceram ao longo do tempo, assim como daqueles documentos que sequer chegaram a ser arquivados. Essas lacunas não são meras fatalidades, mas sim reflexos das formas como as sociedades constroem e organizam suas memórias. A análise dessas ausências permite compreender melhor os processos de construção e apagamento da história, bem como as relações de poder que permeiam a gestão documental.

Neste contexto, podemos identificar dois tipos principais de ausência nos arquivos. O primeiro possui um caráter "natural", decorrente da ação do tempo sobre os suportes documentais. Materiais como papel, pergaminho e registros digitais são suscetíveis à deterioração, e sua longevidade depende diretamente das condições ambientais e das práticas de conservação adotadas. A ação humana pode desempenhar

[124] Para saber mais sobre valor primário e valor secundário de um documento de arquivo, ler: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; e SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006.

um papel crucial nesse processo, seja acelerando a deterioração por meio da negligência e do descaso, seja retardando-a por meio da adoção de políticas eficazes de preservação e gestão documental. Contudo, mesmo com as melhores práticas de conservação, a perda de registros é inevitável em algum grau, dada a fragilidade dos suportes e os desafios da manutenção contínua.

O segundo tipo de ausência se diferencia do primeiro justamente pela presença de uma ação humana intencional ou negligente como fator determinante. Se recorrermos ao jargão jurídico, podemos classificá-lo em dois níveis: o primeiro de caráter culposo, no qual a perda documental resulta de imprudência, negligência ou imperícia por parte de seus responsáveis. Isso ocorre, por exemplo, quando um acervo é extraviado devido à falta de organização ou a falhas administrativas que poderiam ter sido evitadas. Já o segundo nível de ausência tem um caráter doloso, ou seja, trata-se de um silenciamento deliberado, no qual documentos são ocultados, destruídos ou excluídos propositalmente. Esse tipo de ausência revela os arquivos não apenas como espaços de preservação, mas também como instrumentos de poder, onde a seleção do que permanece e do que desaparece reflete disputas políticas, sociais e culturais.

A exclusão deliberada de documentos não é um fenômeno recente. Ao longo da história, diversos regimes políticos recorreram à destruição sistemática de registros para reescrever narrativas e eliminar evidências que poderiam comprometer sua legitimidade. O apagamento de documentos durante períodos de censura e repressão, como em ditaduras e regimes autoritários, exemplifica essa dinâmica. Além disso, a ausência documental pode se manifestar de forma mais sutil, como a falta de registros sobre grupos marginalizados, cujas experiências não foram devidamente documentadas devido à hierarquia de valores estabelecida pelas instituições arquivísticas. Dessa forma, as ausências nos arquivos não apenas refletem perdas materiais, mas também evidenciam os limites da memória institucional e os desafios da construção de narrativas históricas mais inclusivas.

Compreender essas diferentes formas de ausência nos arquivos é fundamental para desenvolver políticas de preservação mais eficazes e questionar os processos de silenciamento que permeiam a gestão documental. Ao reconhecer que os arquivos são tanto espaços de memória quanto de esquecimento, abre-se caminho para estratégias que busquem minimizar as lacunas históricas e ampliar o acesso à informação. O desafio, portanto, não está apenas na preservação dos documentos existentes, mas também na

reflexão crítica sobre o que não chegou a ser preservado e os motivos por trás dessas ausências.

Mesmo tendo um caráter inevitável, o primeiro tipo de ausência acaba por se ligar ao segundo tipo, a partir do momento que a ação humana acaba por acelerar a degradação do suporte. Por exemplo, as ausências pelos desastres naturais, mas que, a partir do entendimento de que recai a responsabilidade humana na não ação de planejamento, também ganharia o caráter de ausência culposa, ou mesmo dolosa, como foram a destruição dos documentos guardados na Biblioteca Real portuguesa, em decorrência do terremoto em Lisboa em 1755[125], o desmoronamento em 2009, do prédio do Arquivo Municipal de Colônia, na Alemanha, após fortes chuvas[126], que, igualmente a tantos outros casos, inclusive no Brasil, sofreram com tragédias "naturais", potencializadas pelo descuido ou descaso humano, que destruíram instituições e/ou acervos documentais[127].

No Amazonas, no período estudado, não foi diferente, como, por exemplo, no próprio Arquivo Público, onde, na noite de 7 de novembro de 1910[128], aconteceu o desmoronamento de parte das estantes do seu depósito, que, mesmo não havendo nenhum conhecimento de perda direta do acervo, foram constantes os relatados dos prejuízos com a desorganização, que, como pode ser visto nas fontes, ficaram durante anos jogados no subsolo do prédio. Estendendo para outras instituições ainda no Amazonas entre fins do século XIX e início do XX, tem o caso do Museu Botânico criado em 1883[129], que agonizou ao longo do tempo, roteiro digno de um filme catastrófico, com a ida de seu primeiro e único diretor, João Barbosa Rodrigues, em 1890, para tomar posse como diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, seu acervo ficou à mercê do descaso do poder público, como chamou atenção o governador Fileto Pires Ferreira, em 1897, como

[125] SCHWARCZ, Lilian Moritz. A Longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
[126] ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos Arquivos*. Goiânia (GO): Edições Ricochete, 2011.
[127] Não são difíceis de se encontrar relatos de tragédias com os acervos documentais, em arquivos ou outras instituições que fazem a custódia de acervos documentais, no Brasil. Sendo os mais recentes e de maior repercussão, os incêndios do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, ocorrido em 2015, e do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2020, ou mesmo o alagamento de parte do depósito do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 2023, que atingiu diversos fundos, como o fundo "Negócios de Portugal", coleção de documentação trazida de Portugal por Dom João VI, em 1808, possuindo papéis produzidos desde 1596.
[128] Mensagem do governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 10 de julho de 1910, p. 268.
[129] LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa cientifica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HIUCITEC, 1997; LOPES, Maria Margaret; ROMERO SÁ, MAGALI. A Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory. *Museum History Journal*, v. 9, p. 77-92, 2016; LOPES, Maria Margaret. The circulation of collections: Barbosa Rodrigues' Amazon Botanical Museum. *Rodriguesia*, v. 73, p., 2022.

já mencionado anteriormente[130].

Embora o relato do governador se refira especificamente ao acervo botânico, é razoável supor que uma situação semelhante tenha ocorrido com seu acervo documental. Parte desse acervo, que sobreviveu ao descaso, encontra-se atualmente na Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Entre os documentos preservados, destacam-se obras raras das primeiras expedições científicas realizadas na região amazônica no século XVII, além de mais de três mil itens, incluindo livros, diários, anotações e fotografias.[131].

A ausência dolosa refere-se àquelas ações deliberadas que têm como objetivo destacar um determinado tipo de informação ou visão sobre um tema, inclusive como um instrumento de apagamento do passado. Esse tipo de ausência pode ser executado, em alguns casos, por meio de decretos. Um exemplo clássico é a destruição dos arquivos da nobreza no início da Revolução Francesa, com a intenção de eliminar vestígios do poder da aristocracia. No Brasil, um caso semelhante ocorreu com o despacho de 14 de dezembro de 1890, do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Neste documento, ordenava-se o recolhimento de todos os registros existentes nas repartições do Ministério da Fazenda relativos ao "elemento servil", como a matrícula dos escravos, filhos de mulheres escravas, ingênuos e libertos sexagenários, com a determinação de que esses registros fossem imediatamente queimados e destruídos[132]. A destruição dos documentos relacionados à escravidão brasileira, ordenada pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, continua a ser um tema cercado de controvérsias e versões divergentes. Algumas interpretações defendem que a medida visava apagar as marcas da escravidão da sociedade brasileira, tentando extinguir vestígios desse passado. Outras justificativas apontam para a destruição de certos documentos fiscais como uma estratégia para evitar possíveis indenizações do Estado aos senhores de escravos[133].

---

[130] Mensagem do governador, de 4 de março de 1897., publicada no Diário Oficial, de 7 de março de 1897, p. 2. O governador está falando acerca do Museu Público, "reestabelecido" pelo Decreto de 21 de julho de 1896, o que tudo parece, sendo reconhecido como uma continuidade do Museu Botânico, e que por isso possui tal relato do mesmo.

[131] Cabe ressaltar que o acervo presente na Biblioteca do INPA é denominado como "Biblioteca pessoal do botânico e escritor João Barbosa Rodrigues", todavia, o mesmo acervo possui documentos produzidos e pertencentes ao acervo do Museu Botânico. Para saber mais: SILVA, Algenir Ferraz Suano da; e HARRAQUIAN, M. Ariete de Jesus. O INPA e sua Biblioteca: uma síntese histórica. *Supl. Acta Amazônica*, 11 (1): p. 125-136, 1981; A CRÍTICA. Acervo de obras raras do Inpa está sendo digitalizado para consulta científica. *Portal Acrítica.com*, publicado em 18/02/2024, 2024.

[132] BARBOSA, Rui. Atos legislativos. Decisões ministeriais e circulares. Rio de Janeiro. Fundação de Casa Rui Barbosa, 1986 (Obras completas de Rui Barbosa, Vol. XVII, 1890, tomo II), p. 339 –340.

[133] BARBOSA. Francisco de Assis. *Apresentação. In:* LACOMBE. Américo Jacobina. SILVA. Eduardo, BARBOSA. Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima de arquivos.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de

Independentemente dos motivos que levaram à destruição dos documentos nos exemplos acima, o ponto central a ser destacado aqui é a importância de refletir sobre a constituição e a historicidade dos arquivos e seus acervos, bem como sobre as ações envolvendo esses elementos, como parte do processo de construção das relações sociais. É justamente nesse entrelaçamento da existência dos arquivos e de seus acervos, de seu papel como reflexo das sociedades que os criaram e dos embates pelo poder, que a reflexão sobre os arquivos se torna um problema político e social, sendo também um objeto da própria ciência histórica. Nesse contexto, não se trata apenas do estudo da história administrativa das instituições de arquivos, mas também de compreender como as diversas sociedades ao longo do tempo perceberam esses arquivos e suas funções.

Nessa perspectiva, cabe destacar o papel dos historiadores, não apenas em interrogar os documentos sobre o que eles revelam da sociedade, mas também em refletir sobre os arquivos em si – sobre a produção, a acumulação e a manipulação de seus acervos. Ou seja, é fundamental pensar nas instituições de arquivos como objetos de pesquisa, formulando questões críticas acerca do funcionamento dessas instituições. Devemos, portanto, observar como os gestores públicos concebiam e utilizavam os acervos, além de analisar como a própria sociedade, em suas diversas configurações e objetivos, entendia essas instituições, numa perspectiva de construção social e das lutas pelo poder.

O arquivo pode ser compreendido como um instrumento que determina o que pode e o que não pode ser dito e lembrado. Portanto, ele não seria apenas uma instituição voltada à guarda e conservação de documentos, nem um simples depósito de acervos destinados à posteridade. O arquivo seria, na verdade, um espaço de poder, com práticas cotidianas de discursividade, que estabelece regras, vínculos de pertencimento e dissociações.

Ao considerar o papel do poder e seus instrumentos nos diferentes contextos sociais, podemos entender as instituições de arquivos e a constituição e acumulação de acervos documentais como estratégias para assegurar a materialidade de um discurso e a construção de um poder. Nesse sentido, os arquivos podem ser vistos como "monumentos" históricos, repletos de intenções e carregados de significados. Isso relativiza tanto uma visão tecnicista – que vê os arquivos apenas como repositórios de documentos, seguindo normas e regras técnicas de acúmulo documental –, quanto uma

Rui Barbosa, 1988, p. 19.

visão naturalista – que pressupõe que todo documento é criado de forma "natural", carregando consigo um suposto legado verdadeiro do passado[134].

Diante desse entendimento sobre a importância de compreender o papel das instituições arquivísticas na constituição do patrimônio documental de uma sociedade, especialmente no que tange ao papel do Estado, esta pesquisa tem como objetivo estudar essa construção no Amazonas durante a Primeira República. Esse período, como já discutido anteriormente, foi marcado por questões internas e externas que influenciaram as decisões dos governantes e a administração pública, além de moldar a percepção de diversos atores sociais sobre o papel dos arquivos na preservação da memória e da história regional.

De acordo com Corrêa e Martins[135], diversos trabalhos historiográficos sobre a formação do Brasil, especialmente no período da Primeira República, abordam essa história a partir de interpretações de longa duração, frequentemente baseadas em uma dicotomia entre as hipóteses de modernização conservadora ou autoritária. Nesse contexto, o processo de manutenção da unidade nacional e territorial, bem como a construção de uma autoridade central após a independência no século XIX, são discutidos, assim como a visão sobre a modernização urbana e econômica e a ampliação da cidadania no século XX. Tais processos são frequentemente interpretados como resultado da ação de uma elite homogênea e treinada para esse fim, ou de lideranças políticas que ocupavam cargos no governo e na administração pública. Contudo, algumas autoras oferecem uma perspectiva alternativa, sugerindo que a construção do Estado brasileiro e suas relações de poder estavam, na verdade, fundamentadas nos conflitos e diálogos de interesses entre os setores dominantes, bem como nas relações complexas entre os diversos grupos locais[136].

Ao se observar a formação do Estado e da Nação durante a República brasileira no início do século XX, percebe-se a existência de inúmeros impasses, por vezes, na afirmação da distância entre o alcance efetivo da representação política e o desenvolvimento econômico e social locais, com um viés de processo político sempre incompleto, respaldando nas relações de poder do governo centralizador, com a noção, às

[134] FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.
[135] CORREA, M.L.; MARTINS, M.F.V. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. Acervo revista do Arquivo Nacional, v. 25, p. 17-30, 2012.
[136] Idem, 2012.

vezes maior ou menor, de pertencentes à nação pelos poderes locais, tendo como base, o modelo patrimonialista do Estado, e dos interesses e laços privados[137].

Agregado ao fator patrimonialista, sobre a formação do Estado no Brasil, outra perspectiva torna-se importante, a relação política e econômica, e o caráter desigual do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente em suas regiões mais afastadas. Nesta perspectiva é que este trabalho se faz pertinente, ao pensar justamente o patrimônio documental nesse processo de construção e consolidação da identidade local, com base nas relações de poder das elites locais amazonense, sempre com base nos distintos aspectos dos processos de formação do Estado-nação, como os percursos da consolidação da cidadania política, econômica e social local.

Em outras palavras,

> como um processo, contínuo e permanente, isto é, como imbuído do caráter dinâmico que o próprio termo sugere na acepção proposta por Norbert Elias (1970), como algo que confere continuidade às descontinuidades, e cujo sentido, portanto, não está dado natural e intencionalmente, a priori, mas se constrói permanentemente; trata-se de compreender o processo de formação do Estado não como evolução, mas como história[138].

Para Renato Lessa[139], compreender a construção do poder local dos estados durante a Primeira República, assim como o entendimento de qualquer ordem política contemporânea, deve-se observar questões como a formação e desempenho das burocracias públicas, o papel e comportamento do legislativo e geração e modo de domesticação das crises políticas, entre outros elementos locais, que extrapolam uma simples explicação pautada no "rodízio de oligarquias agrárias" emolduradas pelo latifúndio exportador e pelo coronelismo.

Não se trata de negar a construção do Estado brasileiro durante a Primeira República, que de fato foi alicerçada no poder e nos interesses das oligarquias agrárias, cuja influência é inegável. No entanto, busca-se trazer à tona outras interpretações. Observa-se, assim, a continuidade do processo de formação do Estado brasileiro, iniciado no século XIX, agora reconfigurado sob os moldes republicanos. Esse processo não se deu apenas pela coerção militar e pelos interesses da oligarquia cafeeira do Sudeste, mas também por meio de debates entre diferentes grupos locais, com interesses e visões

[137] *Idem*, 2012.
[138] *Idem*, 2012. p. 23.
[139] LESSA, Renato. A invenção republicana. São Paulo: Vértice, 1987, p.11.

variadas, sobre os rumos a serem seguidos tanto na política quanto nas ações burocrático-institucionais.

Partindo da premissa de que as ações nos estados foram o resultado de debates entre grupos com diferentes visões e contextos específicos, e não de uma ordem oligárquica hegemônica pautada em um único entendimento sobre decisões políticas e administrativas, reflete-se sobre os instrumentos de gestão do patrimônio documental e as instituições responsáveis pela sua custódia.

Embora o Estado brasileiro tenha, desde o início, criado tais instrumentos, como as instituições de guarda — o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e outras entidades privadas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de construir uma identidade nacional —, também foi possível observar a criação de instituições congêneres nos estados. Contudo, essas instituições estavam sempre imersas nas questões políticas, sociais e econômicas locais. Portanto, pensar a gestão pública do patrimônio documental no Amazonas durante a Primeira República implica considerar essa gestão como parte de um projeto de Estado, mas com a peculiaridade do contexto local. Esse projeto estava profundamente influenciado pelos diferentes grupos sociais que lutavam pelo predomínio no cenário político e intelectual local, sendo articulado no contexto de um governo federalista, mas sempre sob a perspectiva de discursos regionais.

De acordo com Ivana Parrela[140], foi a partir da Constituição de 1891 que o discurso da identidade regional se consolidou, através da forma federativa de governo, dando maior importância aos estados e seu controle pelas lideranças locais, podendo assim gerir uma série de ações, reger constituições, códigos eleitorais e judiciários próprios, além de decretar impostos estaduais.

> A partir daí, os protagonistas do processo político eram os estados, que, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar nomeações federais, esses entes davam apoio ao presidente.[141]

Como observado no caso do Amazonas, juntamente com a construção do aparato governamental dos estados, também se registraram ações efetivas no âmbito da constituição das culturas e identidades regionais. Políticos e intelectuais locais

[140] PARRELA, Ivana. Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937. São Paulo: Annablune, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.
[141] *Idem*, p. 18.

desempenharam um papel fundamental nesse processo, destacando-se, por exemplo, na gestão estadual e na criação de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos estaduais e outras entidades intelectuais. Essas iniciativas não só buscavam consolidar a presença do Estado nas diversas esferas da sociedade, mas também viabilizavam a construção e a preservação de uma identidade regional, que refletia tanto os interesses locais quanto as dinâmicas mais amplas do país. Nesse sentido, a gestão do patrimônio cultural e documental tornou-se uma ferramenta essencial na afirmação e na continuidade da identidade regional, refletindo as tensões e os debates que marcaram a Primeira República, especialmente no contexto de um Estado ainda em construção e em processo de articulação com a federação.

2.3. A trajetória dos arquivos públicos estaduais no Brasil e sua configuração no Amazonas

Como observado no caso do Amazonas, nos demais estados da federação também se observou a construção do aparato governamental da gestão documental, assim como ações efetivas no âmbito da constituição das culturas e identidades regionais. Políticos e intelectuais locais desempenharam um papel fundamental nesse processo, destacando-se, por exemplo, na gestão estadual e na criação de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos estaduais e outras entidades intelectuais. Essas iniciativas não só buscavam consolidar a presença do Estado nas diversas esferas da sociedade, mas também viabilizavam a construção e a preservação de uma identidade regional, que refletia tanto os interesses locais quanto as dinâmicas mais amplas do país. Nesse sentido, a gestão do patrimônio cultural e documental tornou-se uma ferramenta essencial na afirmação e na continuidade da identidade regional, refletindo as tensões e os debates que marcaram a Primeira República, especialmente no contexto de um Estado ainda em construção e em processo de articulação com a federação.

A tabela a seguir apresenta os arquivos públicos estaduais criados até 1930, evidenciando a proliferação dessas instituições no período e suas respectivas datas de fundação. É importante ressaltar que, embora a criação dos arquivos estivesse em consonância com a busca por modernização e organização do patrimônio, os processos de implantação e funcionamento variaram significativamente entre os estados, com implicações para a preservação e gestão da memória local.

Quadro 5 – Arquivos públicos estaduais por ano de criação (até 1930)

Estado	Ano de criação do Arquivo
Paraná	1855[142]
Bahia	1890
São Paulo	1892
Minas Gerais	1895
Mato Grosso	1896
Amazonas	1897
Rio Grande do Sul	1906
Pará	1906
Espírito Santo	1908
Piauí	1909
Ceará	1916
Sergipe	1923

Fonte: Dados compilados pelo autor. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ Brasil) e sites institucionais das instituições.

Ainda falta uma maior sistematização de estudos que possibilitem compreender melhor as ações e o próprio papel dos arquivos estaduais na sociedade durante esse período. Na realidade, a ausência de estudos mais aprofundados ainda gera dúvidas sobre aspectos fundamentais, como o entendimento dos marcos fundadores dessas instituições e suas interações com o contexto político e social da época. A falta de documentação sobre os primeiros anos de funcionamento e as condições estruturais dos arquivos também limita uma análise mais detalhada de como esses arquivos foram utilizados e qual foi sua real contribuição para a organização da memória e da identidade local.

Ainda hoje, existem diferentes interpretações sobre a criação de arquivos estaduais, com alguns remetendo sua fundação ao período monárquico. Um exemplo disso é o Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP), que faz referência à criação do arquivo pela Lei n.º 33, sancionada pelo primeiro Presidente da Província do Paraná,

[142] As datas mencionadas correspondem aos marcos temporais oficialmente adotados pelas próprias instituições. Por exemplo, o Arquivo Público do Paraná é datado de 1855, um período anterior à fundação da República, o que sugere uma continuidade institucional com o arquivo provincial. No entanto, outros arquivos públicos estaduais, como os de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, não adotam essa lógica de continuidade, mesmo reconhecendo a existência de arquivos provinciais em seus históricos. Esses arquivos consideram suas datas de fundação a partir do período republicano.
Além disso, como será detalhado ao longo desta tese, alguns pesquisadores tentam estabelecer uma continuidade institucional entre os arquivos provinciais e os estaduais, uma abordagem que será criticada e refutada nesta pesquisa. A análise desta tese evidenciará que essa tentativa de continuidade não reflete com precisão as transformações e reconfigurações institucionais ocorridas durante a transição do império para a república.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 7 de abril de 1855, inicialmente denominado "Archivo Publico Paranaense" [143]. Da mesma forma, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) tem sua história oficial vinculada à Lei n.º 233, de 16 de junho de 1848, que o associava à antiga Biblioteca Provincial de Sergipe de São Cristóvão. Somente em 1923, o APES foi formalmente institucionalizado pela Lei n.º 845, de 15 de outubro de 1923. Esse processo de transformação de seções vinculadas a outras instituições culturais em arquivos independentes reflete as mudanças na concepção e no tratamento do patrimônio documental ao longo do tempo[144].

Outros arquivos, criados já na República, mas com breves menções a mais de uma data, como o caso do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), que institucionalmente, remete a sua idealização pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz em 1898, mas que sua institucionalização definitivamente sendo 1960, por meio da Lei n.º 2.378 de 28 de junho[145]. E o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), que, conforme o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, do Conselho Nacional de Arquivos, tem como data de fundação 1894[146], mas que segundo o site da própria instituição, e os trabalhos mais recentes de Leonardo Torri[147], atual diretor da mesma instituição, reconhece a data de fundação como sendo 1901[148].

Não somente as instituições, mas há também pesquisadores da área arquivística que remetem à criação dos arquivos públicos ao período monárquico. Taiguara Aldabalde, em sua tese[149], e depois com Georgete Rodrigues[150], refutam a ideia de que o marco reconhecido como fundador do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) ocorreu em um contexto "pós-golpe republicano", quando há a reorganização

[143] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. On-line (site institucional).
[144] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. On-line (site institucional).
[145] A data entendida como de fundação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina nesta tese é o ano de 1960. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Sobre o Arquivo Público On-line. (site institucional)
[146] BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - Arquivo Público do Estado do Pará. On-line.
[147] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2016.
[148] Não foi possível confirmar o motivo da divergência, mas acredita-se que a data de 1894, tenha a ver com a mudança ocorrida no mesmo ano, do acervo documental da antiga Secretaria de Governo, para a Biblioteca Pública do Estado, que será um dos primeiros acervos do Arquivo Público, criado sete anos depois.
[149] ALDABALDE, Taiguara Villela. *Mediação cultural em instituições arquivísticas*: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
[150] ALDABALDE, Taiguara Villela.; RODRIGUES, G. M. Revisitando o trajeto institucional do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: as práticas e os usos das origens imperiais "ocultas" ao início da primeira república. *Ágora*: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 148-162, 2019a.

das estruturas administrativas dos estados e intenção de silenciar o período monárquico, e procuram evidenciar que o mesmo, assim como os demais arquivos públicos estaduais, tiveram suas origem na monarquia, ao demonstrar que o "arquivo provincial pode ser considerado, de fato, o embrião do Arquivo Público do Espírito Santo"[151].

A tese defendida pelos autores baseia-se, em grande parte, na identificação de citações sobre o arquivo provincial, na presença de arquivistas e nas práticas arquivísticas na província do Espírito Santo. No entanto, é importante destacar que, em nenhum momento, foi demonstrado que os atores envolvidos na criação do Arquivo na República viam isso como um processo de continuidade com a gestão anterior.

Ainda acerca dos arquivos provinciais, Taiguara Aldabalde, procurou, em sua dissertação[152], rastrear e sistematizar as referências feitas aos arquivos nos relatórios dos presidentes das Províncias entre 1835 e 1889, buscando contribuir na reconstituição histórica das instituições arquivísticas públicas brasileiras. O autor identificou, em tais fontes, a presença dos arquivos provinciais nas quinze províncias existentes entre 1835 e 1889[153], considerando-os como os primórdios dos arquivos estaduais. Contudo, Aldabalde aborda a questão dos arquivos provinciais e estaduais, no contexto da transição do regime monárquico para o republicano, a partir de uma perspectiva de continuidade. Entretanto, ele não apresenta fontes que confirmem que essa visão de continuidade fosse compartilhada pelos republicanos responsáveis pela criação dos arquivos estaduais.

Além disso, embora todos os estados que, enquanto províncias, tivessem registros sobre seus arquivos provinciais, os arquivos estaduais nem sempre foram criados ou considerados existentes imediatamente após a Proclamação da República. Esse fato não foi observado, nem mesmo compreendido pela maioria das próprias instituições arquivísticas.

Por outro lado, autores como Carmen Moreira Merlo[154], Ivana Parrela[155] e Leonardo da Silva Torri[156], entre outros, reconhecem a importância dos arquivos

[151] ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, G. M. Revisitando o trajeto institucional do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: as práticas e os usos das origens imperiais "ocultas" ao início da primeira república. *Ágora*: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 148-162, 2019b, p. 148.
[152] ALDABALDE, Taiguara Villela. A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889). Dissertação (Mestrado em História) do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
[153] Para saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espirito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. ver: *Idem*, 2010.
[154] MERLO, Carmen Moreira. O palácio de papel: cem anos do Arquivo público do Estado do Rio grande do Sul (1906-2006). Dissertação mestrado) Universidade de passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em história, 2010.
[155] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ..., 2009.
[156] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ...., 2016.

provinciais enquanto arquivos públicos, assim como a própria cultura de arquivamento existente desde o Império, que serviu de influência no debate e na criação dos arquivos públicos estaduais. No entanto, esses autores não consideram um simples continuísmo dos arquivos provinciais, mas sim uma adaptação e reconfiguração das práticas arquivísticas no contexto da transição do Império para a República, refletindo as mudanças políticas, sociais e administrativas do período.

No caso do Arquivo Público do Amazonas, a própria instituição considera como marco fundador o ano de 1897, todavia, os dois trabalhos com caráter históricos existentes sobre a Instituição, de Maria Feitosa[157] e Bernardo Santos[158], consideram como marco de fundação do Arquivo Público como sendo 1852, sem a realização de qualquer explicação ou aprofundamento acerca das características distintas da organização administrativa dos dois arquivos, provincial e estadual.

A existência e a atuação dos arquivos provinciais certamente desempenharam um papel significativo na formação da compreensão sobre a importância dos arquivos estaduais, especialmente no contexto da transição do regime monárquico para o republicano no Brasil. Contudo, para avançarmos na compreensão desse processo, torna-se imprescindível a realização de estudos aprofundados sobre a estrutura administrativa, hierárquica e as funções dos arquivos provinciais e estaduais ao longo dessa transição. Embora as estruturas físicas dos arquivos tenham sido, em grande parte, preservadas, a transformação administrativa foi substancial. Nos arquivos provinciais, a vinculação direta com o Arquivo Público do Império refletia a centralização do regime monárquico, enquanto, com a República, os arquivos estaduais passaram a estar subordinados aos Estados federativos, com autonomia em relação ao Arquivo Nacional. Essa mudança burocrática impôs uma reorganização nas práticas e no papel dos arquivos dentro da nova estrutura federalista.

Não se trata apenas de um debate sobre a data de criação dos arquivos, mas também sobre as implicações dessa mudança estrutural na gestão e no uso dos acervos. A questão do continuísmo entre os arquivos provinciais e estaduais, embora frequentemente discutida, carece de uma análise mais profunda, pois, na prática, as

[157] FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. *Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação*. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
[158] SANTOS, Bernardo Farias dos. *Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos - 1852-1999*. Dissertação (mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

alterações na administração pública republicana impactaram diretamente os arquivos. A principal dúvida que surge é sobre o destino dos documentos produzidos até o final do período monárquico: foram enviados ao Arquivo Nacional ou continuaram a ser custodiados pelos arquivos estaduais, agora com um papel distinto, mais voltado para os interesses e a administração local?

A tese defendida nesta pesquisa sustenta que os estudos sobre os arquivos provinciais e as práticas arquivísticas do período monárquico são fundamentais para entender a cultura arquivística da época e sua influência nos primeiros anos da República. No entanto, embora seja possível reconhecer que essa cultura arquivística influenciou a criação dos arquivos estaduais, essa influência não se caracterizou como um simples continuísmo, mas sim como um processo de adaptação e ressignificação das práticas arquivísticas dentro do novo contexto político e administrativo.

Para sustentar essa visão, foi possível, com base nos trabalhos anteriores, mapear a trajetória de várias instituições arquivísticas criadas na Primeira República. Esse mapeamento revelou os debates e as questões estruturais envolvidas na criação dos arquivos estaduais, as quais estavam intimamente ligadas à organização administrativa republicana e ao objetivo de organizar, preservar e fornecer acesso à documentação pública. Entre as funções mais destacadas estava o recolhimento, a organização, a classificação e a preservação dos documentos, bem como a criação de serviços voltados para o acesso público e a difusão do acervo. Essas práticas visavam não apenas atender às necessidades administrativas internas dos Estados, mas também promover um senso de identidade histórica e cultural, valorizando o patrimônio documental e seu papel na construção da memória e da história regional.

No entanto, as instituições arquivísticas estaduais criadas nesse período não eram meros reflexos dos arquivos provinciais. Embora o legado do Império tenha sido importante, os arquivos estaduais republicanos passaram a exercer um papel mais estratégico na gestão e na preservação da documentação pública, além de serem vistos como ferramentas de construção da memória política, social e cultural do Estado, principalmente em um período de crescente valorização da história e da identidade regional.

Portanto, ao analisar a transição do período monárquico para o republicano e sua repercussão nos arquivos estaduais, é necessário considerar não apenas as modificações administrativas, mas também o impacto dessas transformações nas práticas arquivísticas,

na organização e no destino dos acervos documentais, refletindo a nova ordem política e a busca por uma identidade republicana e moderna

Particularmente, a criação do Arquivo Público Mineiro (APM) exemplifica bem essa visão de criação dos arquivos estaduais como um instrumento de modernização e identidade regional. Fundado pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, em Ouro Preto, o APM tinha como atribuições não apenas receber e preservar a documentação pública, mas também coletar, conservar e classificar manifestações culturais de caráter artístico e científico, como pinturas, esculturas e mobiliário de valor histórico. Esse projeto refletia uma visão mais ampla de patrimônio, não se limitando aos documentos textuais, mas abrangendo também bens culturais que representavam o desenvolvimento do Estado, sua história e suas ambições no processo de modernização. A construção de um arquivo estadual com esse caráter interdisciplinar e integrador demonstra o esforço para afirmar a identidade local, tanto no âmbito cultural quanto na esfera política, em um momento em que o Brasil buscava consolidar-se enquanto República[159].

O mesmo, visto com a criação do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), que tinha como objetivo "adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul"[160]; do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), criado para recolher, conservar e organizar os documentos oriundos da administração da antiga capitania, da província e do atual Estado do Ceará, sendo seu acervo composto de correspondências, processos, relatórios, censos, certidões, inventários, mapas, plantas e diversos outros documentos, provenientes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário (Extrajudiciário) e, também, de particulares, desde o século XVII[161]; e o Arquivo público do Estado do Pará (APEP), que, foi criado em 1901, tendo como principal função, a de preservação dos documentos históricos e o recolhimento sistemático dos documentos da administração pública nas diversas repartições.

De forma geral, é possível observar uma linha comum nos objetivos que norteavam o papel e as atuações dos arquivos estaduais, tanto em sua concepção ideal, refletida nos regulamentos e nas normativas de criação, quanto em suas práticas cotidianas, nas quais se destacam a composição das instituições dentro das estruturas

[159] ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, on-line. (site institucional).
[160] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, on-line. (site institucional
[161] CEARÁ. *SECULT - Arquivo Público do Estado do Ceará*. On-line.

administrativas e a execução dos procedimentos técnicos, como organização e classificação dos documentos. Essas diretrizes estavam em consonância com as demandas da administração pública, mas também com o propósito de afirmar a identidade e o patrimônio histórico de cada Estado, dentro de um contexto republicano de descentralização e modernização das instituições.

Esses arquivos estaduais não operavam de forma isolada. Foi possível identificar uma constante interlocução entre as instituições estaduais e outras entidades de importância nacional, como o Arquivo Público Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Essa interação reflete a busca por um modelo de organização e preservação que estivesse em sintonia com os desenvolvimentos nacionais, além de representar uma tentativa de estabelecer uma rede de troca de experiências, informações e recursos, fundamental para a construção de uma cultura arquivística sólida no Brasil republicano.

No caso específico do Arquivo Público Mineiro (APM), por exemplo, essa colaboração com outros arquivos estaduais, como os de São Paulo, da Bahia, do Pará e do Rio Grande do Sul, era uma prática comum, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas arquivísticas e a troca de materiais, especialmente bibliográficos. Tal interação visava, além da troca de conhecimento técnico, a ampliação dos acervos e a consolidação da pesquisa histórica e arquivística, essencial para fortalecer o papel dos arquivos estaduais como centros de preservação do patrimônio documental e de construção de memória histórica regional.

Essas interlocuções eram fundamentais para a criação de uma rede colaborativa, que permitisse a cada Estado não apenas fortalecer suas próprias instituições arquivísticas, mas também participar de uma construção coletiva de uma memória nacional, integrada e plural. Além disso, o intercâmbio de materiais, como livros e documentos, contribuía para o enriquecimento das coleções arquivísticas, possibilitando a conservação e o acesso a uma variedade maior de fontes históricas, culturais e científicas.

Portanto, o papel dos arquivos estaduais foi, desde sua criação, não apenas um exercício de gestão e preservação, mas também de articulação com outras instituições que compartilhavam os mesmos objetivos de preservação e disseminação do patrimônio cultural. Essa colaboração interinstitucional tornou-se um pilar importante para a consolidação de um sistema arquivístico nacional, em que os arquivos estaduais e nacionais se complementavam, trocavam conhecimentos e materiais, e se uniam na

construção de uma memória nacional que respeitava e valorizava as especificidades regionais[162]. Inclusive, com influências destas instituições na criação dos regimentos, definindo como os acervos seriam organizados e os instrumentos utilizados.

Ainda tendo como exemplo do Arquivo Público Mineiro, cujo primeiro Regimento teve influência direta do Regulamento do Arquivo Público Nacional, aprovado em 1893, inclusive na estrutura e funções que deveriam realizar, e mesmo no modelo "arquivo — biblioteca — museu", também teve influência do Regulamento do IHGB, por exemplo, na preocupação com a publicação de livros e periódicos, e a criação dos correspondentes[163]. De acordo com Renato Venâncio, no processo de criação do APM em 1895, Xavier da Veiga, o diretor responsável por produzir o primeiro regimento, recorreu à legislação brasileira, principalmente dos instrumentos legais do Arquivo Nacional, como fonte de conhecimento arquivístico. O autor chama atenção que os textos legais do Império eram amplamente divulgados, principalmente através das *Coleções das Leis*, publicadas anualmente e distribuídas as diversas instituições pelo país, inclusive, ele ressalta que, entre 1808 e 1895, a expressão *archivo* foi referida em 886 leis, decretos, cartas de alvarás, além do próprio texto constitucional de 1824[164].

No Pará, a criação do APEP ocorreu somente em 1901, mas cabendo ressaltar a preocupação com os documentos históricos sete anos antes, com o recolhimento do acervo da antiga secretaria do governo à Biblioteca Pública, a qual o Arquivo Estadual ficaria anexada, sendo possível observar o debate político acerca da necessidade do recolhimento mais amplo que abrangesse outras repartições, inclusive municipais[165], assim como falas referência ao papel de outras instituições, nacionais, como o Arquivo Público Nacional e da Biblioteca Pública Nacional, e internacionais, como o Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal[166].

Ainda no contexto da criação e consolidação dos arquivos estaduais, é fundamental destacar que, embora houvesse intensos debates nas esferas administrativas, políticas e intelectuais, a verdadeira eficácia das instituições dependia da liderança capaz de articular as dimensões técnicas e políticas. A criação de arquivos estaduais não se deu apenas por meio de um impulso técnico ou administrativo, mas, principalmente, por meio

[162] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ..., 2009, p. 193.
[163] VENÂNCIO, R. P. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 48, n. 1, p. 134-145, 2012,
[164] *Idem*, 2012.
[165] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ..., 2016, p. 124.
[166] *Idem*, p. 58.

de uma sólida direção que fosse capaz de garantir o funcionamento da máquina burocrática e, especialmente, de navegar nas complexas redes políticas da época.

Os arquivos que conseguiram se destacar, mesmo que de forma temporária, foram aqueles que contaram com diretores que souberam unir habilidade administrativa e articulação política. Isso é evidente no caso do Arquivo Público Mineiro (APM), onde o primeiro diretor, Xavier da Veiga, foi uma figura chave. Xavier da Veiga, jornalista e servidor público de formação, possuía uma grande experiência nos círculos políticos, o que lhe conferiu a capacidade de atuar como um hábil conhecedor das leis e um articulador político astuto, essencial para a implementação e a gestão de uma instituição pública. Sua experiência nas esferas políticas e legais o tornou apto a lidar com a complexidade dos interesses regionais e nacionais em jogo na criação dos arquivos estaduais.

A figura de Xavier da Veiga também é relevante porque, apesar de ser monarquista, ele teve a visão de criar um regulamento para o APM com uma abordagem republicana e federalista, alinhando a instituição ao novo contexto político do Brasil pós-monárquico. Isso reflete uma habilidade estratégica, já que ele soubera adaptar a instituição aos novos tempos, ao mesmo tempo em que respeitava a cultura política regional e as expectativas da elite local. Além disso, ao propor o nome "Mineiro" para o Arquivo, ele fez um paralelo com o termo "Nacional", em vez de adotar o mais tradicional e regionalista "Minas Gerais", como era comum entre os arquivos estaduais. Esse gesto não só buscou uma identidade para a instituição alinhada à visão republicana, mas também denotou uma compreensão política de que os arquivos deveriam representar, mais do que nunca, a modernidade e o novo projeto político nacional e local[167]. Para Renato Venâncio, tal situação não deveria ser visto como contraditório, justificando ser até coerente, tendo em vista que, a instituição que mais inspirou o Regimento do APM, o Arquivo Público Nacional, tinha raízes monarquistas e sua direção não foi substituída em razão da Proclamação da República.

Outro exemplo de um diretor atuante, foi no Pará, o primeiro diretor do APEP, Arthur Vianna, que, de acordo com Leonardo Torri, tratava-se de um homem de grande prestígio no governo, o que lhe garantiu articulação para realização das atividades do Arquivo, como o recolhimento documental nas demais repartições[168]. No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o seu quarto diretor, Francisco Borges de Barros,

[167] VENÂNCIO, R. P. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro ...,* 2012.
[168] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ..., 2016, p. 124.

Historiador, advogado, escritor, funcionário público, e membro da Academia de Letras da Bahia, e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), permaneceu cargo por 20 anos, passando por doze governos diferentes. Homem das letras que, de acordo com Suely Moraes Ceravolo[169], ao assumir a direção do Arquivo Público em 1915, criou o "Museu do Arquivo", com objetos históricos espalhados por outras repartições públicas, fazendo tanto sucesso que, em 1917, o governador Antônio Ferrão Moniz de Aragão declarava em mensagem oficial que era de "inadiável necessidade" criar o museu do estado aos moldes do Museu do Ipiranga (São Paulo), do Goeldi (no Pará) e o Nacional (Rio de Janeiro), o que foi concretizado em 1918, quando, Francisco Borges de Barros, acumulou o cargo de diretor de ambas as Instituições, até 1935[170].

O exemplo de Xavier da Veiga demonstra que os arquivos estaduais não foram apenas construídos com base em regulamentos técnicos e administrativos, mas também por meio de uma gestão política habilidosa. A articulação política, mais do que um mero processo burocrático, tornou-se um fator decisivo para a criação e consolidação dessas instituições. Os diretores que sabiam manejar essa dinâmica política, como Xavier da Veiga, foram os responsáveis por garantir que os arquivos tivessem as condições necessárias para operar, além de obter o suporte institucional e financeiro que os permitiu cumprir sua função de preservar e difundir a memória histórica e administrativa dos Estados.

Portanto, é possível concluir que a criação dos arquivos estaduais foi uma junção de fatores técnicos e políticos, e a habilidade de seus diretores em articular essas dimensões teve um papel determinante na continuidade e na eficácia dessas instituições, especialmente no contexto de transição política do Império para a República. O caso de Xavier da Veiga ilustra como o compromisso político e a visão estratégica foram elementos fundamentais para a formação do sistema arquivístico estadual no Brasil, que visava não apenas a preservação documental, mas também a construção de uma memória e identidade nacionais no âmbito regional.

Após a criação dos arquivos estaduais, a inserção desses arquivos na administração pública revelou-se um processo de adaptação contínua, marcado por mudanças frequentes nas estruturas administrativas dos estados. No caso do Arquivo Público Mineiro (APM), por exemplo, observou-se que a inserção do arquivo na máquina

[169] CERAVOLO, Suely Moraes. Criando um passado e musealizando um patrimônio: o Museu do Estado da Bahia (1918-1959). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
[170] Idem, 2011.

pública não foi estática; ela refletiu as dinâmicas políticas e administrativas da época, bem como a mutabilidade característica do aparato burocrático estadual. A constante reconfiguração das estruturas administrativas dos estados, muitas vezes justificada pelo contexto financeiro ou pela necessidade de readequações políticas, teve um impacto direto sobre a posição e o funcionamento dos arquivos públicos.

O Arquivo Público do Estado do Paraná, durante a Primeira República, fez parte da Repartição de Estatística e Arquivo Público, estando subordinado à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, sendo transferida, no final de 1930, para Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública[171]. O Arquivo Público do Estado de São Paulo, criado em 1892, fazia parte da Repartição de Estatística e do Arquivo Público, vinculada à Secretaria do Interior. O Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, esteve vinculado à Repartição de Estatística. Já o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1906, integrava a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior[172].

Em 1908, foi criado o Arquivo Público Espírito-Santense, anexo à Biblioteca Pública, vinculado inicialmente à Secretaria Geral do Governo, mudando, em 1910, para a Diretoria do Interior e Justiça, e, em 1921, com a reforma administrativa, ficando vinculado à nova Secretaria do Interior.[173] O Arquivo Público do Estado do Ceará, criado em 1916, também começou como uma repartição anexa à Biblioteca Pública, estando vinculado à Secretaria do Interior e Justiça[174]. O Arquivo Público do Estado de Sergipe, criado em 1923, pelo que parece, como uma repartição autônoma, pelo menos até 1926, quando, por falta de recursos, transforma-se em uma seção da Biblioteca Pública[175].

Essa mutabilidade constante nas estruturas administrativas dos arquivos estaduais não é um fenômeno isolado. Em diversos estados, os arquivos foram se adaptando às transformações políticas, econômicas e sociais do período republicano, muitas vezes reagindo às mudanças de governo e às reconfigurações das prioridades administrativas. Essa flexibilidade e capacidade de adaptação foram essenciais para a sobrevivência e o fortalecimento dos arquivos estaduais, que, ao longo do tempo, conseguiram consolidar-se como instituições essenciais para a gestão pública e para a preservação da memória e da história estaduais.

[171] ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, on-line. (site institucional)
[172] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.** On-line. (site institucional)
[173] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. On-line. (site institucional)
[174] CEARÁ, on-line. (site institucional)
[175] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, on-line. (site institucional)

Em síntese, a relação entre os arquivos estaduais e a administração pública não foi um processo linear ou estático. Pelo contrário, foi marcado por mudanças constantes nas estruturas e nas políticas de gestão, refletindo as transformações políticas e sociais que caracterizaram o Brasil durante a Primeira República e os primeiros anos do regime republicano.

O caso do Arquivo Público Mineiro destaca-se de forma significativa, especialmente quando consideramos o contexto de sua criação. A Lei n.º 126, de 11 de julho de 1895, que instituiu o Arquivo, já previa a criação futura da Biblioteca e do Museu Público Mineiro, os quais iriam receber acervos a serem incorporados a essas instituições. Esse planejamento inicial revela uma visão mais ampla sobre o papel dos arquivos, considerando-os não apenas como repositórios administrativos, mas também como centros de preservação cultural, articulados a uma política pública que englobava a preservação e divulgação de patrimônio histórico e cultural.

Esse movimento não foi exclusivo de Minas Gerais. Na Bahia e no Rio Grande do Sul, os arquivos estaduais também desempenharam um papel fundamental na estruturação de museus históricos. Ivana Parrela, em sua análise, defende que, ao nascer da República, os protagonistas da política pública cultural não optaram diretamente por museus ou institutos históricos, mas sim pelos arquivos. Isso demonstra a concepção de que os arquivos, como locais de preservação e organização de documentos históricos, seriam a base para uma memória nacional e regional, sendo vistos como instrumentos fundamentais para a construção de identidade e para o fomento à cultura.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Arquivo Público do Estado, criado em 1906, possuía uma Seção de Documentos Históricos que, em 1925, foi desmembrada e vinculada ao Museu Júlio de Castilho. Esta transição não apenas refletiu o interesse em preservar documentos, mas também sinalizou uma integração crescente entre os arquivos e os museus como espaços de preservação e difusão da história e da memória. Com o tempo, esse acervo se tornaria parte do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, criado em 1954, consolidando ainda mais o vínculo entre a preservação documental e o patrimônio cultural.

Da mesma forma, na Bahia, o Arquivo Estadual, fundado em 1890, foi responsável pela organização de uma coleção de objetos históricos que serviram de base para a criação do Museu Histórico do Estado da Bahia, em 1918. Nesse processo, o arquivo não era apenas um repositório de documentos, mas também um instrumento ativo

na construção de uma memória histórica regional, vinculando o material documental à preservação do patrimônio material e imaterial.

Esses exemplos evidenciam como a atuação dos arquivos estaduais na Primeira República esteve intimamente ligada ao processo de construção da memória histórica e da identidade regional. Ao longo do tempo, os arquivos tornaram-se centros não apenas de guarda e organização de documentos, mas também de ação cultural, sendo fundamentais na formação do patrimônio histórico e na constituição da memória nacional e regional, em diálogo com outras instituições culturais como bibliotecas e museus. A interação entre essas esferas reflete a complexa rede de preservação e difusão da cultura, que estava sendo formada em um momento de grandes transformações políticas e sociais no Brasil.

A identificação da localização dos arquivos estaduais na estrutura das respectivas administrações públicas durante a Primeira República possibilitou observar um quadro bem-parecido nos estados, a aproximação dos arquivos estaduais com as repartições de Estatística, Bibliotecas e Museus. Acerca da vinculação destas duas últimas instituições, Ivana Parrela, se utilizando de Olga Gallego[176] e de Armando Malheiro da Silva *et alii*[177], para justificar que até o século XIX, principalmente com a publicação e difusão do Manual dos Arquivistas Holandeses, em 1898, só se considerava arquivo os de caráter público, chegando ao ponto de os acervos privados recebiam a denominação de "manuscritos", sendo custodiados normalmente pelas bibliotecas.

Em relação à aproximação com os museus, Parrela, também se utilizando da obra de Lilia K. Moritz Schwarcz[178], primeiro remetendo à importância dada, entre os séculos XIXI e Início do XX, aos museus, denominada pela autora como a "Era dos museus", reverberando inclusive no próprio Arquivo Público do Império, que começava sua coleção para um futuro Museu Histórico Nacional, criado em 1922. Por fim, cabe ressaltar o trabalho de Célia Maria Leite Costa[179], ao contextualizar o papel do Arquivo Público do Império como instrumento de consolidação do Estado brasileiro, observou uma confusão do papel entre várias instituições, principalmente do Arquivo Público do

[176] DOMINGUES, 1993. *Apud*: PARRELA, I. Entre arquivos, bibliotecas e museus ..., 2009, p. 218–219.
[177] SILVA, RIBEIRO, RAMOS, e REAL, 1998. Apud: *Idem*, p. 218–219.
[178] SCHWARCZ, 1993. *Apud Idem* p. 234.
[179] COSTA, Célia Maria Leite. Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

Império, que perdia espaço para outras instituições com caráter mais cultural e científico, do que administrativa, como era o caso da Biblioteca Nacional.

De fato, o contexto da época parecia gerar uma certa confusão sobre as atribuições e os limites de atuação entre arquivos, bibliotecas e museus. Essa dificuldade não era exclusiva de Minas Gerais, mas refletia um fenômeno mais amplo no Brasil da Primeira República, em que as funções e a natureza dessas instituições culturais ainda estavam sendo delineadas. O caso do Arquivo Público Mineiro (APM) ilustra bem essa ambiguidade, como evidenciado por Ivana Parrela, que aponta a dificuldade enfrentada pelos funcionários do APM em decidir para qual seção do Arquivo uma determinada doação de documentos deveria ser direcionada. A indecisão também se estendia à questão de saber se esses documentos pertenciam ao acervo da futura biblioteca ou ao acervo do museu[180].

Essa ambiguidade é compreensível, dada a própria concepção inicial de que os arquivos, bibliotecas e museus não eram entidades separadas, mas sim instituições interligadas, cada uma com funções complementares na preservação e difusão do patrimônio cultural e histórico. No caso específico do APM, por exemplo, o fato de o Arquivo ter sido projetado, desde sua criação, como parte de um conjunto institucional que incluiria uma biblioteca e um museu, gerava sobreposição nas funções de guarda e organização de acervos. O acervo documental, muitas vezes, compartilhava características com o que seria guardado em um museu, enquanto os livros e outros materiais textuais poderiam ter lugar na biblioteca.

Esse cenário revela uma reflexão importante sobre o processo de institucionalização e especialização dos diferentes tipos de acervos e suas respectivas funções. Com o tempo, e com a profissionalização das instituições culturais, tornou-se mais claro que arquivos, bibliotecas e museus deveriam ter papéis bem definidos, embora continuassem a interagir e a colaborar entre si. No entanto, nas primeiras décadas da República, essa distinção ainda estava em construção, refletindo uma tentativa de integração das várias formas de preservação e divulgação cultural, ao mesmo tempo que lidava com os desafios administrativos, financeiros e políticos da época.

A aproximação entre os arquivos estaduais e as repartições de estatísticas, embora não tenha sido amplamente discutida nos trabalhos analisados, oferece uma interessante perspectiva sobre o contexto administrativo e a gestão pública da época, como será

[180] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus..., 2009, p. 219.

explorado mais profundamente no próximo capítulo. No Amazonas, por exemplo, o Arquivo Público foi criado como anexo da Repartição de Estatísticas, o que demonstra a interdependência dessas instituições. O entendimento da época parecia associar os arquivos públicos à função administrativa de registro e guarda de informações oficiais, uma tarefa que, em muitos estados, também estava a cargo das repartições de estatísticas, bem como do governo federal, que possuía um departamento dedicado a esse fim.

Essas repartições tinham como objetivo a coleta, tabulação e análise de dados para a tomada de decisões na administração pública, bem como para a promoção e propaganda do estado. A preocupação com a existência e preservação das informações oficiais aproximava essas repartições das funções dos arquivos públicos, em muitos casos criando uma colaboração mútua. A documentação coletada e organizada pelas repartições de estatísticas frequentemente se integrava aos arquivos estaduais, refletindo uma prática administrativa que visava garantir a continuidade e a acessibilidade das informações de interesse público.

Ao examinar as atividades arquivísticas realizadas pelos arquivos estaduais, observou-se uma variedade de práticas, incluindo o recolhimento, organização e classificação dos documentos, bem como sua segurança, preservação, acesso e difusão. Essas atividades estavam fortemente ligadas às condições financeiras da administração pública, sendo que, em muitos casos, a eficácia dos serviços prestados pelos arquivos estaduais dependia diretamente da disponibilidade de recursos para garantir o bom funcionamento das instituições. A dinâmica administrativa, financeira e política da época, portanto, desempenhou um papel crucial na forma como os arquivos estaduais operavam.

No que tange ao recolhimento de documentos, foi possível identificar que as práticas não se limitavam à coleta de documentos originados diretamente da administração pública. Também ocorreram recolhimentos de documentos privados, além de acervos considerados não arquivísticos, mas que poderiam contribuir para a formação de bibliotecas e museus. Durante esse período, alguns arquivos faziam uma distinção entre as atividades de recolhimento e doação, adotando um processo mais formalizado para garantir a organização e a adequação dos materiais a serem arquivados.

Um exemplo claro dessa prática pode ser visto na Lei n.º 666, de 6 de setembro de 1899, promulgada pelo presidente do Estado de São Paulo, coronel Fernando Prestes de Albuquerque. A lei determinava que todos os papéis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães judiciais, oficiais de registros e tabeliães de notas, anteriores ao século XIX, fossem removidos para o Arquivo Público do Estado. Esse tipo de ação

refletia a preocupação em reunir e preservar a documentação oficial e histórica, ampliando o escopo de atuação dos arquivos estaduais e integrando-os ao processo administrativo do estado[181].

Essa interação entre arquivos, repartições de estatísticas e o processo de recolhimento de documentos ilustra a crescente institucionalização da preservação documental no Brasil e a consolidação de práticas arquivísticas que, ainda que incipientes, desempenhavam um papel fundamental na organização e na memória histórica das unidades federativas.

Uma questão interessante era que os arquivos públicos estaduais não realizavam o recolhimento apenas de documentos produzidos pela administração pública, mas também de outras esferas do próprio Executivo, Legislativo e Judiciário dos estados, assim como dos municípios e também de instituições privadas, como o Arquivo Público do Estado do Piauí, que recebeu inicialmente a documentação da Secretaria de Governo, abrangendo, naquela data, documentos dos séculos XVIII e XIX, mas também passou a receber os arquivos permanentes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além de periódicos, fotografias, e livros[182].

O Arquivo Público Mineiro, inspirado nas práticas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), adotou uma estratégia de criar uma rede de correspondentes. Essa rede, composta por indivíduos de reconhecida idoneidade intelectual e com um compromisso profundo com a preservação e disseminação do conhecimento histórico, visava facilitar a coleta de documentos e informações relacionados ao estado de Minas Gerais, independentemente de sua localização. Essa estratégia se refletia na ideia de que a memória e a história de Minas não deveriam se limitar ao território estadual, mas se expandir para além das fronteiras físicas, criando uma rede de preservação e disseminação da cultura mineira.

Os correspondentes, espalhados por todo o Brasil e, em alguns casos, fora do país, desempenhavam um papel crucial na expansão e no enriquecimento do acervo do Arquivo Público Mineiro. Por meio da remessa de documentos, relatórios, estudos e outros materiais relevantes, eles contribuíam diretamente para o fortalecimento do arquivo, consolidando, assim, Minas Gerais como um estado com uma memória institucionalizada e preservada. Essa prática também reflete uma preocupação mais ampla de preservar não apenas os bens materiais, mas também a memória cultural, intelectual e histórica do

[181] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.
[182] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, on-line.

estado, integrando o Arquivo Público Mineiro ao contexto maior da produção e circulação de conhecimento no Brasil e no exterior.

O trabalho realizado pelos correspondentes foi essencial para que o arquivo se tornasse um ponto central na coleta de informações e documentos de relevância histórica, reforçando seu papel na construção de um patrimônio cultural e documental duradouro. O arquivo passou a ser não apenas um repositório de documentos, mas também um espaço de interconexão entre diversas iniciativas culturais e intelectuais do país, conectando Minas Gerais a um panorama mais amplo de produção histórica e científica.

Especificamente acerca da organização das instituições e da classificação de seus acervos, também podem ser observadas algumas práticas comuns da época. Acerca da organização, no regimento do APM de 1895, dizia que o Arquivo Público seria dividido em três categorias:

I. Direito Público, Legislação, Administração e Jurídico;
II. História, Geografia e demais manifestações do desenvolvimento científico;
III. Literatura e artes em geral.

Cabe lembrar que o APM também realizava o recolhimento de objetos entendidos como museológicos e bibliográficos, que iriam compor futuramente o Museu e a Biblioteca Pública[183].

No Rio Grande do Sul, segundo o regulamento instituído através do decreto n.º 1994, de 1913, em relação à sua organização administrativa do Arquivo Público, se estruturaria em três seções:

I. Administrativa, contendo mensagens presidenciais, anais da Assembleia dos Representantes, relatórios dos secretários de Estado, balanços do tesouro estadual e do tesouro municipal, livros de registros de nomeação e posse dos funcionários;
II. Histórico e Geográfico, com coleção de documentos relativos a fatos e personagens; e Arquivo forense, com cartas de concessão de sesmarias, autos findos de jurisdição, inventários, registros de nascimento, casamento e óbito.

Cabe ressaltar que, em 1925, a 2ª seção, de Arquivo Histórico e Geográfico, foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos, como já mencionado anteriormente, que iria posteriormente compor o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul[184].

[183] *Idem*, p. 166–173.
[184] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, on-line.

A organização das instituições arquivísticas e a classificação de seus acervos, como exemplificado pelo Arquivo Público Mineiro (APM) e pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, refletem uma tentativa de estruturar o patrimônio documental de forma a atender a múltiplas necessidades administrativas e culturais da época. A divisão do APM em categorias como Direito Público, História e Geografia, e Literatura e Artes, por exemplo, demonstra uma abordagem integradora, considerando que, além da documentação administrativa e jurídica, havia uma valorização das áreas de conhecimento relacionadas ao desenvolvimento científico e cultural do estado. Esse enfoque ampliado no recolhimento de objetos museológicos e bibliográficos reforçava a ideia de um arquivo como ponto de convergência para diferentes formas de memória e patrimônio.

Da mesma forma, o regulamento do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, que o organizava em seções administrativas, históricas e forenses, revela uma visão pragmática e funcional das instituições arquivísticas, com ênfase em facilitar a gestão pública e a preservação de documentos cruciais para a administração e a memória histórica. Essas práticas comuns da época mostram um esforço em criar uma organização sistemática, ainda que em desenvolvimento, das instituições de preservação documental, refletindo as necessidades de uma sociedade em formação e as expectativas de uma administração pública eficiente e conectada à memória e ao saber histórico e científico.

Acerca da ordenação dos documentos nas categorias, observou-se a utilização da metodologia cronológica. No Arquivo Mineiro, a documentação histórica deveria atender-se a três divisões: I. Capitânia; II. Província; e III. República[185]. No Arquivo Público do Pará, também seguiu marcos cronológicos, tendo quatro categorias: I. Colonial, II. Reino Unido, III. Imperial, e IV. Republicano. Já a organização interna de cada categoria, dava-se por ano, seguida por espécie documental ou assunto, no caso desde, tendo como exemplo, assuntos como “Fronteiras”, “Questões de limites com a Espanha”, “Correspondências de diversos com o Governo”, e “Limites com a Guiana francesa”, sendo criados em decorrência da necessidade e interesse do governo em determinado momento[186]. No Arquivo do Mato Grosso em 1896, onde Estevão de Mendonça, responsável pela organização do acervo, diante do grande volume de documentos setecentista e oitocentistas, mandou providenciou a confecção, por um

[185] VENÂNCIO, R. P. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro ...,* 2012, p. 141.
[186] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ..., 2016, p. 48–51.

latoeiro da Capital, de latas de folhas de flandres, nelas depositando os documentos classificados por ano[187].

A organização dos arquivos e classificação dos acervos recolhidos sempre foram ações e temas bastante presentes nos arquivos estaduais, inclusive com a criação de comissões específicas, como realizado em 1909 pelo Arquivo do Espírito Santo, onde, ao tomar posse como primeiro diretor, Henrique Alves de Cerqueira Lima, nomeou Diocleciano Nunes de Oliveira para chefiar uma comissão para reorganizar a documentação que integraria o acervo do Arquivo, formadas por doze pessoas, dentre elas, João Calmon Adnet, arquivista, que chegou a ocupar a direção do Arquivo[188]. Também no Arquivo de São Paulo, onde se teve a notícia de que, em 1912, encerravam-se os trabalhos da comissão nomeada pelo Presidente Tibiriçá para catalogar o acervo[189].

Nem sempre as atividades eram plenamente realizadas, por exemplo, no Espírito Santo, mesmo sendo criada uma comissão para organizar o acervo logo em seguida da criação do Arquivo Público, a situação do acervo em 1927 não era das melhores, onde, através do relatório do diretor da repartição ao Secretário do Interior, mencionava que, mediante a desordem e confusão em que se acham os antigos livros, documentos e papéis, resolveu solicitar novamente a designação de uma comissão, sob a chefia do ilustrado desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, para a classificação e catalogação de todos os papéis, documentos e livros.

Na realidade, as menções sobre a situação do APEEP, dos acervos e os trabalhos realizados pelas comissões representaram de forma geral o contexto comum dos outros arquivos estaduais. No mesmo relatório de 1927, foi possível identificar as dificuldades encontradas pela comissão no desempenho de suas funções, em virtude da bagunça em que se encontram os papéis recolhidos ao Arquivo, assim como, os trabalhos de separação, classificação, catalogação e encadernação que já estavam quase finalizados, mas, três anos após iniciado, os funcionários custeados pela verba denominada "Serviço de Reorganização do Arquivo Público", foram dispensados em decorrência de dificuldades de recurso orçamentário[190]. Tal situação causava problemas no próprio processo de recolhimento, pois, o direcionamento do Arquivo Público acabou sendo o de que, somente após a reorganização dos papéis e documentos já depositados no Arquivo, seria possível retomar o recolhimento junto das diversas Secretarias de Estado,

[187] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO, on-line.
[188] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, on-line.
[189] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.
[190] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, on-line.

principalmente dos documentos e livros anteriores à 1923, caso contrário, só aumentaria a confusão existente[191].

Ivana Parrela, ressalta que no Arquivo Mineiro, os critérios metodológicos estabelecidos na organização e descrição dos acervos na primeira metade do século XX eram tratados da mesma metodologia desde o século XVIII[192], assim como que a visão nos arquivos acerca da organicidade e classificação dos documentos, foi muito influenciada pela classificação científica de áreas como a Zoologia e Botânica, oriunda do século XIX e difundida ao longo do século XX, inclusive em algumas nomenclaturas, como "arquivo vivo", "arquivo morto", "organicidade natural", e "ciclo vital"[193]. Cabendo ressaltar que autora menciona a existência desde o século XIX, principalmente na Europa, de debates envolvendo especificamente a prática de arquivamento, exemplo, na França, com a reflexão da classificação geral por fundo, por Natalys de Wally, e do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, com a consolidação do respeito à proveniência e a organização dos fundos[194], todavia não ficou muito claro se tais debates eram frequentes no APM, assim como nos demais arquivos públicos estaduais da época.

A preservação foi outra atividade bastante observada no dia a dia dos arquivos estaduais, tanto nos cuidados com a estrutura física da instituição, dos locais de guarda, segurança e intervenções diretas nos próprios acervos, que não raro sofriam com perdas. O APM, por exemplo, em seu primeiro regimento, já tinha disposições gerais sobre a preservação do acervo, mencionando cuidados com incêndios, inclusive a proibição de se fumar na repartição, assim como os cuidados que se deveriam ter contra umidade, insetos e infestações de ratos[195], no Arquivo de São Paulo, foi criado o cargo de restaurador, o que contribuiu na área de restauração dos documentos, inclusive passando por mudanças de procedimentos, como, por exemplo, o fim da plastificação e o uso de pesticidas para preservação e conservação de documentos, comuns no passado, que foram abolidas pelos restauradores[196].

Todavia, não era difícil encontrar relatos de falhas na preservação, como ocorrido no Arquivo do Espírito Santo em 1923, onde foi relatado por Augusto Calmon Nogueira da Gama, diretor-geral da repartição, um vazamento de águas das chuvas no Arquivo

[191] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, on-line.
[192] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ..., 2009, p. 212.
[193] *Idem*, p. 27.
[194] *Idem*, p. 33.
[195] *Idem*, p. 213.
[196] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.

Público, assim como o desaparecimento de parte do acervo, consumido por cupins[197], situação também vista no Arquivo Mineiro, onde eram constantes as reclamações dos diretores, principalmente, em relação às instalações, o pouco espaço e pouco servidores, causando atrasos na organização dos documentos recolhidos[198], assim como na própria estrutura do prédio, onde, sofrendo com a falta de manutenção, depois do piso do primeiro andar ceder, teve que mudar todo seu acervo para o porão do prédio[199]. As instituições também tinham que se preocupar, não somente com a perda dos acervos por problemas de instalações, mas também com os sumiços dos documentos, criando procedimentos de segurança com as retiradas autorizadas e, principalmente, com as não autorizadas.

Ainda acerca da preservação dos acervos, observou-se a existência da prática de "descarte" de documentos pelas próprias instituições, por exemplo, a notícia de que comissão criada pelo Arquivo Público de São Paulo, findada em 1912, nos seis anos de trabalho, teria mandado incinerar grande quantidade de documentos, considerados sem valor histórico[200]. Fato ocorrido também no APM, que realizava o "descarte" de documentos, vistos como "desnecessários", mas, de acordo com Ivana Parrela, sem qualquer embasamento legal e técnico, ou mesmo cuidado em registrar tais eliminações[201].

Os arquivos estaduais desempenhavam funções essenciais na criação de instrumentos que facilitavam a gestão, o acesso e a difusão de seus acervos. Um dos instrumentos mais comuns era a produção de registros técnicos, como livros de registros e inventários. Além disso, alguns arquivos, como o Arquivo de São Paulo, expandiram suas funções ao publicar obras voltadas para a difusão do conhecimento histórico. Em 1894, o Arquivo de São Paulo lançou a coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, com seu primeiro volume abordando um resumo histórico do motim de 3 de maio de 1822, que precedeu a Proclamação da Independência. Na mesma época, também teve início a divulgação dos Maços de População, contribuindo para o estudo da história social. Ao longo da década de 1920, diversas obras foram publicadas, incluindo a série *Inventários e Testamentos* (com 42 volumes), a série *Sesmarias*, que tratava das concessões de terras feitas pelos capitães-generais e governadores das antigas capitanias, e a série *Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São*

[197] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, on-line.
[198] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ...,2009, p. 200.
[199] *Idem*, p. 215.
[200] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.
[201] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ...,2009, p. 204.

Paulo. Essas publicações não só preservaram o patrimônio documental, mas também promoveram sua disseminação para fins de estudo e pesquisa histórica.

Alguns arquivos tiveram também suas próprias revistas e anais, como o APM, que, no mesmo ano de sua criação, também criou a *Revista do Arquivo Público Minero*, periódico publicado até 2015[202], assim como o Arquivo do Pará, que publicou, por um período, os seus *Annaes*[203]. Também foi possível ver notícias dos arquivos nas colunas dos jornais que circulavam pelos estados na época, inclusive, com colunas específicas, como no APM, que além da Revista, teve também a coluna "Arquivo Público", no jornal Minas Gerais, onde eram publicadas informações sobre a atuação da Instituição, seus acervos, e as doações dos "beneméritos", assim como relatando as contribuições dos correspondentes[204].

Todo esse aparato técnico, quando realizado com regularidade, contribuía para a prestação de serviços ao público, em especial na emissão de certidões, que se tornava uma importante fonte de receita. Esses ganhos poderiam ser retidos pela repartição ou encaminhados à administração pública. No caso do APM, observou-se uma distinção interessante nas cobranças pelos serviços de emissão de certidões, diferenciando-se conforme o propósito: enquanto as certidões para fins pessoais eram cobradas, aquelas voltadas para interesses públicos, científicos ou literários eram isentas de taxa[205].

Além de serem vistos como instrumentos essenciais para a gestão e preservação do patrimônio documental da sociedade, os arquivos estaduais desempenharam um papel crucial na modernização da administração pública e na construção da história e memória. Observou-se, em alguns casos, que essas instituições também se inseriram nos planos de modernização das cidades. Os edifícios que abrigavam os arquivos estaduais foram, muitas vezes, utilizados como símbolos no discurso de modernização arquitetônica dos espaços urbanos. Um exemplo significativo disso foi o Arquivo Público Mineiro (APM), que, ao transferir sua sede de Ouro Preto para Belo Horizonte, não apenas acompanhou a mudança administrativa, mas também se integrou ao planejamento arquitetônico da nova capital, projetada para refletir a modernização urbana de Minas Gerais[206]. Dessa forma, os arquivos tornaram-se parte do processo de renovação cultural e simbólica da região.

[202] ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, on-line.
[203] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ..., 2016, p. 40.
[204] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus ...,2009, p. 176.
[205] *Idem*, p. 179.
[206] ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, on-line.

No Pará, o Arquivo Público foi instalado no prédio do antigo Banco Comercial, considerado suntuoso comparado aos outros prédios públicos da época[207]. No Rio Grande do Sul, o APERS recebeu um prédio novo, construído especificamente para ele, que foi considerado um dos exemplos da "revolução arquitetônica" realizada com objetivo de modernização da cidade, servindo, não apenas para preservar a memória documental pública, mas também, como materialização dos objetivos dos republicanos em construir um estado regional[208].

Para Carmem Moreira Merlo[209], a criação do APERS em 1906, foi com influência dos ideais positivistas do século XX, de desenvolvimento e progresso de uma "república rio-grandense", tendo como papel, ser instrumento tanto da centralização político-administrativo, quanto da formação da identidade regional, através da guarda documental. Já Ivana Parrela chamou a atenção que, não somente Minas Gerais, mas outros Estados também se utilizaram de um discurso de uma pátria regional, como foram os casos de São Paulo e do próprio Rio Grande do Sul[210].

Cabe ressaltar que mesmo nos casos dos arquivos estaduais que tiveram instalações suntuosas, os problemas com as instalações dos arquivos sempre foram constantes, onde, na maioria das vezes, observaram-se peregrinações por diversos prédios. Em São Paulo, a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado foi transferida em 1906, do Palácio do Governo para o andar térreo dos fundos da Igreja dos Remédios (Rua Onze de Agosto, 80), em 1912 o Arquivo Público é novamente transferido, agora para a Rua Visconde do Rio Branco, na esquina com a Rua Timbiras, onde permaneceu até 1949[211]. No Espírito Santo, o Arquivo Público encontrava-se em mau estado, nos fundos do andar térreo do Palácio do Governo, quando foi realizada a sua mudança para a nova sede na Rua Pedro Palácios, inaugurada em novembro de 1926[212].

Os arquivos estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, mencionados por possuírem prédios suntuosos para a época, também sofreram com os problemas de instalações. No caso do APERS, que começou a funcionar sete dias após seu nascimento legal, foi instalado, inicialmente, no andar térreo do edifício da Escola Complementar, situado na rua Duque de Caxias, esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto. Em pouco

[207] TORRI, Leonardo da Silva O guardião da memória do estado do Pará ...,2016, p. 34.
[208] MERLO, Carmen Moreira. O palácio de papel ...,2010, p. 119.
[209] *Idem*, p. 16.
[210] PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus...,2009, p. 17–21.
[211] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.
[212] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, on-line.

tempo, o espaço demonstrou ser insuficiente para a guarda dos documentos, sendo então transferido para o prédio da "Bailante", que havia sido comprado da viúva e herdeiros do Coronel João Pinto da Fonseca. Em 1912, o prédio foi destruído para a construção do Teatro Araújo Viana, onde atualmente encontra-se o prédio da Assembleia Legislativa, o Arquivo Público passou então para o suntuoso prédio projetado pelo arquiteto francês Maurício Gras, que teve sua obra iniciada em 1910 e construído dois anos depois, em 18 de novembro de 1912. Em função da crescente demanda, em menos de dez anos, o prédio já estava repleto de material oriundos dos diversos municípios do Estado, além da documentação da capital, iniciando em 1919 as obras de um segundo pavilhão para o Arquivo, anos depois, mediante o constante aumento do acervo, foi transferir parte da instituição para uma casa na rua Riachuelo. Desta forma, os dois primeiros pavilhões foram exclusivos para guarda do acervo, enquanto o terceiro pavilhão, em frente aos prédios, na referida casa, ficou reservado para a administração[213].

Diante do exposto, é evidente a relevância de se aprofundar na compreensão da cultura de gestão e preservação do patrimônio documental durante a Primeira República, especialmente no que se refere ao papel dos arquivos estaduais. Santos (2022) enfatiza que, apesar de algumas produções sobre os arquivos públicos estaduais com temática histórica, a quantidade de estudos ainda é limitada, especialmente no que tange aos arquivos dessa época. Esse vazio destaca a necessidade de maior produção acadêmica sobre o tema. É importante observar que os trabalhos existentes focam principalmente na instituição arquivística estadual, sem explorar de forma aprofundada a cultura administrativa e os instrumentos utilizados na gestão documental da época, como os arquivos de repartições públicas e as atividades desempenhadas pelos arquivistas. Um fator agravante para a escassez de pesquisas é o fato de poucas dessas instituições terem conseguido manter seus próprios arquivos organizados. No entanto, os arquivos estaduais de Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul se destacam, pois, ao preservarem minimamente seus acervos administrativos, possibilitaram um maior detalhamento de suas práticas, contribuindo para uma melhor compreensão das ações dessas instituições na época.

No caso do Amazonas, os dois trabalhos já mencionados, de Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa[214] e de Bernardo Farias dos Santos[215], mantiveram a mesma tendência,

[213] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, on-line.
[214] FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. *Arquivo Público do Estado do Amazonas* ..., 2007.
[215] SANTOS, Bernardo Farias dos. *Arquivo Público do Amazonas ...,*SANTOS, 2016.

buscando apresentar a trajetória histórica institucional do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Feitosa, em sua dissertação na área de Educação, intitulada *Arquivo Público do Estado do Amazonas: Da Missão à Ação*, procurou, refletir acerca da percepção social do papel do Arquivo Público do Amazonas, onde a autora chegou à conclusão de que os usuários do arquivo possuíam dificuldade em obter informação na instituição. A autora, em seu segundo capítulo, realiza um apanhado histórico da criação do Arquivo do Amazonas, apresenta alguns fatos históricos como marcos balizadores da criação e momentos do APEAM, sem, entretanto, realizar uma reflexão mais profunda desses marcos fundadores, como, por exemplo, como já mencionado nessa tese, ao remeter a origem do Arquivo do Estado como um continuísmo do arquivo provincial, no período monárquico, mesmo citando a criação do Arquivo Público em 1897, como mencionado a seguir:

> O Arquivo Público, até a data de 1897 funcionou sempre agregado à Secretaria do Governo. Sua criação deu-se pelo Decreto n.º 184 de 1897, tendo como criador o Governador do Estado do Amazonas o Dr. Fileto Pires Ferreira[216].

A autora ainda menciona alguns trechos de regulamentos dos governos do Amazonas, apresentando assim alguns momentos da organização do APEAM, de sua localização na máquina da administração pública, assim como algumas das atividades que o mesmo deveria realizar, entretanto, novamente sem realizar maiores reflexões, como, por exemplo, ao citar que:

> O Arquivo Público foi ligado também a outros órgãos e ocupou níveis de Diretoria e Divisão. Pertenceu à Biblioteca, à Imprensa Oficial e Numismática. Somente a partir de 1950, passou a constituir-se num órgão isolado[217].

Já Bernardo Farias dos Santos, em sua dissertação na área de História, Intitulada *Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852–1999),* teve em vista contextualizar a trajetória da Instituição, levantar em consideração três aspectos "o da sua instalação; o da sua criação; e o da sua mudança para a sede definitiva", procurando perceber também o tratamento dado pela administração pública. Para tal, o autor considerou que o Arquivo Público foi "instalado em 1852 e denominado Arquivo da Província", assim como considerou o decreto n.º 184,

[216] FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. *Arquivo Público do Estado do Amazonas* ...,2007, p. 36.
[217] FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. *Arquivo Público do Estado do Amazonas* ..., 2007, p. 37.

de 19 de agosto de 1897, como um ato que desvinculou o Arquivo da Província da Secretaria do Governo, criado oficialmente por meio do, denominado agora Arquivo Público"[218].

Ao longo dos três capítulos, ele menciona alguns marcos históricos, justificando a existência do Arquivo Público no Amazonas desde a elevação do Amazonas à província, em 1851, se utilizando da mesma dissertação já mencionada de Taiguara Villela Aldabalde (2010), justificando através da citação da existência de um "Arquivo" da Secretaria do Governo"[219], assim como apresentando algumas mudanças sofridas pelo APEAM na estrutura administrativa entre 1852 e 1999, mas sem aprofundar a reflexão sobre tais mudanças. Por fim, ele apresenta alguns dados da *Revista do Archivo Público*, assim como um quadro da composição da direção da repartição[220], todavia, observaram-se algumas informações inconsistentes em relação às funções de alguns funcionários, como o caso de Manoel Francisco da Cunha Junior e José Aprígio de Vasconcellos, que foram identificados com diretores do Arquivo Público, mas sem considerar que eles eram na realidade diretores da repartição a qual o Arquivo Público era uma das seções, assim como, desconsiderou os arquivistas como chefes da seção do Arquivo.

Reconhecendo o pioneirismo e as dificuldades enfrentadas por tais obras, especialmente considerando a escassez de fontes disponíveis e a ausência de um fundo sistematizado da própria instituição, é fundamental aprofundar as análises já iniciadas. Esse aprofundamento deve focar na observação das práticas arquivísticas como um processo cultural, não apenas do Arquivo Público, mas também dentro da administração pública como um todo. Isso inclui analisar a relação do Arquivo Público com as demais repartições, como parte de uma rede de arquivos criada pela administração, além de investigar quem eram os arquivistas espalhados pela administração pública e o que faziam. Um ponto crucial é compreender o entendimento da sociedade sobre o papel dessa estrutura de arquivos, especialmente por meio das redes políticas e intelectuais da época. Esse será o objetivo dos próximos capítulos, que buscarão expandir e contextualizar essas questões de maneira mais detalhada.

***

[218] SANTOS, Bernardo Farias dos. *Arquivo Público do Amazonas ...,* 2016, p. 9.
[219] *Idem*, p. 45.
[220] *Idem,* p. 115–122.

CAPÍTULO 3

O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO E SUA INSERÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (1897-1930)

> "Ha a notar, a propósito, que algumas repartições do Estado, contrariamente ao que dispõe, taxativamente, a lei, não têm feito recolher ao Arquivo, no decêndio estatuído, os respectivos documentos. Conveniente seria a reforma da aludida lei, no sentido de restringir, para forçar a observância desse dever, a cinco anos o prazo da obrigatoriedade do arquivamento dos papéis, que por elas transitam, ao Arquivo Público, vedando-lhes, absolutamente, a faculdade de reter, seja sob [que] pretexto for, tais documentos, cujo lugar é aquele, — mais apropriado e mais seguro"[221]

A relação entre as repartições públicas e o Arquivo Público do Estado do Amazonas foi marcada por desafios administrativos e normativos ao longo do tempo. Em 1919, o governador Pedro de Alcântara Bacellar destacou um desses desafios ao apontar que diversas repartições do Estado não cumpriam a obrigatoriedade de transferir seus documentos ao Arquivo Público dentro do prazo estabelecido por lei. Para corrigir essa situação, ele sugeriu a reforma da legislação vigente, obrigado o prazo de cinco anos recolhimento e proibindo a retenção indevida dos documentos nos órgãos de origem. Esse discurso revela tanto o reconhecimento da importância do Arquivo Público quanto as dificuldades para a efetivação da gestão documental no contexto da administração pública estadual.

Como destacou o governador, um dos problemas mais evidentes na gestão do patrimônio documental era a falta de normativas claras e de procedimentos eficazes que garantissem a preservação e a organização dos documentos do estado. Em sua fala, o governador não apenas denunciava a desordem e a fragilidade dos métodos adotados, mas também apontava para a centralização dos processos e a revisão das regras como possíveis soluções para superar essas deficiências. Essa declaração revela, de forma contundente, que o governo estava ciente dos entraves existentes e já buscava alternativas para sanar o problema.

Apesar dos desafios identificados, fica claro que o governo reconhecia a importância estratégica da gestão do patrimônio documental. Consciente de que os documentos eram elementos essenciais não só para o funcionamento administrativo, mas também para a construção e a preservação da memória histórica e da identidade do estado,

[221] Mensagem do governador. Pedro de Alcântara Barcellar, de 10 de julho de 1919, p. 176.

a administração empenhava-se em melhorar as atividades diárias e atualizar as normativas pertinentes. Essa postura indicava um compromisso institucional com a reorganização e a valorização dos acervos, mesmo em meio a um cenário de dificuldades estruturais e operacionais.

Diante disso, torna-se imprescindível refletir sobre a estrutura do Arquivo Público dentro do contexto da gestão pública. Apenas uma análise aprofundada desse aparato – considerando tanto sua posição na hierarquia administrativa, os personagens envolvidos em sua gestão, as atividades realizadas internamente quanto as relações com as demais repartições – permitirá compreender de maneira integral as dinâmicas que moldaram a preservação documental. Assim, a reavaliação da organização e do funcionamento do Arquivo Público revela-se fundamental para entender os processos que, por um lado, garantiram a continuidade da memória estatal e, por outro, impulsionaram a modernização dos métodos de gestão documental.

3.1. A estrutura administrativa do Arquivo Público dentro da Administração pública

3.1.1. O Arquivo Geral da Secretaria de Governo

Embora as províncias tivessem acumulado considerável experiência administrativa durante o período monárquico, a instauração da República impôs uma nova lógica à organização da administração pública, especialmente em nível estadual. Com os estados passando a ser entes federativos autônomos, a estruturação do poder deixou de ser apenas uma consequência da tradição centralizadora e passou a se construir na prática, por meio das rotinas da gestão pública, tendo como contexto, as anuências políticas, sociais e econômicas de cada estado. No Amazonas, como já foi observado nos capítulos anteriores, esse processo foi intensamente marcado pelo contexto econômico da borracha, que afetou não somente a política e a sociedade, mas também a forma como o Estado se organizava administrativamente.

Um exemplo prático dessa transformação pode ser observado na maneira como o novo governo estadual passou a organizar e preservar a documentação produzida. A criação de uma rede de arquivos tornou-se indispensável, exigindo uma análise cuidadosa da estrutura administrativa e dos mecanismos de gestão documental implementados.

No período monárquico, a administração pública contava com os arquivos provinciais, responsáveis por organizar e conservar os documentos produzidos pelas províncias. Da mesma forma que essas províncias eram subordinadas ao poder central do Imperador, os arquivos refletiam essa hierarquia, estando vinculados à administração central e subordinados ao Arquivo Público do Império[222]. Com a transição do regime monárquico para o republicano, a estrutura administrativa dos estados federalistas passou por um extenso processo de adaptação, resultando na criação de estruturas autônomas em relação ao Governo Federal. Cada estado passou a ter sua própria constituição e instrumentos de administração pública, incluindo a organização e a preservação de sua documentação.

No Amazonas, o processo de reconfiguração não foi diferente. As estruturas administrativas foram se consolidando gradualmente, como exemplificado pela promulgação da primeira constituição estadual em 27 de junho de 1891, seguida de outra em 23 de junho de 1892. Vale destacar que, mesmo antes da primeira constituição, diversos instrumentos administrativos já vinham sendo implementados. Um exemplo foi a criação da Secretaria do Governo do Estado e a organização de seu regimento, formalizada pelo Decreto n.º 27, de 29 de janeiro de 1890, promulgado pelo governador Augusto Ximeno de Villeroy[223].

A Secretaria de Governo do Estado desempenhava um papel fundamental nos primeiros anos da administração pública do estado, sendo responsável por gerenciar as ações diretamente vinculadas ao gabinete de governo. Organizada em três seções, conforme ilustrado no Quadro 6, essa secretaria contribuía decisivamente para a eficiência das atividades governamentais, inclusive na gestão da documentação produzida.

[222] COSTA, Célia Maria Leite. Memória e administração: 1997.
[223] O primeiro governador, Augusto Ximeno de Villeroy, foi nomeado pelo Governo Federal, ficando no governo entre 04 de janeiro de 1890 e 21 de novembro de 1890.

Quadro 6 – Estrutura administrativa do Gabinete de Governo do Amazonas em 1890

Seção	Atribuições
1ª Seção – Ministérios da Fazenda e da Justiça	Tesouro de Fazenda, Tesouro Federal, Alfândega, Secretaria de Polícia, Batalhão de Polícia, Guarda Nacional, Tribunais, Juízes e Promotores.
2ª Seção – Ministérios do Interior, Guerra e Marinha	Assembleia Legislativa, Eleições, Câmaras Municipais, Instrução Pública, Eclesiástico, Saúde Pública, Santa Casa de Misericórdia, Biblioteca, Comando das Armas, Fronteiras, Destacamentos, Obras Militares, Corpos do Exército, Enfermaria Militar, Artigos Bélicos, Força Naval.
3ª Seção – Ministérios de Estrangeiros, Agricultura, Comércio e Obras Públicas	Agentes Diplomáticos e Consulares, Relações com os Estados vizinhos, Obras Públicas, Correio, Comércio e Navegação, Catequese e civilização dos índios, Artes, Indústria e Estatística.

Fonte: Dados compilados pelo autor. Regimento da Secretaria do Governo do Estado, promulgado pelo Decreto n°. 27, de 29 de janeiro de 1890**.**

O Quadro 6 evidencia uma organização administrativa multifacetada do Gabinete de Governo do Amazonas em 1890, dividida em três seções que refletem a especialização das funções estatais entendida na época. A primeira seção, vinculada aos Ministérios da Fazenda e da Justiça, concentra atividades relacionadas à gestão financeira, à arrecadação e à manutenção da ordem jurídica, elementos essenciais para a consolidação de uma administração rigorosa e centralizada.

Em contrapartida, a segunda seção, sob a égide dos Ministérios do Interior, Guerra e Marinha, demonstra a integração entre funções legislativas, militares e de segurança, ressaltando a importância de instituições que asseguravam não apenas a defesa do estado, mas também a organização política e a educação pública. Já a terceira seção, atribuída aos Ministérios de Estrangeiros, Agricultura, Comércio e Obras Públicas, destaca a preocupação com as relações internacionais, o desenvolvimento econômico e a infraestrutura, áreas fundamentais para o progresso e a modernização do estado, incluindo ainda aspectos culturais e estatísticos. Essa divisão, portanto, revela uma estrutura administrativa que procurava atender de forma integrada às demandas financeiras, legislativas, militares e de desenvolvimento, refletindo as complexas necessidades do Amazonas no início do período republicano.

Em relação ao papel do Arquivo Geral da Secretaria de Governo do Estado, é importante destacar que os chefes das diversas seções da Secretaria tinham a responsabilidade de mandar arquivar, com as devidas classificações, todos os papéis e processos de negócios finalizados produzidos em suas seções. Além disso, no que diz respeito à incumbência do arquivista da Secretaria, este deveria receber todos os papéis

entregues pelas seções e registrá-los em um livro, para o qual teria de destinar carga a todos os documentos que lhe fossem entregues[224].

Cabe observar que o Arquivo Geral da Secretaria tinha a função exclusiva de receber, organizar e preservar os documentos produzidos pelas próprias seções da Secretaria, sem incluir quaisquer registros gerados por outras repartições. O Regimento da Secretaria, por sua vez, não atribuía ao Arquivo a função de interagir com os demais setores ou de promover o recolhimento periódico de seus documentos. Essa delimitação funcional evidencia uma gestão documental segmentada, na qual o Arquivo atuava de forma isolada, concentrando-se exclusivamente na documentação interna à Secretaria.

Por outro lado, o Arquivo Geral, pela própria importância da Secretaria do Governo do Estado, participava da interlocução com outras repartições, como, por exemplo, no ofício expediente ao diretor do Instituto Amazonense, solicitando que fosse enviado ao Arquivo Geral da Secretaria os papéis que ali se acham para ser encadernados[225], ou, como ocorrido no ofício ao Sr. inspetor da Alfândega de Manaus, informando e solicitando que, tendo de ser regularizadas as concessões dos lotes de terras existentes nas diversas colônias do Estado[226], que as plantas as quais pertenciam à extinta Tesouraria de Fazenda fossem entregues ao empregado da repartição de Obras Públicas para tirar cópias.

É importante ressaltar que, nesse período, não há qualquer menção à existência de um arquivo público. Conforme evidenciado pelas fontes, a responsabilidade de organizar e preservar a documentação produzida pelo Estado recaía integralmente sobre os arquivos das próprias repartições, como, por exemplo, da Repartição de Terras[227], da Junta Comercial[228], e do Tesouro do Estado[229]. Caracterizando uma gestão documental fragmentada e descentralizada.

Embora algumas atribuições do Arquivo Geral se assemelhem às de um arquivo público estadual, não se pode estabelecer uma equivalência direta entre o Arquivo Geral da Secretaria de Governo do Estado como sendo ele o Arquivo Público, nem afirmar que

[224] Regimento da Secretaria do Governo do Estado, Decreto n°. 27, de 29 de janeiro de 1890.
[225] Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1894, p. 1.
[226] Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1894, p. 1.
[227] Decreto n. 37 de 8 de novembro de 1893, promulgando o Regulamento da repartição de Terras, publicado no Diário Oficial de 15 de novembro de 1893, p. 1.
[228] Decreto n. 38 de 10 de novembro de 1893, dando novo regulamento para a Junta Comercial do Estado do Amazonas, publicado no Diário Oficial de 19 de novembro de 1893, p. 4.
[229] Oficio datado do dia 19 de janeiro de 1894, da Repartição do Tesouro do Estado à Imprensa Oficial, para que fosse enviado diariamente exemplares do Diário Oficial do Estado, para seu Arquivo. Publicado no Diário Oficial em 23 de janeiro de 1894, p. 426.

a primeira desempenhava, oficialmente, tais funções. Esse possível continuísmo – já abordado no capítulo anterior – remete a narrativas dos arquivos provinciais do período monárquico e, sem uma análise aprofundada, pode distorcer a compreensão do funcionamento da administração pública da época e dos debates em curso. Retoma-se, pois, a tese de que as experiências acumuladas – tanto na criação de instituições e setores na administração pública quanto nas práticas dos arquivistas, inclusive desde o período monárquico – foram fundamentais para a formação de uma cultura arquivística. Essa cultura desempenhou um papel crucial no debate sobre a criação do Arquivo Público, assim como a própria gestão documental no estado, cujas ações, integradas à administração pública, serão exploradas ao longo deste capítulo.

3.1.2. A composição administrativa da Repartição

A administração do Amazonas foi se construindo e se moldando ao longo da Primeira República, adaptando-se conforme o próprio entendimento existente dos governantes assim como as necessidades emergentes e os recursos financeiros disponíveis. Uma das características mais marcantes desse período foi a constante reconfiguração das repartições: departamentos eram frequentemente fundidos ou divididos, comumente justificando tais mudanças pela escassez de recursos. Essa dinâmica evidencia uma tentativa contínua de ajustar a estrutura administrativa à realidade econômica e às demandas do cotidiano.

Conforme ilustrado no Quadro 7, as reformas administrativas no Estado foram numerosas. Em 1891, o governador Gregório Taumaturgo Azevedo apresentou uma proposta que dividia a administração pública em cinco diretorias. Em 1896, a estrutura passou a ser composta por quatro secretarias, configuração que se manteve em 1899 e 1900, com a única alteração sendo a mudança do nome da Secretaria de Finanças para Fazenda. Em 1905, ocorreu uma nova transformação, reduzindo o número de secretarias para três – evidenciada pela junção das secretarias da Fazenda e Justiça. Em 1925, uma nova reforma manteve o número de secretarias em três, mas com uma composição diferente: a Secretaria da Justiça passou a integrar-se à de Terras, Obras Públicas e Indústrias, fazendo com que esta última perdesse a autonomia que vinha sendo observada desde 1896. Por fim, em 1929, uma grande reestruturação resultou em uma divisão mais diversificada, composta pelo Gabinete do Secretário Geral, Inspetoria do Tesouro Público, Diretoria de Águas e Esgoto, Diretoria de Instrução Pública, Diretoria do

Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, Diretoria do Serviço Sanitário, Diretoria do Teatro e Secretaria da Junta Comercial. Cabe ressaltar que, até a reforma de 1900, todas essas repartições estavam vinculadas diretamente ao Governo do Estado. Em 1905, criou-se a Secretaria do Estado, que, em 1925, passou a se chamar Secretaria Geral do Estado, com o objetivo de aprimorar o gerenciamento das diversas repartições.

Se, por um lado, a crise financeira era constantemente mencionada pela administração pública do Amazonas, por outro, a ampla reestruturação de 1929 sugere que o Estado buscava ativamente melhorar sua organização. A criação de uma diretoria específica para o Teatro Amazonas e de uma Secretaria da Junta Comercial, por exemplo, demonstra uma preocupação não apenas com a eficiência administrativa, mas também com o apoio a áreas culturais e comerciais. Além disso, as mudanças continuaram ocorrendo em 1929, com a criação da Diretoria de Estatística e Identificação e da Diretoria de Museu e Numismática, evidenciando um esforço contínuo para modernizar e diversificar a estrutura administrativa.

Como se pode observar até aqui – inclusive com declarações de governadores e diretores já apresentadas no primeiro capítulo – a crise financeira que assombrava o Amazonas tinha causas tanto internas, como os desafios impostos pela economia da borracha, quanto externas, que também afetavam outros Estados. Esses fatores influenciavam a organização administrativa de maneira global, impactando inclusive os arquivos públicos, que em sua maioria não conseguiam operar como repartições autônomas, permanecendo sempre vinculados a outras secretarias ou diretorias. Essa interdependência ressalta a complexidade do gerenciamento público na época e a necessidade de uma abordagem integrada para compreender os debates e as transformações ocorridas no Estado durante a Primeira República.

Quadro 7 – Estrutura da Administração Pública durante a Primeira República

1891	1896	1899	1900	1905	1925	1929
Governo do Estado	Governo do Estado	Governo do Estado	Secretaria de Estado	Secretaria do Estado	Secretaria Geral do Estado	Secretaria Geral do Estado
Diretoria da Fazenda Pública	Secretaria de Finanças	Secretaria da Fazenda	Secretaria da Fazenda	Secretaria da Fazenda e Justiça	Secretaria da Fazenda	Inspetoria do Tesouro Público
Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústria, Artes e Manufaturas,	Secretaria da Indústria	Secretaria da Indústria	Secretaria da Indústria	Secretaria da Indústria	Secretaria da Justiça, Terras, Obras Públicas e Indústrias	Secretaria da Junta Comercial

1891	1896	1899	1900	1905	1925	1929
Imigração e Colonização						
Diretoria dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação, e da Instrução Pública e Particular	Secretaria da Justiça	Secretaria da Justiça	Secretaria da Justiça	Secretaria do Interior, Exterior e Força Pública	Secretaria do Interior, Exterior e Força Pública	Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública
Diretoria das Obras Públicas, Terras e Estatística	Secretaria do Interior	Secretaria do Interior	Secretaria do Interior	Secretaria do Interior	Secretaria da Justiça, Terras, Obras Públicas e Indústrias	Diretoria de Águas e Esgoto
Diretoria da Política e Segurança, e Assistência Pública	-	-	-	-	-	Diretoria do Serviço Sanitário
-	-	-	-	-	-	Diretoria de Instrução Pública; Diretoria do Teatro

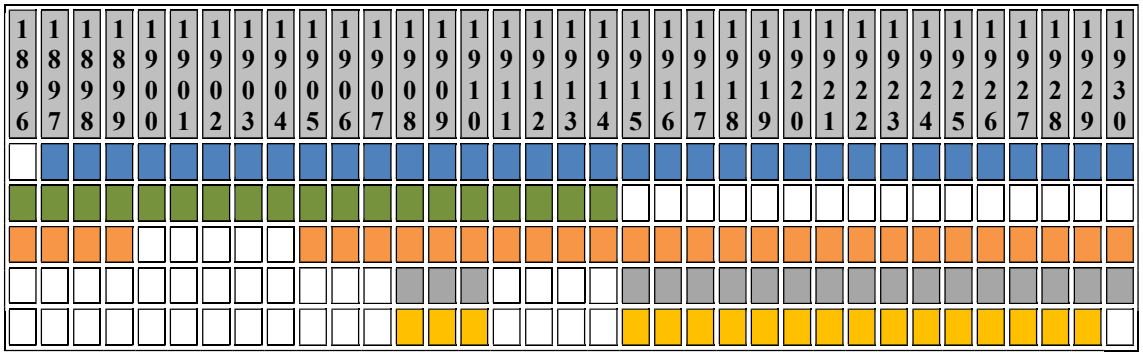
Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Desde o seu surgimento, o Arquivo Público sempre esteve vinculado a outras repartições, o que desde o início configurou uma estrutura administrativa fragmentada e interdependente. No caso do Arquivo Público do Amazonas, essa vinculação revelou-se particularmente complexa, pois as seções agregadas ao arquivo desempenhavam funções bem distintas, refletindo os variados interesses e demandas das diferentes áreas da administração.

Essa diversidade de funções acarretava inúmeros desafios de gestão. Governadores e diretores das repartições reconheciam que os objetivos heterogêneos de cada seção geravam necessidades e problemas próprios, os quais, em meio à crise econômica que afetava o Estado, nunca eram plenamente resolvidos. Essa situação evidencia as dificuldades inerentes a uma estrutura que não operava de maneira integrada, dificultando a implementação de soluções administrativas eficazes.

Em última análise, cabe ressaltar a importância de se compreender a complexidade da gestão do Arquivo Público no Amazonas, considerando sua vinculação a outras repartições e a diversidade funcional interna. Somente por meio de uma abordagem que reconheça essas múltiplas dimensões será possível identificar os entraves enfrentados e as estratégias necessárias para aprimorar a organização e a preservação do patrimônio documental estatal.

Quadro 8 – Organização da Repartição à qual estava vinculado o Arquivo Público durante a Primeira República



Legenda:

	Arquivo Público		**Estatística**		**Biblioteca Pública**		**Imprensa Oficial**		**Numismática**

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores, e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Analisando a estrutura administrativa do estado do Amazonas entre 1889 e 1930 foi possível observar a trajetória de existência do Arquivo Público e das demais repartições que a ela se juntaram, fazendo parte de uma mesma Repartição. A Figura 8 exemplifica tal situação, com a existência de uma Repartição que aglutinava várias seções, sendo identificadas no período estudado pelo menos cinco combinações onde o Arquivo Público estava presente[230]:

I. Arquivo Público e Estatística;
II. Arquivo Público, Biblioteca Pública e Estatística;
III. Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística, Imprensa Pública e Numismática;
IV. Arquivo Público, Biblioteca Pública, Imprensa Pública[231] e Numismática;
V. Arquivo Público, Biblioteca e Impressa Pública.

O parâmetro utilizando, por ano, para ilustrar a trajetória da repartição e suas seções não são tão precisos, tendo em vista que, na maioria das vezes, as informações

[230] Não havia um padrão de nome das diretorias, dependendo muito do meio de comunicação a qual informava, até mesmo nos documentos oficiais do Estado. A padronização, pelo menos nas mensagens, vai acontecer somente a partir de 1917, com o governo de Pedro de Alcântara Bacellar, onde passou a ser chamado de Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial, justamente a última composição da Diretoria. Para nível de entendimento geral da pesquisa, será utilizado a nomenclatura que for indicada nas fontes, e, nos casos onde ocorrer a necessidade, da regra de ordenação seguindo a prioridade das repartições mais antigas.
[231] Também chamada de Imprensa Oficial.

eram fragmentadas, sendo identificadas apenas citações de textos oficiais, mas não sendo possível encontrá-los, todavia a ilustração possibilita didaticamente contextualizar tais mudanças, que, como pôde ser observado ao longo do trabalho, de forma geral, pelo menos até a reforma administrativa de 1925, não eram realizadas pela administração pública visando características técnicas das repartições, mas sim por questões de recurso financeiro. Na realidade, em vários momentos os governadores ressaltaram a dificuldade dos diretores em gerir uma Diretoria tão grande e de perfil de repartições totalmente diferentes, sendo a justificativa comum quando se buscava desmembrar as mesmas, como mencionado pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 1910, ao relatar que:

> A necessidade de reduzir as despesas públicas determinou a anexação das repartições de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público e Imprensa Oficial e Numismática. Não devem, porém, continuar essas repartições sob a direção de um só funcionário, atendendo-se principalmente a que a Imprensa está instalada, como é natural, em edifício separado, resultando na impossibilidade de um desempenho satisfatório para qualquer serviço.[232]

A fala do governador remete à anexação feita em 1908, onde juntaram todas essas repartições em uma única. Em 1910, sob argumentação de que a Imprensa Oficial precisaria de maior dedicação de um diretor, a mesma repartição é desmembrada e tornando-se autônoma, todavia, em 1914, sob o governo de Jonathas de Freitas Pedrosa, ela retorna a ser uma seção dentro da mesma repartição, e, novamente, "por motivos de ordem econômica"[233], o que vai se manter até 1930, período limite dessa pesquisa.

Ainda acerca das dificuldades de se manter repartições tão distintas juntas, o governador Pedro de Alcântara Bacellar, ressalta que "O Arquivo e a Biblioteca Pública deveriam, si as possibilidades econômicas do Estado o permitissem, constituir departamentos independentes e autônomos da Imprensa Pública, com um Diretor especial", cabendo ressaltar que, nesse caso, o governador estava preocupado com o funcionamento do Arquivo Público, pois justificava tal necessidade chamando atenção para "larga e valiosa riqueza que o Arquivo Público possui em documentos, dá mais transcendente importância para o Amazonas"[234].

[232] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1910, p. 32.
[233] Mensagem do governador, Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1915, p.30.
[234] Mensagem do governador. Pedro de Alcântara Bacellar, ao Congresso Amazonense, de 10 de julho de1920, p. 116-117.

Embora o foco desta análise recaia sobre o Arquivo Público, é imprescindível, em decorrência das mudanças ocorridas ao longo do tempo, contextualizá-lo a partir de um momento anterior: a criação da Repartição de Estatística em 1896. Esse marco é fundamental, pois foi dentro dessa repartição que, no ano seguinte, surgiu o Arquivo Público. A integração dessas duas instituições não apenas justifica a origem do arquivo, mas também permite refletir sobre as motivações que levaram à junção de funções estatísticas e arquivísticas. Assim, compreender esse contexto contribui para uma melhor interpretação dos processos administrativos e dos debates que influenciaram a organização do patrimônio documental no período.

Em 17 de agosto de 1896, por meio do Decreto n.º 127[235], o governador Fileto Pires Ferreira criou a Repartição de Estatística, uma iniciativa que visava reorganizar a administração pública e implementar diversas mudanças. A criação dessa repartição foi justificada pela necessidade de gerar dados precisos para auxiliar na avaliação dos serviços prestados pelo Estado, promovendo, assim, uma gestão mais eficiente e fundamentada em evidências. No ano seguinte, com o Decreto n.º 184, de 19 de agosto de 1897, foi regulamentada a estrutura da Diretoria de Estatística, e, em seu Artigo 1º, foram definidas as competências e a organização dessa diretoria.

> A Repartição de Estatística encarregar-se-á da arrecadação de todos os dados estatísticos relativos ao estado físico, demográfico, político, administrativo, moral, intelectual, econômico, comercial e industrial do Estado do Amazonas e da coordenação dos mesmos, agrupando-os cientificamente e estabelecendo as proporções aritméticas e geométricas a que se prestam.

Essa regulamentação não só enfatizava a importância da estatística para a mensuração do desempenho governamental, mas também demonstrava uma visão inovadora ao integrar práticas administrativas e de avaliação que, posteriormente, influenciariam outras áreas da gestão pública. Dessa forma, a iniciativa contribuiu para a construção de uma cultura de gestão baseada em dados, capaz de fundamentar políticas públicas e de aprimorar continuamente os serviços estatais.

O Decreto n.º 184 descreve detalhadamente o funcionamento da Repartição de Estatística, que se organiza em duas seções responsáveis por "classificar, agrupar, preparar e elaborar, de forma técnica e científica, os materiais estatísticos". Embora ambas realizem a mesma ação, diferenciam-se pelo âmbito de atuação em suas respectivas

[235] Governador eleito pelo sufrágio universal, governando entre 23 de julho de 1896 e 4 de abril de 1898.

repartições e pelas incumbências atribuídas aos funcionários. No Capítulo V do mesmo Decreto, o Artigo 29 institui a criação do Arquivo Público do Estado do Amazonas, que fica anexo à Diretoria de Estatística e tem como finalidade a guarda e a conservação de todos os papéis e demais documentos oficiais do Estado. Em sequência, o Artigo 30 determina a extinção do arquivo da Secretaria do Estado, estabelecendo que os documentos nela contidos sejam encaminhados, por meio de guias, ao Arquivo Público recém-criado. Essa centralização da gestão documental não só moderniza o aparato administrativo, como também reforça a importância de integrar e organizar os registros oficiais de maneira eficiente e coerente[236].

Não foi possível encontrar nenhuma fala direta explicando os motivos do Arquivo Público anexo à Repartição de Estatística. Na mensagem lida ao Congresso do Amazonas, na sessão extraordinária do dia 6 de janeiro de 1898, o governador Fileto Pires Ferreira diz ter adicionado à Estatística o Arquivo Público para "satisfazer o proveitoso fim que lhe é destinado"[237], arguindo que "o Arquivo vai prestar reais serviços e espero recompensará com muito lucro tudo o que por ele fizer o Estado"[238].

Durante o governo Fileto Pires Ferreira, o Amazonas experimentou um dos períodos mais prósperos, impulsionado pela economia da borracha, o que, em tese, facilitou a tomada de decisões voltadas para a reorganização da administração pública. Nesse contexto, o governador, em sua primeira fala ao Congresso do Amazonas, justificou a necessidade de uma nova proposta organizacional ao afirmar: "penso que uma boa lei definindo claramente os deveres, obrigações e as responsabilidades de cada um, pode — sem aumento de despesas e pessoal — muito adiantar em bem da organização do Estado" [239].

Ele complementou sua argumentação sugerindo que o modelo adotado em São Paulo e em Minas-Gerais, com suas vantagens e facilidades, poderia servir como exemplo para uniformizar os serviços administrativos no Amazonas. Essa postura evidencia uma busca por soluções práticas e eficientes, que almejavam aprimorar a gestão estatal sem onerar os cofres públicos, demonstrando, assim, uma clara preocupação com a melhoria da administração através da padronização e da definição precisa das funções e responsabilidades.

[236] Diário Oficial, de 21 de agosto de 1897, p. 1070.
[237] Mensagem do Governador, de 06 de janeiro de 1898, p. 18.
[238] Mensagem do Governador, de 06 de janeiro de 1898, p. 19.
[239] Mensagem do Governador, de 04 de março de 1897, p. 2.

Interessante nesta última fala do governador é a sua visão das administrações nos outros Estados, como ideais a serem alcançados, mas que, como foi possível observar no capítulo anterior, pelo menos tendo como foco as ações dos Arquivos Públicos, também tinham problemas.

Talvez, o governador tenha se influenciado por experiências de organização da administração Pública de outros Estados, por exemplo, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público do Estado do Paraná, que, criados antes da repartição do Amazonas, e, como já foi visto, foram também, ligadas a uma Repartição de Estatística, e subordinadas às secretarias denominadas "do Interior", assim como no Amazonas.

Todavia, observaram-se algumas diferenças em relação ao texto de criação do Arquivo do Amazonas em comparação aos dos estados de São Paulo e Paraná. No texto de criação do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em seu Art. 1, diz que:

> Fica criada a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, a qual se incumbirá da execução de todos os trabalhos relativos aos diversos ramos da estatística, conforme regulamento que depois expedirá o Secretário do interior, cabendo-lhe ainda a guarda, coordenação e classificação de todos os papéis, documentos e livros atinentes ao Direito Constitucional, À História Política e a Administrativa, à legislação e à Geografia de São Paulo, e de os demais que as autoridades competentes determinarem que ali se depositem.[240]

Texto bem diferente do utilizado no Decreto n.º 184, de 19 de agosto de 1897, o qual não faz nenhuma menção à história e à geografia do Amazonas, possuindo estritamente um caráter burocrático administrativo de guarda da documentação produzida pelo estado.

Não querendo prolongar tal reflexão acerca do objetivo e papel do Arquivo Público do Estado do Amazonas, o que será mais bem tratado em momento posterior, o objetivo nesse momento é o de tentar compreender os motivos que levaram a administração do estado em juntar as duas repartições, assim como com outras ao longo do período, e quais justificativas eram dadas.

Em 1908, acontece uma nova reformulação da administração pública do Estado, inclusive na Repartição de Estatística e Arquivo Público, tendo como objetivo, conforme a proposta de projeto n.º 15, conter gastos e enxugar vários setores da administração. O

[240] Decreto n. 30 de 10 de março de 1892, que cria a Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado de São Paulo. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, on-line.

projeto foi discutido e aprovado no Congresso do Amazonas[241], sendo sancionada através da Lei estadual n. 573, de 15 de setembro de 1908, e regulamentada pelo Decreto n. 844, de 22 de novembro do mesmo ano. Dentre várias ações, foi realizada a unificação das repartições de Estatística, Arquivo Público, Imprensa Oficial, Biblioteca e Numismática, dividindo-as em três seções: I. Estatística e Arquivo Público; II. Imprensa Oficial; e III. Biblioteca e Numismática. Segundo o governador, A unificação trouxe uma economia de 32:640.00 réis por ano".

Porém, ficava claro que a existência de um único diretor para administrar todas as seções, inclusive em prédios separados, resultava na impossibilidade de um desempenho satisfatório para qualquer dos serviços"[242], assim sendo, em 1910, o Congresso passou-se a discutir, sendo aprovada a proposta de projeto n.º 25, que tinha como objetivo uma nova separação da Diretoria de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público, Imprensa Oficial e Numismática, sendo promulgada consoante a Lei n.º 647 de 22 de novembro de 1910 e regulamentado pelo Decreto n.º 956 de 2 de fevereiro de 1911[243], retirando a Imprensa Oficial e Numismática da Repartição.

Todavia, o debate voltou à tona em 1914, como pode ser observado na fala do governador Jonathas de Freitas Pedrosa ao Congresso do Amazonas[244], informa que no dia 3 de novembro de 1914, foram juntadas as repartições do Arquivo Público, Biblioteca e Imprensa Pública, nesta fala em questão, não foi mencionado nenhuma lei ou decreto, todavia, em 1919, durante a leitura da mensagem ao Congresso do Amazonas, realizada em 10 de julho, pelo então governador Pedro de Alcântara Bacellar, o mesmo informa que a junção das três diretorias foi promulgada pela Lei n.º 761, de 07 outubro de 1914,

[241] Várias notícias foram divulgadas na imprensa criticando a proposta n°. 15, sendo chamada inclusive de "A lei da guilhotina", que iria colocar a corda ao pescoço do funcionalismo público. In: Jornal do Commércio, de 4 de setembro de 1908, p. 1.
[242] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1910, p.35.
[243] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1911, p.136. Cabe ressaltar dois casos. Primeiro, foi da publicação no mesmo jornal, no dia 10 de julho de 1911, da íntegra do texto da mensagem do governador lida ao Congresso, no dia 12 de dezembro de 1910, onde diz ter sido promulgada a Lei n. 23 de 23 de novembro de 1910, separando a dita Repartição, porém há outra informação, registrada na mensagem do governador ao Congresso, lida no dia 10 de novembro de 1911, onde faz também menção a Lei n. 23, só que, do dia 22 de novembro de 1910. Cabe ressaltar que esta data bate com a data da Lei n. 647, mencionada pelo mesmo governador numa mensagem lida em julho. Segundo caso, foi da publicação, no Jornal do Commércio do dia 13 de outubro de 1910, da promulgação da Lei n. 632 (sem data), dividindo a Repartição de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público, Imprensa Oficial e Numismática, mas sem mais informações. Todavia, não foi encontrada qualquer outra referência a tal lei, nem nas mensagens dos governadores e nem no Diário Oficial. Em ambos os casos, tendo em vista o período de execução da mudança, parece se tratar da mesma ação, com algum erro de fala.
[244] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1915, p.31.

e que, na ocasião, ficou a Diretoria dividida em três seções: I. Biblioteca Pública; II. Arquivo Público; e III. Imprensa Pública[245].

Cabe ressaltar que a partir de 1914, a Estatística deixou de integrar a Diretoria, não sendo encontrada nenhuma informação do seu destino, sendo identificado apenas em 1929, na fala do governador Ephigênio Ferreira de Salles, da criação da Diretoria de Estatística, Museu e Numismática, conforme a Lei n.º 1.379, de 22 de agosto de 1928, e regulamentada pelo Decreto n. 214, de 19 de dezembro do mesmo ano, sob gerência da Secretaria Geral do Estado, igualmente à Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública.

Um fato curioso aconteceu em 1919, em mensagem lida pelo governador Pedro de Alcântara Bacellar, chama atenção acerca da ordem do nome das seções da Repartição, disse ele,

> E, de relance, devo pedir vossa atenção para a má divisão das seções do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, na organização das quais, contrariamente ao que faz pressupor a sua denominação, não foi observada a ordem alfabética, como era crucial que fosse. Tanto assim é que a lei n. 761, de 7 de outubro de 1914, que fundiu as repartições de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público, Numismática e Imprensa Pública numa só, subdividiu-a em três secções: 1°. Biblioteca Pública; 2°. Arquivo Público; 3°. Imprensa Pública. O Arquivo, que constitui a 2°., quando deveria ser a 1°. Seção (…)[246]

Na visão do governador, não havia a intenção de estabelecer uma hierarquia entre as seções, sendo preferível organizá-las de acordo com a ordem alfabética. Contudo, na prática, esse direcionamento ideal não se concretizou. A repartição, apesar de seu nome, apresentava uma organização confusa, que variava conforme o canal de comunicação, o contexto do momento e as necessidades emergentes. O fato é que, desde a mudança ocorrida em 1914 até 1930, a estrutura administrativa permaneceu inalterada, mantendo as seções do Arquivo Público, da Biblioteca Pública e da Imprensa Pública. Essa continuidade evidencia, por um lado, a disparidade entre a proposta inicial e a execução prática, e, por outro, a resiliência das instituições diante dos desafios organizacionais enfrentados ao longo desse período.

Quanto à estrutura predial, observou-se uma situação semelhante àquela registrada em outros estados, como Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, em que o prédio abrigando o Arquivo Público foi utilizado como estratégia para construir

[245] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1919, p.172.
[246] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1919, p.174.

uma narrativa de modernidade por meio de sua arquitetura. Essa abordagem evidenciava o desejo de transmitir uma imagem de progresso e renovação institucional, utilizando a estrutura física como um símbolo de modernidade.

Em 1905, o então governador Antônio Constantino Nery relatou que a Biblioteca Pública do Estado foi anexada ao Arquivo Público, medida provisória até que a obra do novo prédio – situado entre as ruas Municipal, Barroso e Henrique Martins e destinado a abrigar, de forma definitiva, tanto a Biblioteca quanto o Arquivo Público – fosse concluída. Essa integração temporária não apenas reforça a importância atribuída à modernização dos espaços públicos, mas também demonstra como as iniciativas arquitetônicas e administrativas se articulavam na construção de uma identidade moderna para o Estado. Acerca desse prédio, o governador ressalta que "não só pelo local central, como pela posição, é o mais apropriado aos fins a que está destinado o edifício, que, após pronto, será um dos melhores e mais vastos edifícios públicos" [247].

O prédio foi inaugurado em 14 de novembro de 1907 e rapidamente ganhou destaque na imprensa local, que enalteceu suas marcantes características arquitetônicas. Por exemplo, o Jornal do Commércio, na edição de 15 de novembro de 1907, afirmou que "nenhum outro Estado possui um edifício como o que ontem se inaugurou, especialmente construído, grandioso e estético, para uma Biblioteca Pública"[248]. O prédio se destaca não apenas por sua arquitetura marcante, mas também por sua versatilidade funcional. O governo cedeu o espaço para a realização de diversas atividades e eventos intelectuais, chegando a utilizá-lo como laboratório pela Universidade Livre de Manaus. Ademais, o salão principal, situado no primeiro andar, teve um papel histórico ao abrigar, durante um longo período, as plenárias do Congresso Estadual do Amazonas, reforçando a importância do edifício como um polo de integração cultural e política.

Em síntese, a composição do Arquivo Público do Amazonas em uma repartição com múltiplas funções evidencia a complexidade e a dinamicidade da administração pública da época. Essa articulação funcional não só reflete os desafios inerentes à gestão de um patrimônio multifacetado, mas também demonstra a criatividade dos gestores em adaptar-se às limitações orçamentárias e operacionais, promovendo uma modernização que buscava consolidar a identidade e a memória do Estado. Assim, o legado dessa estrutura multifuncional reforça a importância de se compreender a interconexão entre

[247] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1905, p. 35.
[248] Jornal do Commércio, de 15 de novembro de 1907, p. 4.

diferentes esferas da administração pública para a efetiva preservação e valorização dos documentos históricos.

3.1.3. A evolução do Arquivo Público dentro da administração estadual

O Amazonas passou por diversas experiências nos primeiros anos da República, oscilando entre o ideal de uma capital moderna e cosmopolita, inspirada em padrões europeus, e a frustração de um projeto que não se concretizou plenamente, em grande parte devido às crises econômicas que sucederam o ciclo da borracha. Essas oscilações impactaram profundamente a administração pública, impondo desafios constantes à organização do aparato estatal.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender a gestão e preservação do patrimônio documental no Amazonas durante a Primeira República, analisando a criação e atuação de estruturas documentais, como os arquivos das repartições, o Arquivo Público e o papel dos arquivistas. Mais do que apenas instituições administrativas, esses espaços documentais refletiam dinâmicas políticas e intelectuais, estando diretamente inseridos nas redes de poder e no contexto econômico e social da época.

A organização das estruturas administrativas teve início com a proposta contida no Decreto n.º 27, de 29 de janeiro de 1890, e seguiu sofrendo alterações ao longo dos anos, algumas já mencionadas neste estudo. Em 15 de setembro de 1891, o então governador Gregório Taumaturgo Azevedo submeteu ao Congresso Amazonense um novo projeto de reorganização da administração pública estadual, estruturando-a em cinco repartições superiores:

I. Diretoria dos Negócios do Estado, da Justiça e Legislação, e da Instrução Pública e Particular;
II. Diretoria da Fazenda Pública;
III. Diretoria das Obras Públicas, Terras e Estatísticas;
IV. Diretoria da Agricultura, Comércio e Indústrias, Artes e Manufaturas, Imigração e Colonização; e
V. Diretoria da Polícia, Segurança e Assistência Pública.

Essa estrutura refletia um esforço de modernização e racionalização da administração pública, buscando alinhar-se aos modelos administrativos adotados em outras partes do país. No entanto, na prática, a organização burocrática do estado permaneceu permeada por desafios estruturais e conjunturais, oscilando entre tentativas

de centralização e fragmentação das funções, conforme as demandas políticas e econômicas do período.

Na proposta apresentada pelo governador, nenhuma menção foi efetuada acerca de repartições de arquivo, biblioteca ou museu. A primeira menção encontrada nas fontes de forma mais sistematizada aconteceu a partir de 1896, quando o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, buscando dar nova organização à administração do Estado, publicou o Decreto n.º. 120, de 21 de julho[249], que, em seu Art. 1°, reorganizou a administração pública em quatro novos Departamentos: I. Finanças; II. Indústria; III. Justiça; e IV. Interior. Ficando responsável por este último,

> […] tudo que se entender com a representação do Estado, eleições, municípios, estatísticas, recenseamento, registros, **arquivos**, instrução pública, **biblioteca e museu**, institutos e associações literárias, depósito público, higiene, assistência pública, asilos e institutos de caridade, teatro e limites territoriais do Estado.[250]

No mesmo Decreto n°120, em seu Art. 16, sinalizava que "fica criado a Diretoria de Estatística", e no Art. 18, "fica criado o Museu do Estado", ambos com "um diretor, um chefe de seção, um oficial, dois amanuenses, um porteiro, um contínuo e um servente" cada[251].

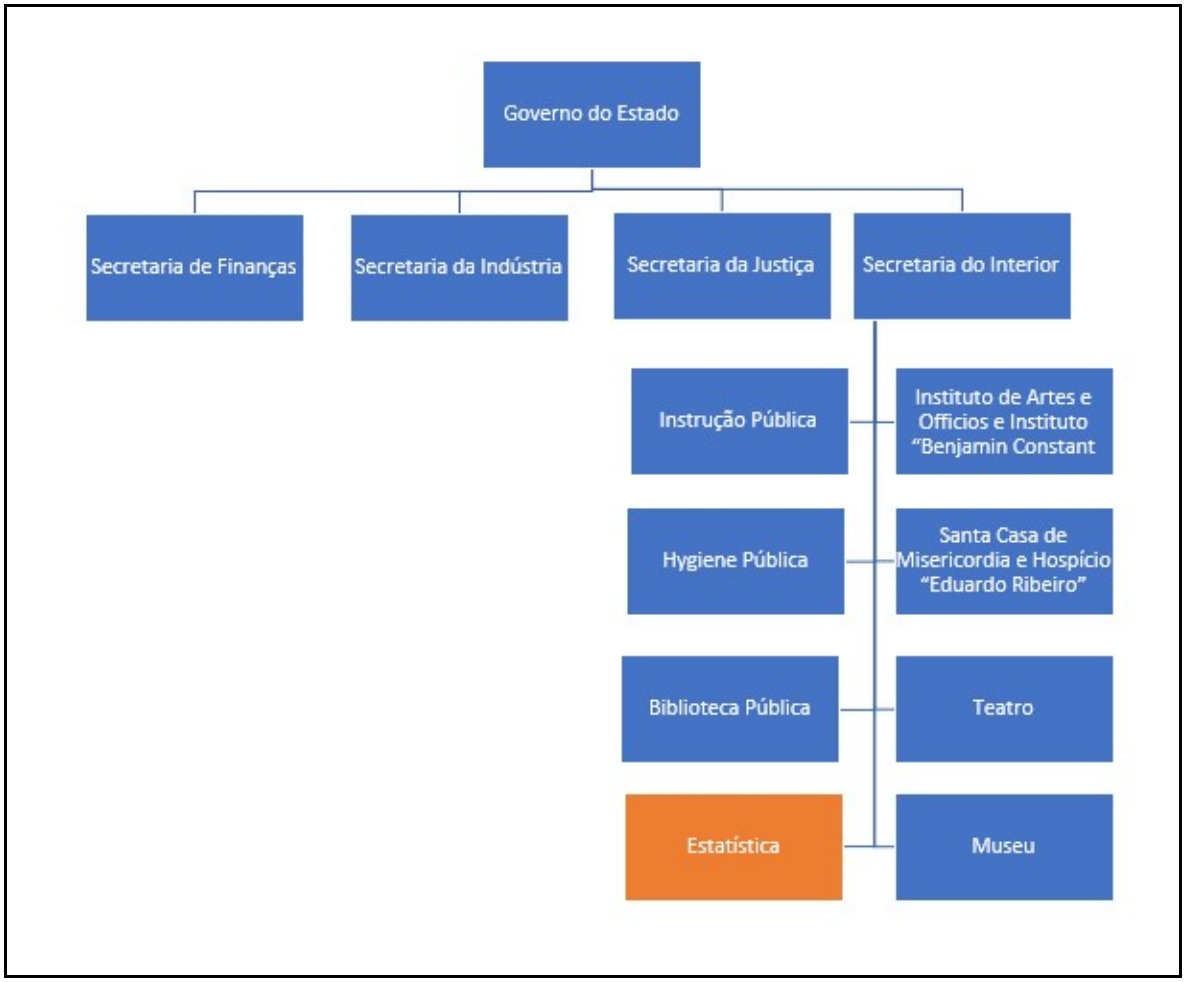
Menos de um mês depois da publicação do decreto n.º 120, já o novo governador, Fileto Pires Ferreira, publicou o Decreto n.º 127, de 17 de agosto de 1896[252], criando inúmeras repartições, onde, em seu Art. 5°, descrevia quais repartições estariam subordinadas ao Departamento do Interior, sendo eles:

a) Instrução Pública;
b) Higiene;
c) **Biblioteca Pública**;
d) Instituto de Artes e Ofícios;
e) Instituto Benjamin Constant;
f) Santa Casa de Misericórdia e Hospício "Eduardo Ribeiro";
g) Teatro;
h) **Museu**;
i) Estatística.

[249] Diário Oficial, de 23 de julho de 1896.
[250] Diário Oficial, de 23 de julho de 1896, p. 70. (grifo nosso)
[251] Diário Oficial, de 23 de julho de 1896, p. 70.
[252] Diário Oficial, de 20 de agosto de 1896, p. 786.

Todavia, no dia 4 de março de 1897[253], o mesmo governador, apresentou uma nova proposta de organização dos Departamentos, com a justificativa de que "atentas as deficiências da lei primitiva, tanto o Decreto de 21 de julho como o de 17 de agosto, ressentem-se de faltas graves, lacunas impossíveis de preencher"[254], no caso do Departamento do Interior, a única modificação frente ao Decreto n°. 127, foi a junção de duas repartições, "Instituto Benjamin Constant" e "o Instituto de Artes e Ofícios", em uma única, ficando organizado como pode ser observado na Ilustração 1.

Ilustração 1 - Organograma da administração do Estado em 1896, com detalhamento da Secretaria do Interior.



Fonte: Dados compilados pelo autor. Decreto n. 127, 17 de agosto de 1896. Diário Oficial, de 18 de agosto de 1896. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

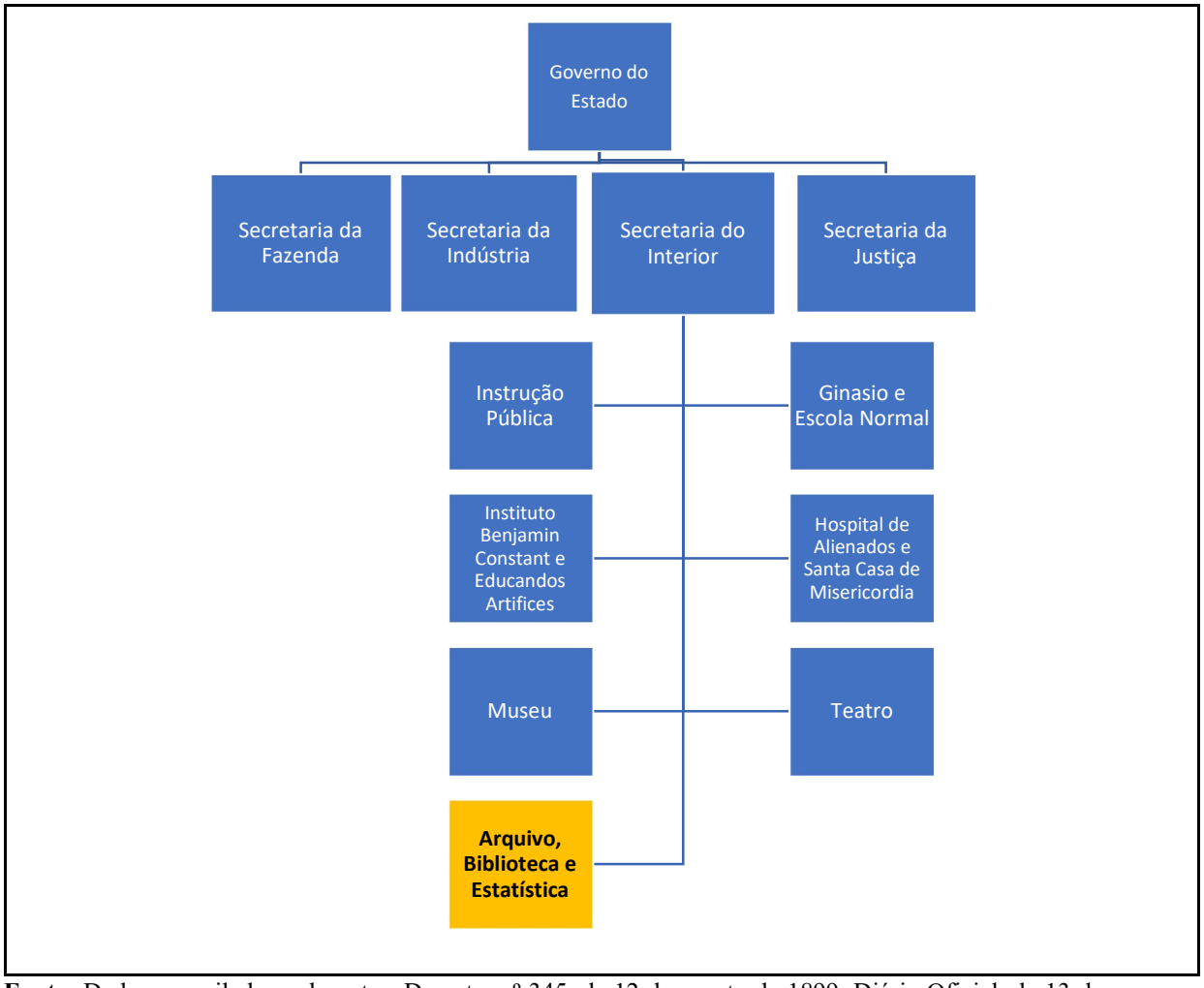
Como já mencionado, é nesse período que se cria a Diretoria de Estatística. No ano seguinte, com o Decreto n.º 184, de 19 de agosto de 1897, ocorre sua regulamentação,

[253] Mensagem do governador, de 4 de março de 1897, p. 6.
[254] *Idem*, p. 6.

bem como a criação do Arquivo Público do Estado, que foi instituído com a Biblioteca Pública anexada a ele.

Em 1899, um novo regulamento foi proposto para a estrutura organizacional do estado, sendo oficializado pelo Decreto n.º 345, de 12 de agosto do mesmo ano. Esse decreto redefiniu a administração pública, reorganizando-a em quatro secretarias principais: I. Fazenda; II. Indústria; III. Interior; e IV. Justiça. Conforme observado na Ilustração 2, a então já estabelecida Diretoria do Arquivo Público, Biblioteca e Estatística permaneceu vinculada à Secretaria do Interior, juntamente com a repartição do Museu do Estado.

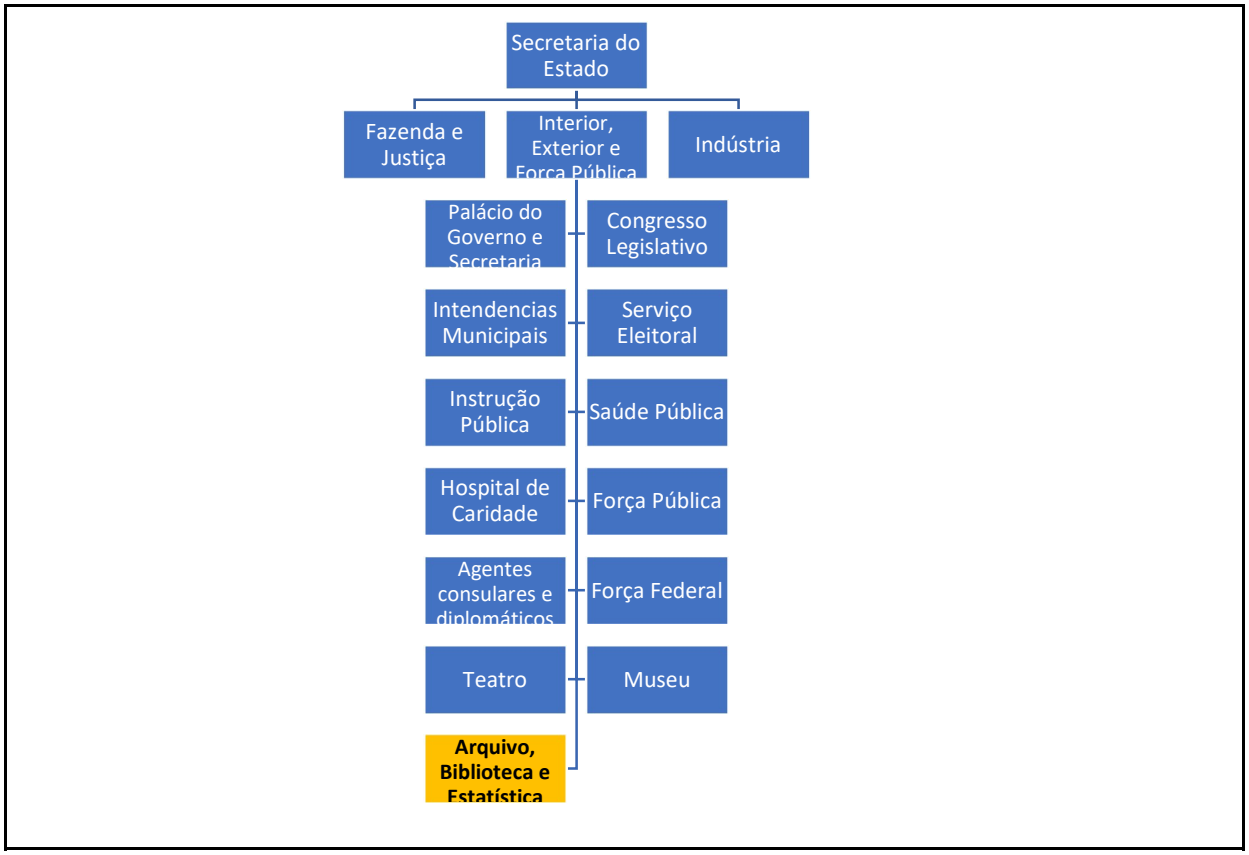
Ilustração 2 - Organograma da administração do Estado em 1899, com detalhamento da Secretaria do Interior.



Fonte: Dados compilados pelo autor. Decreto n.º 345, de 12 de agosto de 1899. Diário Oficial, de 13 de agosto de 1899. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em 1900, ocorreram novas mudanças na organização administrativas do Estado, então promulgada pelo Decreto n.º 438, de 31 de julho de 1900[255], onde, como pode ser observado na Ilustração 3, o Governo do Estado estabeleceu uma Secretaria de Estado, para auxiliar na administração, assim como acabou com as secretarias então existentes (Justiça, Fazenda, Indústria, Interior e Militar[256]). Tal mudança foi justificada por questões econômicas, como pôde ser observado na mensagem do governador de 1901, ao dizer que a mudança, "extinguindo as dispendiosas e desnecessárias secretarias de Estado", contribuiu para uma grande economia[257]. Todavia, não foram encontradas mais informações acerca da Diretoria do Arquivo Público e Estatística, só ressaltando que a partir de 1900 a Biblioteca já não fazia parte da Diretoria, retornando somente em 1905, como será observado a seguir.

Ilustração 3- Organograma da administração do Estado em 1905, com detalhamento da Secretaria do Interior, Exterior e Força Pública.



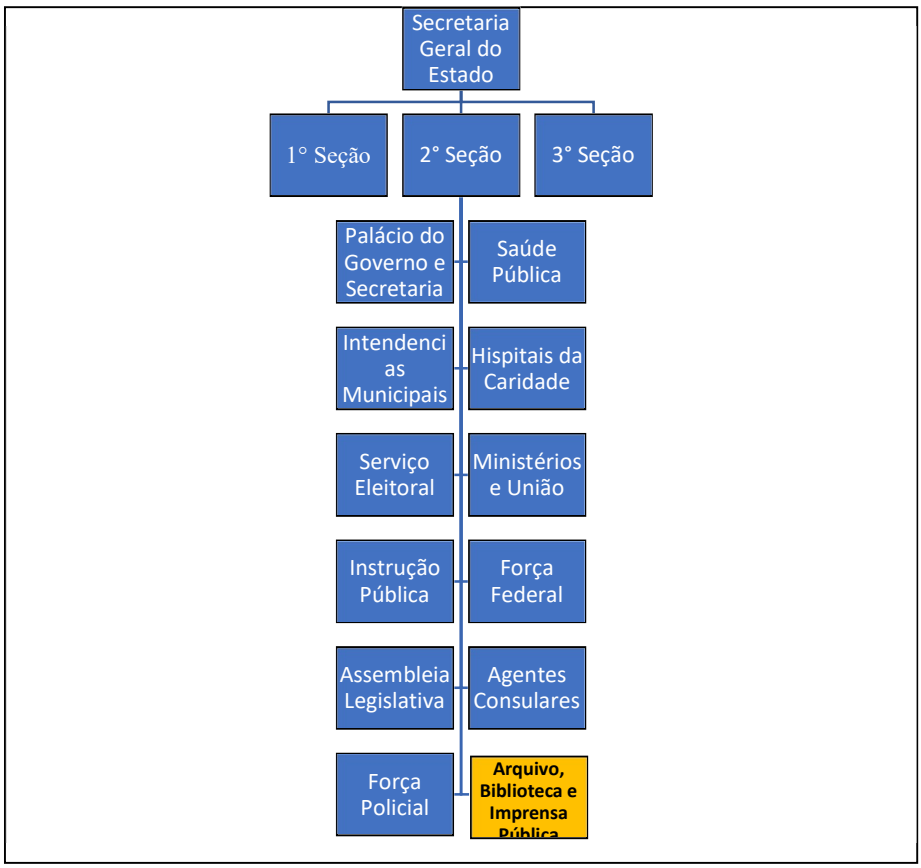
Fonte: Dados compilados pelo autor. Decreto n.º 748, de 4 de dezembro de 1905. Diário Oficial, de 5 de dezembro de 1905. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

[255] Diário Oficial, de 8 de agosto de 1900, p. 1.
[256] Primeira vez que aparece a menção a Seção Militar, não sendo identificada a data de sua criação.
[257] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 15 de janeiro de 1901, p. 14.

Em 1905, novas mudanças foram implementadas por meio do Decreto n.º 748, de 4 de dezembro. Como ilustrado na Ilustração 3, o Governo do Estado manteve a Secretaria de Estado, mas reformulou sua estrutura administrativa, reduzindo o número de seções de quatro para três: I. Fazenda e Justiça; II. Interior, Exterior e Força Pública; e III. Indústria. Nesse novo arranjo, a Diretoria de Estatística, Arquivo Público e Biblioteca permaneceu unificada e vinculada à Seção do Interior, juntamente com o Museu.

Posteriormente, o Decreto n.º 69, de 14 de agosto de 1925, trouxe outra reconfiguração administrativa, renomeando a Secretaria de Estado para Secretaria Geral do Estado, mas mantendo a divisão em três seções. Na 2ª Seção – Interior, Exterior e Força Pública –, algumas mudanças se destacaram, como a perda de autonomia administrativa do Museu e do Teatro Amazonas. No entanto, não há registros que indiquem se essas instituições foram incorporadas a outra diretoria dentro da mesma seção ou se foram transferidas para outra estrutura. Já a Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública e Estatística permaneceu inalterada, reforçando sua estabilidade institucional ao longo das reformas administrativas.

Ilustração 4 - Organograma da administração do Estado em 1925, com detalhamento da Secretaria da 2° Seção.



Fonte: Dados compilados pelo autor. Decreto n.º 69, de 14 de agosto de 1925. Diário Oficial, de 18 de agosto de 1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A última mudança identificada até 1930 ocorreu com o Decreto n.º 240, de 15 de junho de 1929, cuja principal modificação foi a extinção das seções, fazendo com que todas as diretorias passassem a estar diretamente subordinadas à Secretaria Geral do Estado. Nesse novo arranjo administrativo, a Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública manteve sua estrutura, mas sem uma seção intermediária que a abrigasse.

O Arquivo Público do Estado do Amazonas pode ser considerado a repartição voltada à gestão do patrimônio documental do estado que teve maior presença na administração pública. Desde sua criação, nunca teve suas atividades interrompidas, ao contrário de outras instituições, como bibliotecas e museus, que passaram por períodos de descontinuidade. No entanto, isso não significou que o Arquivo possuísse autonomia plena. Inserido dentro de uma diretoria que reunia outras repartições, precisou constantemente disputar reconhecimento e recursos para cumprir suas funções.

Assim como em outros estados, percebe-se a recorrente associação entre Arquivo Público, Estatística, Bibliotecas e Museus, evidenciando um modelo administrativo que agrupava diferentes instituições de gestão da informação e da memória. No entanto, essa fusão nem sempre era bem vista pelos governadores e administradores, que frequentemente apontavam a incompatibilidade de objetivos entre essas entidades. A falta de especificidade na gestão conjunta dessas instituições muitas vezes resultava em desafios operacionais e na dificuldade de estabelecer prioridades adequadas para cada uma delas.

3.2. Funcionamento cotidiano e desafios administrativos

As primeiras informações sobre a Diretoria de Estatística foram identificadas na mensagem de 1897 do governador Fileto Pires Ferreira, que exaltava a importância da repartição criada em 1896. Ele destacava que sua implantação seguia o exemplo das "nações cultas e mais adiantadas do mundo" e que sua atuação permitiria a elaboração de mapas e quadros, contribuindo tanto para a compreensão da sociedade quanto para a formulação de políticas públicas pelo Estado[258]. No entanto, o governador também

[258] Mensagem do Governador. Fileto Pires Ferreira, de 4 de março de 1897, p. 12.

reconhecia as dificuldades enfrentadas pela repartição, enfatizando que seria necessário tempo para sua consolidação e para a produção de análises mais abrangentes.

Para que seus serviços fossem plenamente realizados, a Diretoria de Estatística dependia do envio regular de informações por parte das demais repartições estaduais, das intendências e superintendências municipais, além de setores da sociedade, como a indústria e o comércio. Apesar das constantes solicitações, observa-se que, nesse primeiro momento, a colaboração foi limitada. Ainda na mensagem de 1897, o governador chamou a atenção para o fato de que poucas repartições haviam respondido de maneira satisfatória, sendo mencionadas apenas a de Higiene Pública, a de Finanças, a Chefatura de Polícia e a administração do Porto[259].

O Arquivo Público ainda não tinha sido criado, fato que aconteceu meses depois, através do decreto n.º 184, de 19 de agosto de 1897, que não somente regulamentou a Diretoria de Estatística, como também criou o Arquivo Público, anexando-o à Estatística. Foi nesse período que a Biblioteca Pública também foi anexada à Repartição, tendo em vista a falta de verba, que lhe fez perder seu caráter de repartição autônoma[260]. Por fim, em 1899, foi mencionado sobre o Museu Público[261], principalmente acerca da sua situação precária, mas cabe ressaltar que não estava relacionado com a Diretoria de Estatística.

Especificamente sobre a atuação da Diretoria de Estatística, o governador exaltava seus serviços, que serviriam de propaganda do estado, assim como as ações realizadas pelo "então diretor"[262], lembrava que ainda era pouco tempo para apresentar qualquer benefício, tendo em vista que era recente sua criação, principalmente sua instalação no prédio próprio, precisando de maior tempo para organizar suas atividades, inclusive solicitando as informações,

> […] em muitas e reiteradas circulares tenho recomendado a todas as Repartições do Estado, bem como as Intendências, a confecção de dados

[259] *Idem*, p. 12.
[260] Mensagem do Governador. Fileto Pires Ferreira, de 6 de janeiro de 1898, p. 16 - 18.
[261] Nesse caso, o Museu público era o Museu Botânico, fundado em 1883 e cuja existência durou até 1890, que teve como seu fundador e único diretor, engenheiro, naturalista, escritor, etnógrafo e botânico brasileiro, João Barbosa Rodrigues, que em 1890, tornou-se diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o qual dirigiu até sua morte, em 1909. Mais informações, ver: JULIANELE, R. L. João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade da ilustração botânica no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
[262] Pela mensagem, não se tem como confirmar quem era o diretor da Repartição, pois a mensagem é datada de 6 de janeiro de 1898. Sabe-se que o primeiro diretor, foi exonerado a pedido em agosto de 1897, e que Manoel Francisco da Cunha Junior, entendido o segundo diretor, entregou um relatório ao governador em 1898, mas não se sabe o período exato, situação agravada, pois, há também notícias de que o governador o nomeou diretor somente no ano seguinte, em ato de 31 de outubro de 1899.

> referentes aos diversos ramos e serviços que lhe estão confiados, para serem ministrados à repartição de Estatística"[263]

Desde a criação da Diretoria de Estatística, o governo emitiu decretos, instruções, avisos e reiterados pedidos para que as informações necessárias à quantificação dos dados fossem enviadas. No entanto, conforme relatado por Fileto Pires, a baixa resposta das repartições, a ausência quase total de informações por parte das intendências e superintendências municipais, além da falta de colaboração de particulares, resultou na produção limitada de análises. Entre os poucos dados obtidos, destacavam-se aqueles relacionados à navegação, meteorologia, mortalidade, vacinação e finanças, ainda que de forma fragmentada e insuficiente para uma compreensão mais ampla da realidade estadual.[264].

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, o governador decidiu centralizar na Diretoria de Estatística a produção de dados considerados essenciais, que até então estavam dispersos em outras repartições. Em sua fala ao Congresso do Amazonas, destacou o Decreto n.º 296, de 28 de dezembro de 1898, que transferiu para a Diretoria o serviço de estatística jurídica, anteriormente sob a responsabilidade do Departamento da Justiça. Com essa mudança, a Diretoria passou a produzir levantamentos sobre tribunais, criminalidade e registros cartoriais. No entanto, apesar da reorganização, os dados referentes aos cartórios nunca chegaram a ser enviados, evidenciando a persistência dos desafios na coleta e sistematização das informações.[265].

O governador aproveitou a oportunidade para solicitar aos deputados o aumento do orçamento da recém-criada Repartição, com o objetivo de aprimorar as condições de trabalho e qualificar os serviços prestados. Entre as melhorias pretendidas, destacou a necessidade de viabilizar a publicação do anuário, contendo informações abrangentes sobre temas como instrução, justiça, polícia, comércio, indústria, artes e agricultura, além da realização do recenseamento geral do estado. Ressaltou ainda a urgência na contratação de pessoal e na criação de uma oficina de encadernação e pautação, essencial para a organização e preservação documental. Consciente das resistências que poderiam surgir, encerrou seu discurso com um apelo direto: "Muitos pensam que este serviço seja inútil, mas espera-se que a Assembleia não ache assim"[266].

---

[263] Mensagem do governador, de 4 de março de 1897, p. 9
[264] Mensagem do Governador. Fileto Pires Ferreira, de 6 de janeiro de 1898, p. 16 – 18.
[265] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1901, p. 323.
[266] Mensagem do Governador. Fileto Pires Ferreira, de 6 de janeiro de 1898, p. 18.

Foi possível observar que tanto em 1899 quanto em 1900, já na gestão do governador José Cardoso Ramalho Junior[267], quase nada se falou da Diretoria, então intitulada Estatística e Arquivo Público, nas mensagens, mesmo já existindo há pelo menos dois anos. A única menção encontrada foi em 1899, quando o mesmo falou da necessidade de uma reforma da Biblioteca Pública, começando inclusive desligando-a da Estatística, "com a qual nenhuma relação de dependência lógica possui"[268].

Será na gestão do governador Silvério José Nery[269] em 1904 que voltarão as informações sobre a Diretoria, inclusive sendo anexada à Biblioteca Pública. Em todas suas falas, Nery ressaltava a importância da Repartição, principalmente, a seção de Estatística, a qual seus dados deveriam resultar em propaganda do Amazonas, por outro lado, se mostrava recorrente a atenção acerca do não envia das informações por parte das repartições estaduais, municipais e particulares, principalmente as do interior. Segundo o governador, o problema de falta de informação atrapalhava a administração do Estado, pois não possibilitava a realização de estudos comparativos, como, por exemplo, os dados apresentados de movimentação do porto entre 1897 e 1900, mostrando aumento da circulação de navios e passageiros[270]. Em relatório da Diretoria ao governador, o diretor ressaltou que no ano de 1900, foram expedidos 344 ofícios[271] "às repartições públicas, casas comerciais, superintendências, agências, trapiches e diversas autoridades"[272], número superior a de 1899, onde foram enviados 300 ofícios[273], sendo que em 1901 foram 379 ofícios expedidos[274], por fim, ressaltou também que obteve resultado bem abaixo do esperado.

Na tentativa de solucionar essa questão, o governador emitiu a Portaria n.º 135, de 17 de abril de 1902, determinando a suspensão da gratificação dos funcionários que não enviassem os dados estatísticos. No ano seguinte, sua mensagem ao Congresso mencionou um aumento na quantidade de quadros informativos sobre os movimentos administrativos, comerciais e industriais. No entanto, apesar desse avanço, o decreto não alcançou plenamente o efeito desejado, sugerindo que a resistência ao fornecimento das informações estatísticas permaneceu como um entrave à consolidação do serviço. Relatos

[267] Vice-governador eleito no cargo de titular, governando entre 4 de abril de 1898 e 23 de julho de 1900.
[268] Mensagem do Governador. Jose Cardoso Ramalho Junior, de 10 de julho de 1899, p. 20.
[269] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre 23 de julho de 1900 e 23 de julho de 1904.
[270] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1901, p. 17.
[271] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 15 de janeiro de 1901, p. 127.
[272] Idem, p. 125.
[273] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1901, p. 329.
[274] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1902, p. 505.

sobre a persistência do problema continuaram nos anos seguintes, não havendo registros claros que comprovem a efetiva aplicação das suspensões de gratificações.

Outra questão recorrente identificada, foi a solicitação aos deputados estaduais de verbas extras para manutenção dos prédios e dos acervos, a contratação de pessoal em decorrência das constantes saídas e licenças, e estruturação e melhoramento dos serviços, como, por exemplo, a criar de uma Seção de Desenho, com objetivo de melhorar a diagramação dos produtos estatísticos, dando como exemplo as ações de melhorias nas instituições congêneres dos demais estados da União e até do estrangeiro[275]. Em 1904, o governador ressaltou novamente a importância de se criar o cargo de desenhista para a produção dos diagramas[276], mas pelo que parece, a nova seção ou mesmo a contratação de um desenhista nunca saiu do papel.

A análise das mensagens governamentais revela uma atenção mais significativa à seção de Estatística dentro da Diretoria, com destaque para os serviços prestados, os resultados alcançados e as tentativas de solucionar desafios. Em contrapartida, as menções ao Arquivo Público enfatizavam os problemas enfrentados. O governador Nery, por exemplo, apontou que, embora o decreto de criação do Arquivo previsse a presença de um oficial arquivista—responsável por emitir certidões, organizar documentos e preparar um índice cronológico especial—e de um servente encarregado da conservação dos papéis, o Congresso não estipulou recursos financeiros para essas funções. Como consequência, o servente foi dispensado, evidenciando a fragilidade estrutural do Arquivo Público e a falta de investimentos para garantir seu funcionamento adequado[277].

Essa situação evidencia os desafios enfrentados pelo Arquivo Público, especialmente no que diz respeito à insuficiência de pessoal qualificado. A decisão de designar um amanuense da Estatística para substituir o servente[278] agravou ainda mais os problemas, pois, além da falta de experiência nas atividades específicas do Arquivo, como a organização documental e a emissão de certidões, a conservação dos documentos tornou-se uma preocupação ainda maior. O clima quente e úmido da região exigia cuidados específicos para evitar a deterioração dos papéis, algo que demandava conhecimentos especializados e um trabalho contínuo de manutenção—recursos que o Arquivo não possuía devido à falta de investimentos e estrutura adequada.

[275] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1901, p. 321.
[276] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1904, p. 20.
[277] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1901, p. 324.
[278] *Idem*, p. 324.

A questão das instalações da Diretoria também sempre foi um tema recorrente nas mensagens, seja pela falta de estrutura ou pelas constantes mudanças de prédio. Em 1901, o governador informou a Diretoria funcionava em três casas particulares, e que, apesar de novas, precisavam de reparos para suportar o acervo da Biblioteca Pública[279], situação que continuava mesmo após ser desmembrada da Diretoria, mas que, tendo em vista a falta de local mais adequado, o seu depósito continuaria em uma das casas. No ano seguinte, a Diretoria funcionava na Rua Progresso, em um prédio do ex-governador Eduardo Ribeiro[280], mas que o Arquivo Público teria se mudado para outro prédio[281], não sendo informada sua localização, mas provável que tenha sido para a Avenida Eduardo Ribeiro, como foi mencionado em mensagem de 1908[282].

Entre 1905 e 1907, durante o governo do Antônio Constantino Nery[283], o que se observou foi o retorno da Biblioteca Pública, sendo novamente anexada ao Arquivo Público, com a justificativa de falta recursos e de instalações próprias[284]. A necessidade de um prédio próprio e com instalações adequadas aos serviços das repartições sempre esteve na pauta nas falas dos diretores, principalmente com o início da construção do novo prédio que comportaria a Biblioteca e o Arquivo Público, entre as ruas Barroso e Henrique Martins[285], que, como já mencionado, estava sendo planejado para ser um dos mais importantes edifícios do estado, que além de sua beleza arquitetônica, reuniria as melhores condições para tais repartições[286].

Na mensagem do Coronel Raymundo Affonso de Carvalho[287], pôde observar todas as questões e mudanças para o novo prédio, primeiro, que tinha sido construído especialmente para a Diretoria de Estatística, Arquivo e Biblioteca Público, podendo finalmente assim organizar todas as seções em uma única instalação[288], inclusive a seção de Numismática, que estava com a Imprensa Oficial, anexadas à Diretoria em setembro de 1908. Acerca da seção de Numismática, a mensagem ainda sinalizava que, embora rica e digna de ser vista, era pouco visitada pelo público por estar num salão na parte posterior

[279] *Idem*, p. 326
[280] Mensagem do Governador. Silvério Jose Nery, de 10 de julho de 1902, p. 36.
[281] *Idem*, volume II, p. 463.
[282] Mensagem do Governador. Raymundo Affonso de Carvalho, de 10 de julho de 1908, p. 54.
[283] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre 23 de julho de 1904 e 23 de julho de 1908.
[284] Mensagem do Governador. Antônio Constantino Nery, de 10 de julho de 1905, p. 22.
[285] *Idem*,, p. 33.
[286] Mensagem do Governador. Antônio Constantino Nery, de 10 de julho de 1906, p. 31.
[287] Presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado em 10 de julho de 1908, no lugar do Governador Antônio Constantino Nery.
[288] Mensagem do Governador. Raymundo Affonso de Carvalho, de 10 de julho de 1908, p. 54.

do antigo edifício, e que, se disposta em um lugar mais conveniente no novo prédio, atrairia mais visitantes[289].

Outros dois pontos que continuavam na pauta de reivindicação da Diretoria, era por mais verba, no caso das seções do Arquivo e da Biblioteca Pública, para organização, preservação e catalogação dos acervos, assim como a questão do envio das informações para a Seção de Estatística, pois, mesmo diante do aumento do envio pelas demais repartições, ainda era muito inferior ao ideal, por exemplo, no relatório do diretor da Diretoria ao governador em 1908, que dizia,

> A Estatística apresentou apenas 71 quadros, de repartições diversas. Porém, é deficiente, não atestando grau de progresso da sociedade[290], e ratifica "a importância da Estatística em um território tão extenso, principalmente para atrair braços e capital para explorar a riqueza e as indústrias"[291].

Acerca da nova unificação das repartições da Estatística, Arquivo Público, Imprensa Oficial, Biblioteca e Numismática, realizada através da reformulação do Regulamento Geral, conforme a lei n.º 573, de 15 de setembro de 1908, e oficializado pelo decreto n.º 884, de 22 de outubro do mesmo ano, o governador deu a seguinte justificativa,

> Como medida econômica e aproveitando ainda a circunstância de se achar a Imprensa Oficial instalada em prédio contíguo ao da repartição de Estatística, Arquivo Público e Biblioteca, lembro-vos a conveniência de agregá-los a esta, sob uma só direção (...) Aliviando o Tesouro do Estado de uma despesa que se pode suprimir sem prejuízo do serviço público[292].

O Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt[293], ressaltou que a nova Diretoria, de acordo com seu Regulamento Geral, ficava dividida em três seções: Estatística e Arquivo Público; Imprensa Oficial, e Biblioteca e Numismática, assim como que a junção, mesmo mantendo o número de funcionários, rendeu aos cofres públicos uma economia de 32 contos[294], todavia, na mensagem de 1910, o mesmo governador, ressaltou que as repartições não deveriam continuar sob a direção de um só funcionário, principalmente porque a seção da Imprensa estava instalada em outro prédio[295].

---

[289] *Idem*, p. 58 - 59.
[290] Mensagem do Governador. Raymundo Affonso de Carvalho, de 10 de julho de 1908, p. 53.
[291] Mensagem do Governador. Antônio Constantino Nery, de 10 de julho de 1908, p. 53.
[292] Mensagem do Governador Raymundo Affonso de Carvalho, de 10 de julho de 1908, p. 58.
[293] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre 23 de julho de 1908 e 1 de janeiro de 1913.
[294] Mensagem do Governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 49.
[295] Mensagem do Governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 53.

Pela primeira vez nas mensagens, observou-se o reconhecimento do Arquivo Público não apenas como um depósito de documentação administrativa, mas como uma instituição de valor histórico. Esse marco ocorreu em 1905, com o governador Antônio Constantino Nery, que destacou a importância da preservação documental e sugeriu que seu valor histórico fosse reforçado por meio da publicação de anais, seguindo o exemplo de práticas adotadas em outros países e na União[296], já em 1909, o governador Antônio Clemente Bittencourt, exaltava as duas vertentes do Arquivo Público, de depósito dos documentos das repartições e de repositório para a história do estado, afirmando que,

> [....] logo que o tempo permita, será bom organizar essa seção, de tal sorte que se possa consultar qualquer documento ali existente, com a maior presteza imaginável. Só nesse dia, me parece, o Arquivo estará correspondendo francamente aos fins para que foi criado.[297]

Outro fator importante para se pensar a atuação da Repartição dentro da administração do Estado, era o discurso dos governadores acerca da crise econômica no Estado, vista se acentuando a partir de 1910, sendo justificativa, como já foi mencionada, para agregar nesse período cinco seções, Estatística, Arquivo Público, Biblioteca Pública, Imprensa Oficial e Numismática.

A unificação das várias repartições não era vista com bons olhos pelos próprios governadores, como o Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em suas mensagens, realizou várias críticas acerca da situação da Diretoria, ressaltando que não condizia com o que poderia e deveria ser, por exemplo, a situação da Biblioteca Pública, onde já chegou a constar dezenas de milhares de obras, mas que, em 1909, estava reduzida a pouco mais de 6 mil[298], no ano seguinte informava que ainda estava há muito tempo fechada ao público, primeiro, devido a não catalogação de seu acervo, por falta de funcionários, e pelo atraso pelo tempo em que ficou sem luz em seu salão[299], depois, com o catálogo pronto, o problema passou a ser as estantes que não estavam em boas condições[300].

Mesmo com a reinauguração da Biblioteca, no dia 5 de setembro de 1910, sob o comando do diretor Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o governador ainda listava as necessidades, como a aquisição de mobiliário, manutenção da instalação elétrica e a

[296] Mensagem do Governador. Antônio Constantino Nery, de 10 de julho de 1905, p. 33.
[297] Mensagem do Governador. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 51.
[298] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 50.
[299] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 32.
[300] *Idem*, p. 269.

publicação do catálogo[301]. Já no final de seu mandato, Bittencourt ressaltou que era desejo, mas faltavam recursos para aparelhar a Biblioteca e torná-la acessível ao público, principalmente abri-la à noite aos que trabalham de dia[302].

Acerca do Arquivo Público, informou que ainda não está devidamente organizado[303], assim como a falta de estantes e a péssima condição das existentes, o que provavelmente contribuiu no desabamento do mobiliário na noite do dia 7 novembro de 1909, devido ao sobrepeso dos acervos, causando mais desorganização e ficando parte do acervo no chão do porão do prédio[304], situação que, como poderá ser observado, permaneceu por muito tempo.

Já a Estatística, incumbida da organização de todos os mapas da vida social e econômica do Estado, estava deficiente, pois não tinha mais um quadro de funcionários como antes, quando podia mandar colher dados em outras repartições[305], agravando mais ainda o problema de longa data do não envio de informações para Seção, mesmo com a prática de expedição regular de ofícios com a solicitação[306].

A Imprensa Oficial também sempre se via em condições difíceis, já não correspondendo mais às necessidades do serviço[307], inclusive, com alguns salários atrasados referentes a 1905 até 1908[308]. Interessante era que, em 1910, a Imprensa Oficial concentrava todos os serviços públicos em suas oficinas, anteriormente feitos em particulares, o que deveria, em tese, como será visto mais adiante, gerar boas receitas para a Seção e para a Repartição. Provável que os lucros ainda não fossem contabilizados em decorrência, como foi mencionado, da capacidade do corpo técnico da tipografia, principalmente para ação em trabalhos urgentes[309]. Fato é que, no fim de 1910, a Imprensa Oficial foi desanexada, conforme a lei n° 23 de 22 de novembro de 1910[310].

Por fim, a Numismática, que pouco se tem informação, somente que o governador informava que o seu acervo estava conservado, porém, sem organização das instruções e funcionamento[311].

---

[301] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1911, p. 134.
[302] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1912, p. 94.
[303] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1909, p. 51.
[304] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 267.
[305] *Idem*, p. 32.
[306] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 266.
[307] *Idem*, p. 51.
[308] *Idem*, p. 265.
[309] *Idem*, p. 266.
[310] Há uma inconsistência acerca do número da lei, pois há também uma fala do governador na mesma mensagem que menciona a lei n°647, de 22 de novembro de 1910, como sendo a que oficializava a saída da Imprensa Oficial da Repartição. Todavia não foi encontrada nenhuma das duas para confirmação.
[311] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 266.

Mesmo com o reconhecimento dos excelentes trabalhos de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha na Diretoria entre 20 de julho de 1910 e primeiro de janeiro de 2012, tendo como ponto auge a reabertura da Biblioteca Pública, que estava fechada havia anos, as seções se mostrava ainda com vários problemas, em sua maioria já existentes de longa data, como relatou o próprio governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em mensagem de 10 de julho de 1911, "a Repartição ainda não atingiu o grau de prosperidade pelo pouco recurso frente às grandes despesas"[312]. Provavelmente, era resultado, tanto pela crise financeira que assolava o Estado, como também agravada pela questão de administração interna, tendo em vista que, tanto o diretor Lauro Candido Soares de Pinho, que assumiu o exercício no dia 20 de novembro de 1909, quanto o diretor Benjamin Franklin de Araújo Lima, que entrou em 30 de janeiro de 1912, informaram que, quando entraram, não receberam qualquer inventário ou relatório[313].

Na gestão do governador Jonathas de Freitas Pedrosa[314], novamente a mesma fala da importância da Diretoria, assim como os mesmos problemas, inclusive com as recorrentes soluções paliativas, mudando novamente a sua configuração, onde, em 1914, a Estatística saia definitivamente da Diretoria, e a composição que passará a vigorar, será também a definitiva, pelo menos, até 1930, sendo a junção das seções do Arquivo Público, Biblioteca Pública e Imprensa Oficial, esta última, passando a se chamar Imprensa Pública, sendo exceção a Numismática, que saiu em 1914, retornando em 1915, e permanecendo até 1929, quando se dará a criação de outra Diretoria, denominada Museu e Numismática. Fato é que, em suas falas, o governador sempre deixava a entender que a Diretoria era uma das mais importantes do Estado[315], mas que tinha sido por demais esquecida pela administração pública do Amazonas·.

É relevante refletir sobre a tendência de exaltar a seção de Estatística em detrimento das demais repartições, fenômeno que também se verificou com a Imprensa Pública quando esta retornou para a Repartição. No caso da Estatística, essa valorização pode ser explicada pela expectativa de que se tornasse um instrumento essencial para subsidiar decisões governamentais e servir como meio de propaganda, ainda que essa função nunca tenha sido plenamente concretizada devido às dificuldades na coleta de

[312] Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1911, p. 134
[313] Relato de Lauro Candido Soares de Pinho, no relatório apresentado ao governador, apresentado na mensagem do dia 10 de julho de 1910 (p. 265), assim como no relatório apresentado ao mesmo governador, e apresentado na mensagem do dia 10 de julho de 1912 (p. 94).
[314] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre janeiro de 1913 e janeiro de 1917.
[315] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1913, p. 27.

informações. Já a Imprensa Pública teve seu destaque mais diretamente associado à questão financeira, pois sempre gerou considerável receita para o Tesouro Estadual com a venda dos exemplares do Diário Oficial, chegando não apenas a cobrir seus próprios custos, mas também a gerar lucro em determinados períodos.

O Arquivo Público, por sua vez, também possuía uma fonte de receita através da emissão de certidões, o que foi frequentemente ressaltado pelos administradores do Estado. Entretanto, sua função primordial como guardião da memória e promotor da história só passou a receber maior reconhecimento em um momento posterior.

Um fato ocorrido a partir de 1914, e que chamou bastante atenção foi a ida da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para o prédio da Repartição, que nesse período já era conhecida como "o prédio da Biblioteca Pública". Não foi possível identificar os motivos da mudança, e nem até quando funcionou lá, mas em 1925 ela ainda continuava, como na mensagem do Governador Alfredo Sá[316], ao mencionar que "o prédio da Biblioteca e Arquivo, onde também funciona, no primeiro andar, a Assembleia legislativa, recebeu externamente completa limpeza"[317].

O edifício da Repartição tornou-se um dos marcos arquitetônicos mais emblemáticos da capital amazonense, não apenas por sua imponência, mas também por sua relevância social. Mais do que um espaço arquitetônico notável ou um local que abrigava diversas atividades da sociedade, com o tempo, o prédio passou a ser amplamente reconhecido como "o prédio da Biblioteca". Essa associação não é surpreendente, pois, desde o início de seu planejamento e construção, a Biblioteca era a principal seção a ser instalada ali. Somente ao longo da obra foi considerada a inclusão das demais seções.

Um exemplo claro dessa vinculação entre o edifício e a Biblioteca foi a coluna diária intitulada *Nos altos da Biblioteca*, publicada no *Jornal do Commércio* entre 1917 e 1921. Essa seção tinha como objetivo relatar os acontecimentos da Assembleia Legislativa do Estado, que funcionava no primeiro andar do prédio da Diretoria.

Mesmo com a ida para o novo prédio, o que se observou foi a permanência das reclamações acerca dos problemas já tradicionais. Em mensagem de 1913, o governador Jonathas de Freitas Pedrosa sinalizava as péssimas situações da Biblioteca Pública, pois "a direção não tem gabinete, estando o diretor, a secretária e demais funcionários desta

[316] Governador interventor do governo Federal, governando entre dezembro de 1924 e janeiro de 1926.
[317] Mensagem do Governador Alfredo Sá, de 15 de dezembro de 1925, pp. 72.

seção no salão de leitura dos consulentes"[318], o que para o governador era grave, tendo em vista que o salão de leitura deveria estar separado do depósito de livros, o qual, por sua vez, era interdito aos estranhos para segurança dos impressos e manuscritos[319], que contava cerca de 9028 volumes catalogados, "inclusive alguns de valor histórico"[320]. Assim como na mensagem do ano seguinte, onde, mesmo ressaltando o crescimento de visitantes da Biblioteca, também mostrava que o acervo carecia de obras de escritores locais e de clássicos da língua portuguesa, e de novas mobílias, por isso sempre ressaltando a necessidade de mais verba[321].

Nos anos seguintes, em 1915, o governador Pedrosa ressaltou novamente os problemas da Biblioteca, onde, mesmo sob a chefia do José Chevalier Carneiro de Almeida, "que faz ótimo trabalho apesar da crise financeira e da lei orçamentária que não disponibilizou a franquia postal, tão necessária para manter contatos com outras instituições"[322], também continuava reclamando das instalações, da necessidade de novas estantes, assim como a aquisição de obras modernas, a impressão do catálogo, exaltando inclusive a necessidade da criação dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Amazonas[323].

Situação igual vista com o Arquivo Público, onde dizia que suas condições não eram as melhores[324], com mobiliário velho e pobre, e sobre seu acervo, continuava dizendo, "estão mal guardados e em risco de se perderem, sob a umidade do solo, pois estão empacotados no porão do prédio"[325], lembrando que a situação do acervo no porão iniciou desde o desmoronamento dos arquivos em 1910, e continuava dizendo que uma solução paliativa seria a abertura das portas gradeadas do porão para maior circulação de ar, cujo orçamento já tinha sido feito, mas não sendo possível ainda o governo realizar tal solução[326].

A Seção de Estatística também passava pela mesma situação. Se, em 1913, o governador informava a realização da organização do anuário referente ao ano de 1912, sendo, inclusive, expedidos circulares solicitando dados econômicos, financeiros e

[318] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1913, p. 28.
[319] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1913, p. 28.
[320] *Idem*, p. 28.
[321] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1914, p. 41.
[322] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1915, p. 32.
[323] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1916, p. 91-92.
[324] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1913, p. 28.
[325] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1914, p. 42.
[326] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1915, p. 32.

demográficos dos diversos municípios[327], na mensagem do ano seguinte, ano em que a seção deixa por definitivo a Diretoria, ele ressaltava que "ainda lhe falta dados para as análises", motivado "pela falta de verba e falta de compreensão por parte da sociedade", onde, das 230 circulares expedidas solicitando informações, só 34 tiveram respostas, faltando "ações mais enérgicas como leis, que obriguem os funcionários a fornecerem os dados quando solicitados"[328].

A Imprensa Pública, novamente anexada à Diretoria em 1914, e que, diferentemente de momentos anteriores, e até mesmo se comparada às outras seções, se mostrava em melhor situação. Em 1915, tem-se a notícia de que não somente continuava publicando o Diário Oficial, que era sua principal atividade, como também mencionava suas receitas[329]. No ano seguinte, elogiava novamente os mesmos pontos acima mencionados, ressaltando que, entre despesas e receita, obteve um saldo positivo, prestando serviços para diversas repartições estaduais, municipais, federais e particulares, chamando atenção apenas ao fato de que poderia diminuir as despesas se fossem modernizadas as máquinas das oficinas, viabilizando a realização dos trabalhos de forma mais rápida e econômica[330].

No governo de Pedro de Alcântara Bacellar[331], puderam ser observadas algumas mudanças no discurso, sendo exaltada certa organização administrativa das seções, principal da Biblioteca Pública e da Imprensa Pública, mas não deixando de lado a questão da crise financeira, assim como seus reflexos na Diretoria, que, nesse caso, principalmente no Arquivo Público, tendo em vista que seu acervo estava ainda no sótão correndo risco.

Foi ainda no governo de Bacellar, que aconteceu a reformulação parcial do Regulamento Geral da Repartição, realizada através do decreto n° 1251, de 8 de janeiro de 1918, todavia, em sua primeira mensagem, o governador ressaltou a necessidade de uma reforma completa do Regulamento, tendo em vista a necessidade de extinguir alguns cargos e criar outros que se adequassem melhor às atividades da Diretoria realizadas naquele momento, como a criação de cargos de auxiliares de chefia para as seções, de almoxarife, repórteres para o Diário Oficial e mestre das oficinas[332], no ano seguinte,

[327] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1913, p. 27.
[328] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1914, p. 41 - 42.
[329] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1915, p. 33 – 34.
[330] Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa, de 10 de julho de 1916, p. 88-91.
[331] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre janeiro de 1917 e janeiro de 1921.
[332] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1917, p. 114.

ressaltou novamente a necessidade de reforma total do Regulamento, que, "em cinco anos de prática, se tornou falho, insubsistente, amorfo, mesmo com a modificação realizada em 1918"[333], e continua,

> [...] no atual Regimento, dispositivos impraticáveis, absurdos e contraditórios, por exemplo, dando ao almoxarife atribuições de natureza exclusivas do diretor, e dando ao administrador atribuições do chefe de repartição", situações que podem provocar atritos de hierarquia da repartição[334].

Uma questão interessante, já mencionada anteriormente, foi acerca da ordenação das seções, fazendo referência de que, desde a Lei n° 761, de 7 de outubro de 1914, "possuía uma divisão errada", tendo em vista que não seguia uma ordem alfabética, pois, a primeira seção era a Biblioteca Pública, a segunda o Arquivo Público, e a terceira a Imprensa Pública, mas que deveria o Arquivo ser a primeira seção, o que de fato passou a acontecer em alguns documentos encontrados, havendo uma padronização do nome da Diretoria, passando a se chamar, Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública[335].

De acordo com Bacellar, o Arquivo Público era a seção que mais precisava de cuidados, pois, mesmo possuindo "extraordinário e valiosos documentos, tanto impressos como manuscritos" precisava ainda de acondicionamento adequado, faltando para tal as estantes "já reclamadas há muito tempo", fato agravado pelo recebimento de mais documentos das demais repartições do Estado[336]. A questão é que em 1919, foi ressaltado que não tinha esquecido do Arquivo Público, mesmo diante de poucos recursos, e que, quanto possível, mandaria reformar e adaptar várias estantes do pavimento superior para melhor acondicionamento dos manuscritos, substituir o mosaico no chão do pavimento térreo, e abrir as portas para maior ventilação, diminuindo assim os problemas com a umidade que tanto mal causava aos papéis[337].

Ainda de acordo com Bacellar, a Biblioteca Pública, mesmo faltando estantes, se encontrava em situação elogiável, "mantendo ativa correspondência com os centros biblioteconômicos nacionais e estrangeiros"[338], disse também que estava para ser publicado o seu catálogo, "por autores, feita a remodelação, pelos assuntos, alfabeticamente, conforme o sistema do bibliotecário britânico James Duff Brown, da

[333] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1919, p. 169.
[334] *Idem*, p. 169.
[335] *Idem*, p. 170.
[336] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1917, p. 117.
[337] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1919, p. 117.
[338] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1917, p. 117.

Biblioteca Pública de Londres"[339], assim como, o aumento extraordinário de visitantes, chegando a mais de 13 mil em 1917, e o aumento do acervo, que, mesmo sem verba direta do Estado, recebeu de mais 325 volumes doados por diversas pessoas[340]. Para o governador, a Biblioteca Pública era orgulho da administração pública, devendo ser considerada uma das melhores bibliotecas do país, onde, "tirando a Biblioteca Nacional, nenhum outro estado possuía instalações e organização interna igual"[341], tudo graças ao chefe da seção, o bibliotecário, Dr. Chevalier.

Acerca da Numismática, que voltou para Diretoria com a Imprensa Pública, estava aberta para visitação, porém, ainda esquecida pelo público devido a sua localização, estando ela "no repartimento dos altos do prédio, aos fundos, para a rua Henrique Martins, fazendo que, para a alcançar era necessário atravessar o gabinete da Diretoria e as salas da 3° Secção e da revisão"[342], situação que permaneceu assim por muito tempo.

Em fins da década de 1910, a Imprensa Pública era a melhor organizada e a que mais recebia elogios, principalmente, pela questão financeira, pois não apenas conseguia bancar seus gastos, como também gerava receitas para a administração pública, por exemplo, em 1918 o custeio da Imprensa Pública foi de 100:000$000 (cem contos de réis), e a receita de 135:119$278 (Cento e trinta e cinco contos, cento e dezenove mil, duzentos e setenta e oito réis), dando um saldo positivo de mais de 35 contos de réis aos cofres públicos, tanto que o governador informou a medida adotada de se mandar recolher com maior periodicidade ao Tesouro Público parte da renda da Imprensa[343]. Tais lucros vinham das assinaturas do Diário Oficial, dos serviços de diagramação, encadernação e impressão, serviços que eram prestados a diversas repartições federais, estaduais e municipais, assim como para particulares, também tinham recursos da criação do imposto por publicação de atestado e editais de terras[344], e, excepcionalmente, como foi informado pelo diretor da repartição, "passou a vender sobras de documentos, jornais e obras sem utilidade na Seção"[345].

Quando o governador teve que reduzir a tiragem do Diário Oficial, assim como a quantidade de páginas, ressaltou que era "em decorrência da escassez de papel" e não por

[339] *Idem*, p. 117.
[340] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1918, p. 115.
[341] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1919, p. 173.
[342] *Idem* p. 184.
[343] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1918, p. 117.
[344] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1919, p. 179.
[345] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1918, p. 117.

falta de recurso[346]. Foi possível perceber que para a repartição não faltavam recursos, tendo em vista a informação de que foram adquiridas novas máquinas, gerando grande economia de tempo e perfeição do trabalho realizado[347], ou seja, como ressaltou o governador na mensagem de 1920, a Imprensa Pública, "prossegue sua marcha vitoriosa"[348].

Por outro lado, o governador ressaltava que tanto o Arquivo quanto a Biblioteca Pública deveriam constituir um departamento independente e autônomo da Imprensa Pública, com um diretor específico, porém, não podendo ser assim feito ainda, pela situação financeira do Estado, mas que o assunto deveria ser debatido pelo maior progresso do Amazonas[349].

Outra questão interessante observada nas diversas mensagens é a mudança de perspectiva da administração pública de uma gestão para outra, resultando em panoramas muitas vezes opostos. Enquanto uma gestão poderia sugerir que a administração estava progredindo de forma satisfatória, ainda que com ressalvas, especialmente no que se referia à situação financeira do estado, a gestão seguinte frequentemente apresentava uma visão mais pessimista, destacando não apenas dificuldades financeiras, mas também problemas estruturais nas repartições. Uma hipótese para essa discrepância é que tais contrastes refletiam mais um embate político entre as administrações que deixavam o poder e as que assumiam, do que necessariamente uma mudança real nas condições do governo.

Nas falas do governo Cesar do Rego Monteiro[350] em 1921 sobre a Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, predominou justamente essa perspectiva caótica. Sendo sinalizado, por exemplo, que a Imprensa Pública possuía grande quantidade de material imprestável, inclusive as máquinas, pois, mesmo com manutenção, não tinham condições de prestar bons serviços, só ocupavam espaço. O Arquivo Público também foi visto como decadente, tendo em vista não se encontrar estantes dignas, assim como a Biblioteca Pública, que não se encontrava em melhor estado, pois sempre se foi indiferente às sugestões do bibliotecário[351].

[346] *Idem*, p. 115
[347] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1919, p. 186.
[348] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1920, p. 118.
[349] *Idem*, p. 117.
[350] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre janeiro de 1921 e outubro de 1924.
[351] Mensagem do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, de 10 de julho de 1921, p. 135 - 136.

No caso da Imprensa Pública, aliás, viu-se uma novidade, onde o governador indicava uma única possibilidade de melhorias, através do seu arrendamento para empresas particulares, "pois só assim serviria ao interesse do Estado"[352], justificando que para o estado tudo é mais caro, tendo em vista que todos tentam tirar o máximo de proveito e lucro[353]. Todavia, acredita-se que tal projeto não foi realizado, pelo menos não se tiveram notícias em nenhuma das fontes analisadas.

Interessante foi a fala do vice-governador, na mesma gestão de Cesar do Rego Monteiro, em exercício em 1924, Turiano Meira, que, ao fazer a apresentação da última mensagem da gestão, deu uma conotação diferente à do próprio governador feita no ano anterior. Primeiro ele informa que,

> O Diário Oficial tem sofrido, desde que me acho à testa da repartição que se chama Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, grandes melhoramentos, quer no sentido da sua disciplina, quer no sentido da sua limpeza material. Todo pintado de novo, na parte de cima, com os móveis envernizados, lavatórios substituídos, carteiras polidas, esse próprio estadual é hoje uma repartição das mais limpas e mais perfeitas do Estado.[354]

E continua sua fala, informando que a Imprensa Pública obteve saldo positivo diante as despesas e receitas, e que "é hoje uma das repartições modelares do Estado"[355]. Parece, pelo menos na visão do vice-governador, que a gestão do Estado estava conseguindo dar um rumo positivo, pelo menos para a repartição da Imprensa Pública. Cabe ressaltar que o governo foi deposto dias depois da mensagem de 1924, por uma junta militar, movimento conhecido como Comuna de Manaus[356].

Outra questão interessante ocorrida durante o governo de Rego Monteiro, foi a forma com que era mencionada nas mensagens a Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, simplesmente como "Diário Oficial"[357]. Nas mensagens até então analisadas, as divisões das falas eram feitas por títulos que remetiam a uma Diretoria, por exemplo, "Chefatura de Polícia", "Instrução Pública", e a "Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial", mas no caso da dita gestão e suas mensagens, a referência à Diretoria é apenas como "Diário Oficial", designação que nem mesmo se referia a uma repartição pública, mas sim uma publicação da Imprensa Oficial. A menção às seções era

[352] *Idem*, p. 136 - 137.
[353] *Idem*, p. 136 - 137.
[354] Mensagem do Governador Turiano Meira, governador em exercício, 10 de julho de 1924, p. 50 - 51.
[355] Mensagem do Governador Turiano Meira (governador em exercício), 10 de julho de 1924, p. 50 – 51.
[356] Para mais informações sobre a Comuna de Manaus, ver: SANTOS, Eloína Monteiro dos. A rebelião de 1924 em Manaus. Manaus: SUFRAMA, Calderaro, 1985.
[357] Inclusive na mensagem de 1924, lida pelo vice governador, e governador em exercício, Turiano Meire.

feita dentro do texto, mesmo assim, observou-se que muito pouco se falou sobre, principalmente, se comparado às outras gestões. Cabendo ressaltar também, que as mensagens em questão, possuíam o quantitativo de páginas dentro do padrão das outras mensagens, assim como os assuntos também se mantiveram. Não há elementos ao longo das fontes que forneça uma explicação para tal situação, tudo leva a crer que era uma escolha do próprio governador, tendo em vista que a partir da gestão seguinte, de Alfredo Sá, a Diretoria voltou a ser identificada como "Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública".

Foi possível observar em 1925, durante o governo de Alfredo Sá, o panorama acerca da situação do estado em decorrência da crise financeira, onde o mesmo sinalizava que os prédios, pontes e estradas, estavam em ruínas, mas que, por outro lado, estavam conseguindo remodelar e melhorar os serviços na administração pública, dando-lhes mais simplicidade e eficiência na organização, expedindo inclusive novos regulamentos, como foi o caso da Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública.

Especificamente acerca da dita Diretoria, novamente se mostra com problemas pontuais, que estavam sendo resolvidos a medida que eram fornecidos os recursos, assim como, a importância do novo Regulamento da Repartição, que possibilitaria uma maior eficiência dos seus serviços, dando-lhe outros moldes e melhores funções, "estabelecendo dentro dela certas especificações de trabalho, que lhe não alterassem, contudo, o organismo uno, porém complexo"[358]. Possivelmente ele estava falando do Regulamento de 1921, publicado pelo decreto n° 1418 de 24 de outubro de 1921, onde foram criados novos cargos para melhor administração das repartições da dita Diretoria, tão díspares suas funções[359].

No caso da Imprensa Pública, ressaltou que a mesma estava realizando seu trabalho, se utilizando inclusive do recurso de repassar para empresas privadas alguns dos seus trabalhos, fazendo assim "concorrência de preços e de condições para execução". Fato era que, segundo o governador, no ano de 1925, em apenas onze meses, a repartição conseguiu receitas quase igual à renda dos anos de 1920 a 1924 juntos, o que possibilitou estabelecer as obrigações com o Tesouro do Estado, destinando semanalmente parte das receitas da repartição[360].

Na realidade, parece que as atividades estavam sendo realmente realizadas de forma plena, o Diário Oficial tinha aumentado, tanto a tiragem quanto a quantidade de

[358] Mensagem do Governador Alfredo Sá, de 15 de dezembro de 1925, p. 71-103.
[359] *Idem*, p. 103.
[360] *Idem*, p. 83 – 88.

páginas, assim como suas assinaturas, também ressaltou a reformulação gráfica da publicação, onde, sem perder sua característica de órgão oficial, adquiriu novos moldes para o público, se tornando assim um "jornal noticioso e informativo [...] mundano, social, político, literário, transcrições oportunas sobre problemas econômicos do Estado etc"[361]. Outros trabalhos também estavam sendo realizados, como a organização e encadernação da coleção de Diário Oficial, principalmente os números que não mais existiam na Repartição, o retorno da publicação das coletâneas de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado atrasados desde 1917, e os trabalhos externos, como a publicação das leis orçamentárias das superintendências municipais[362].

O governador destacou que o prédio já se tornava insuficiente para abrigar o Arquivo e a Biblioteca Pública, especialmente porque o primeiro andar também sediava a Assembleia Legislativa. Em relação ao Arquivo, ele considerava o espaço inadequado para a organização eficiente dos documentos, que precisavam ser distribuídos de forma mais conveniente em novos mobiliários. Já a Biblioteca funcionava em uma única sala pequena e necessitava de pelo menos duas adicionais: uma para leitura de jornais e revistas e outra para consulta de obras, evitando que os diferentes grupos de leitores interferissem uns nos outros.

Apesar dessas limitações, o governador ressaltou que as atividades continuavam sendo realizadas. O Arquivo seguia recolhendo e organizando documentos, além de dar destino a milhares de exemplares de relatórios e mensagens que ocupavam espaço no porão do prédio. Na Biblioteca, o acervo, que já ultrapassava oito mil volumes, passava por revisão, atualização de catálogo e higienização. Por fim, ele enfatizou a importância da abertura no período noturno para melhor atender ao público[363].

Nos últimos anos analisados pela pesquisa, pôde-se observar certa organização da administração pública do Estado, incluindo a Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública, de fato que continuavam as sinalizações de alguns problemas, mas eram vistos em menor quantidade. Acerca da composição da Diretoria, o governador Ephigênio Ferreira Salles[364], ressaltou que sua direção sempre tentava atender às solicitações, por isso ser importante pensar outra organização da Repartição, já que a junção de quatro

[361] *Idem*, p. 88.
[362] Mensagem do Governador Alfredo Sá, de 15 de dezembro de 1925, p. 83 – 88.
[363] Mensagem do Governador Alfredo Sá, de 15 de dezembro de 1925, p. 83 – 94.
[364] Governador eleito em sufrágio universal, governando entre janeiro de 1926 e janeiro de 1930.

seções tão diferentes, dificultavam em sua organização, propondo assim a sua divisão em pelo menos duas diretorias[365].

Para o governador, o Arquivo Público era um importante depósito de documentos, manuscritos e impressos, referentes a administração, e que sempre estava dentre as repartições que mais sofreram com a crise financeira, com falta de estantes, organização e conservação dos acervos, envolvendo principalmente o combate a infestação de insetos e a umidade, situações que acabavam acelerando a degradação do acervo[366], mas que seus serviços estavam se normalizando, principalmente com a organização em novas estantes, todavia, a questão da umidade e falta de ventilação do porão, e a retomada da nova catalogação, eram problemas que ainda se mantinham desde a época do desmoronamento das estantes[367].

Já a Biblioteca, via-se aumentando constantemente o número de visitantes, principalmente com a abertura no período da noite[368], uma reivindicação antiga da repartição, e demonstrava o interesse da sociedade, assim como a necessidade de aquisição de obras mais modernas, o que era impedido pela falta de recursos. Acerca da aquisição de acervo, foi observado as constantes doações realizadas por particulares e empresas, situação tão corriqueira que criava a constante necessidade de ampliação do seu depósito[369], assim como a finalização do seu novo catálogo e organização, tendo em vista ter sido adotado uma nova classificação, baseado no Sistema Decimal de Dewey, a exemplo das grandes bibliotecas no mundo[370]. Fato é que, em 1927, a Biblioteca contava com 4520 obras catalogadas[371], número bem inferior aos mais de 8 mil registrados anteriormente, todavia, não se observou nenhuma ocorrência direta nas fontes que explicasse tal redução.

No último ano pesquisado, 1930, conforme a mensagem do governador, Dorval Pires Porto[372], no Arquivo Público, "todo o serviço tem disso coordenado, necessário ao fichamento do acervo", já na Biblioteca pública, o foco era a ampliação do gabinete do diretor, e a remoção de móveis desnecessários, ficando o salão de leitura mais amplo,

[365] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1927, p.120.
[366] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1927, p.120.
[367] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1929, p.245.
[368] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1927, p.121.
[369] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1926, p.55.
[370] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1929, p.244.
[371] Mensagem do Governador Antônio Monteiro de Souza, de 14 de julho de 1927, p.121.
[372] Governador eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do Estado, governando entre 1 de janeiro de 1930 até 24 de novembro de 1930, quando foi deposto por uma junta governativa nomeado pelo governo federal, após a deposição de presidente Washington Luís.

assim como a encadernação de importantes volumes existentes, como a Enciclopédia Larousse, edições da Revista do Arquivo do Museu Nacional, e do Boletim Museu Goeldi[373]. A coleção de numismática, que estava anexa à Imprensa Pública, estava em boas condições de conservação e tendo uma comissão responsável por um novo inventário[374], mas ainda não possuía uma instalação ideal, por estar no fundo do prédio, deixando inacessível a visitação do público[375], passando, em 1929, para a recém-criada Diretoria de Estatística, Museu e Numismática[376].

Por fim a Imprensa Pública, que além da sua ação principal de publicação do Diário Oficial, também se destinava a confecção de livros e impressos para as repartições estaduais, municipais e de particulares, sendo este último um serviço cobrado, o que não somente ajudava a manter as receitas sempre superiores às despesas, como também contribuindo aos cofres públicos[377]. Ainda eram comuns alguns problemas, principalmente de falta de material, mas em decorrência da falta dos mesmos no mercado local, sendo a resolução temporária a compra emergencial de material do jornal *Estado do Amazonas*, assim como a aquisição em grande quantidade vinda do Rio de Janeiro e até da Europa[378]. Em 1930, o governador Dorval Pires Porto teve novamente que reduzir a quantidade de páginas do Diário Oficial, de 28 para oito páginas, dando como justificativa a redução de gastos, mas informa que continua "preenchendo cabalmente os seus fins"[379], também informou que aconteceu uma reestruturação do pessoal, reduzindo a quantidade e aumentando suas diárias, tal redução de custos possibilitou inclusive atualização do maquinário, vindo do Rio de Janeiro[380].

A análise da trajetória da Diretoria entre 1897 e 1930 possibilitou observar, na prática, a tentativa de organização da administração pública, evidenciando tanto os acertos quanto os desafios enfrentados pela Repartição. O principal fator que impactava seu funcionamento era a situação financeira do Estado, que influenciava diretamente as decisões administrativas e perpetuava problemas estruturais históricos, como a precariedade das instalações, a escassez de recursos humanos e as dificuldades na realização das atividades diárias. Essas limitações afetavam os serviços prestados, assim

[373] Mensagem do Governador Dorval Pires Porto, de 14 de julho de 1930, p.25.
[374] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1926, p.56.
[375] Mensagem do Governador Antônio Monteiro de Souza, de 14 de julho de 1927, p.122.
[376] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1929, p.37.
[377] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1926, p.56.
[378] Mensagem do Governador Ephigênio Ferreira Salles, de 14 de julho de 1926, p.56.
[379] Mensagem do Governador Dorval Pires Porto, de 14 de julho de 1930, p.25.
[380] Mensagem do Governador Dorval Pires Porto, de 14 de julho de 1930, p.25.

como a organização e a preservação dos acervos sob sua guarda, particularmente os do Arquivo Público.

Outro aspecto relevante foi o reconhecimento da importância das seções da Repartição. Observou-se que o Arquivo Público foi a única seção que permaneceu ativa e vinculada à Diretoria durante todo o período analisado, sendo responsável pelo recolhimento, organização e conservação de documentos essenciais para a administração. No entanto, a Estatística e, posteriormente, a Imprensa Pública gozaram de maior prestígio. A Estatística era frequentemente mencionada pelos governadores como fundamental para a produção de dados estratégicos, tanto para a tomada de decisões quanto para a promoção do Estado, embora esses objetivos nunca tenham sido plenamente concretizados. Já a Imprensa Pública ganhou relevância devido à receita gerada pela prestação de serviços, especialmente com a impressão e venda do Diário Oficial. A Biblioteca Pública, por sua vez, também recebeu destaque, a ponto de o principal prédio da Diretoria ser amplamente reconhecido como "o prédio da Biblioteca Pública". De forma geral, os governadores demonstravam compreender que cada seção possuía funções distintas, o que, por vezes, dificultava a gestão integrada e a resolução dos problemas operacionais da Repartição.

A crise financeira do Estado foi uma justificativa recorrente para as dificuldades enfrentadas por toda a administração pública, impactando diretamente o funcionamento da Repartição. Os relatos das fontes evidenciam que problemas estruturais, falta de equipamentos e escassez de pessoal nas demais repartições frequentemente resultavam na não remessa de dados para a Seção de Estatística e na irregularidade do envio de documentos ao Arquivo Público. Ainda assim, muitas atividades foram mantidas, graças à atuação decisiva dos diretores e chefes das seções. Esses profissionais, em sua maioria figuras de destaque político e intelectual, desempenharam um papel essencial na continuidade dos trabalhos, muitas vezes compensando a falta de recursos com estratégias alternativas de gestão e organização.

A compreensão da historicidade administrativa da Repartição e da trajetória de seus gestores foi fundamental para contextualizar o reconhecimento atribuído ao Arquivo Público ao longo das diferentes gestões. Isso permitiu uma análise mais aprofundada de como o Arquivo foi idealizado, quais eram as expectativas sobre seu funcionamento, quais desafios foram enfrentados e, principalmente, quais ações concretas foram implementadas na organização e preservação do patrimônio documental do Amazonas. Somente a partir desse contexto foi possível compreender de forma mais detalhada a

atuação do Arquivo Público na gestão documental e na salvaguarda da memória institucional do Estado.

3.3. Os diretores do Arquivo Público e seus perfis

Para compreender a gestão do patrimônio documental durante a Primeira República no Amazonas e a atuação dos diversos atores e redes sociais envolvidas, foi essencial identificar e contextualizar quem foram os diretores da Diretoria à qual o Arquivo Público estava vinculado no período analisado.

Ao todo, foram identificados 19 diretores da Repartição entre 1896 e 1930. Desses, 17 exerceram o cargo de forma efetiva em algum momento, enquanto dois atuaram apenas interinamente. No entanto, a construção do perfil dos diretores foi possível apenas para aqueles que exerceram o cargo de forma efetiva, já que os interinos ou suplentes permaneceram por curtos períodos, geralmente substituindo os titulares em situações específicas, como férias, licenças, atividades externas ou enquanto se aguardava a nomeação de um novo diretor efetivo[381].

De acordo com a Tabela 4, análise da duração das gestões dos diretores da Repartição durante a Primeira República revela uma grande variação no tempo de permanência no cargo, com mandatos que vão de poucos meses a mais de uma década. O diretor que permaneceu por mais tempo foi Manoel Francisco da Cunha Júnior, que esteve à frente da Repartição por quase dez anos, entre 1899 e 1909. Outros diretores com mandatos relativamente longos foram Benjamin Malcher de Sousa, que permaneceu por pouco mais de três anos (1917-1920), e José Duarte Sobrinho, que somou aproximadamente três anos de gestão, divididos entre dois períodos distintos (1913-1914 e 1914-1917). Essas administrações prolongadas contrastam com a de outros diretores que ocuparam o cargo por apenas alguns meses, como Francisco Satyro Vieira Marinho (janeiro a fevereiro de 1913) e Jeronymo Ribeiro da Costa (setembro a dezembro de 1924), cujas passagens curtas podem indicar instabilidades políticas ou reorganizações administrativas.

Além da variação no tempo de permanência, observa-se que dois diretores retornaram ao cargo em diferentes momentos: José Duarte Sobrinho e Raymundo Moraes.

[381] No caso dos interinos, por causa da dinâmica da própria administração pública, possivelmente houveram outros, mas que não foram encontrados nas fontes analisadas. Os identificados foram: Américo Nunes Ferreira Pará, tendo várias atuações 1900 e 1902, e Eusébio de Souza Caldas, sabendo apenas que atuava como efetivo em 07 de março de 1913.

Esse retorno pode sugerir que ambos mantinham influência política ou profissional relevante para reassumirem a função. Raymundo Moraes, por exemplo, dirigiu a Repartição em dois períodos distintos, primeiro entre 1922 e 1924 e depois em 1930, último ano do recorte temporal analisado. Já José Duarte Sobrinho teve seus dois mandatos consecutivos (1913-1914 e 1914-1917).

Tabela 03 – Relação dos diretores efetivos da Repartição durante a Primeira República

Nome do Diretor	Profissão	Início da Gestão	Término da Gestão
Deusdedit da Silva Ferraz	Advogado, servidor público, inclusive como promotor público, e político (dep. Estadual)	01/09/1896	29/08/1897
Manoel Francisco da Cunha Junior	Militar e servidor público	31/10/1899*	26/06/1909*
Lauro Candido Soares de Pinho	Advogado, servidor público, inclusive como juiz interino	18/11/1909	20/07/1910*
Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha	Militar, advogado, servidor público, como juiz interino e professor, jornalista e político (deputado provincial e estadual)	20/07/1910	28/01/1912
Benjamin Franklin de Araujo Lima	Advogado, teatrólogo, servidor público, como professor, promotor, juiz e procurador interino, jornalista e cronista	28/07/1912	03/01/1913*
Francisco Satyro Vieira Marinho	Militar, advogado, engenheiro civil, agrimensor, servidor público, professor e político (suplente de intendente de Manaus e candidato a deputado estadual)	03/01/1913	09/02/1913
Heitor da Nóbrega Beltrão	Advogado, escritor, poeta, jornalista, servidor público e político (vereador e Dep. Federal, ambos pelo RJ)	10/07/1913*	10/12/1913
Jose Duarte Sobrinho	Advogado, servidor público, promotor, juiz político (dep. Estadual)	10/12/1913	04/11/1914
		04/12/1914	22/03/1917
Mario Jose da Silva Nery	Advogado, servidor público, político (dep. Estadual)	04/11/1914	04/12/1914
Benjamin Malcher de Sousa	Inspetor federal	22/03/1917	10/07/1920
Henrique de Souza Rubim	Militar, servidor público (incluindo arquivista), professor militar (bombeiro e Guarda Nacional), político (intendente de Manaus)	01/01/1921	05/12/1922*
Raymundo Moraes	Comandante de embarcação, escritor, jornalista, servidor público	05/12/1922	14/07/1924*
		01/01/1930	11/09/1930*
Jeronymo Ribeiro da Costa	Médico, serviço público, político (superintendente de Itacoatiara, intendente de Manaus, Dep. Estadual, candidato a superintendente de Manaus)	11/09/1924	20/12/1924
Aloysio de Carvalho Filho	Advogado, jornalista, servidor público, promotor público, professor, político (senador e Dep. Federal pela Bahia)	22/12/1924	03/11/1925
Álvaro Botelho Maia	Advogado, servidor público, professor, escritor, jornalista e político (governador, senador e Dep. Federal)	02/01/1926	07/03/1926
João Baptista de Faria e Souza	Militar, servidor público, jornalista	10/03/1926	14/07/1928
José Chevalier Carneiro de Almeida	Advogado, servidor público, professor, juiz, bibliotecário, poeta e jornalista	14/07/1928	02/01/1930

* Datas imprecisas
Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores, e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A trajetória dos 17 diretores efetivos da Repartição durante a Primeira República evidencia a predominância de membros das elites intelectual e política da Amazônia, muitos dos quais tiveram relevância não apenas local, mas também nacional e, em alguns casos, internacional. A formação acadêmica e profissional desses diretores demonstra um perfil altamente qualificado, com forte presença de bacharéis em Direito, que ocuparam cargos de destaque como juízes, promotores, procuradores e advogados renomados, como José Duarte Sobrinho, Benjamin Franklin de Araújo Lima e Álvaro Botelho Maia. Além da formação jurídica, observa-se que alguns diretores eram militares de alta patente ou ligados à Guarda Nacional, como João Baptista de Faria e Souza e Henrique de Souza Rubim, o que sugere a influência das Forças Armadas na administração pública da época. Esse perfil multifacetado reforça a ideia de que o comando da Repartição estava ligado a uma rede de profissionais altamente capacitados, com trânsito nas esferas política, administrativa e intelectual.

Além do destaque na administração pública, muitos desses diretores acumularam experiência em atividades acadêmicas e culturais, sendo professores universitários, escritores, jornalistas e cronistas, como Heitor da Nóbrega Beltrão e Raymundo Moraes. A presença de políticos entre os diretores também é marcante, com nomes que exerceram mandatos como deputados estaduais, federais e até governadores, como Álvaro Botelho Maia e Aloysio de Carvalho Filho. Essa proximidade com a política indica que a nomeação para o cargo não era apenas uma questão de competência técnica, mas também envolvia alinhamentos e influências dentro das redes de poder da época. A composição desse grupo revela, portanto, que a gestão da Repartição não era apenas uma questão burocrática, mas também refletia um ambiente de prestígio e articulação política, no qual a expertise em administração pública e o capital político eram determinantes para a ocupação e permanência no cargo.

A realização de uma breve biografia dos diretores da Repartição é fundamental para compreender a dinâmica da escolha desses nomes e sua atuação no serviço público, bem como para situá-los dentro das redes de poder e influência da época. Ao analisar suas trajetórias, formações e vínculos políticos, é possível identificar padrões na nomeação desses gestores, evidenciando como fatores como a formação acadêmica, a experiência em cargos administrativos e a participação na esfera política influenciaram sua ascensão

ao posto. Além disso, compreender o perfil desses diretores permite uma análise mais aprofundada sobre a gestão da Repartição, sua relação com as demandas do período e a forma como esses agentes dialogaram com questões sociais e institucionais mais amplas, refletindo as diretrizes do Estado e as transformações políticas e burocráticas da Primeira República.

3.3.1. Breve biografia dos diretores

Deusdedit da Silva Ferraz

Foi o primeiro diretor da então Repartição de Estatística, nomeado pelo governador Fileto Pires Ferreira em 27 de agosto de 1896[382]. Sua gestão teve duração de um ano, encerrando-se em 29 de agosto de 1897, quando solicitou exoneração do cargo, poucos dias após requerer também seu afastamento do serviço público, em 14 de agosto do mesmo ano[383].

Nascido em Sergipe, em 26 de dezembro de 1864[384], Deusdedit Ferraz faleceu em 1898, possivelmente em Manaus[385]. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1891[386] e, aparentemente, chegou a Manaus no mesmo ano, pois há registros de sua atuação como advogado na capital amazonense desde então[387]. Em 1892, foi nomeado promotor de justiça da comarca de Manaus pelo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, exercendo o cargo até 1893, quando foi transferido para Codajás[388]. Ainda em 1892, integrou a Comissão de Reforma da Instrução Pública Superior, conforme o Plano do Ginásio Nacional do Governo Federal[389], e, em 9 de novembro do mesmo ano, foi nomeado juiz municipal do comércio de Manaus[390]. No ano seguinte, assumiu o cargo

[382] Diário Oficial, de 01 de setembro de 1896. Menção a Portaria de 27 de agosto de 1896, que nomeia Deusdedit da Silva Ferraz como diretor da repartição de Estatística.
[383]Notícia no diário oficial, de 29 de agosto de 1897, que, Deusdedit da Silva Ferraz, solicitou exoneração a pedido como diretor da repartição de Estatística.
[384]Faculdade de Direito de Recife (UFPE). Livro de Certidão de Idade, p. 227.Disponível em: **https://www.ufpe.br/documents/590249/2933445/Lista+do+Livro+de+Certid%C3%A3o+de+Idade+1863-1919++-+FDR+-+Realizado+por+Elivanda+Souza+-+2022.pdf/12b1c3d5-4e96-4a3b-9615-e05eced51fda**. Acessado em: 20/05/2023.
[385] Diário Oficial, de 14 de agosto de 1897, p. 1
[386]Faculdade de Direito de Recife (UFPE). Livro de Certidão de Idade, p. 227. Disponível em: **https://www.ufpe.br/documents/590249/2933445/Lista+do+Livro+de+Certid%C3%A3o+de+Idade+1863-1919++-+FDR+-+Realizado+por+Elivanda+Souza+-+2022.pdf/12b1c3d5-4e96-4a3b-9615-e05eced51fda**. Acessado em: 20/05/2023.
[387] Diário Oficial, de 27 de julho de 1897, p. 8.
[388]Mensagem do governador, de 10 de julho de 1893, p. 130.
[389] Jornal Amasonas, de 19 de agosto de 1892, p. 1.
[390] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1893, p. 130

de inspetor do Tesouro do Estado do Amazonas, função que exerceu até 1896, quando foi designado para a direção da Repartição de Estatística[391]. Após sua saída do serviço público, dedicou-se exclusivamente à advocacia, atuando principalmente em causas cíveis, criminais e comerciais. Há indícios de que faleceu em 1898 enquanto exercia mandato como deputado do Congresso do Amazonas[392].

Manoel Francisco da Cunha Júnior

Foi o segundo diretor da então Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública e Estatística. Há lacunas sobre sua atuação na repartição, incluindo sua nomeação e permanência no cargo. Há registros de que o governador José Cardoso Ramalho Júnior o nomeou em 31 de outubro de 1899. No entanto, um documento publicado em 27 de abril do ano anterior mostra que ele assinava o relatório das atividades da repartição em 1898, indicando que já exercia a função[393]. Não há registros oficiais sobre sua saída do cargo, mas em 1910 o então diretor efetivo, Lauro Cândido Soares de Pinho, referiu-se a Cunha Júnior como seu antecessor[394]. Além disso, uma declaração do governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt menciona que, em 1909, ele já não ocupava a diretoria. Há também uma notícia publicada no Jornal do Commércio, em 26 de julho de 1909, informando a concessão de uma licença médica de 60 dias, posteriormente prorrogada por mais 30 dias, enquanto ainda ocupava a direção da repartição. Embora as datas exatas sejam incertas, sua gestão foi a mais longa de todas, estendendo-se por quase dez anos.

Pouco se sabe sobre seu nascimento e trajetória pessoal. Há registro de que era militar e chegou à patente de Tenente-Coronel. A primeira menção à sua atuação no Amazonas data de 1896, quando assumiu interinamente o cargo de administrador dos Correios do Amazonas[395]. No ano seguinte, de acordo com a Lei nº 166, de 15 de maio

[391] Jornal Amasonas, de 14 de julho de 1893, p. 1.
[392] Diário Oficial, de 2 de novembro de 1898, p. 1.
[393] Notícia publicada em 27 de abril de 1899, informando acerca do relatório entregue pelo então diretor, Manoel Francisco da Cunha Junior, do ano de 1898. Porém há também uma notícia publicada no Jornal do Commércio, em 11 de novembro de 1900. Informação sobre o ofício de 3 de novembro de 1900, de que o governador, em ato de 31 de outubro de 1899, tinha nomeado Manoel Francisco da Cunha Junior como diretor da Repartição.
[394] Não há informação de quando ele saiu, mas há, na mensagem do governador, de 10 de julho de 1910, onde o então diretor efetivo, Lauro Candido Soares de Pinho, indica que Manoel Francisco da Cunha Junior foi seu antecessor. Há também uma fala do governador, informando que, em 1909, Manoel Francisco da Cunha Junior já não era mais diretor e que a Repartição ficou um tempo sem diretor, mas não diz o período. Há também a notícia no Jornal do Commércio, de 26/06/1909, informando a conceção de licença médica por 90 dias, como sendo diretor da Repartição.
[395] Diário Oficial, de 20 de novembro de 1896, p. 1.

de 1897[396], assumiu um cargo na Superintendência Municipal de Antimary[397] e, no mesmo ano, tornou-se redator interino da Imprensa Oficial[398].

Durante sua gestão na Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública e Estatística, foi designado para diversas comissões, incluindo a Comissão da Exposição Universal de São Luís, no Maranhão, em 1904[399], e a Comissão para a Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 1908[400]. Em 1909, após diversas licenças médicas, sua morte foi noticiada em 15 de agosto[401].

Lauro Cândido Soares de Pinho

Foi o terceiro diretor efetivo da então Diretoria de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público, Imprensa Oficial e Numismática. Advogado de formação, sua gestão teve início com sua nomeação pelo governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 18 de novembro de 1909[402]. No entanto, há algumas incongruências quanto à sua saída do cargo. Seu último relatório ao governador foi assinado em 31 de maio de 1910, e, em 20 de julho do mesmo ano, obteve licença para tratar de assuntos de saúde, sendo substituído interinamente por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha[403]. A partir desse momento, não há mais registros de sua atuação como diretor.

Pouco se sabe sobre sua trajetória pessoal. Em 1905, foi removido, a pedido, do cargo de juiz municipal de Parintins para o de juiz municipal de órfãos em Manaus[404], função que exerceu até 1909, quando foi nomeado para a Diretoria de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público e Imprensa Oficial[405]. Sua gestão foi breve, com duração de apenas alguns meses.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

Foi o quarto gestor da então Diretoria de Estatística, Biblioteca, Arquivo Público, Imprensa Oficial e Numismática. Meses após sua posse, a estrutura administrativa foi

[396] Diário Oficial, 23 de maio de 1897, p. 1.
[397] Atualmente o Município de Boca do Acre (AM).
[398] Diário Oficial. 15 de agosto de 1897, p. 1.
[399] Jornal do Commércio, de 24 de abril de 1904, p. 2.
[400]Jornal do Commércio, de 11 de janeiro de 1908, p. 1.
[401] Jornal do Commércio, de em 15 de agosto de 1909, p.1.
[402]Mensagem do governador, de 10 de julho de 1910. O diretor indica no relatório, que foi nomeado em 18/11/1909 e assumiu em 20/11/1909.
[403]Data de publicação da notícia de que o Lauro Candido Soares de Pinho recebeu a licença para tratamento de saúde, ficando, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, em seu lugar de forma interina. Cabe ressaltar, que, Lauro Candido Soares de Pinho, assinou o relatório ao governador no dia 31 de maio de 1910.
[404]Jornal do Commércio, de 11 de março de 1905
[405]Jornal do Commércio, de 25 de outubro de 1909, p. 2.

novamente reorganizada, desvinculando a Imprensa Oficial e Numismática. Inicialmente, Aranha assumiu o cargo como diretor interino entre julho de 1910 e outubro de 1911[406], sendo efetivado e permanecendo na função até janeiro de 1912[407].

Nascido em 1840 e falecido em 15 de janeiro de 1919, Bento Aranha teve uma trajetória multifacetada. Militar, alcançou a patente de coronel da Marinha, atuou como professor do ensino primário e destacou-se como jornalista. Sua linhagem familiar possuía forte tradição intelectual e política: era neto de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811), um dos primeiros poetas do Amazonas, e filho de João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861), primeiro presidente da província do Amazonas e deputado no Parlamento Nacional entre 1847 e 1851.

Bento Aranha foi um personagem ativo na sociedade amazonense, sendo amplamente reconhecido como decano do jornalismo no Amazonas[408]. Participava ativamente do debate público e utilizava a imprensa como principal meio de expressão e embate político. Como chamou a atenção Agnello Bittencourt:

> [...] incondicionalmente, dedicou todos os seus afetos e o seu muito valor, como lutador impávido, como amante do progresso, como polemista terrível, como jornalista vigoroso, sempre na brecha, lutando ininterruptamente por uma ideia, até ver o adversário rendido e ele vencedor[409].

Fundou e dirigiu diversos jornais, como *A Província* (1878-1885) e *Amazônia* (1884), além de colaborar com periódicos como *Amazonas*, *Mikado* (onde assinava artigos sob o pseudônimo "Ajuricaba"), *A Epocha*, *Quo Vadis?* (1903-1904) e *Jornal do Commércio*. Também foi autor de livros e estudos, incluindo *Prejuízos Sociais* (1867), *Um Olhar pelo Passado* (1897), *Obras do Literato Amazonense* (1984) e *A terra, as cousas e o homem da Amazônia*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* entre 1917 e 1920.

---

[406]Notícia publicada no Jornal Correio do Norte, 29 de julho de 1910, informação que Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha tinha tomado posse como diretor interino da Repartição no dia 20 de julho de 1910.

[407]BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Pp. 133.

[408] Essa biografia foi escrita por João Batista de Faria e Souza, amigo de Bento Aranha, em um artigo publicado no O Jornal, de 17 de janeiro de 1919, por ocasião da morte do biografado e foi reproduzida por BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 25-26.

[409]BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. Pp. 133.

No serviço público, iniciou sua carreira como professor do ensino primário em 1867[410], atuando até 1868, quando pediu exoneração[411]. No mesmo ano, foi nomeado amanuense da Instrução Pública, cargo exercido de forma voluntária. Em 1879, tornou-se procurador da Alfândega de Manaus e, em 1881, juiz comissário do município de Manaus[412], também sem remuneração, sendo destituído em 1885 devido às suas posições oposicionistas[413]. Como parlamentar, foi deputado provincial entre 1881 e 1885, sendo autor do projeto de criação da Biblioteca Pública do Amazonas em 1883[414].

Durante a República, candidatou-se a deputado estadual em 1889, sem sucesso, mas conseguiu eleição em 1909, embora não tenha concluído o mandato, pois, no ano seguinte, assumiu a diretoria da Repartição de Estatística, Biblioteca e Arquivo Público.

Ainda em 1900 foi nomeado diretor do Departamento dos Índios do Rio Branco[415], há notícias que ficou no cargo entre setembro e dezembro do mesmo ano, quando foi exonerado a pedido, todavia, cabendo ressaltar que foram encontrados nas fontes, notícias dele posteriormente à exoneração como diretora da mesma instituição, como interino[416]. Seu envolvimento com a documentação histórica e o Arquivo Público do Amazonas intensificou-se a partir de 1902.

Entre 1902 e 1908, dedicou-se à pesquisa documental, sendo nomeado pelo governador Antônio Constantino Nery, em 1904, para reunir documentos que subsidiassem a reivindicação do território acriano[417], trabalho que foi elogiado por Ruy Barbosa[418]. Durante sua gestão, denunciou as precárias condições do Arquivo Público, descrevendo-o como um "ninho de ratos"[419]. Em 1905, organizou e catalogou documentos do acervo[420], mas teve que interromper a tarefa para atender às demandas do governo na coleta de provas sobre a jurisdição amazonense na região do Japuá, Waupés e Rio Negro[421]. Remeteu 857 documentos autenticados para o Rio de Janeiro e, posteriormente, voltou a atuar no Arquivo Público até 1908, quando foi dispensado após uma polêmica circular de primeiro de setembro daquele ano.

---

[410] Jornal Amasonas, de 16 de janeiro de 1867, p. 3.
[411] Jornal Amasonas, 23 de maio de 1897, p. 1.
[412] Amasonas, de 7 de outubro de 1881, p. 3.
[413] A província, de 20 de julho de 1885, p. 1.
[414] Jornal do Commércio, de 8 de março de 1910, p.1.
[415] Diário Oficial, de 20 de setembro de 1900, p. 1.
[416] Diário Oficial, de 19 de dezembro de 1900, p1.
[417] Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2.
[418] Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2.
[419] Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2.
[420] Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2.(itálico no original)
[421] Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2. (itálico no original)

Mesmo diante de polêmicas e acusações, Aranha continuou a contribuir com o Estado, muitas vezes sem remuneração. Em 1906, inventariou a coleção numismática do Estado, coletou dados estatísticos sobre navegação e rios do Amazonas e dirigiu a revista *Arquivo do Amazonas*. Em seus últimos anos de trabalho na administração pública, dedicou-se à elaboração de um catálogo da Biblioteca adquirida do acervo de Paes Barreto[422].

Acerca de suas desavenças políticas, não lhe fechou as portas na administração pública e muito menos na Diretoria do Arquivo Público, já que em 1910, ainda no governo de Antônio Clemente Bittencourt, Bento Aranha foi nomeado diretor da Repartição, cabendo ressaltar que sua exoneração, dois anos depois, novamente não foi amistosa, sendo exonerado em 1912 da direção da Diretoria de Estatística, Biblioteca e Arquivo Público, deixando o Amazonas e mudando-se para Belém, onde faleceu em 1919, aos 72 anos.

Benjamin Franklin de Araújo Lima

Foi o quinto diretor efetivo da Diretoria do Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística e Numismática, nomeado em 28 de janeiro de 1912[423]. A data de sua saída não foi encontrada, mas sabe-se que, em 3 de janeiro de 1913, Francisco Satyro Vieira Marinho foi nomeado para o mesmo cargo[424], indicando que Araújo Lima já não exercia a função.

Nascido em 27 de novembro de 1885, no Pará, e falecido em 9 de janeiro de 1948, no Rio de Janeiro[425], foi teatrólogo, crítico literário, advogado, professor e jornalista. Passou sua infância e juventude em Manaus, mudando-se posteriormente para o Rio de Janeiro para continuar os estudos e, em seguida, para Salvador, onde cursou Direito[426].

De volta ao Amazonas, sua primeira menção em registros históricos data de 1908, quando representou o estado na Exposição Nacional em comemoração ao centenário da abertura dos portos, realizada no Rio de Janeiro[427]. No ano seguinte, iniciou sua trajetória

[422]Jornal do Commércio, de 9 de setembro de 1908, p.2.
[423] Jornal do Commércio, em 30 de janeiro de 1912. Informação que Benjamin Franklin de Araújo Lima tinha tomado posse como diretor da Repartição no dia 28 de janeiro de 1012.
[424]Não se tem qualquer informação acerca da sua saída da Repartição. Sabe-se que em 3 de janeiro de 1913, Francisco Satyro Vieira Marinho, já era diretor da Repartição, assim como outra notícia publicada no Jornal do Commércio, em 09 de julho de 1913, informando que ele era diretor da Casa de Detenção.
[425] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 130.
[426] Jornal do comercio, de 1 de dezembro de 1985.
[427] *Idem,* p. 131.

no serviço público como professor interino do Ginásio Amazonense, lecionando História da Civilização[428]. Ainda em 1909, foi nomeado promotor do terceiro distrito de Manaus[429] e passou a atuar como cronista na imprensa amazonense[430].

Em 1914, foi nomeado serventuário da Chefatura de Polícia[431] e, logo depois, juiz de direito municipal do comércio[432]. Em 1917, assumiu a função de secretário da Superintendência Municipal de Manaus e passou a atuar como redator-chefe da Imprensa Oficial[433]. No mesmo ano, foi nomeado diretor da Escola Municipal do Comércio, onde lecionou Economia Política[434], além de retornar ao Ginásio Amazonense como professor de História Universal[435].

Em 1919, tornou-se procurador fiscal do Estado[436], mas, ainda no mesmo ano, há registros de sua mudança para o Rio de Janeiro[437]. Além dos cargos já citados, exerceu funções como oficial de gabinete do governo estadual, diretor da Penitenciária do Estado e diretor da Biblioteca Pública, onde desempenhou um papel essencial na reorganização do catálogo, desatualizado desde a fundação da instituição[438]. Em 1926, já residindo no Rio de Janeiro, representou o Amazonas no Museu do Comércio, instalado na capital federal[439].

Sua vida intelectual foi intensa. Foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras, ainda sob o nome de Sociedade Amazonense de Homens de Letras[440]. Em 1925, publicou sua primeira obra, *O Homem que Marcha*, que lhe rendeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras. Também escreveu diversas peças teatrais, como *O Homem que Ri* (1931), *Martírio de D. Juan*, *Carrascos* (1922), *Boa Noite* (1931), *Quem Ri, Afinal* (1932), *Babilônia* (1933), *O Amor e a Morte* (1933) e *Venenos* (1938). Além disso, produziu ensaios de crítica literária, como *A Revolta dos Ídolos* (1919), *Esse Jorge de Lima* (1933) e *O Heroísmo da Ironia em Machado de Assis* (1939).

---

[428] *Idem,* p. 131.
[429] Jornal do Comercio, de 17 de fevereiro de 1909, p. 2.
[430] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p.133.
[431] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1914, p. 134.
[432] Jornal do Comercio, 1 de março de 1914, p. 1.
[433] A capital, de 14 de outubro de 1917, p. 1.
[434] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 133.
[435] *Idem,* p. 133.
[436] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1919, p. 93.
[437] Jornal do comercio, de 1 de dezembro de 1985, p. 2.
[438] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 132.
[439] Mensagem do governador, de 14 de julho de 1927, p. 62.
[440] O nome mudou em 1920 para Academia Amazonense de Letras.

Foi redator em diversos jornais do Rio de Janeiro, como *O Paiz*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*[441]. Em 1939, devido à sua relevância como teatrólogo e intelectual, foi convidado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação do governo Vargas, para dirigir o Curso Prático de Teatro[442], vinculado ao Serviço Nacional de Teatro[443].

Francisco Satyro Vieira Marinho

Foi o sexto diretor da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística e Numismática, ainda que por um curto período, entre janeiro[444] e fevereiro de 1913[445]. Natural do Amazonas, nasceu em 1874 e faleceu em 20 de fevereiro de 1946, em Fortaleza, onde residia.

Militar de carreira, alcançou a patente de coronel e possuía duas formações acadêmicas[446]: engenheiro civil[447] e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, este último título obtido pela Faculdade de Direito de São Paulo.

A primeira referência a seu nome data de 1892, quando foi aprovado em primeiro lugar em concurso e nomeado amanuense da Secretaria de Estado[448]. Ainda no mesmo ano, tornou-se conferencista interino da Recebedoria do Estado[449]. No ano seguinte, foi designado oficial de registro na Repartição de Obras Públicas, mas logo transferido para a Repartição de Terras, anexa à Secretaria do Governo, onde permaneceu até 1895[450]. Nesse período, foi removido para a Instrução Pública e assumiu o cargo de secretário[451], além de ser nomeado procurador fiscal da Intendência de Manaus[452].

---

[441] Jornal do comercio, de 1 de dezembro de 1985.
[442] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p.113.
[443]Em 1953 passou a denominar-se Conservatório Nacional de Teatro, e em 1979, passou a compor a Escola de Teatro, do Centro de Letras e Artes da Universidade do Rio de Janeiro – Uni-Rio, posteriormente denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. In: UNIRIO. Escola Teatro – Histórico. On-line. Disponível em:**https://www.unirio.br/cla/escoladeteatro/historico**. Acessado em: 19/06/2024.
[444]Notícia no Jornal do Commércio, do dia 03 de janeiro de 1913, da nomeação como diretor da Repartição, do Sr. Satyro Marinho, que, comparado com a informação da notícia no mesmo jornal do dia 9 de fevereiro de 1913, confirma-se se tratar de Francisco Satyro Vieira Marinho.
[445]Notícia no Jornal do Commércio, de 9 de fevereiro de 1913, de que Francisco Satyro Vieira Marinho, foi dispensado da "comissão que exercia como diretor da Repartição"
[446] Jornal do comercio, de 23 de fevereiro de 1946, p. 3.
[447] Jornal do Commércio, de 23 de fevereiro de 1946, p. 3
[448] Jornal Amasonas, de 14 de setembro de 1892, p. 1.
[449] Diário de Manaos, 20 de janeiro de 1892, p.1
[450] Diário oficial, de 25 de novembro de 1893, p. 2.
[451] Diário oficial, de 24 de fevereiro de 1895, p. 1.
[452] Diário oficial, de 15 de dezembro de 1895, p.1.

Em 1897, há registro de que Francisco Satyro Vieira Marinho protocolou sua carta profissional na Repartição de Terras como engenheiro civil e agrimensor. Entre 1905 e 1907, atuou como chefe de seção da Secretaria de Estado, sendo posteriormente nomeado diretor-geral da mesma instituição[453].

Além da atuação administrativa, candidatou-se a cargos eletivos. Em 1895, concorreu às eleições para intendente de Manaus e tornou-se suplente na gestão de 1896-1899[454]. No ano de 1900, disputou uma vaga na Assembleia Legislativa do Amazonas como deputado estadual, mas não foi eleito.

Foi professor da Universidade Livre de Manaus, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde lecionou como professor interino nas cadeiras de História Universal, Direito Criminal e Geografia em diversos cursos da instituição[455].

Após sua breve passagem pela direção da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística e Numismática em 1913, retornou ao cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado[456], permanecendo até 1917[457]. Posteriormente, foi nomeado para a Seção de Obras e Terras Públicas, atuando na demarcação de terras devolutas, embora haja registros de que já desempenhava essa função desde 1893[458]. Em 1920, reassumiu a direção-geral da Secretaria de Estado.

Heitor da Nóbrega Beltrão

Foi o sétimo diretor da então Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística e Numismática, durante sua breve estadia em Manaus no ano de 1913. Assumiu inicialmente como diretor interino[459] e, posteriormente, tornou-se efetivo[460]. Não se sabe a data exata de sua posse, mas há registros de que, em fevereiro de 1913, ele estava resolvendo as pendências para assumir o cargo, coincidindo com a saída de seu antecessor, Francisco Satyro Vieira Marinho. Sua gestão foi curta, encerrando-se em 10

[453] Jornal do Commércio, de 20 de outubro de 1907, p.1.
[454] Diário oficial, de 2 de abril de 1896. p. 8.
[455]Robério Braga. Dicionário–verbete: Francisco Satyro Vieira Marinho. On-line. Disponível em: https://roberiobraga.com.br/glossary/francisco-satyro-vieira-marinho/. Acesso em: 04/01/2023.
[456] Jornal do Commércio, de 9 de fevereiro de 1913, p.2.
[457] Jornal do Commércio, de 9 de janeiro de 117, p.1.
[458]Jornal A capital, 12 de agosto de 1917, p. 1. Cabe ressaltar que foi observado nas fontes que ele já vem exercendo tal atividade desde 1893.
[459] Mensagem do governador, de 10 de julho de 1913. Indicando ser Heitor da Nobrega Beltrão, o diretor indica no relatório. Há uma notícia publicada no Jornal do Commércio, de 13 de fevereiro de 1913, da Recebedoria do Estado, informando que Heitor da Nobrega Beltrão, tinha pago já os emolumentos e que poderia já assumir o cargo de Diretor da Repartição.
[460] Relatório ao Governador, de 20/05/1914, informando que Heitor da Nobrega Beltrão, deixou de ser diretor interino, passando a ser efetivo.

de dezembro de 1913[461], quando foi removido para a Repartição da Imprensa Oficial, que, nesse momento, já não fazia mais parte da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística e Numismática.

Advogado formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, escritor, poeta e jornalista, há poucas informações sobre sua passagem por Manaus, além de sua atuação como diretor das repartições mencionadas. Durante sua gestão na Imprensa Oficial, obteve sucessivas licenças médicas entre janeiro e julho de 1914[462], sendo exonerado do cargo em novembro do mesmo ano[463].

Apesar de sua saída de Manaus, seu nome voltou a ser citado na cidade em 1917, quando foi envolvido em uma acusação de corrupção referente à sua gestão na Imprensa Oficial. O caso foi amplamente divulgado nos jornais, e, em sua defesa, ele publicou uma declaração no *Jornal do Commércio* em 18 de maio de 1917, esclarecendo o motivo de um pagamento registrado no Diário Oficial do Amazonas, alegando que se tratava de honorários por serviços prestados como correspondente telegráfico do jornal *O Tempo*, de Manaus[464].

O *Jornal do Commércio* também publicou uma nota defendendo Beltrão, mas o assunto gerou polêmica e foi tema de outros artigos, incluindo um que contestava suas explicações. O caso chegou ao *Jornal do Commércio* do Rio de Janeiro, onde Beltrão era redator, sendo mencionado como parte de um período controverso da administração pública amazonense[465].

Após esse episódio, há registros de que deixou o cargo de redator do *Jornal do Commércio* carioca em 1920[466]. Nesse período, atuava como correspondente dos jornais da região Norte no Rio de Janeiro, incluindo *O Tempo* e *O Estado do Pará*[467].

Em 1933, foi eleito vice-diretor da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro[468]. No ano seguinte, ingressou na vida política, sendo eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro para a legislatura de 1935 a 1937. Em 1950, voltou a disputar um cargo

[461] Relatório ao Governador, de 20 de maio de 1914, informando que Heitor da Nobrega Beltrão foi renomeado para como diretor da Repartição da Imprensa Oficial, no dia 10 de dezembro de 2013. Cabe ressaltar que nesse momento, a Imprensa Oficial está em outra Repartição.
[462] Jornal do Commércio de 24 de janeiro de 1914 e de 28 de abril de 1914.
[463] Jornal do Commércio, de 5 de novembro de 1914.
[464] Jornal do Commércio, no dia 18 de maio de 1917, p. 1.
[465] Jornal do Commércio, de 18 de maio de 1917, p.1.
[466] Jornal do Commércio, de 19 de março de 1920, p.3.
[467] Jornal do Commércio, de 29 de janeiro de 1923, p. 1.
[468] Jornal do Commércio, de 9 d maio de 1933, p. 3.

eletivo, sendo eleito deputado federal pelo Distrito Federal, função que exerceu até seu falecimento, em 3 de junho de 1955[469].

José Duarte Sobrinho

Foi o oitavo diretor da Repartição, tendo exercido o cargo em dois períodos distintos. Sua primeira gestão ocorreu entre 10 de dezembro de 1913 e 4 de novembro de 1914, quando foi nomeado para a Casa de Detenção. No entanto, permaneceu pouco tempo nessa função, retornando à Repartição em 4 de dezembro de 1914 e permanecendo até 22 de março de 1917, quando solicitou exoneração do serviço público[470]. Embora o motivo do pedido não esteja registrado, indícios sugerem que tenha sido por questões de saúde.

No dia 10 de maio de 1917, foi noticiado que José Duarte Sobrinho havia adoecido gravemente em 9 de fevereiro daquele ano, acometido por um antraz no dorso, o que resultou em uma infecção generalizada. Apesar dos esforços médicos, veio a falecer pouco menos de dois meses após o início de sua licença, em 9 de maio de 1917, em Manaus[471].

Nascido em Maceió no ano de 1878, José Duarte Sobrinho teve uma trajetória profissional destacada. Conforme noticiado em 10 de maio de 1917, até 1903[472], atuou como professor do Ginásio Alagoano e exerceu a advocacia em sua cidade natal. No mesmo ano, mudou-se para Manaus, onde, em 1904, foi nomeado diretor da Escola Normal do Amazonas[473].

Em 1909, foi eleito deputado na Assembleia do Estado do Amazonas, cargo que ocupou até 1912. Durante esse período, participou da comissão responsável pela promoção da Escola Universitária Livre de Manaus[474]. Além disso, em 1910, exerceu a função de diretor interino da Faculdade Militar. Também atuou como promotor público, embora a data de sua nomeação não seja conhecida[475].

---

[469] Câmara dos Deputados. Biografia de Heitor Beltrão. On-line. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/130447/biografia. Acessado em: 04/01/2023.
[470] Notícia publicada no Jornal do Commércio, em 22 de março de 1917. Informação que Jose Duarte Sobrinho tinha entregue o cargo de direção da Repartição.
[471] Jornal do Commércio, de 10 de maio de 1917, p. 2.
[472] Jornal do Commércio, de 10 de maio de 1917, p. 2.
[473] Mensagem do governador de 10de julho de 1905. Nomeação em 27 de julho de 1904.
[474] Jornal do comercio de 19 de dezembro de 1909, p. 1
[475] Correio do norte de 16 de outubro de 1910, p.1

Mário José da Silva Nery

Foi o nono diretor efetivo da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística, Imprensa Oficial e Numismática, exercendo o cargo por um breve período, entre novembro[476] e dezembro de 1914[477].

Nascido em 1888, na cidade de Manaus, faleceu precocemente em 1922, na mesma cidade. Filho do político Silvério José Nery, formou-se bacharel em Direito.
Sua trajetória na vida pública teve início em 1912, quando foi nomeado secretário da comissão da Câmara dos Deputados do Amazonas[478], cargo que voltou a ocupar em 1914, após sua breve passagem pela Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística, Imprensa Oficial e Numismática. Em 1918, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, sendo eleito e tomando posse em 1919. No entanto, não concluiu o mandato devido ao seu falecimento em 1922[479].

Benjamin Malcher de Souza

Foi o décimo diretor da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística, Imprensa Oficial e Numismática. A primeira referência à sua atuação na vida pública data de 1917, quando foi nomeado para assumir a direção da Repartição, em substituição a José Duarte Sobrinho[480], permanecendo no cargo até 1920[481], conforme os registros disponíveis.

São poucas as informações sobre sua trajetória, apesar de ter sido um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras[482]. Em 1921, foi nomeado pelo Ministério da Justiça como inspetor federal da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, encarregado do processo de separação dessa instituição da Universidade Livre de Manaus[483], sendo reconduzido ao mesmo cargo em 1924. A última menção

[476] Notícia publicada no Jornal do Commércio, em 04 de novembro de 1914. Informação que Mario Jose da Silva Nery assumiu a direção da Repartição.
[477] Notícia publicada no Jornal do Commércio, em 04 de dezembro de 1914. Informação que Mario Jose da Silva Nery foi exonerado, a pedido, a direção da Repartição.
[478] O correio de Purus, de 29 de dezembro de 1912, p.1.
479Jornal do Commércio, de 2 de julho de 1922, p. 1.
[480] Mensagem do governador, do dia 10 de julho de 1917, o governador informa que Benjamin Malcher de Sousa tinha assumido a direção da Repartição, desde 22 de março de 1917. Cabe ressaltar que há uma notícia no Jornal do Commércio, de 12 de maio de 1917, informando que ele já era diretor.
[481] Mensagem do governador, do dia 10 de julho de 1920. Informação do próprio governador de que Benjamin Malcher de Sousa ainda estava como diretor da Repartição, mas afastado por licença, não informando se tinha outro em seu lugar.
[482] Robério Braga. Dicionário – verbete: Benjamin Sousa. On-line.
[483] DUARTE, Durango. Manaus, entre o Passado e o presente..., 2009, p. 188.

conhecida sobre sua atuação pública data de 1932, quando foi nomeado pelo governo federal como inspetor do Serviço de Proteção ao Índio[484].

Henrique de Souza Rubim

Foi o 11º diretor da Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca Pública, Estatística, Imprensa Oficial e Numismática, assumindo o cargo em 3 de janeiro de 1921[485]. Não se sabe a data exata de sua saída, mas há registro de que, em 24 de fevereiro de 1922, recebeu licença de três meses para tratar da saúde[486] e, em 5 de dezembro do mesmo ano, já não ocupava mais a direção, tendo sido substituído por Raymundo Moraes[487]. Ele é o único diretor conhecido que exerceu efetivamente a função de arquivista, tendo trabalhado na municipalidade entre 1904[488] e 1907, quando solicitou licença por motivo de saúde[489].

Nascido em Teresina (PI) em 25 de março de 1869, faleceu em Manaus em 29 de junho de 1935. Militar de formação, alcançou a patente de Tenente-Coronel e participou da Guerra de Canudos (1897), onde, no mesmo ano, ingressou na polícia como oficial[490]. Dois anos depois, em 1899, solicitou reintegração ao serviço público, assumindo o cargo de diretor da Segunda Seção da Secretaria da Intendência[491]. Durante esse período, surgiram críticas e acusações de que sua nomeação teria sido favorecida, sem a realização de concurso público[492]. Diante dessas denúncias, anunciou que processaria os jornais que o caluniavam, e, apesar da polêmica, permaneceu no serviço público[493].

No início de 1911, pediu exoneração do cargo de secretário da Intendência Municipal de Manaus[494] e foi nomeado secretário da Chefatura de Polícia[495], cargo que ocupou por poucos meses antes de solicitar nova exoneração[496]. Em 1912, atuava como capitão do Corpo de Bombeiros Municipal e oficial da Guarda Nacional[497]. Em 1916,

[484] DUARTE, Durango. Manaus, entre o Passado e o presente..., 2009, p. 188.
[485] Notícia publicada no Jornal do Commércio, em 05 de janeiro de 1921. Informação que Henrique Rubim assumiu a direção da Repartição no dia 3 de janeiro de 1921.
[486] Jornal do Comercio, de 24 de fevereiro de 1922
[487] Mensagem do governador, de 14 de julho de 1923, o governador, Cesar do Rego Monteiro, informa que Raymundo Moraes, estava na direção da Repartição desde 05 de dezembro de 1922.
[488] Jornal do Comercio de 11 de setembro de 1904
[489] Jornal do comercio de 4 de julho de 1907
[490] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 265.
[491] Jornal do comercio de 20 de agosto de 1909, p.1.
[492] Correio do norte de 20 de maio de 1910
[493] Jornal do comercio de 19 de agosto de 1910
[494] Correio do norte de 12 de janeiro de 1911
[495] Correio do norte de 12 de janeiro de 1911
[496] Jornal do comercio, de 18 de julho de 1911
[497] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 265.

enquanto exercia a função de oficial do gabinete do governador[498], candidatou-se ao cargo de intendente do município de Manaus[499]. Eleito, exerceu o mandato entre 1917 e 1919, chegando a ser presidente da Câmara Municipal[500]. Durante sua gestão, teve uma atuação ativa, propondo projetos e participando de debates acalorados, o que o manteve constantemente nos noticiários da época[501].

No entanto, mais uma vez foi alvo de denúncias, dessa vez por acumular os cargos de intendente municipal de Manaus e oficial secretário do gabinete do governador[502], além de integrar a comissão que tratava das questões de limites entre Amazonas e Pará[503]. Com a repercussão negativa, solicitou exoneração da função no gabinete do governador[504]. Antes do fim de sua gestão como intendente, candidatou-se a deputado da Assembleia Legislativa do Amazonas[505], mas não há registros de que tenha sido eleito. Em 1920, foi nomeado vice-diretor do Horto Municipal[506] e segundo suplente de juiz de direito em Manaus[507], cargos dos quais foi exonerado a pedido no final do mesmo ano[508], possivelmente para assumir a Diretoria de Arquivo Público, Biblioteca e Imprensa Oficial.

Após deixar a Diretoria, sua última nomeação conhecida ocorreu em 1928, quando foi designado professor interino do Ginásio Amazonense Pedro II[509]. No campo da imprensa, colaborou com os jornais A Actualidade (1904) e Diário do Amazonas (1910), além de ter sido diretor dos periódicos O Tempo, Jornal do Commercio e O Hummaythiense (1908). Também participou da Comissão do Congresso de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro em 1918[510], e foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 1917[511].

[498] Jornal do comercio, de 3 de janeiro de 1916
[499] Jornal do comercio, de 25 de novembro de 1916.
[500] A capital de 14 de outubro de 1917
[501] A capital de 14 de outubro de 1917
[502] Jornal do comercio, de 17 de maio de 1917
[503] Mensagem do governador de 10 de julho de 1917
[504] Jornal do comercio, de 20 de junho de 1917
[505] A capital, de 1 de novembro de 1918
[506] Jornal do comercio, de 20 de fevereiro de 1920
[507] Jornal do comercio, de 22 de agosto de 1920
[508] Jornal do comercio, de 31 de dezembro de 1920
[509] Mensagem do governador de 1928
[510] 20 outubro de 1918
[511] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 265.

Raymundo Moraes

Foi o 12º diretor da então Repartição de Imprensa, Arquivo Público, Biblioteca, Imprensa Oficial e Numismática, exercendo o cargo em duas passagens, entre 1922 e 1930. Nascido em Belém, no dia 15 de setembro de 1872, faleceu em 3 de setembro de 1941. Possivelmente um dos intelectuais mais conhecidos do Amazonas à época, teve uma trajetória de vida considerada impressionante. De acordo com Agnello Bittencourt, "o comandante Raymundo Moraes foi uma das mais altas, cultas e dinâmicas mentalidades que têm honrado a Amazônia" [512].

Bittencourt relembra um episódio que ilustra o perfil introspectivo de Moraes:

> Certa vez, viajamos de Belém para o Rio de Janeiro em um dos navios do Lloyd. Nunca o vi, durante a viagem, a conversar com outros passageiros, como é hábito a bordo. Sempre lendo, parecia-me um introspectivo, concentrado no seu próprio mundo, na familiaridade de seus livros e de seus pensamentos[513].

Moraes teve poucas oportunidades na infância, estudando apenas até o ensino primário. Desde jovem, acompanhava seu pai no comando de embarcações, experiência que o levou a se tornar comandante de navio nos rios da região. Para isso, chegou a mentir sua idade, declarando ter 21 anos em vez de 18[514]. No entanto, sua educação formal limitada não o impediu de buscar conhecimento. Segundo Bittencourt:

> [...] durante muitos anos de vigília, preso à roda do leme e à bússola, também estudava nas folgas do ofício. Fazendo-se autodidata, alcançou uma cultura acadêmica, principalmente quanto às ciências naturais, como se pode constatar nas várias obras que publicou[515].

O aprendizado nos livros despertou nele o gosto pela escrita, o que possibilitou uma dupla jornada: comandante de embarcação e colunista. Escreveu crônicas, estudos e artigos políticos para diversos jornais, como A Província do Pará e O Estado do Pará, em Belém; Jornal do Commércio, em Manaus; e O Paiz, no Rio de Janeiro. Seus textos críticos ao governo do Pará entre 1920 e 1922 resultaram em represálias severas. Após

[512] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., p. 424
[513] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., p. 424
[514] Jornal do Commércio, de 14 de setembro de 1972.
[515] Jornal do Commércio, de 18 de agosto de 1968.

sofrer um atentado que quase lhe custou a vida[516], mudou-se para Manaus, onde permaneceu até 1931, quando retornou com sua família para Belém[517].

Ingressou no serviço público ainda em Belém, como inspetor do ensino médio[518], mas foi em Manaus que abandonou definitivamente o comando das embarcações ao ser nomeado diretor do Arquivo Público, Biblioteca e Imprensa Oficial e Numismática[519]. Sua primeira gestão teve início em 5 de dezembro de 1922 e durou até cerca de 1924, quando foi nomeado para a recém-criada Diretoria de Identificação e Estatística[520]. Sua segunda passagem na Repartição começou em 1º de janeiro de 1930, mas não há registros exatos de quando deixou o cargo. Sabe-se que, em 26 de outubro de 1930, já era tratado como ex-diretor e foi intimado pela Secretaria do Palácio do Governo a prestar contas de sua gestão[521]. Ao retornar para Belém, assumiu outros cargos públicos, incluindo a direção da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará[522].

A trajetória de Moraes é notável por si só: um jovem que iniciou a vida profissional navegando pelos rios, com pouca instrução formal, mas que, por meio do autodidatismo e do esforço intelectual, tornou-se um escritor reconhecido, colaborador da imprensa e ocupante de cargos de chefia em instituições públicas de dois estados. Seu ingresso tardio na literatura – começou a escrever aos 52 anos[523] – não impediu que se tornasse um dos intelectuais mais ilustres do Amazonas.

Foi autor de diversas obras, incluindo Traços a esmo (1908), uma seleção de artigos publicados em *A Província do Pará*; Notas dum jornalista (1924); Cartas da Floresta (1927); País das Pedras Verdes (1930), adotado nas escolas públicas do Pará; O meu dicionário das cousas da Amazônia (1931); Amphiteatro Amazônico (1936); Aluvião (1937); Igaraúnas (1938); O mirante do Baixo Amazonas (s./d.); Ressuscitados (1936); O homem do Pascoval (1939); Machado de Assis (1939); À Margem do livro de Agassiz (1939); Histórias silvestres do tempo em que animais e vegetais falavam na Amazônia (1939); Cosmorama (1940); e Um eleito das Graças. Sua obra mais relevante

[516] Jornal do Commércio, de 21 de agosto de1922.
[517] Jornal do Commércio, de 14 de setembro de 1972.
[518] Jornal do Commércio, de 18 de agosto de 1968.
[519] Jornal do Commércio, de 14 de setembro de 1972.
[520] Jornal do Commércio, de 25 de dezembro de 1924, p. 1.
[521] Não há confirmação da data de sua saída do cargo de diretor, mas a última menção encontrada está na notícia publicada no Jornal do Commércio, de 26 de outubro de 1930, informando que o ex-diretor da Repartição tinha sido intimado para prestar contas de sua gestão.
[522] LARÊDO, Salomão. Raymundo Moraes na planície do esquecimento. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2007. Curso de Mestrado em Letras., p. 16
[523] Jornal do Commércio, de 14 de setembro de 1972.

foi Na planície Amazônica (1926), premiada pela Academia Brasileira de Letras, publicada em várias línguas e adotada nas escolas públicas do Amazonas e do Pará[524].

Segundo Bittencourt[525], seus escritos refletiam suas experiências de vida, especialmente sua vivência como navegante, combinadas ao rigor de um intelectual apaixonado pela Amazônia. Assim, tornou-se um importante amazonólogo:

> [...] alcançou uma cultura acadêmica, principalmente quanto às ciências naturais, como se pode constatar nas várias obras que publicou. Tantas vezes, lendo suas páginas, tem-se a impressão de que ali está um naturalista a discorrer sobre assuntos pertinentes à geologia, à botânica, à etnologia[526].

Devido à sua expertise sobre a região, foi nomeado pelo governador do Amazonas para integrar a Comissão da Defesa da Borracha Silvestre[527]. Além disso, participou da reestruturação da Academia Paraense de Letras[528] e tornou-se membro da *Société des Americanistes de Paris*[529].

Jeronymo Ribeiro da Costa

Foi o 13º diretor da Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial por um curto período, entre setembro e dezembro de 1924, quando foi nomeado para a recém-criada Diretoria de Identificação e Estatística[530].

Nascido em 7 de agosto de 1881, na cidade cearense de Guaramiranga, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905. Faleceu em 22 de outubro de 1942. Filho de Joaquim Ribeiro da Costa e Maria Thomazia Ribeiro, casou-se com Esther Alves Ribeiro, com quem teve dois filhos: Fernando Ellis[531] e Helena[532].

A primeira referência à sua atuação na região amazônica data de 1905, quando foi contratado para prestar serviços médicos na guarnição de Óbidos, município do Pará[533]. No ano seguinte, foi nomeado médico do Sanatório Militar de Itacoatiara, no Amazonas, onde passou a residir e construir sua trajetória profissional[534]. Atuou como médico em

[524] Jornal do Commércio, de 14 de setembro de 1972
[525] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 424
[526] BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias..., 1973, p. 424
[527] Jornal do Commércio, de 16 de maio de 1929.
[528]LARÊDO, Salomão. Raymundo Moraes na planície do esquecimento.., 2007, p. 16
[529] Conforme faz constar em seus livros.
[530] 25 de dezembro de 1924
[531] Jornal do Comercio, de 22 de outubro de 1907, p. 2.
[532] Jornal do Comercio, de 24 de dezembro de 1911, p. 1.
[533] Jornal do Commércio de 30 de setembro de 1930, p. 1.
[534] Correio do Norte de 6 de abril de 1906, p. 1.

sua clínica particular[535] e ocupou cargos administrativos na área da saúde, sendo inspetor[536] e, posteriormente, diretor sanitário entre 1911 e 1912[537].

Sua carreira política teve início em 1910, quando assumiu o cargo de superintendente do município de Itacoatiara[538]. Não se sabe ao certo quando se mudou para Manaus, mas há registros de sua nomeação, em 29 de março de 1913, como médico legista da Chefatura de Polícia da capital amazonense[539].

Em 1917, retornou à política, sendo eleito intendente de Manaus[540] e, entre 1917 e 1919, ocupou a presidência da Intendência[541]. Em 1921, há relatos de que exercia a função de secretário da mesma instituição. Em 1919, candidatou-se ao cargo de superintendente de Manaus, com apoio do senador Silvério Nery, mas não obteve êxito[542]. Em 1924, deixou a Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial ao ser nomeado para a Diretoria de Identificação e Estatística[543], mas no mesmo ano foi eleito deputado estadual do Amazonas, exercendo o mandato até 1929, quando retornou à direção da Identificação e Estatística[544].

Aloysio de Carvalho Filho

Foi o 14º diretor do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial, exercendo o cargo entre dezembro de 1924 e novembro de 1925, durante a intervenção federal no governo de Alfredo Sá.

Nascido em Salvador em 3 de março de 1901, faleceu na mesma cidade em 28 de fevereiro de 1970. Foi jurista, promotor público, professor, jornalista, escritor e político, tendo exercido os mandatos de deputado federal e senador, ambos pela Bahia.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1921[545]. Sua habilidade com a escrita levou-o ao jornalismo, trabalhando no *Diário da Bahia* entre 1921 e 1923.

[535] Jornal do Commércio de1 de abril de 1909, p. 3
[536] Jornal do Commércio de 24 de novembro de 1911, p. 2.
[537] Jornal do Commércio de26 de outubro de 1912, p. 2.
[538] Jornal do Commércio de 8 de dezembro de 1910, p.1.
[539] Relatório do governador de 1914, p. 16.
[540] Relatório do governador de 1917.
[541] Jornal do comercio de 23 de janeiro
[542] Jornal do Commércio de 3 de dezembro de 1919
[543] Mensagem do governador, 25 de dezembro de 1924
[544] Mensagem do governador, em 1930
[545] PRADO, Daniel Nicory do. Aloysio de Carvalho Filho: Pioneiro nos estudos sobre "Direito e Literatura" no Brasil? Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, Florianópolis, p. 996-1012, 2008, p. 101.

No mesmo período, atuou como promotor público interino na capital baiana[546][547]. Após seu período em Manaus, entre 1924 e 1926, retornou a Salvador, tornando-se professor da Faculdade de Direito da Bahia, onde exerceu o cargo de diretor entre 1939 e 1945[548].

Entre 1928 e 1930, ocupou os cargos de oficial de gabinete do governador baiano Vital Soares[549] e de subprocurador da Bahia[550]. A partir de 1934, ingressou definitivamente na política, sendo eleito deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte[551]. Posteriormente, exerceu o cargo de senador entre 1946 e 1970, acumulando três mandatos consecutivos[552].

No campo da produção intelectual, destacou-se como estudioso e escritor, publicando diversos trabalhos sobre Direito e Literatura[553]. Ao retornar à Bahia, passou a proferir palestras[554] e a escrever sobre o Amazonas[555]. Foi membro de diversas instituições acadêmicas e intelectuais, incluindo a Academia de Letras da Bahia e, como membro correspondente, a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia[556]. Também participou de associações ligadas ao Direito e ao Jornalismo, como o Instituto Brasileiro de Direito Público, o Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia, o Conselho da Ordem dos Advogados e a Associação Baiana de Imprensa[557].

Álvaro Botelho Maia

Foi o 15º diretor efetivo da Diretoria de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial, exercendo o cargo por um curto período, entre janeiro[558] e março de 1926[559]. Advogado, servidor público, professor, escritor, jornalista e político, destacou-se na história do

[546] Jornal do Commércio de19 de maio de 1923.
[547] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia – Aloysio de Carvalho Filho. On-line.
[548] PRADO, Daniel Nicory do. Aloysio de Carvalho Filho: Pioneiro nos estudos sobre "Direito...,2008, p. 101.
[549]CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia – Aloysio de Carvalho Filho.
[550] Jornal do Commércio de 5 de dezembro de 1936.
[551] Deputado Federal constituinte em 1933. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia – Aloysio de Carvalho Filho. On-line.
[552] Com três mandatos: 1946 a 1955, 1960 a 1967, e 1967 a 1970. In: *Idem*.
[553] *Idem*, 2008, p. 102.
[554] Jornal do Commércio de 26 de novembro de 1926
[555] Jornal do Commércio de 25 de maio de 1977.
[556] Jornal do Commércio de 31 de dezembro de 1967.
[557] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia – Aloysio de Carvalho Filho. On-line.
[558] Jornal do Commércio, de 02 de janeiro de 1926. A posse do governador Ephigênio Pereira de Salles, no dia 1 de janeiro de 1926, assim como a nomeação de Álvaro Maia, como diretor da Repartição.
[559] Notícia no Jornal do Commércio, de 07 de março de 1926, da exoneração a pedido, de Álvaro Maia, de diretor da Repartição.

Amazonas, tendo sido governador do Amazonas e exercido diversos mandatos como senador e deputado federal[560].

Nascido em 19 de fevereiro de 1893, no município de Humaitá (AM), faleceu em Manaus (AM) em 4 de maio de 1969. Proveniente de uma família de seringalistas, iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Direito de Recife, em 1913, concluindo-os em 1917 na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro[561].

Iniciou sua carreira no serviço público em 1917, quando foi nomeado procurador da República interino na seção do Amazonas[562]. No ano seguinte, assumiu o cargo de auditor da força policial do estado. Entre 1920 e 1921, atuou como secretário da Superintendência do Território Federal de Guaporé (atual Rondônia) e, em 1922, integrou a Comissão de Propaganda e Organização do Centenário da Independência do Pará. Entre 1922 e 1924, foi coordenador de relatórios da Comissão de Saneamento Rural do Amazonas. Em 1925, tornou-se secretário da Superintendência Municipal de Manaus e iniciou sua trajetória no magistério como professor interino do Ginásio Amazonense, lecionando a disciplina de Moral e Cívica[563].

Nomeado diretor da Repartição de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial em janeiro de 1926, permaneceu no cargo por breve período, solicitando exoneração para assumir um cargo efetivo no Ginásio Amazonense[564], onde permaneceu até ingressar integralmente na vida política, em 1930. Há registros de que, ainda em 1926, aceitou convite para lecionar a cadeira de Direito Penal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus[565] e, em 1929, integrou o Comitê para a Defesa da Borracha Silvestre[566].

Seu envolvimento na política começou cedo: candidatou-se a deputado federal em 1918, mas não foi eleito. Em 1930, foi nomeado por Getúlio Vargas como governador interventor do Amazonas, cargo que ocupou até 1931, quando pediu exoneração devido a desentendimentos com o governo federal. Em 1934, tomou posse na Assembleia Nacional Constituinte como deputado federal pelo Amazonas e, no ano seguinte, foi eleito senador, mas optou por assumir o governo do estado, eleito indiretamente pela

[560] FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line.
[561] FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line.
[562] A Capital de 1 de dezembro de 1917.
[563] FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line.
[564] *Idem*.
[565] O Acadêmico, de 10 de novembro de 1926.
[566] Jornal do Commércio de 17 de maio de 1919.

Assembleia Legislativa, permanecendo no cargo até 1937. No mesmo ano, foi novamente nomeado governador interventor por Vargas, posição que manteve até 1945[567].

Eleito senador pelo Amazonas, exerceu o mandato entre 1946 e 1951. No mesmo ano, foi eleito governador do estado pela terceira vez, permanecendo no cargo até 1954. Deixou o governo para disputar uma vaga no Senado, mas não obteve sucesso, repetindo-se a derrota nas eleições de 1958 e 1962. Sua última atuação política ocorreu em 1967, quando foi eleito senador pelo Amazonas, permanecendo no cargo até sua morte, em 1969[568].

Além da trajetória política, teve uma carreira expressiva no jornalismo, iniciada ainda na juventude como colaborador dos jornais *Jornal do Comércio*, *A Aura* e *O Libertador*, todos de circulação local. Durante seus estudos em Recife, escreveu para os periódicos *Vaticano* e *Radical*. De volta a Manaus, em 1917, fundou o jornal *A Imprensa* e tornou-se redator da Assembleia Legislativa. No ano seguinte, assumiu as funções de consultor jurídico e redator da *Revista da Associação Comercial do Amazonas*[569].

Como intelectual e escritor, destacou-se como conferencista, ensaísta, romancista e, sobretudo, poeta. Em 1925, foi eleito "Príncipe dos Poetas Amazonenses" em um concurso promovido pela *Revista Redenção*. Também foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras[570].

João Baptista de Faria e Souza

Foi o 16º diretor da Repartição de Arquivo, Biblioteca e Imprensa Oficial, exercendo o cargo entre 1926[571] e 1928[572]. Coronel da Guarda Nacional, era por vezes referido como "Dr.", embora não haja informações precisas sobre sua formação acadêmica. Sua origem e data de nascimento são desconhecidas, mas sabe-se que faleceu em Manaus em 9 de maio de 1930.

No serviço público, suas primeiras aparições documentadas remontam a 1887, quando solicitou exoneração do cargo de guarda-mobília do Palácio do Governo[573]. Em

[567]FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line .
[568]FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line .
[569]FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line .
[570] *Idem*.
[571] Notícia no Jornal do Commércio, de 10 de março de 1926, da nomeação de João Baptista de Faria e Souza como diretor da Repartição.
[572] Não há confirmação da data de sua saída do cargo de diretor, mas a última menção encontrada está na Mensagem do governador, de 14 de julho de 1928, o governador, Ephigênio Pereira de Salles, informando que João Baptista de Faria e Souza, ainda estava na direção da Repartição, mas encontrava-se afastado, estando em seu lugar Jose Chevalier Carneiro de Almeida.
[573] Jornal do Amazonas de 8 de março de 1887.

1901, foi exonerado da Alfândega de Manaus[574], sendo posteriormente reconduzido ao serviço público em 1902, assumindo o cargo de escrivão da Recebedoria do Tesouro Público do Amazonas[575]. Há registros que indicam que ele já exercia essa função desde o ano anterior[576], conforme algumas reclamações publicadas na imprensa sobre sua atuação como administrador e fiscal da Recebedoria no Porto de Manaus[577], permanecendo na repartição até 1924[578].

Enquanto jornalista, dirigiu por anos o Jornal Amazonas e foi um dos representantes do Amazonas na Revista do Brasil, dirigida por Monteiro Lobato[579]. Representou o estado em diversos eventos nacionais, como as comemorações do Centenário da Imprensa no Brasil (1907) [580], no Rio de Janeiro, onde esteve ao lado de Bento Aranha como representante do Jornal Amazonas. Também organizou o Catálogo de Imprensa do Amazonas (1908) [581]. Participou ainda da comissão da Exposição Nacional (1908), que celebrou o Centenário da Abertura dos Portos[582], do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (1910) [583] e do Primeiro Congresso Nacional de História (1913), promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil[584].

No Amazonas, esteve envolvido no Comitê Pró-Defesa da Borracha Silvestre (1928-1930), que promovia atividades para valorizar a borracha amazônica[585]. Durante sua gestão na Direção de Arquivo Público, Biblioteca Pública e Imprensa Oficial, foi encarregado pelo governador de organizar o Museu Mostruário de Produtos do Amazonas, sendo nomeado diretor da instituição logo em seguida[586].

Participou ativamente de círculos intelectuais, sendo membro e delegado do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde integrou a Comissão de Arqueologia, Etnografia, Antropologia e Numismática. Também foi sócio correspondente do Instituto

[574] Jornal do Brasil (RJ) de 23 de fevereiro de 1901, p.3
[575] Jornal do Brasil (RJ) de 28 de janeiro de 1902, p.2
[576] Mensagem do governador de 1902, informando que a Coletoria de Santo Antônio de Içá foi instalada em 13 de fevereiro de 1901, por dele, como escrivão adido da recebedoria em oficio n 48 de 6 de fevereiro de 1901
[577] O Correio do Norte de 31 de março de 1906.
[578] Há várias notícias entre 1902 e 1924 de que ele passou por diversos setores da Repartição do tesouro público, inclusive, no Jornal do Commércio de 29 de outubro de 1924, como diretor da Recebedoria.
[579] Revista do Brasil. n° 48, ano IV, Vol. XII – dezembro de 1919, p. 2.
[580] Jornal do Commércio de 22 de setembro
[581] Jornal do Commércio de 9 de abril de 1978
[582] Jornal do Commércio de 10 de julho
[583] Anais do Congresso, 1910.
[584] Jornal do Commércio de 23 de julho
[585] Jornal do Commércio de 14 de junho de 1919.
[586] Jornal do Commércio de 1 de janeiro de 1928.

Histórico do Ceará[587] e membro da Associação de Imprensa do Amazonas[588]. Seu reconhecimento como pesquisador foi registrado por Agnello Bittencourt, que, em seu discurso de posse na Academia Amazonense de Letras, destacou sua contribuição para a historiografia do Amazonas[589], mencionando sua participação na organização de uma exposição sobre o Imperador Pedro II na Universidade Livre de Manaus, em 1925, com acervo cedido por ele[590].

José Chevalier Carneiro de Almeida

Foi o 17º diretor da Repartição de Arquivo Público, Biblioteca Pública e Imprensa Oficial. Destacou-se por ser o único diretor oriundo da própria Repartição, embora não se saiba ao certo quando ingressou na instituição. Em 1914, foi nomeado chefe da Seção da Biblioteca Pública[591] e, anos depois, exerceu a função de diretor interino entre julho de 1928[592] e julho de 1929[593], assumindo o cargo de forma efetiva entre julho de 1929[594] e janeiro de 1930, quando pediu exoneração da diretoria[595], logo em seguida, solicitou licença da Repartição[596].

Nascido em Penedo (AL) em 5 de setembro de 1882, faleceu em 1940, no Rio de Janeiro[597]. Chegou a Manaus em 1902, aos 20 anos[598], e formou-se em Direito pela

[587] Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará - IHGAC, fundado em 1887. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: IHGAC, 1922, p. 411.
[588] ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1925, p. 52.
[589] BITTENCOURT, Agnello Uchôa. Discurso de Posse na Academia Amazonense de Letras, 1997. On-line. Disponível em http://www.portalentretextos.com.br/colunas/recontando-estorias-do-dominio-publico/ex-governador-eduardo-braga-implantou-nucleo-de-conservacao-e-sustentabilidade-no-interior-do-amazon,236,5223.html. Acessado em: 10/6/2023.
[590] Jornal do Commércio de 29 de novembro
[591] Jornal do Comercio, de 5 de novembro de 1914, p.1.
[592]Mensagem do governador, de 14 de julho de 1928, o governador, Ephigênio Pereira de Salles, informando que João Baptista de Faria e Souza, ainda estava na direção da Repartição, mas encontrava-se afastado, estando em seu lugar Jose Chevalier Carneiro de Almeida.
[593]Não foi encontrado qualquer informação do final do cargo de diretor interino, todavia, diante da informação do então governador, em mensagem de 14 de julho de 19129, informando que o ex-diretor da repartição, João Baptista de Faria e Souza, tinha sido nomeado para o Museu e Numismática, acredita-se que o Jose Chevalier Carneiro de Almeida, encontrava-se como diretor efetivo.
[594]Não há a confirmação da data de nomeação ao cargo de diretor, mas na mensagem do governador de 14 de julho de 1929, o governador, Ephigênio Pereira de Salles, informa que Jose Chevalier Carneiro de Almeida, estava na direção da Repartição, e não apenas de diretor interino, assim como o ex-diretor, João Baptista de Faria e Souza, estava como diretor do Museu e Numismática.
[595]Notícia publicada no Jornal do Commércio, de 02/01/1930, informando que Jose Chevalier Carneiro de Almeida foi exonerado a pedido da direção da Repartição.
[596] Jornal do Comercio, de 3 de janeiro de 1930, p. 1.
[597] BLOG DO ROCHA. Dr. Jose Chevalier Carneiro de Almeida: o cidadão do bem. Publicado em 2/03/2023. On-line.
[598] *Item.*

Universidade Livre de Manaus em 1914[599]. Além de sua atuação na administração pública, foi professor, jornalista e poeta. Como docente, lecionou em diversas instituições de ensino de Manaus, incluindo o Ginásio Amazonense Pedro II, o Dom Bosco e o Sólon de Lucena. Também foi proprietário do Colégio Universitário[600], que mais tarde passou a se chamar Instituto Universitário Amazonense[601].

Na esfera pública, iniciou sua carreira como amanuense da Casa de Detenção, sendo transferido para a Chefatura de Polícia em 1908[602], onde exerceu o cargo de oficial interino[603]. Após deixar a Repartição do Arquivo Público, Biblioteca Pública e Imprensa Oficial, assumiu, em 1933, o cargo de primeiro suplente de Juiz de Direito da Segunda Vara de Manaus[604]. Em 1939, ainda exercia as funções de bibliotecário e professor do Ginásio Amazonense[605].

Sobre sua atuação na Biblioteca Pública, o intelectual Genesino Braga registrou:

> [...] foi o primeiro bibliotecário que exerceu o cargo com exata noção de sua importância no seio da comunidade. Nele permaneceu durante mais de vinte anos, operoso e eficiente, revelando-se o mais dedicado e o mais erudito dos bibliotecários que por ali passaram. Dera ao desempenho da função a austereza de um sacerdócio, mantendo sempre acesa uma envolvente paixão pela bibliofilia[606].

Ativo no meio intelectual da época, participou da fundação da Academia Amazonense de Letras, sendo um colaborador assíduo da revista da instituição. Também foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde integrou a Comissão de Filologia[607].

---

[599] *Item.*
[600] Correio do Norte, de 21 de setembro de 1910, p. 1.
[601] Blog do Francisco Ramos – Itacoatiara história e cantigas. Cadeira 20: trajetórias dos imortais. Publicado em 15/08 2022. On-line.
[602] Jornal do Comercio, de 18 de setembro de 1908, p. 1.
[603] Jornal do Comercio, de 16 de setembro de 1909, p. 1.
[604] Jornal do Comercio, de 13 de fevereiro de 1933, p. 1.
[605] Mensagem do governador de 1939, p. 260.
[606] BRAGA, Genesino. Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas. Série Conselho Nacional de Pesquisas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. 1ª ed. Manaus: Editora Belém, 1957, p. 53.
[607] Blog do Rocha. Dr. Jose Chevalier Carneiro de Almeida: o cidadão do bem. Publicado em 2/03/2023. On-line.

3.3.2. A relação entre intelectuais e políticos na direção do Arquivo

A trajetória dos diretores da Repartição, a qual estava vinculado o Arquivo Público revela um padrão recorrente na escolha dos ocupantes desse cargo: a presença de figuras de grande relevância social, intelectual e política no cenário amazonense. Muitos desses diretores, além de desempenharem papéis fundamentais na administração pública, mantiveram carreiras ativas em diversas áreas, consolidando-se como membros influentes da elite intelectual e política do período.

Diversos diretores seguiram carreira no serviço público, assumindo cargos de importância após sua passagem pela Repartição. Jeronymo Ribeiro da Costa, por exemplo, dirigiu a Repartição até 1924 e posteriormente assumiu a Diretoria de Identificação e Estatística. Benjamin Malcher de Souza, por sua vez, foi nomeado inspetor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus em 1921 e, mais tarde, em 1932, tornou-se inspetor federal do Serviço de Proteção ao Índio. Alguns ex-diretores expandiram suas trajetórias para outros estados, como Benjamin Franklin de Araújo Lima, que foi convidado pelo governo Vargas para dirigir o Curso Prático de Teatro, e Raymundo Moraes, que assumiu a direção da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará.

Além do serviço público, muitos diretores tiveram forte inserção no campo político. Jeronymo Ribeiro da Costa e Mário José da Silva Nery tornaram-se deputados estaduais do Amazonas. Aloysio de Carvalho Filho, após retornar a Salvador, elegeu-se deputado e posteriormente senador federal pela Bahia. Já Álvaro Botelho Maia destacou-se no cenário político, não somente local, mas nacionalmente, permanecendo ativo de 1930 até sua morte em 1969. A inserção política desses diretores evidencia a estreita relação entre a administração da Repartição e a influência política da época, reforçando a tese de que a nomeação para o cargo não se restringia apenas a critérios técnicos, mas também a articulações e prestígio político.

Outro aspecto marcante na trajetória desses diretores foi sua participação em instituições culturais e acadêmicas. Muitos deles eram membros permanentes da Academia Amazonense de Letras, como Álvaro Botelho Maia, Raymundo Moraes e José Chevalier Carneiro de Almeida, que não apenas integraram seus quadros, mas também contribuíram ativamente para a produção literária e intelectual da instituição. Raymundo Moraes, por exemplo, foi um dos escritores mais reconhecidos de sua geração, com obras que receberam destaque nacional e internacional. Álvaro Botelho Maia, além de

acadêmico, teve uma carreira política de grande relevância, demonstrando a interseção entre o mundo intelectual e a esfera pública.

No Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, destacam-se figuras como Jeronymo Ribeiro da Costa, Mário José da Silva Nery e Bento Aranha. Esses diretores participaram ativamente das discussões e publicações promovidas pelo IGHA, contribuindo para a documentação e preservação da história do Amazonas. O IGHA funcionava como um espaço de articulação entre intelectuais e políticos, refletindo a importância da historiografia regional na formação da identidade amazonense.

Além das instituições locais, alguns diretores também foram membros de entidades nacionais e internacionais. Raymundo Moraes, por exemplo, fazia parte da *Société des Americanistes de Paris*, um dos mais prestigiados círculos acadêmicos voltados ao estudo das culturas indígenas das Américas. Essa participação reforça o reconhecimento internacional de alguns desses intelectuais e demonstra a abrangência de suas pesquisas e produções.

A presença desses diretores em instituições culturais e acadêmicas evidencia que a escolha para a liderança da Repartição não era meramente administrativa, mas envolvia critérios que valorizavam a relevância social e intelectual dos indicados.

A atuação no jornalismo foi outra característica comum entre os diretores. Pelo menos oito deles exerceram essa profissão, ocupando funções como colunistas, correspondentes, redatores e diretores de jornais. Essa participação na imprensa não se restringia apenas a Manaus, mas se estendia a outras capitais, como Belém e o Rio de Janeiro. Bento Aranha merece destaque nesse contexto, pois foi responsável pela criação da Revista do Arquivo do Amazonas em 1906, antes mesmo de assumir a direção da Repartição.

Além de suas atividades administrativas e intelectuais, os diretores eram frequentemente designados para compor comissões de grande relevância, que abrangiam questões políticas, econômicas e acadêmicas. Entre os exemplos estão a Comissão de Limites com o Estado do Pará, a Comissão de Saneamento Rural do Amazonas, a Comissão de Defesa da Borracha Silvestre e a seção amazônica do Museu do Comércio no Rio de Janeiro. Essas nomeações demonstram a confiança dos governadores nessas figuras e a relevância estratégica de sua atuação para os interesses do estado.

Os diretores também desempenhavam papéis importantes em associações de caráter social. Muitos eram membros de lojas maçônicas, clubes de tiro e associações beneficentes, como a Santa Casa de Misericórdia. A participação na Sociedade

Emancipadora do Amazonas, que lutava pelo fim da escravidão ainda no período monárquico, ilustra o engajamento social de algumas dessas personalidades.

No que se refere à gestão da Repartição, a nomeação desses intelectuais e políticos visava garantir a administração de pessoas capazes de realizar boas gestões, ao menos em tese. Entretanto, a eficácia dessas administrações era frequentemente comprometida pelo curto período que muitos diretores permaneciam no cargo e pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado. Ainda assim, a escolha de indivíduos com experiência no serviço público e engajamento social demonstra um esforço dos governadores em manter a Repartição sob liderança qualificada.

Dentre os diretores que tiveram maior proximidade com a preservação do patrimônio documental, destacam-se Henrique de Souza Rubim e Bento Aranha. O primeiro já havia exercido funções arquivísticas antes de assumir a direção da Repartição, embora isso não tenha sido amplamente referenciado durante sua gestão. Já Bento Aranha demonstrou forte atuação na gestão e preservação documental, sendo fundamental para a criação da Revista do Archivo Público do Amazonas.

Bento Aranha se destacou entre os diretores da Repartição não apenas por sua atuação administrativa, mas principalmente por seu compromisso com a preservação e a difusão do patrimônio documental. Sua maior contribuição nesse sentido foi a criação da *Revista do Archivo Público do Amazonas*, um marco na disseminação do conhecimento sobre o acervo arquivístico da instituição. A revista não só ampliou o acesso às informações contidas nos documentos sob a guarda do Arquivo, como também reforçou a importância da preservação da memória institucional do Amazonas.

Bento Aranha incorporou à sua trajetória um olhar atento à organização e à valorização dos documentos históricos, além de sua produção intelectual e envolvimento com o jornalismo, contribuiu diretamente para estruturar a revista do Arquivo público, que serviu como um dos instrumentos de divulgação e valorização do patrimônio documental do Amazonas, assim como consolidação de narrativas históricas.

Dessa forma, ainda que não se possa afirmar categoricamente que a passagem pelo cargo de diretor da Repartição não fosse um trampolim direto para posições mais altas na administração pública, ou que não foi determinante para o sucesso posterior de alguns diretores a Repartição, seu comando foi frequentemente atribuído à personalidades com trânsito entre a política e a intelectualidade, sendo inegável que sua escolha refletia muito mais a um critério de prestígio social do que técnico.

***

CAPÍTULO 4

O ARQUIVO PÚBLICO E OS ARQUIVOS SETORIAIS NA GESTÃO DOCUMENTAL ESTADUAL

Compreender as práticas da gestão documental realizada dentro da administração pública na Primeira República exige um esforço metodológico adicional, uma vez que os fundamentos arquivísticos ainda estavam em fase de consolidação no início do século XX. Como já discutido na introdução desta tese, havia uma escassez de trabalhos teóricos e metodológicos que tratassem especificamente da gestão documental naquele contexto. O debate arquivístico da época se concentrava majoritariamente na organização e descrição de documentos históricos, e as práticas documentais na administração pública eram pouco sistematizadas, e o conhecimento sobre arquivos muitas vezes se limitava a abordagens empíricas e normativas fundadas no cotidiano. No Brasil, essa realidade era ainda mais acentuada, com a gestão documental estava fortemente influenciada pela burocracia estatal e sem um arcabouço teórico consolidado.

Nesse sentido, para viabilizar a análise das práticas documentais através de um modelo mais estruturado da administração pública do Amazonas durante a Primeira República, os princípios de Schellenberg oferecem um suporte metodológico coerente, permitindo compreender a função dos documentos em diferentes estágios de tramitação e preservação. Contudo, é importante destacar que a adoção desse referencial não busca estabelecer comparações diretas entre contextos históricos distintos, evitando, assim, um anacronismo. Em vez disso, seu propósito é fornecer um arcabouço analítico que possibilite uma interpretação mais sistemática das práticas documentais identificadas, evidenciando sua relevância para a dinâmica administrativa da época.

Após refletir nos capítulos anteriores um pouco mais estrutura da administração pública do Amazonas durante a Primeira República, principalmente, levando em conta o cenário econômico e político da época. Nesse contexto, a gestão do patrimônio documental nas repartições públicas e no Arquivo Público — que se encontrava em uma repartição que abrigava diversas seções de naturezas distintas — surge como um elemento essencial para entender como se dava o tratamento dos documentos e como isso refletia a dinâmica administrativa da época. Dessa maneira, torna-se viável reunir refletir especificamente sobre a gestão cotidiana dos arquivos setoriais e o papel fundamental do

Arquivo Público, assim como o trabalho dos profissionais que atuavam nesses espaços, com destaque para os arquivistas.

No entanto, antes de avançar na análise dessa estrutura, é importante ressaltar um aspecto fundamental que emergiu ao longo da pesquisa: a escassez de estudos sobre essa temática. A revisão bibliográfica revelou que tanto na Arquivologia quanto na História, a pesquisa sobre instituições arquivísticas, acervos e práticas de arquivamento — bem como sobre a história da administração pública — ainda são áreas pouco exploradas. Embora a escassez de estudos sobre arquivos públicos estaduais já seja uma realidade em todo o Brasil, essa lacuna se intensifica quando o recorte temporal se limita à Primeira República. Os estudos sobre a gestão dos documentos nos arquivos setoriais dos estados durante esse período são ainda mais raros, refletindo uma sub-representação da importância desses arquivos na configuração da memória e da administração pública da época.

Diante desse panorama, o objetivo deste capítulo final é oferecer uma compreensão aprofundada da estrutura de gestão e preservação do patrimônio documental no Amazonas durante a Primeira República. A análise foca, especialmente, na rede administrativa formada dentro da administração pública e, de maneira particular, no papel do Arquivo Público, assim como dos arquivistas identificados na época.

É necessário, entretanto, destacar que, apesar de os instrumentos de gestão documental da época não conseguirem executar plenamente seus objetivos — devido a diversos fatores, como a falta de recursos e capacitação —, esses mecanismos ainda foram fundamentais para a instrumentalização da política pública. Eles serviram como base para aqueles que estavam à frente da administração pública, ajudando a materializar suas ideologias e projetos, seja nas esferas administrativas ou na construção de uma narrativa histórica e memória social.

Por isso, mesmo com as limitações impostas pela estrutura administrativa da época, é possível perceber que a gestão de documentos e a preservação do patrimônio documental eram componentes essenciais para o funcionamento das políticas públicas e para a perpetuação da história e memória do Amazonas na Primeira República. A falta de estudos sobre esse período revela uma oportunidade importante de aprofundamento da pesquisa, não apenas na área da Arquivologia, mas também na História, para que possamos melhor compreender como as práticas de arquivamento ajudaram a moldar a história política e administrativa da região.

4.1. O Arquivo Público como instrumento de preservação e difusão do patrimônio documental

> O Arquivo Público, que é o depósito dos documentos de todas as repartições, o repositório de dados para a história do Estado, também não tem sido encarado no seu verdadeiro valor. Não é possível, porém, tudo fazer de uma só vez. E, logo que o tempo permita, será bom organizar essa secção de tal sorte que se possa consultar qualquer documento ali existente, com a maior presteza imaginável. Só nesse dia, me parece, o Arquivo estará correspondendo francamente aos fins para que foi criado.[608]

O Arquivo Público, enquanto depósito dos documentos de todas as repartições e repositório dos dados do Estado, ainda não tem sido tratado de acordo com sua verdadeira importância. No entanto, como é sabido, não é possível implementar todas as mudanças de uma vez. Assim, o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em sua mensagem lida perante o Congresso amazonense durante a abertura da terceira sessão da sexta legislatura, em 10 de julho de 1909, reconhece que, quando o tempo permitir, será crucial organizar o Arquivo de forma a possibilitar o acesso a qualquer documento ali presente com a máxima agilidade. Somente nesse momento, segundo o governador, o Arquivo corresponderá plenamente aos objetivos para os quais foi criado.

Essa citação revela um entendimento multifacetado sobre o papel do Arquivo Público do Amazonas na época. Por um lado, ele é visto como um depósito burocrático, destinado a armazenar os documentos das repartições públicas, o que reflete sua função administrativa básica. Por outro lado, é identificado como um "repositório de dados para a história do Estado", sugerindo uma função mais complexa e voltada para a preservação da memória e da história do Amazonas. Esse segundo aspecto implica que o Arquivo não deveria ser apenas um local de guarda de documentos administrativos, mas também um espaço voltado à patrimonialização e à preservação do acervo documental, com o objetivo de resguardar o legado histórico e cultural do Estado e da sociedade amazonense.

É importante destacar que essa visão mais ampla do Arquivo Público não estava presente em 1897, no momento de sua criação. Tanto no texto de fundação quanto nas falas dos governantes e administradores da época, não se fazia referência ao Arquivo como uma instituição voltada à história e à memória do Estado. O conceito de preservação histórica foi se moldando ao longo do tempo, à medida que se reconhecia a importância

[608] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Fundo: Mensagem dos governadores. Mensagem do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, lida perante o Congresso dos Representantes em 10 de julho de 1909. p. 31-32.

do Arquivo não apenas para a administração pública, mas também para a construção e a perpetuação da identidade social e cultural do Amazonas.

O governador Bittencourt, ao afirmar que o Arquivo não estava sendo tratado com "seu verdadeiro valor", reconhece implicitamente que o potencial da instituição ainda não foi totalmente alcançado. A fala indica que, embora o Arquivo já tivesse uma função reconhecida, essa função não estava sendo plenamente exercida. A proposta de sua organização, para permitir acesso rápido e eficaz aos documentos, reflete uma visão mais moderna e eficiente do Arquivo, que se distanciaria da ideia de um simples armazém de papéis e se aproximaria de um centro ativo de gestão e preservação documental.

Esse reconhecimento de uma falha na gestão do Arquivo Público abre espaço para uma reflexão mais profunda: qual seria o verdadeiro papel do Arquivo Público do Amazonas, não apenas como uma instituição administrativa, mas também como um guardião da memória coletiva e histórica do Estado? Além de preservar a documentação oficial, como ele poderia contribuir para a constituição e afirmação da identidade do povo amazonense? O Arquivo Público, se bem estruturado e devidamente reconhecido, teria o potencial de ser uma ferramenta poderosa para a construção da memória pública, uma vez que guarda não apenas os documentos administrativos, mas também os registros de uma sociedade em constante transformação.

Portanto, a fala do governador em 1909 aponta para um dilema que permanece relevante até hoje: o Arquivo Público é, ao mesmo tempo, um instrumento de gestão administrativa e um repositório de memória histórica. Como equilibrar essas duas funções e garantir que o Arquivo atenda adequadamente a ambos os papéis? Essa questão continua a ser central para o debate sobre a gestão do patrimônio documental e a preservação da memória institucional e social.

Meses após a criação do Arquivo Público do Amazonas, o então diretor Manoel Francisco da Cunha Junior, em seu relatório de 1898, procurou justificar a importância de um Arquivo Público organizada. Ele inicia sua argumentação mencionando o significado etimológico da palavra "arquivo", definindo-a como um "depósito de documentos sobre determinados ou diferentes fatos". Essa definição, no entanto, vai além da mera descrição funcional, pois, segundo Cunha Junior, é através desses documentos que se conhece, de forma autêntica, "as tradições, o passado, as glórias de um povo, de uma geração, de um governo, de uma instituição política"[609].

[609] *Idem*, p. 1-5.

A reflexão do diretor sobre o valor do Arquivo Público não se limita a uma explicação técnica sobre a guarda de documentos. Ele destaca o papel fundamental dos arquivos como fontes de preservação da história e da memória de um povo, argumentando que sem uma instituição organizada para o armazenamento e cuidado de seus documentos, um país pode se ver desprovido de registros cruciais sobre sua trajetória. Cunha Junior ilustra sua argumentação com exemplos históricos de países considerados "civilizados", como a França, que, em períodos passados, perdeu uma parte significativa de sua memória histórica devido à falta de uma organização eficiente de seus arquivos. Ele menciona que os antigos imperadores romanos e reis franceses, assim como os monarcas alemães, mantinham arquivos ambulantes, ou seja, documentos que os acompanhavam durante suas viagens, o que resultou em perdas irreparáveis de registros importantes para a história administrativa e política da França.

Esse exemplo é reforçado pela comparação com outros países europeus, como a Inglaterra e Portugal, que possuíam arquivos reconhecidos internacionalmente pela riqueza e autenticidade de seus documentos. Por exemplo, o Arquivo da Inglaterra foi citado como um exemplo de organização e preservação documental, com documentos que não apenas enriquecem a história inglesa, mas também têm impacto em outros países da velha Europa. De forma similar, Cunha Junior faz referência à famosa Torre do Tombo, em Portugal, considerada um "depósito sublime dos mais autênticos documentos dos seus feitos gloriosos e de suas possessões". Ele enfatiza que foi graças à documentação armazenada nesse arquivo que o Brasil conseguiu legitimar a posse da Ilha de Trindade diante das autoridades inglesas, sublinhando a importância de uma gestão dos documentos bem estruturada não apenas para a preservação da memória histórica, mas também para questões diplomáticas e de soberania nacional.

A análise de Cunha Junior é reveladora ao destacar como a gestão eficiente dos arquivos pode desempenhar um papel decisivo na formação da identidade nacional e na diplomacia entre países. Ao citar exemplos de outras nações, ele não apenas justifica a criação e a organização do Arquivo Público no Amazonas, mas também apela para um senso de urgência e importância na preservação da história local, destacando que, sem os arquivos organizados, uma sociedade corre o risco de perder parte de sua memória e, consequentemente, sua identidade e posição no cenário internacional.

O discurso de Cunha Junior nos convida a refletir sobre o papel do Arquivo Público como uma instituição não apenas burocrática, mas como um guardião da história e da memória, essencial para a formação e preservação de uma identidade coletiva, para

a transparência administrativa e para o fortalecimento da soberania de um país. Ele também nos lembra que a ausência de uma gestão adequada dos documentos históricos pode resultar na perda irreparável de dados cruciais para a construção de uma narrativa sobre o passado, comprometendo a memória de um povo e o reconhecimento de sua história no contexto global[610].

No Brasil, o diretor do Arquivo Público do Amazonas destaca o exemplo do Arquivo Público Nacional, que ainda não estaria devidamente organizado. Ele enfatiza a importância do papel dos Estados, sugerindo que estes enviassem documentos para contribuir com o acervo nacional, a fim de "avolumar os dados de que até o presente dispõem". Essa chamada à colaboração entre os Estados reflete a ideia de que a preservação e organização dos documentos públicos é uma responsabilidade compartilhada, fundamental para o fortalecimento da memória histórica nacional.

A exemplificação continua com a menção aos arquivos públicos estaduais da época, destacando positivamente o Arquivo Público de São Paulo, que já oferecia bons serviços, incluindo a publicação de volumes de documentos e sua distribuição entre os Estados. Ele ressalta que o Arquivo Público do Amazonas, na época, possuía "apenas cinco volumes", com a expectativa de completar em breve a coleção de tais publicações. Esse aspecto da publicação de volumes revela um ponto interessante sobre a funcionalidade dos arquivos: além de preservar documentos, eles também desempenham um papel ativo na disseminação de informações e no acesso público a registros históricos. Essas publicações, que incluíam inventários e outros instrumentos com informações e transcrições de documentos, eram vistas como uma forma de tornar o acervo acessível e útil para a sociedade.

Por outro lado, o diretor critica a inatividade de arquivos públicos em outros Estados, como Pernambuco e Bahia, que "nada produziram", ao menos não no que se refere ao Arquivo Público Nacional, evidenciando uma disparidade no grau de organização e de produção documental nos diferentes Estados. Essa diferença destaca a importância da estruturação eficiente dos arquivos públicos como um meio de promover não apenas a preservação da memória histórica, mas também a transparência administrativa e o acesso à informação pública.

No caso do Arquivo Público do Amazonas, o diretor enfatiza sua relevância para uma administração pública mais racional e eficiente, destacando a necessidade de

[610] *Idem*, p. 1-5.

"traduzir" os fatos no Amazonas. Segundo ele, a função do Arquivo seria muito mais ampla do que a simples guarda de documentos: competiria a ele, entre outras coisas, "concatenar, sintetizar, colecionar, classificar tudo quanto disser respeito a este Estado física, científica, moral, comercial, política e economicamente". Essa visão coloca o Arquivo como um elemento central na organização e na gestão do Estado, sendo crucial para o entendimento e para a construção da identidade do Amazonas. A tarefa de organizar e classificar a documentação estatal é entendida, assim, como um esforço de racionalização e de sistematização do conhecimento produzido pela administração pública.

Entretanto, o diretor também reconhece as limitações do Arquivo Público do Amazonas, que, apesar de sua importância, ainda não havia tido tempo suficiente para se estruturar plenamente, dado que havia sido criado apenas há treze meses. A maioria dos documentos públicos ainda se encontrava dispersa em pequenos depósitos das várias repartições públicas do Estado, sem uma centralização ou organização adequadas. O diretor faz questão de alertar que, sem uma gestão eficiente, a documentação estava correndo o risco de ser inutilizada ou até mesmo destruída, com muitos papéis sendo condenados à incineração[611]. Essa situação revela o precário estado de conservação e de organização dos arquivos públicos na época, uma realidade que comprometeria a preservação da memória do Estado e da administração pública.

A reflexão sobre essa situação traz à tona uma discussão mais ampla sobre os desafios enfrentados pelas instituições arquivísticas, especialmente nos contextos iniciais de sua criação, quando o processo de organização e gestão documental ainda está em sua fase embrionária. A falta de recursos, de estrutura e de pessoal especializado, aliada à dispersão da documentação, era uma realidade comum, que dificultava a efetiva atuação dos arquivos públicos. Porém, como aponta o diretor, a criação de uma instituição arquivística é um passo crucial para a construção de um sistema mais eficiente de preservação e de acesso aos documentos públicos, essencial para a construção de uma administração pública transparente, bem organizada e voltada para o bem comum.

Por fim, ele ressalta que:

> Cremos ter bastante para justificar a criação de mais esta Repartição Pública que, poderá parecer a espíritos menos interessados pelos grandes melhoramentos da administração, uma fonte só de despesas; mas bem estudado o assunto, notar-se-á que ao lado da pequena despesa que o Estado por ventura faça co o Arquivo existirá a vantagem enorme de ter reunido em determinado

[611] *Idem*, p. 1-5.

> lugar, com todas as garantias, as notas mais autenticas da vida do próprio Estado, dados indispensáveis para a história do Estado de maior da União[612].

Como já mencionado, o Arquivo Público do Estado do Amazonas foi criado pelo governador Dr. Fileto Pires Ferreira, por meio do decreto n.º 184, de 19 de agosto de 1897, sendo vinculado à Repartição de Estatística. Ao analisar o decreto, observa-se que a ênfase foi colocada apenas em sua função de arquivo/depósito, "destinado à guarda e conservação de todos os papéis e mais documentos oficiais pertencentes ao Estado", sem que houvesse qualquer referência explícita à sua possível função como instrumento de preservação da história do Estado. Isso difere da visão apresentada pelo diretor do Arquivo em 1898 e da mensagem do governador em 1909, que já reconheciam o Arquivo como responsável pela manutenção da memória e história do Amazonas.

Essa distinção nos leva a refletir sobre o momento exato em que o Arquivo Público passou a ser visto não apenas como um repositório de documentos oficiais, mas também como um guardião do patrimônio documental necessário à construção da história amazonense. Quais atividades foram desenvolvidas para operacionalizar essa visão? O que era considerado importante preservar? Como os envolvidos viam a "história do Estado" e quais documentos e registros eram valorizados? Quais práticas de organização e preservação estavam sendo adotadas? Estas questões são fundamentais para compreender a evolução do papel do Arquivo Público e como ele passou a ser encarado ao longo do tempo.

A partir da análise das fontes disponíveis, foi possível entender um pouco dessa trajetória, identificar o que se esperava do Arquivo Público e quais foram os desafios e atividades realizadas ao longo de sua história. Como vimos, o Arquivo sempre esteve presente nas discussões políticas, intelectuais e jornalísticas da época, refletindo a importância que a sociedade atribuía à preservação de seus documentos e à construção de sua memória institucional. No entanto, as falas sobre o Arquivo também estavam frequentemente relacionadas aos seus problemas, muitos dos quais estavam diretamente ligados à situação financeira do Estado, que impunha dificuldades para a organização e manutenção dos serviços, gerando mudanças frequentes na administração pública, muitas vezes mais motivadas pela necessidade de contenção de recursos do que por questões técnicas.

[612] *Idem*, p. 5.

Na mensagem do diretor em 1898, um ano após a criação do Arquivo, percebia-se que a instituição ainda estava em processo de estruturação. No entanto, o objetivo era claro: garantir que o Arquivo prestasse "reais serviços" à administração pública, justificando os gastos com sua criação com lucros tangíveis para o Estado. Mas o que significava, de fato, "reais serviços" no contexto do Arquivo Público? Quais práticas eram realizadas no dia a dia dessa instituição, e como se dava o processo de recolhimento e preservação da documentação? E, talvez mais importante, como a administração pública imaginava que esses serviços seriam "lucrativos"?

A menção ao "lucro" revela uma perspectiva pragmática e talvez até utilitarista sobre o papel do Arquivo, que, embora necessário à preservação histórica, era também visto como uma ferramenta que deveria gerar algum tipo de retorno para o Estado, seja em termos de organização administrativa, eficiência na gestão de documentos ou mesmo na produção de publicações que pudessem valorizar o patrimônio do Amazonas. Essa ideia de "lucro" deve ser entendida não apenas como uma questão financeira, mas também como uma expectativa de benefício social e cultural, refletindo a tentativa de consolidar o Arquivo como um elemento-chave no processo de construção da memória e da identidade do Estado.

4.1.1. As atividades realizadas pelo Arquivo Público

Para Schellenberg[613], um arquivo público deve realizar seis tarefas principais: i) avaliação; ii) arranjo; iii) preservação; iv) descrição; v) publicação; e vi) utilização dos documentos. Como foi observado no capítulo dois, essas tarefas eram realizadas nos arquivos públicos de outros Estados, como os de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Paraná. No entanto, como também foi analisado no Arquivo do Amazonas, na maioria das vezes, as nomenclaturas e as ações realizadas estavam mais ligadas às práticas cotidianas e menos à teoria arquivística. Isso se deve ao fato de que foram poucas as referências, tanto dos administradores quanto dos arquivistas, a abordagens teórico-metodológicas que fundamentassem essas atividades.

Por exemplo, no decreto que cria o Arquivo Público do Amazonas, as menções às atividades realizadas eram bastante genéricas. Cabia ao oficial-arquivista executar tarefas que, embora relacionadas à organização e preservação dos documentos, não fazem

[613] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006, p. 155.

menção explícita às diretrizes metodológicas ou teóricas da arquivologia. As atividades mencionadas incluíam[614]:

- **Receber todos os papéis** entregues pela Diretoria de Estatística e outras repartições do Estado, registrando-os no Livro destinado para esse fim.
- **Emassar e encadernar** os documentos de forma adequada, organizando-os por volume anual e ordenando-os de acordo com as respectivas datas.
- **Numerar e registrar** os papéis antes de serem emassados, com a devida catalogação.
- **Criar um índice cronológico** dos papéis recebidos, designando as matérias contidas em cada documento, além de registrar a data e o local onde os papéis seriam armazenados.
- **Apresentar um relatório anual** sobre o movimento da seção a seu cargo, detalhando as entradas e saídas dos papéis durante o ano.
- **Entregar documentos, conforme a ordem do Diretor de Estatística**, com a devida assinatura de recebimento do responsável.
- **Emitir certidões e fornecer cópias** dos documentos conforme solicitado pelo Diretor, atendendo à demanda de certificação dos papéis armazenados.

Essas atividades revelam a organização prática e administrativa do Arquivo Público, mas pouco se referem às concepções teóricas que fundamentam a prática arquivística. O uso de termos como "emassar", "encadernar" e "organizar cronologicamente" sugere uma abordagem mais empírica, voltada para a execução das tarefas cotidianas, do que uma reflexão teórica sobre os processos de arranjo, descrição ou preservação de documentos, conforme proposto por Schellenberg. Isso reflete, portanto, uma implementação inicial do Arquivo, mais voltada para atender as necessidades imediatas da administração pública e da organização de documentos do que para o desenvolvimento de uma metodologia sistematizada de arquivologia existentes na época.

Foi possível observar que as ações que deveriam ser realizadas pelo Arquivo Público estavam presentes nas orientações contidas nos Regulamentos da Repartição de 1906[615] e 1925[616], que incluíam o Arquivo Público, e nos Regulamentos da Secretaria de Estado de 1900[617], 1905[618] e 1925[619], os quais regulavam a atuação da Repartição à qual o Arquivo pertencia.

[614] Diário oficial, de 21 de agosto de 1897, p. 2.
[615]Decreto n.º 1160 de 14 de junho de 1916.
[616] Decreto n. 16, de 30 de janeiro de 1925
[617] Decreto n. 438 de 31 de julho de 1900
[618] Decreto n. 748 de 4 de dezembro de 1905
[619] Decreto n. 69 de 14 de agosto de 1925

Contudo, existe uma diferença entre a normatização do que deveria ser feito e como essas práticas foram efetivamente operacionalizadas, se é que foram. Para entender como as tarefas do Arquivo Público do Amazonas foram realmente executadas, foi necessário consultar os relatórios produzidos pelos chefes da seção, com o objetivo de identificar e categorizar as práticas realizadas. Essa análise possibilita, posteriormente, uma compreensão de até que ponto essas ações estavam ou não alinhadas aos referenciais teórico-metodológicos da época.

Entre as primeiras atividades de um arquivo público, destaca-se o recolhimento de documentos, já que sem ele não há o que arquivar, e a função principal do Arquivo se perderia. No período analisado, observa-se que havia certo entendimento sobre a importância do recolhimento e da guarda dos documentos das repartições públicas do Amazonas, embora também fosse evidente as dificuldades em realizar tal tarefa.

Nos relatórios produzidos pelas chefias do Arquivo Público, não foi encontrado qualquer registro detalhado sobre os recolhimentos realizados. Os assuntos mais recorrentes eram relacionados à desorganização do acervo existente e à necessidade de colocá-lo em ordem. No entanto, foi possível identificar em outras fontes, como em mensagens do governador de 1903, que informavam o recolhimento dos livros e documentos do Tesouro produzidos até 1895, e nos noticiários, como o Jornal do Commércio de 1905, que também relatava novos recolhimentos de assentamentos do Tesouro Público. Além disso, nos próprios regulamentos das repartições e seus arquivos setoriais, havia menção sobre a destinação dos documentos ao Arquivo Público, indicando a formalização dessa prática.

Novamente, de acordo com Schellenberg[620], a destinação compreende todas as práticas realizadas por um arquivo setorial em relação aos documentos para determinar o seu destino. Este destino pode ser a transferência para um depósito de armazenamento temporário, para um arquivo de preservação permanente, ou, ainda, o descarte. O autor destaca que tais práticas devem seguir um programa de destinação, contendo instrumentos como planos de destinação, tabelas e listas de destinação e descarte. Nesse processo de destinação, observa-se a ligação direta dos arquivos das repartições administrativas com a instituição de custódia permanente, que no caso do Amazonas, seria o Arquivo Público.

É importante ressaltar, como já foi mencionado anteriormente, uma datação relevante para o contexto do Amazonas, entre 15 de novembro de 1889, data da

[620] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006, p. 155.

Proclamação da República e da adoção do sistema federativo, e 19 de agosto de 1897, data da promulgação do Decreto n.º 184, que cria o Arquivo Público do Amazonas. Durante esse período, o arquivo da Secretaria do Estado exerceu parcialmente as funções de um arquivo público estadual. No mesmo decreto de criação do Arquivo Público do Amazonas, foi estabelecido que "os empregados do Arquivo Público serão os atuais do arquivo da Secretaria do Estado, extinto nesta data"[621].

Curiosamente, meses antes da criação oficial do Arquivo Público, em 12 de março de 1897, o governo estadual emitiu um ofício sobre a fala da comissão responsável pela reorganização do arquivo geral da Secretaria do Estado. Este ofício informava que os trabalhos da comissão haviam sido concluídos e que seriam enviados à Imprensa Oficial "o que restasse das leis, decretos e regulamentos", ficando a cargo da Imprensa Oficial a organização das leis, decretos e demais atos do governo[622].

Entretanto, não foi encontrado, em nenhuma das fontes consultadas, seja nos regulamentos das repartições ou nos expedientes administrativos publicados no Diário Oficial, até a data de criação do Arquivo Público, qualquer menção a normas que determinassem o envio de documentos ao Arquivo Geral da Secretaria do Estado. Por outro lado, a destinação dos documentos para o Arquivo Público foi regulamentada em dois documentos de repartições. O Regulamento da Caixa de Previdência Amazonense, de 1899, autorizava a Gerência a recolher ao Arquivo Público todos os documentos com mais de cinco anos, exceto os que pudessem interessar à estatística ou justificar as operações realizadas[623].

Além disso, no Regulamento da Secretaria do Estado, promulgado em 1900, estava estipulado que caberia ao arquivista responsável pelo arquivo da Secretaria "remeter, por meio de protocolo, ao Arquivo Público, com as devidas classificações, todos os papéis e processos de negócios findos que se encontrassem sob sua guarda há mais de cinco anos" [624]. Interessante notar que, em ambos os casos, era estabelecido o mesmo prazo limite de cinco anos para a destinação dos documentos.

Através dos expedientes publicados no Diário Oficial, foi possível encontrar algumas orientações de que fossem remetidos documentos das repartições públicas ao Arquivo Público, como o ofício da Secretaria do Estado, expedido em 17 de novembro de 1898, ao Departamento de Finanças, mandando recolher ao Arquivo público, "todos

[621] Diário Oficial, de 24 de agosto de 1897, p. 1.
[622]Diário Oficial, de 30 de abril de 1897, p 2.
[623]Diário Oficial, de 17 de outubro de 1899, p. 6.
[624]Diário Oficial, de 8 de agosto de 1900, p.1-2.

os papéis existentes no Tesouro do Estado, que não sejam em extrema os necessários"[625]. Em 12 de janeiro de 1898, foi publicado no Diário Oficial, um comunicado da Secretaria do Estado, em nome dos Negócios da Justiça, chamando a população para reclamarem de seus títulos no prazo de quinze dias, onde, ao final, a documentação seria recolhida ao Arquivo Público[626]. Não foi possível saber se eram os mesmos documentos acima mencionado, mas, em ofício de 17 de março de 1899, novamente a Secretaria da Justiça informava que uma série de documentos foram recolhidos ao Arquivo Público: minutas, ofícios, portarias, livros de ponto, protocolos da secretaria da Justiça, e títulos de nomeação, dos anos de 1896 e 1897[627].

Cabe ressaltar uma informação interessante, apresentada no Relatório da Repartição do Tesouro do Estado ao governador em 1903[628], falando que, por força de disposição legal, foram recolhidos ao Arquivo Público, todos os livros e documentos datados até 1895 que estavam guardados na Repartição. Todavia, não foi possível identificar qual era este dispositivo legal.

Não foi possível também saber com precisão a quantidade e os tipos documentais que o Arquivo Público conseguiu recolher e acumular ao longo do período analisado, mas no relatório de 1898 sinalizava que se tratava de mais de mil volumes que ainda estavam amarrados[629], já em 1901, o governador mencionou existir "mais de dez mil volumes"[630], sendo descritos no relatório da seguinte forma: 565 brochuras de leis, decretos, regulamentos, quer público, quer dos demais estados da União; 1043 amarrados do Tesouro Público do Estado e das coletorias; 147 coleções de diferentes jornais do Estado, da União e do estrangeiro; 892 amarrados vindos da Instrução Pública do Estado, entre portarias, ofícios e provas; e outros quase 6300 amarrados do Congresso do Estado e da Secretaria[631].

Interessante foi a sinalização em 1898, de que também fazia guarda de "objetos de valor que sejam relíquias do Estado, como aconteceu ultimamente com a coroa de ouro ganha pelo heroico 1.º Batalhão de Segurança pelos seus feitos em Canudos", sendo requisitada verba para compra de um cofre para a devida guarda de tais objetos, mostrando assim, seu caráter próxima de um museu, lembrando que o Amazonas sempre

[625]Diário Oficial, de 20 de janeiro de 1898, p. 2.
[626]Diário Oficial, 12 de janeiro de 1898, p. 3.
[627]Diário Oficial, de 21 de março de 1899, p. 1.
[628]Mensagem do Governador, 1903, p. 169.
[629] Mensagem do governador 1898, p. 15.
[630] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 235.
[631] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 236.

teve problemas de consolidar a criação de um Museu, assim como, as várias tentativas sempre tiveram próximas de um museu natural e não histórico[632].

Assim, o processo de recolhimento dos acervos no Arquivo Público do Amazonas, conforme observado nos documentos e expedientes da época, parece ter sido uma atividade constante e um tanto desorganizada, mas com um entendimento crescente da importância de centralizar a guarda documental. A análise dos relatórios e ofícios demonstra que, embora as orientações para o envio de documentos fossem publicadas em expedientes no Diário Oficial, como os do Departamento de Finanças e da Secretaria de Justiça, o processo não parecia ser completamente sistemático nem regulamentado de forma eficaz. O fato de diversos documentos terem sido recolhidos ao Arquivo Público, como livros de ponto, protocolos e até objetos de valor, revela um esforço para preservar o patrimônio documental, ainda que as práticas de recolhimento nem sempre estivessem acompanhadas de uma metodologia formal. O recolhimento, portanto, era um passo necessário para a preservação, mas ainda carecia de uma implementação clara e consistente de normas que guiassem a prática.

O crescimento do acervo no Arquivo Público, como evidenciado pelo aumento no número de volumes recolhidos, também reflete um certo grau de acumulação desordenada, que poderia gerar dificuldades para a organização e preservação eficaz desses documentos. Além disso, o fato de que até mesmo objetos de valor histórico, como a coroa de ouro conquistada pelos soldados do 1.º Batalhão de Segurança em Canudos, estavam sendo guardados junto aos documentos, reflete a tentativa de o Arquivo Público se aproximar de funções típicas de museus, mas também evidencia a falta de uma política de preservação mais clara e voltada para o patrimônio documental histórico. O recolhimento, portanto, foi um aspecto vital no processo de formação do Arquivo Público, mas sua execução ainda carecia de maior organização e de estratégias de preservação mais efetivas.

O Arquivo demonstrava uma preocupação constante com a preservação de seu acervo, especialmente em relação ao clima, que, em determinadas épocas do ano, se tornava excessivamente úmido[633], representando uma ameaça contínua de deterioração, principalmente dos manuscritos[634]. Além disso, frequentemente se mencionava a necessidade de encadernação dos documentos, como evidenciado por declarações do

[632] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Fundo: Relatório da Repartição de Estatística e Arquivo Público. Apresentada pelo diretor Manoel Francisco da Cunha Junior, em 1898, p. 5.
[633] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 235.
[634] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1905, p. 33.

governador Silvério José Nery, que ressaltava a urgência de recursos para a encadernação dos documentos mais preciosos[635].

A organização do acervo era outro tema recorrente nas discussões sobre o funcionamento do Arquivo. O governador Silvério José Nery[636] destacou a orientação de que a ordenação dos documentos deveria ser feita de forma cronológica, e que os catálogos precisavam ser produzidos. No entanto, essa atividade não era realizada de maneira plena, principalmente devido à escassez de funcionários qualificados, o que resultava em atrasos na organização e dificuldades na prestação de serviços ao público. Em 1901, mais de duas mil pastas estavam sem qualquer identificação. Esse cenário se complicava ainda mais devido às constantes mudanças de localização da seção e a eventos imprevistos, como o colapso das estantes em 1909[637].

Em alguns momentos foram criadas comissões para agilizar a organização e catalogação do acervo, como a coordenada por Bento Aranha em 1902[638], sendo criadas outras em 1905[639], e em 1909, após o desmoronamento das estantes, situação em que foi vista melhorar somente em 1914, quando o oficial arquivista Floro Osório Ferreira Pinto, informou que se encontravam quase todos arrumados, "devendo após a terminação desse trabalho ser convenientemente catalogados"[640].

A dificuldade nos trabalhos do Arquivo Público estava frequentemente relacionada à falta de funcionários, um problema já identificado desde sua criação. O decreto de criação do Arquivo estipulava que ele deveria contar com um oficial arquivista, responsável por gerir a seção, emitir certidões, organizar documentos e preparar índices cronológicos, e um servente, incumbido da conservação dos papéis e da manutenção do espaço. No entanto, a realidade enfrentada era bem distinta.

Em uma mensagem de 1902, o governador relatou que a Assembleia Legislativa não havia previsto de onde viria o salário desses funcionários, o que levou à dispensa do servente. Em seu lugar, foi designado um amanuense da Repartição, o que resultou em prejuízos para o trabalho do Arquivo, pois o substituto não possuía o conhecimento necessário, especialmente na área de preservação do acervo. Isso provocou atrasos nas

[635] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 33.
[636] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 235.
[637] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1910, p. 267.
[638] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 463-464
[639] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1905, p. 33.
[640] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1914, p. 271

atividades, como a emissão de certidões e o atendimento ao público, e dificultou a preservação do material[641].

Foram encontrados registros de seis arquivistas que atuaram no Arquivo Público entre 1897 e 1930 (Tabela 5), mas devido à escassez de informações nas fontes, o levantamento apresenta algumas lacunas temporais sobre os períodos em que exerceram suas funções. Ao que tudo indica, o Arquivo nunca contou com mais de um arquivista simultaneamente, o que obrigava esse profissional a acumular as funções de chefe da seção. Esse acúmulo de funções evidencia a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos arquivistas e sua falta de apoio. Quanto à formação dos arquivistas, destaca-se que apenas um, Pedro Araujo Madeira, possuía formação superior em Direito.

Em relação ao cargo de chefe da seção, ficou claro que este era mais técnico do que político, com pouca articulação e apoio. A permanência dos arquivistas no cargo de chefia foi mais prolongada que a dos diretores da repartição, indicando que, embora tivessem responsabilidades significativas no cotidiano do Arquivo, esses cargos eram menos prestigiados e careciam da infraestrutura e pessoal adequados para o bom funcionamento da instituição.

Quadro 9 — Relação dos arquivistas / chefes do Arquivo Público durante a Primeira República

Nome	Período	Formação
Jose Aprígio e Vasconcellos	[1897] -1900	Não identificado
Faustino Rocha	1900 - 1905	Não identificado
Raymundo de Almeida Pimentel	1905 - [1907]	Não identificado
Antonio Ferreira Jardim Junior	1907 - 1912	Militar da Guarda Nacional
Floro Osório Ferreira Pinto	1914 - 1921	Militar da Guarda Nacional
Pedro Araujo Madeira	1926 - [1930]	Bacharel em direito e militar da Guarda Nacional

Fonte: Dados compilados pelo autor. Periódicos, mensagens dos governadores, e Diário Oficial, que circulavam no Amazonas entre 1889 e 1930. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Arquivo do Amazonas desempenhou um papel fundamental no acesso a documentos e na emissão de certidões, atividades que se mostraram recorrentes ao longo dos anos e que refletiram a importância do Arquivo no contexto da administração pública e no atendimento à sociedade.

[641] Mensagem do Governador de 10 de julho de 1902, p. 234.

Em 1905, por exemplo, houve uma solicitação para a documentação relativa às obras públicas apresentadas pelo Estado em 1899[642], o que demonstra a busca pelo Arquivo em momentos em que a memória institucional se fazia necessária para justificar ou esclarecer ações governamentais. Além disso, o Arquivo também recebeu pedidos para certidões relacionadas a eventos pessoais, como um cerimonial de casamento[643], ao qual a resposta foi que o Arquivo não possuía esse tipo de registro, indicando a diversidade das demandas que se apresentavam ao longo do tempo.

A emissão de certidões foi uma das atividades mais constantes e significativas para o Arquivo Público, refletindo a centralidade dessa função nas operações do serviço público. Em 1898, o diretor do Arquivo Público, Manoel Francisco da Cunha Junior, em seu relatório, argumentou que a emissão de certidões não deveria ser a principal função dos Arquivos. No entanto, a prática se consolidou como uma parte essencial da rotina administrativa do Arquivo, atendendo a uma demanda contínua da sociedade por formalização de documentos. A produção de certidões não apenas atendia às necessidades administrativas, mas também gerava recursos financeiros para a instituição, que cobrava emolumentos pelos serviços prestados.

A quantidade de certidões produzidas ao longo dos anos demonstra como essa atividade se tornou parte integrante do cotidiano do Arquivo. Embora não tenha sido possível obter dados precisos e regulares, algumas informações podem ser destacadas. Em 1900, o Arquivo emitiu 20 certidões; em 1910, esse número foi de 23 certidões. Entre maio de 1913 e maio de 1914, foram emitidas 42 certidões, das quais 32 estavam relacionadas a assentamentos de terras, enquanto as demais tratavam da comprovação de prestação de serviços públicos. Entre maio de 1914 e 1915, o número de certidões emitidas foi de 35, e entre junho de 1917 e maio de 1918, o Arquivo produziu 39 certidões. Já em 1925, entre janeiro e maio, foram emitidas 13 certidões. Esses números evidenciam a continuidade e a demanda sistemática por certidões, ressaltando a relevância dessa atividade para o funcionamento administrativo da época.

Além de sua regularidade, a diversidade dos tipos de certidões também é relevante. Entre os exemplos, destaca-se o pagamento de emolumentos por cidadãos que buscaram o Arquivo para a obtenção de certidões específicas. Em 23 de julho de 1913[644], D. Philomena Soares solicitou uma certidão referente ao título definitivo de um terreno

[642] Jornal do Commércio, de 26 de abril de 1905, p. 2.
[643] Jornal do Commércio, de 15 de maio de 1907, p. 1.
[644] Jornal do Commércio, 23 de julho de 1913, p. 2

na capital. Em 14 de outubro de 1913[645], Alexandre Ramos e Silva fez uma solicitação semelhante. Já em 28 de maio de 1920[646], João Baptista de Carvalho pagou emolumentos para obter uma certidão *verbum-ad-verbum* passada pelo Arquivo Público, a mesma solicitação feita por Ramos Chaves em 16 de junho de 1920[647]. Esses casos ilustram como o Arquivo atuava como um ponto central para formalização de direitos e a regularização de documentos importantes para a vida civil.

A análise das certidões emitidas pelo Arquivo Público ao longo dos anos, mesmo que apresentadas de forma fragmentada, evidencia a importância dessa atividade como uma ferramenta para a administração pública e para o acesso aos direitos dos cidadãos. A produção de certidões não era apenas uma função administrativa, mas um mecanismo essencial para garantir a formalização de direitos e a segurança jurídica de indivíduos. Certidões de posse de terra, por exemplo, eram fundamentais para assegurar os direitos de propriedade dos cidadãos, enquanto outras certidões, como as que comprovavam a prestação de serviço público, eram necessárias para a formalização de vínculos trabalhistas e administrativos.

Essas atividades demonstram como o Arquivo Público, além de sua função de preservação e organização dos documentos, desempenhava um papel crucial no acesso aos direitos dos cidadãos. As certidões emitidas serviam como garantias formais de direitos e deveres, sendo essenciais para a validade de diversas ações civis, administrativas e jurídicas. Ao longo do tempo, o Arquivo contribuiu para a estruturação de uma sociedade mais organizada e justa, permitindo que os cidadãos tivessem acesso a documentos legais que asseguravam a proteção de seus direitos. Assim, o Arquivo não era apenas um repositório de documentos, mas um elo importante para o exercício pleno da cidadania, garantindo que os direitos fossem formalizados e reconhecidos pelo Estado.

A atividade de difusão merece uma atenção especial, pois está intimamente ligada à criação da *Revista do Arquivo do Amazonas*, que desempenhou um papel crucial na divulgação e no esclarecimento de questões relacionadas ao Arquivo Público. A revista contribuiu para a construção da história do Amazonas, pois, como indicado em seu subtítulo, tinha como objetivo a "vulgarização de documentos geográficos e históricos do Amazonas". Esse esforço de disseminação ajudou, se não plenamente, a tornar o acervo mais acessível, como veremos a seguir, possibilitava a ampliação e a compreensão

[645] Jornal do Commércio, 14 de outubro de 1913, p. 2.
[646] Jornal do Commércio, 28 de maio de 1920, p. 1.
[647] Jornal do Commércio, 16 de junho de 1920, p. 2.

pública sobre a importância dos documentos preservados, contribuindo significativamente para o conhecimento da história regional.

4.1.2. A *Revista Archivo* do Amazonas e sua importância

Criada em 1906, durante o governo de Antônio Constantino Nery, a *Revista do Arquivo do Amazonas* tinha como objetivo a "vulgarização de documentos geográficos e históricos do Amazonas", conforme indicado em seu subtítulo. Com o jornalista Bento Figueiredo Tenreiro Aranha como diretor, que também prestava serviços à Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, a revista publicou oito números até 1908. No entanto, a publicação deixou de ser lançada regularmente a partir desse período[648].

Parece que o interesse pela criação da revista partiu do próprio governador, pois, na mensagem de 1905, ele já mencionava a importância de publicar documentos no formato de anais, seguindo o exemplo de outras instituições tanto no estrangeiro quanto na União[649]. A revista tinha, portanto, uma função crucial não apenas na difusão de documentos, mas também na construção e formalização da história do Amazonas.

É relevante observar o papel de Bento Aranha, que conseguiu manter a publicação até 1908, apesar das dificuldades. Contudo, entre 1910 e 1912, justamente durante sua gestão como diretor da Repartição, a revista não foi mais publicada, nem foram encontradas menções sobre um possível retorno. Esse intervalo, marcado pela interrupção da publicação, levanta questionamentos sobre os desafios administrativos e financeiros enfrentados pelo Arquivo do Amazonas, que comprometeram a continuidade dessa iniciativa de preservação e divulgação histórica.

[648] Retornando somente em 1974, com o número 9, em 1988 publica o número 10 e na década 2000 a publicação de três números.
[649] Mensagem do governador de 10 de julo de 1905, p. 33

Quadro 10 - Relação dos números da Revista Archivo do Amazonas, entre 1906 e 1908

Número	Referência	Data
1	Ano I, Volume I, n°1	23 de julho de 1906
2	Ano I, Volume I, n°2	23 de outubro de 1906
3	Ano I, Volume I, n°3	23 de janeiro de 1907
4	Ano I, Volume I, n°4	23 de abril de 1907
5	Ano II, Volume II, n°5	23 de julho de 1907
6	Ano II, Volume II, n°6	5 de setembro de 1907
7	Ano II, Volume II, n°7	23 de setembro de 1907
8	Ano II, Volume II, n°8	23 de janeiro de 1908

Fonte: Dados compilados pelo autor. Revista Archivo do Amazonas. Disponível em: Centro de Documentação e Memória da Amazônia.

A *Revista do Arquivo* do Amazonas, publicada entre 1906 e 1908, tornou-se um importante veículo para a divulgação da história e da memória do Amazonas, apesar da sua breve duração. Nos oito números lançados, a revista não apenas divulgou documentos históricos, mas também se constituiu como um espaço para a construção e valorização da identidade local. Grande parte dos textos foram de autoria de Bento Aranha, o que demonstra seu papel como um dos principais disseminador da história do Amazonas, além de ressaltar a figura do próprio autor, um intelectual profundamente ligado aos processos políticos e históricos da província.

Como pode ser observado na Tabela 11, a revista se dedicava especialmente a temas recorrentes, como o processo de elevação do Amazonas à província em 1850 e a figura de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro presidente da província e pai de Bento Aranha. Esses temas não apenas homenageavam um legado familiar, mas também refletiam a construção de uma memória oficial sobre a formação política do Estado. A inclusão constante de temas familiares e políticos evidencia a interconexão entre história pessoal e história pública, característica de muitas publicações da época, e também a tentativa de consolidar uma versão oficial da história local.

Dentre as colunas da revista, destaca-se a “Capitania do Rio Negro”, que apareceu em seis edições. Nessa seção, eram transcritos documentos que tratavam do período em que a capitania ainda fazia parte da província do Grão-Pará, demonstrando um esforço de Bento Aranha em trazer à tona documentos que resgatavam a memória de uma época anterior à emancipação do Amazonas. A coluna “Factos e Datas” também se manteve

presente em todas as edições. Inicialmente voltada para a publicação de "crônicas da vida amazônica", com base em documentos da Revista *Apêndices ao Padre Amaro*[650], a coluna também foi usada por Aranha para comentar sobre as atualidades, como a renúncia de Constantino Nery e a ascensão de Raymundo Affonso de Carvalho ao governo do Estado. Esses relatos situam a revista não apenas como um veículo de memória histórica, mas também como um meio de comentar os acontecimentos políticos do momento, revelando o caráter multifacetado da publicação.

Outros exemplos de textos que mesclavam o passado e o presente incluem o relato de um desentendimento de Bento Aranha com o Padre D. José Manoel dos Santos Pereira, ocorrido em 1868[651], e a publicação de um texto de exaltação a seu pai, João Baptista, na edição de 1907. O lançamento da revista naquele ano coincidiu com a cerimônia de inauguração da estátua em homenagem ao pai de Bento Aranha, evidenciando como a revista também funcionava como um canal para a legitimação de valores familiares e políticos. A revista não se limitava, portanto, ao resgate do passado, mas também ao fortalecimento de uma rede de símbolos que consolidavam a memória da elite amazonense.

Apesar do caráter frequentemente pessoal dos textos, a *Revista do Arquivo do Amazonas* também foi um espaço importante para a divulgação de pesquisas históricas, como a transcrição do relatório sobre as explorações no Rio Uaupés, coordenado pelo próprio Bento Aranha, e o relatório sobre as explorações no Rio Içana, de 1858. Esses textos demonstram o compromisso da revista com a documentação de importantes episódios históricos relacionados ao território amazonense, como as expedições em busca de informações sobre o interior da região. Além disso, a publicação de conferências e outros artigos de autoria de Aranha, como *História e Geografia do Amazonas*, sublinha a tentativa de se criar um corpo de conhecimento acadêmico que ajudasse a legitimar o estado do Amazonas, em sua configuração política e territorial.

---

[650]A Revista Apêndices ao Padre Amaro foi um periódico publicado em Londres, entre 1820 e 1830, com o objetivo de reunir e divulgar textos históricos e literários, visando o público português, especialmente aqueles que estavam fora de Portugal. A revista foi redigida por Joaquim Ferreira de Freitas e fazia parte de um movimento jornalístico conhecido como "jornais de Londres". Ela circulou mensalmente até 1829, com apêndices adicionais até 1830. Seu conteúdo estava imerso nas disputas políticas da época, notadamente a Guerra Civil Portuguesa entre os partidários de D. Pedro IV e D. Miguel I, e procurava ser uma fonte de reflexão para os portugueses dispersos pelo mundo. Referência: Innocéncio Francisco da Silva, Brito Aranha, Ernesto Soares, José Joaquim Gomes de Brito (1885). Diccionário bibliográphico portuguez: estudos. 18. [S.l.]: Imprensa Nacional. 366 páginas.

[651] Revista *Archivo do Amazonas*, Ano II, volume II, n.° 6, p. 70 - 72. Disponível em: Centro de Documentação e Memória da Amazônia. Biblioteca da Amazônia, on-line. Disponível em: **https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/23_jul._1906**. Acessado em: 28/02/2024.

Outro tema recorrente foi o pioneirismo do Amazonas no fim da escravidão, com destaque para a transcrição de documentos importantes como a Declaração de Igualdade de Direitos dos Habitantes do Amazonas, de 1884, e a publicação de textos que abordavam o fim da escravidão no Estado, com ênfase nas implicações sociais e políticas dessa mudança. A edição de 1908, por exemplo, trazia um texto sobre a participação de escravos na Guerra do Paraguai, o que, segundo Aranha, ajudou a impulsionar o debate sobre a abolição da escravidão.

A partir desses exemplos, pode-se refletir sobre o papel crucial da revista na construção da memória do Amazonas, sob o viés do Bento Aranha, que se centrava, em grande parte, na construção de um legado elitista e patriótico, ao mesmo tempo em que visibilizava questões sociais e políticas fundamentais, como a abolição da escravidão. A *Revista do Arquivo do Amazonas* não era apenas uma publicação histórica, mas também um instrumento de afirmação de poder, identidade e memória, consolidando a importância da documentação e da difusão de registros como elementos centrais na construção do Estado e da sociedade amazonenses. Além disso, sua interrupção ao fim de 1908 pode ser vista como um reflexo das limitações estruturais e políticas da época, que comprometeram o sustento da publicação e a continuidade do projeto de difusão do patrimônio documental do Amazonas.

Essas reflexões sublinham a importância das revistas históricas, como a *Revista do Arquivo do Amazonas*, no processo de preservação e divulgação do patrimônio cultural e histórico de uma região. Elas não apenas desempenham um papel educativo e informativo, mas também contribuem para a formação da identidade de um povo e a construção de sua memória coletiva.

Quadro 11 - Relação dos textos publicados na Revista Archivo do Amazonas, entre 1906 e 1908

N.º	Título da Coluna / Texto	Resumo do Conteúdo
1	**Surge ET ambula** (autor Bento Aranha)	Editorial de lançamento da revista.
	1768 – 1799 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	Transcrição de documentos sobre a Capitania do Rio Negro.
	Factos e Datas - 1884	Transcrição de documentos sobre a Declaração da Igualdade de Direitos dos habitantes do Amazonas, de 10 de julho de 1884, sobre o fim da escravidão no Amazonas.
	Factos e Datas – 23 de julho (autor Bento Aranha)	Breve texto explicando a escolha do dia do lançamento da revista.
2	**As explorações e os Exploradores do Rio Uaupés** (autor Bento Aranha)	Apresentação dos resultados do Relatório da Comissão para procurar documentos relativos ao Jairá e Uaupés. Comissão coordenada pelo próprio

N.º	Título da Coluna / Texto	Resumo do Conteúdo
		Bento Aranha, com transcrição de documentos.
	1750 – 1799 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	Transcrição de documentos sobre a Capitania do Rio Negro entre 1759 e 1782.
	Factos e Datas – Navegação a vapor do Amazonas (autor Bento Aranha)	Sobre o primeiro vapor da Companhia do Amazonas e suas viagens, com transcrição de documentos.
3	**As explorações e os Exploradores do Rio Uaupés** (autor Bento Aranha)	(Continuação) Relatório da Comissão coordenada por Bento Aranha, com transcrição de documentos.
	1759 – 1799 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	Transcrição de documentos sobre a Capitania do Rio Negro entre 1786 e 1787.
	Factos e Datas - Prefácio de Bento Aranha da obra "Elementos do Commércio" (escrita por João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha em 1872)	Introdução e transcrição do prefácio, por J. Vianna Junior.
4	**As explorações e os Exploradores do Rio Içana** (autor Capitão Joaquim Firmino Xavier)	Transcrição do Relatório de 1858, apresentado pelo Capitão Joaquim Firmino Xavier, diretor dos Índios do Rio Içana e encarregado das obras militares do Cucuhy.
	1759 – 1799 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	Transcrição de documentos sobre a Capitania do Rio Negro, entre 1799 e 1800.
	Factos e Datas - Províncias do Maranhão e Grão-Pará	Transcrição de números da Revista "Apêndice ao Padre Amaro", com texto introdutório de Bento Aranha.
	Factos e Datas - Primeiro Ano	Texto de Bento Aranha acerca do primeiro ano da Revista Archivo do Amazonas.
	Factos e Datas – Comando militar do Alto Amazonas	Breve introdução de Bento Aranha e transcrição das primeiras ordens do primeiro presidente da província, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852.
5	**As explorações e os exploradores dos rios Uaupés e Içana** (autor Bento Aranha)	Texto apresentando a carta do Dr. Koch (Berlim) sobre a Revista e sua passagem pela região entre 1904 e 1905, com transcrição da própria carta e de outros documentos coletados por Koch.
	1798 – 1801 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	Transcrição de documentos de 1798 e 1800 sobre a Capitania do Rio Negro.
	Factos e Datas - Províncias do Maranhão e Grão-Pará	(Continuação) Transcrição de números da Revista "Apêndice ao Padre Amaro".
	Factos e Datas – Datas Áureas (autor Bento Aranha)	Texto sobre o primeiro aniversário da Revista e a Lei n.º 632, de 24 de abril de 1884, sobre a abolição da escravidão no Amazonas antes de 1888.
6	**Criação e fundação da província do Amazonas** (autor Bento Aranha)	Texto sobre a fundação da província do Amazonas e transcrição de atos entre 1851 e 1852.
	Factos e Datas – Datas Áureas (autor Bento Aranha)	Texto sobre a criação da província do Amazonas e o início da navegação a vapor pelo Visconde de Mauá.
	Factos e Datas – Reconhecimento e Gratidão (autor Bento Aranha)	Texto sobre a homenagem a seu pai, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, com a construção de uma estátua.
7	**Criação e fundação da província do Amazonas** (autor Bento Aranha)	(Continuação) Transcrição de atos entre 1851 e 1852.
	As explorações e os exploradores dos Rios Uaupés e Içana	(Continuação) Transcrição de atos entre 1853 e 1859.
	1798 – 1814 – Capitania do Rio Negro – Livro n.° I	(Continuação) Transcrição de documentos de 1801 e 1803 sobre a Capitania do Rio Negro.

N.º	Título da Coluna / Texto	Resumo do Conteúdo
	Factos e Datas – 1798 – 1814 – Províncias do Maranhão e Grão-Pará	(Continuação) Transcrição de números da Revista "Apêndice ao Padre Amaro".
	Factos e Datas – Data memorável (autor Bento Aranha)	Texto sobre a data de 25 de julho de 1870, o fim da Guerra do Paraguai e a participação dos militares amazonenses, destacando a necessidade do fim da escravidão.
8	**História e Geografia do Amazonas** (autor Bento Aranha)	Texto da conferência proferida em 11 de outubro de 1907 no Ginásio Amazonense.
	1825 – 1852 - Comarca do Alto Amazonas	Transcrição de ofícios contidos no Livro 1845 a 1849 do Comando Geral Militar do Alto Amazonas e Comando das Armas do Pará.
	Factos e Datas – Governo do Estado (autor Bento Aranha)	Relato das mudanças no governo do Amazonas em 1908, com a renúncia de Constantino Nery por questões de saúde e a posse de Raymundo Affonso de Carvalho.
	Factos e Datas – Morte do General Gurjão (autor Bento Aranha)	Texto relembrando a morte, em 1868, do General Gurjão e do Alferes André Nery, residentes em Manaus, na Guerra do Paraguai.
	Factos e Datas – O caso entre Bento de Figueiredo Aranha e Padre D. José Manoel dos Santos Pereira (autor Bento Aranha)	Transcrição de textos publicados no "Catecista" em 1869, sobre o conflito entre Bento Aranha e o padre.

Fonte: Dados compilados pelo autor. Revista Archivo do Amazonas. Disponível em: Centro de Documentação e Memória da Amazônia.

Bento Aranha, em sua busca pela consolidação da história e da memória do Amazonas, vai além da simples publicação de textos, incorporando à *Revista do Arquivo do Amazonas* uma dimensão visual e simbólica por meio da inclusão de imagens de personalidades e momentos históricos considerados por ele fundamentais para a construção do legado da região.

A primeira edição da revista traz a fotografia do então governador, Dr. Antônio Constantino Nery, figura central na política amazonense e um apoiador destacado da criação da revista. Esse gesto reflete a compreensão de Bento Aranha sobre a importância do registro visual como uma forma de eternizar a memória de líderes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do estado.

Ao longo da publicação, Bento Aranha dedica-se a exaltar o governo de Constantino Nery, especialmente no que diz respeito ao apoio para a fundação da revista. Ele destaca que o "patriota e ilustre governador do Estado vem de dar o segundo passo na senda do progresso moral e material do Amazonas, fundando sob seu auspício, nesta capital, o Arquivo do Amazonas". Nesse contexto, ele traça um paralelo entre a criação da revista e a separação da província do Grão-Pará, em 1850, um marco que, segundo

Aranha, representa o primeiro passo no progresso do Amazonas. Este olhar sobre o passado não apenas exalta o papel de Nery como governador, mas também posiciona a criação da revista como parte de um movimento mais amplo de valorização e promoção da história local, num momento em que a identidade amazonense começava a ser forjada através de suas instituições e registros.

A escolha de Bento Aranha em destacar essas figuras e eventos é, portanto, uma tentativa de reforçar o papel do Arquivo do Amazonas como um pilar para a preservação da memória histórica e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a construção da própria identidade do Estado. A inclusão dessas imagens e a reverência às figuras históricas locais servem como um convite para que os leitores reflitam sobre os processos que moldaram a sociedade amazonense, proporcionando não apenas uma visão dos acontecimentos, mas também um meio de discutir o papel das instituições culturais e políticas na consolidação dessa memória coletiva. Esse processo de documentação e exaltação de figuras-chave não é apenas um exercício de memória, mas também uma estratégia de fortalecimento da identidade regional em um período de afirmação e construção do Amazonas como província e Estado independente.

Ilustração 5 – Imagem do governador Dr. Antônio Constantino Nery



Fonte: Revista *Archivo do Amazonas*, Ano I, volume I, n.° 1.

Na quarta edição da *Revista do Arquivo do Amazonas*, Bento Aranha reafirma sua visão sobre as figuras que considera fundamentais para o progresso moral e material do Amazonas, destacando-as como pilares do desenvolvimento do Estado. Ele dedica um

espaço significativo à exaltação de três personalidades políticas, ilustrando suas contribuições por meio de uma montagem que reúne suas imagens. Em primeiro plano, está João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, o primeiro presidente da província do Amazonas, figura que Bento Aranha considera o maior responsável pela elevação do Amazonas à categoria de província, em 1850. Essa valorização de Tenreiro Aranha, além de um tributo pessoal, revela o reconhecimento de Bento Aranha sobre o impacto profundo da separação do Grão-Pará e da ascensão do Amazonas como uma unidade administrativa independente.

Logo abaixo, a montagem apresenta o então governador do Amazonas, Dr. Antônio Constantino Nery, como já mencionado, figura também constantemente reverenciada por Bento Aranha. O governador é descrito como um dos principais responsáveis pela continuação do progresso do Estado, e sua ação é vista como a consolidação de um ciclo iniciado com a independência da província e que se estendeu, com sua liderança, ao fomento das estruturas administrativas e culturais, como a própria fundação do Arquivo do Amazonas.

Ao lado desses dois nomes de destaque, aparece também o superintendente de Manaus, Adolpho Guilherme de Mendonça Lisboa, que, de acordo com Bento Aranha, também teve papel crucial no desenvolvimento da cidade e da região. Essa inclusão de Lisboa é significativa, pois, ao lado das duas outras figuras, ele integra um grupo que, para Bento Aranha, representa a força política e administrativa capaz de transformar o cenário regional.

Bento Aranha, com sua retórica envolvente, descreve esses três líderes como "verdadeiros titãs", figuras visionárias e incansáveis na luta pelo progresso da região. Sua metáfora sobre os "desertos sertões do Grão-Pará" que se transformam no "país do *caoutchouve*" evoca a ideia de que, por meio de esforços incessantes e determinantes, esses governantes conseguiram tirar o Amazonas de um estado de isolamento e pobreza, posicionando-o como um território promissor e dinâmico, especialmente com o crescimento da produção do látex, que viria a ser um dos principais motores econômicos da região.

Essa montagem, que mistura texto e imagem, tem um valor simbólico profundo. Não se trata apenas de uma homenagem, mas de uma afirmação do poder de transformação que a política local pode exercer sobre o destino de uma região.

Ilustração 6 – Imagem com João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha, Antônio Constantino Nery, e Adolpho Guilherme de Mendonça.



Fonte: Revista *Archivo do Amazonas*, Ano I, volume I, n.° 4.

Na sexta edição da *Revista do Arquivo do Amazonas*, Bento Aranha dedica novamente uma significativa atenção à figura de seu pai, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, exaltando-o apresentando a imagem da estátua erguida em sua homenagem, inaugurada no dia 5 de setembro de 1907. A publicação de Bento Aranha não se limita a registrar o momento cerimonial, mas vai além, tecendo um elogio fervoroso à importância histórica e aos serviços prestados por seu pai ao Brasil, e, em especial, ao Amazonas.

Ao descrever a estátua, que simboliza a homenagem pública a Tenreiro Aranha, Bento Aranha destaca a relevância dos "serviços prestados em benefício do Brasil, sobretudo do Amazonas". A escolha dessa frase reflete não apenas o orgulho pessoal de Bento Aranha, mas também sua visão sobre o papel transformador que seu pai desempenhou na história do Amazonas. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, como primeiro presidente da província do Amazonas, foi uma figura central na estruturação política e administrativa do Estado, sendo decisivo para a separação do Grão-Pará e a elevação do Amazonas a província autônoma. Seu legado, portanto, estava profundamente ligado à criação e à construção de um novo destino para o Amazonas, o que fez de sua figura uma referência inquestionável para Bento Aranha.

Além disso, Bento Aranha aproveita a ocasião para agradecer publicamente ao governador Constantino Nery e ao superintendente Adolpho Lisboa pela homenagem prestada a seu pai. Esse agradecimento revela um forte senso de gratidão, não apenas pela homenagem em si, mas também pelo reconhecimento da importância histórica e política de seu pai para a região. Bento Aranha vê nesse gesto a continuidade de um ciclo de

valorização da memória e do legado daqueles que ajudaram a construir a história do Amazonas, reafirmando, assim, sua própria missão de preservação da história e da memória do Estado.

A exaltação de Tenreiro Aranha e o agradecimento a essas figuras públicas, por sua vez, reforçam a ideia de que Bento Aranha utilizava a *Revista do Arquivo do Amazonas* não apenas para divulgar informações sobre o passado do Estado, mas também como um meio de consolidar a memória das personalidades que ele acreditava serem responsáveis pelo progresso da região. Esse tipo de homenagem vai além do reconhecimento pessoal e se insere em um processo maior de construção e preservação de uma identidade local que resgata figuras centrais da história amazônica e promove a continuidade de suas contribuições por meio da memória pública.

Ao celebrar a estátua erguida em homenagem a seu pai, Bento Aranha também reafirma seu compromisso com o patrimônio histórico e cultural do Amazonas, contribuindo para que as futuras gerações reconheçam e compreendam a importância de figuras como João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Essa publicação representa, portanto, não só um tributo a um pai, mas também um ato de preservação da história do Amazonas, uma missão que Bento Aranha assumiu com fervor ao longo de toda a sua vida e que encontra na *Revista do Arquivo do Amazonas* um de seus mais importantes veículos de expressão e memória.

Ilustração 7 – Imagem da estátua de João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha.



Fonte: Revista *Archivo do Amazonas*, Ano II, volume II, n.° 6.

Na última edição da *Revista do Arquivo do Amazonas*, Bento Aranha dedica destaque à fotografia do então presidente da Assembleia Legislativa amazonense e governador em exercício, Coronel Raymundo Affonso de Carvalho. A publicação não se limita a registrar a imagem do governador, mas também expõe o contexto político e econômico que motivou a sua ascensão ao cargo. Bento Aranha aproveita a oportunidade para enfatizar os desafios enfrentados pelo Estado, especialmente a crise financeira que assolava a região devido à queda no preço da borracha, principal produto de exportação do Amazonas naquele momento.

Em suas palavras, Bento Aranha explica que o Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, ao assumir a governança interina, "convocou a reunião extraordinária do Congresso do Estado com o fim de adotar medidas acertadas e sábias, que debelem a crise financeira, que se assoberba no Estado". Este trecho reflete não apenas uma visão pragmática sobre os problemas enfrentados pelo Amazonas, mas também a confiança de Bento Aranha na capacidade do novo governador em enfrentar e resolver tais desafios. A crise da borracha, que afetava a economia amazonense no início do século XX, exigia decisões políticas rápidas e eficazes, algo que Raymundo Affonso de Carvalho se comprometeu a buscar por meio da convocação de uma reunião extraordinária do Congresso do Estado.

O fato de Bento Aranha enfatizar a convocação de uma reunião extraordinária demonstra a sua compreensão de que, naquele momento, a resolução da crise econômica passava pela articulação política e pela implementação de medidas eficazes para recuperar a estabilidade financeira. A publicação serve, portanto, como uma forma de legitimar a ação do governador em exercício e de destacar a importância da política como ferramenta de enfrentamento dos problemas econômicos que afetavam a população amazonense.

Além disso, é relevante observar que a figura de Raymundo Affonso de Carvalho, ao ser exaltada por Bento Aranha, entra em um contexto de valorização de lideranças políticas locais que foram vistas como fundamentais na condução do Estado durante períodos de crise. A escolha de Bento Aranha em destacar este momento da história amazonense está alinhada com o seu projeto de consolidar a memória política e econômica da região, reconhecendo aqueles que, mesmo em momentos difíceis, se destacaram na busca por soluções para o progresso do Amazonas.

Portanto, ao publicar a fotografia e as palavras sobre Coronel Raymundo Affonso de Carvalho, Bento Aranha não apenas documenta um episódio importante da história do Amazonas, mas também reforça sua missão de utilizar a *Revista do Arquivo do Amazonas*

como um meio de transmitir as histórias e os desafios do Estado, bem como de promover figuras que, em sua visão, contribuíram para a estabilidade e o progresso da região, mesmo nos momentos de crise.

Ilustração 8 – Imagem do governador em exercício, Coronel Raymundo Affonso de Carvalho



Fonte: Revista *Archivo do Amazonas*, Ano II, volume II, n.° 8.

Bento Aranha, figura importante na preservação do patrimônio documental e na história do Arquivo do Amazonas, sempre foi um defensor fervoroso dos marcos históricos e da preservação documental. Não por acaso, ao longo de sua trajetória como intelectual e gestor, ele utilizou a *Revista do Arquivo do Amazonas* como uma plataforma para exaltar e promover esses marcos, buscando afirmar a importância da memória histórica como elemento essencial para o desenvolvimento do Estado. Essa visão é evidenciada desde o primeiro número da *Revista*, quando ele optou por lançar a publicação na mesma data da *Declaração de Maioridade* de D. Pedro II, ressaltando a importância desse fato histórico para o Brasil e, mais especificamente, para o Amazonas.

A escolha dessa data não foi acidental, mas sim uma maneira de vincular a criação da *Revista* a um marco relevante da história nacional, conferindo a ela um caráter de continuidade e pertencimento ao processo histórico do país.

No entanto, o projeto de Bento Aranha, mais do que apenas exaltar marcos históricos, visava também suprir uma lacuna significativa na história documental do Amazonas, que, conforme ele mesmo relatava, estava comprometida pela desorganização dos arquivos e pela perda de muitos documentos. Em seu texto inaugural, *Surge ET Ambula*, ele apontava o estado precário dos arquivos públicos, que estavam "amontoados

nas ruínas dos arquivos públicos do Estado" ou "extraviados" devido à negligência de seus depositários. Para Bento Aranha, a *Revista* teria um papel crucial ao "preencher a lacuna", tendo em vista que a Revista aceitaria trabalhos sobre:

> [...] a história pátria, tradições, lendas, línguas, religiões, hábitos, costumes dos povos antigos e modernos do Amazonas, viagens, roteiros e estudos descritivos dos rios, paranás, lagos, serras, campos, cidades, vilas, missões, climatologia, botânica, antropologia, fauna, geografia e topografia do Pará, Mato Grosso, Goiás e Amazonas, estatística, comercio, agricultura, indústria extrativista, manufatureira e fabril, industrial, pastoril, produtos silvestres e agrícolas do Estado em geral ou de um só município e ainda mesmo de um sítio em particular[652]

O papel da *Revista* como um veículo de divulgação também está relacionado à sua tentativa de promover o conhecimento e a conscientização sobre o patrimônio do Amazonas. Em um exemplo de como essa função de vulgarização funcionava na prática, Bento Aranha relatou no artigo *As Explorações e os Exploradores dos rios Uaupés e Içana* a recepção de uma carta do Dr. Th. Koch Grunberg, que elogiava a publicação por fornecer informações que ele, Grunberg, desconhecia, ressaltando o impacto que a *Revista* tinha na comunidade científica e no entendimento sobre a região.

No entanto, o destino da *Revista* não se deu de maneira linear. Sua interrupção coincide com a saída do governador Constantino Nery, um fato que também aponta para a natureza pessoal do projeto de Bento Aranha. A *Revista* parece ter sido, de fato, um empreendimento individual, com Bento Aranha como seu principal responsável, redator e editor.

Ao contrário das publicações de outros arquivos públicos estaduais da época, que contavam com a colaboração de diversos intelectuais e pesquisadores, a *Revista* de Bento Aranha parecia ter sido limitada à sua própria visão e atuação. Talvez, a sua falta de articulação com outros intelectuais da época, além de sua ausência de menção às atividades do próprio Arquivo do Amazonas, pode indicar que o projeto não teve o suporte institucional que outros arquivos públicos receberam, o que talvez tenha contribuído para o seu fim prematuro. Lembrando que na época da revista, Bento Aranha não era o diretor da repartição, mas apenas prestava serviços a mesma.

[652]Revista *Archivo do Amazonas*, Ano I, volume I, n.° 1, p. 5. Disponível em: Centro de Documentação e Memória da Amazônia. Biblioteca da Amazônia, on-line. Disponível em: **https://issuu.com/bibliovirtualsec**. Acessado em: 28/02/2024.

Esse caráter individualista do projeto de Bento Aranha também reflete uma característica observada em outros arquivos estaduais da época, como o Arquivo Público do Pará, sob a direção de Arthur Vianna, e o Arquivo de Minas Gerais, sob Xavier da Veiga. Em todos esses casos, a liderança de figuras específicas foi crucial para a preservação e divulgação do patrimônio documental, especialmente em um momento em que os arquivos públicos ainda estavam em processo de consolidação e sofriam com escassez de recursos e apoio institucional.

Além de sua atuação na *Revista*, Bento Aranha teve um papel decisivo na organização e preservação dos documentos do Arquivo Público do Amazonas. Sua visão sobre a importância do Arquivo é manifestada no texto *O Arquivo Público,* no Jornal do Commércio em 1909[653], sob o pseudônimo *Ajuricaba*, no qual ele denuncia as condições precárias da Repartição e da própria instituição. A junção do Arquivo Público em uma repartição tendo ainda a Estatística, a Biblioteca, a Numismática e a Imprensa Oficial, sob direção de uma única pessoa, foi um dos principais problemas que ele apontou,

> Por maiores que sejam as habilitações e energias do diretor-geral para o bom desempenho dos diversos ramos distintos, completamente um dos outros, que compõem a referida repartição; nunca será satisfatória e cabal ao interesse público[654].

Além da junção com outras repartições tão distintas sob direção de um único diretor, relatava também sobre a dificuldade que era o trabalho do próprio Arquivo Público, com poucos servidores.

> Imagine-se agora o que poderá fazer nesta importante seção um arquivista, por chefe, com um ajudante e um servente, conservando, sob sua responsabilidade, para evitar estragos produzidos pelas traças, ratos, baratas, centopeias, e cupins, um sem número de documentos preciosos que até então se achavam distribuídos noutros arquivos confiados a guarda de muitos arquivistas, com seus ajudantes e serventes[655].

Para ele, a reorganização do Arquivo Público era essencial para a preservação do patrimônio histórico do Amazonas. Em seu manifesto, Bento Aranha defendia a separação das funções do Arquivo Público das demais repartições e sugeria que a Repartição de Estatística e Arquivo Público fosse restaurada como uma unidade autônoma, capaz de se dedicar exclusivamente à preservação dos documentos históricos.

[653] Jornal do Comércio, de 19 de outubro de 1909, p1.
[654] Jornal do Comércio, de 19 de outubro de 1909, p1.
[655] Jornal do Comércio, de 19 de outubro de 1909, p1.

Ele acreditava que, apenas com essa separação e reestruturação, o Arquivo poderia cumprir sua função de preservar e divulgar as riquezas documentais e históricas do Amazonas.

Em 1910, Bento Aranha retornou ao Arquivo Público, agora como diretor, e foi responsável por algumas melhorias, como a separação da Imprensa Oficial e da Numismática, além da reabertura da Biblioteca Pública. No entanto, sua saída abrupta da direção, em 1912, após a acusação de ter construído novas estantes sem a devida autorização do governador, reflete as dificuldades políticas e administrativas enfrentadas por ele durante sua gestão.

Bento Aranha dedicou-se intensamente à preservação e organização do patrimônio documental do Amazonas, sempre com um olhar voltado para sua própria visão histórica e política. Sua atuação na *Revista do Arquivo do Amazonas* foi, de fato, uma extensão dessa visão, sendo a publicação não apenas um instrumento de preservação, mas também uma ferramenta estratégica para preencher as lacunas da história regional conforme sua própria perspectiva. Cada número da revista, com escolhas como a data de lançamento do primeiro número, estava imbuído de um significado pessoal de exaltação dos feitos históricos que ele considerava fundamentais, como a lembrança de marcos políticos e a reverência a figuras históricas do Estado. Bento Aranha usou a revista como uma plataforma para divulgar sua interpretação da história do Amazonas, focando em temas e acontecimentos que ele considerava essenciais para a construção da memória do Estado.

Sua constante busca por promover o conhecimento sobre os marcos históricos regionais e sua ênfase em promover uma história oficial alinhada com sua visão política resultaram em um legado importante, embora permeado por desafios institucionais e políticos. Sua abordagem na revista e nas demais ações relacionadas ao patrimônio documental e mesmo de posicionamento político refletiu uma tentativa de consolidar uma narrativa histórica que fosse moldada por seus próprios valores e objetivos, mesmo que isso tenha implicado em um projeto de natureza bastante pessoal e, em certos momentos, isolado.

4.2. Os arquivos setoriais das repartições públicas e suas funções na gestão documental

Como mostra a Tabela 1, a pesquisa identificou, no primeiro capítulo, a existência de 72 arquivos setoriais entre 1889 e 1930, distribuídos entre repartições públicas, empresas e associações privadas. Desses, oito eram federais, 32 estaduais, 13 municipais e 19 pertenciam ao setor privado. O levantamento dessas unidades, no entanto, foi dificultado não apenas pela escassez de fontes, mas também pela ausência de uma história administrativa sistematizada do Estado, uma lacuna ainda presente na historiografia.

Além disso, a constante reorganização das estruturas administrativas durante a Primeira República resultou em mudanças frequentes nas denominações e atribuições das repartições, tornando ainda mais complexa a análise da gestão documental nesse período. Para enfrentar esse desafio, os primeiros capítulos da pesquisa buscaram mapear a estrutura administrativa ao longo do tempo, com ênfase nas práticas documentais, que pareciam estar voltadas principalmente para a resolução de questões cotidianas, em um contexto de crise financeira já discutido anteriormente.

A análise dos arquivos setoriais das repartições estaduais e municipais no Amazonas durante a Primeira República revelou que a gestão documental era uma prática realizada e até comum dentro da administração pública, ainda que sem uma normatização consolidada. Dos 45 arquivos setoriais identificados, vinculados as repartições do Estado e das municipalidades, incluindo Intendências e Superintendências Municipais, estruturas que ainda estavam diretamente ligadas à administração estadual. Algumas dessas repartições eram mais bem documentadas, especialmente aquelas ligadas a áreas estratégicas para a gestão do Estado, como Obras Públicas, Tesouro Público e Terras, Minas, Navegação e Colonização. Essas repartições, por sua importância administrativa, como será melhor trabalhado no ultimo subitem dessa tese, possuíam maior quantidade de arquivistas que o próprio Arquivo Público, o que sugere que sua documentação desempenhava um papel fundamental no funcionamento do governo, sobretudo em função da crise econômica, que exigia um maior controle sobre os registros produzidos.

Além dessas, foram identificados arquivos setoriais em uma ampla gama de repartições, abrangendo áreas como educação (Repartição de Instrução Pública, Academia de Belas-Artes, Universidade Livre de Manaus, Ginásio Amazonense e escolas do interior), cultura (Biblioteca Pública e Teatro Amazonas), segurança pública (Alfândega, Identificação Civil, Chefatura de Segurança Pública, Força Policial e

Batalhão da Polícia Militar), saúde pública (Cemitério Público, Higiene e Serviço Sanitário, Saúde do Porto), gestão financeira e patrimonial (Obras Públicas, Depósito Público, Direção-Geral de Engenharia, Procuradoria, Recebedoria, Coletoria de Renda e Delegacia Fiscal), órgãos dos Três Poderes (Congresso Legislativo, Palácio do Governo, Gabinete do Governador, Secretaria do Governo do Estado, Tribunal de Justiça) e outras instituições como a Caixa de Previdência Amazonense, Imprensa Oficial e Observatório Meteorológico.

Sem um direcionamento prévio baseado em normas gerais ou análises anteriores que estabelecessem as ações regulares dos arquivos das repartições, a pesquisa partiu do entendimento de que essas práticas eram guiadas, em alguns casos, pelos regimentos internos e, em sua maioria, pelas rotinas cotidianas dos órgãos públicos, conforme identificado nas declarações de administradores e gestores.

Dessa forma, foi realizado um mapeamento dos arquivos das repartições e da natureza das atividades diárias de gestão documental por eles desempenhadas, partindo do princípio de que os arquivos deveriam garantir que os documentos servissem de forma eficiente e econômica às finalidades para as quais foram criados, além de assegurar sua destinação adequada após cumprirem sua função, como destacou Schellenberg.

> Os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só podem ser alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia permanente ou são eliminados[656].

A pesquisa não conseguiu reconstruir integralmente a estrutura administrativa do estado entre 1889 e 1930, o que dificultou a compreensão do funcionamento das repartições ao longo desse período. No entanto, alguns aspectos relevantes puderam ser identificados. Primeiramente, não foram encontrados textos normativos específicos da administração pública estadual sobre a gestão de documentos e as práticas dos arquivos e arquivistas.

Apesar disso, foi possível constatar a existência de arquivos setoriais em diversos órgãos da administração pública, bem como a presença de normativas que, ainda que de forma indireta, regulamentavam algumas práticas nesses setores, evidenciando um reconhecimento do papel dos arquivos na gestão pública. Além disso, vários regulamentos de repartições criadas para estruturar a administração estadual faziam

[656] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006, p. 68.

menção explícita à presença de arquivos setoriais. Um exemplo foi o Regulamento da Repartição de Terras, promulgado em 1893 pelo Decreto n.º 37, de 8 de novembro, que, em seu Artigo 4º, item 9º, determinava que cabia ao diretor "ter sob suas vistas o arquivo da repartição", além de estabelecer diretrizes de funcionamento nos Artigos 5º e 6º:

> Art. 5° - os amanuenses serão auxiliares do oficial e terão a seu cargo o serviço de escrita da repartição, sendo um arquivista."
> Art.6° - O amanuense que servir de arquivista deverá:
> 1° arquivar por ordem cronológica e fazer encadernar trimensalmente todos os ofícios, minutas e requerimentos endereçados à repartição, que não fizeram parte de autos;
> 2° arquivar e ter em boa ordem todos os autores, livros e mais papéis sobre terras
> 3° Tirar cópias e certidões de documentos ou títulos arquivados na repartição
> 4° ter sob sua imediata vigilância e responsabilidade o arquivo, inventariando os objetos ali existentes[657].

No mesmo ano, o Decreto n.º 36, de 10 de novembro de 1893, promulgou o Regulamento da Junta Comercial do Estado do Amazonas, que estabelecia diretrizes para a organização e manutenção de seu arquivo. No Artigo 19, inciso 13, ao tratar das atribuições do secretário e da Secretaria da repartição, determinava que cabia ao secretário "providenciar a bem da ordem do arquivo, arrumação, guarda e conservação dos livros e papéis que nele devam ser recolhidos"[658].

Além disso, o Artigo 29 reforçava que "a Secretaria tem a seu cargo o expediente da Junta, o registro público do comércio e o arquivo", atribuindo-lhe a responsabilidade direta sobre a documentação. No inciso 4 do mesmo artigo, estabelecia-se ainda que "no arquivo se guardarão em segurança e asseio os livros findos da Junta, os exemplares de contratos de sociedades comerciais e estatutos de companhias e sociedades anônimas", evidenciando a preocupação com a preservação e organização desses registros[659].

Em 1894, foi mencionado no Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Amazonas, no inciso 6° do Art. 9º, que ao secretário compete "organizar o arquivo da Repartição, tê-lo sob sua guarda e ser único responsável pelo extravio de qualquer papel do mesmo"[660]. Dois anos depois, em 1896, foi a vez da promulgação do Regulamento do Ginásio Amazonense, onde dizia que seria competência do amanuense "manter em ordem o arquivo e todos os livros e papéis confinados sob sua guarda"[661].

[657]Diário Oficial, de 18 de novembro de 1893, p. 3.
[658]Diário Oficial, de 19 de novembro de 1893, p. 3.
[659]Diário Oficial, de 19 de novembro de 1893, p. 3.
[660]Diário Oficial, 16 de janeiro de 1894, pág. 1.
[661]Diário Oficial, de 2 de fevereiro de 1896, p.4.

A ausência de normas gerais promulgadas pela administração para regulamentar a gestão documental e a atuação dos arquivos setoriais pode ser interpretada de duas formas: como uma falta de preocupação ou desconhecimento sobre a importância dessas normativas, ou como um reflexo da descentralização administrativa, na qual cada repartição assumia a responsabilidade de definir suas próprias regras conforme suas necessidades específicas. A existência de regulamentos internos em diversas repartições sugere que havia, de fato, uma compreensão sobre a relevância dos arquivos para a administração pública, mas que essa preocupação se manifestava de maneira fragmentada e setorial, sem um direcionamento centralizado.

Essa descentralização resultava em uma notável falta de padronização entre as normas adotadas pelos diferentes órgãos, afetando a organização, a composição dos arquivos e a delimitação das funções arquivísticas. Um exemplo disso pode ser encontrado no Decreto n.º 37[662], publicado no *Diário Oficial* em 18 de novembro de 1893, que regulamentava a Repartição de Terras e foi promulgado em 8 de novembro do mesmo ano. No Item 9º do Art. 4º, o decreto menciona a supervisão do arquivo da repartição, enquanto o Art. 5º define a composição do pessoal do arquivo, incluindo a função dos amanuenses, que atuavam como auxiliares administrativos e responsáveis pelo serviço de escrita, entre eles um arquivista. Já o Art. 6º detalha as atribuições desse arquivista, que deveria organizar e arquivar documentos por ordem cronológica, encadernar ofícios, minutas e requerimentos trimestralmente, manter em boa ordem todos os livros e papéis relacionados às terras e elaborar cópias e certidões de documentos arquivados.

Esse regulamento demonstra que, ainda que inexistisse uma política documental abrangente no nível estadual, algumas repartições adotavam práticas organizacionais sistemáticas, reconhecendo a necessidade de gerenciamento dos documentos. No entanto, a ausência de diretrizes unificadas dificultava a consolidação de uma prática arquivística homogênea, o que possivelmente impactava a eficiência da administração pública como um todo.

Quatro anos após o Regulamento de 1893, um novo regulamento foi estabelecido para a mesma Repartição de Terras, que passou a ser denominada Diretoria de Terras. O Decreto n.º 169, de 1º de julho de 1897, introduziu uma mudança na estrutura funcional do setor documental, substituindo a função de amanuense pela de *bibliotecário/arquivista*. No entanto, apesar da nova nomenclatura, as atribuições desse

[662]Diário Oficial, de 18 de novembro de 1893, p. 3.

profissional permaneceram essencialmente as mesmas descritas no regulamento anterior, reforçando a continuidade das práticas documentais adotadas pela administração pública. Essa mudança na terminologia pode sugerir uma tentativa de conferir maior especialização à função, embora sem uma alteração substancial nas atividades desempenhadas.

Outro exemplo de regulamentação arquivística setorial pode ser encontrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas, cujo regulamento foi promulgado pelo Decreto n.º 36, de 10 de novembro de 1893[663]. Nesse documento, menciona-se a existência de um arquivo na repartição, mas diferentemente da Repartição de Terras, não há referência à presença de amanuenses ou arquivistas específicos para essa função. Em vez disso, o Art. 19, Inciso 13º, atribuía ao secretário da repartição a responsabilidade de "providenciar a bem da ordem do arquivo, arrumação, guarda e conservação dos livros e papéis que nele devam ser recolhidos." Essa diretriz reforça a ideia de que, em algumas repartições, a gestão documental não era uma atribuição especializada, sendo delegada a servidores que acumulavam múltiplas funções administrativas.

Além disso, no Art. 29 do mesmo regulamento, detalham-se os expedientes sob a responsabilidade da Secretaria da Junta Comercial, cuja supervisão também cabia ao secretário. O Inciso 4º desse artigo especificava a documentação a ser recolhida ao arquivo da repartição, incluindo os livros findos da Junta, exemplares de contratos de sociedades comerciais e estatutos de companhias e sociedades anônimas. Esse regulamento evidencia que, apesar da ausência de profissionais designados exclusivamente para a função arquivística, havia uma preocupação com a organização e a preservação documental no âmbito da administração pública estadual, ainda que de forma descentralizada e sem padronização entre as diferentes repartições:

> A secretaria tem a seu cargo o expediente da Junta, o registro público do comércio e o arquivo.
> […]
> Inciso 4°. No arquivo se guardarão em segurança e asseio os livros findos da Junta, os exemplares de contratos de sociedades comerciais e estatutos de companhias e sociedades anônimas[664].

O Regulamento da Instrução Pública, promulgado em 7 de outubro de 1900[665], apresenta uma particularidade interessante em relação à gestão documental, derivada da

[663]Diário Oficial, de 19 de novembro de 1893, p. 3.
[664]Diário Oficial, de 19 de novembro de 1893, p. 3.
[665]Diário Oficial, de 7 de outubro de 1900, p. 6-7

própria estrutura administrativa da repartição. Nele, o inspetor escolar era designado como responsável por manter em dia e em ordem os arquivos específicos da inspeção das escolas, evidenciando uma descentralização da responsabilidade arquivística para os próprios agentes que lidavam diretamente com a documentação educacional. Essa diretriz sugere que a preservação e organização dos documentos estavam associadas às funções pedagógicas e administrativas do inspetor, sem uma mediação especializada.

Além disso, no Art. 148 do mesmo regulamento, há uma menção explícita ao arquivo da repartição, que ficava sob a responsabilidade do pessoal da secretaria e sob a fiscalização do diretor-geral. No entanto, em nenhum momento é mencionada a existência de um arquivista ou qualquer outro profissional dedicado exclusivamente à gestão documental.

A análise dos regulamentos das repartições públicas do Amazonas entre 1889 e 1930 revelou um total de 21 regulamentos que mencionavam a existência de arquivos setoriais. No entanto, quatro desses documentos tratavam de atualizações de regulamentos anteriores, o que significa que, ao longo do período estudado, foram identificadas 17 repartições distintas cujas normativas faziam referência à presença de arquivos em suas estruturas administrativas.

Como já mencionado, os regulamentos não seguiam um padrão formal, refletindo também a ausência de uniformidade nas atribuições conferidas aos arquivos das repartições. Enquanto alguns regulamentos detalhavam minuciosamente as funções desses arquivos, especificando os tipos de documentos armazenados e os funcionários responsáveis por sua gestão, outros apenas mencionavam a existência do arquivo, sem fornecer maiores esclarecimentos sobre seu funcionamento. Essa diversidade normativa sugere que a gestão documental era compreendida de maneira distinta em cada repartição, moldando-se às especificidades administrativas e às necessidades práticas de cada órgão.

É importante destacar que os regulamentos serviam como diretrizes para a organização e o funcionamento das repartições, mas isso não significava, necessariamente, que as normas eram seguidas à risca ou que a estrutura prevista se materializava integralmente na prática. Por isso, a análise de outras fontes, como as mensagens dos governadores, os relatórios de diretores e coordenadores de repartições e as notícias publicadas nos periódicos da época, foi fundamental para compreender não apenas a existência dessas normativas, mas também para verificar como eram efetivamente aplicadas, quais atividades eram de fato executadas e quais desafios e

problemas surgiam no dia a dia dos arquivos. Nos próximos trechos, exploraremos essas evidências para uma compreensão mais aprofundada da gestão documental no período.

No período analisado, pode-se observar o entendimento da importância em se realizar o recolhimento e a guarda dos documentos aos arquivos das repartições públicas do Amazonas, principalmente, tendo em vista que tais práticas estavam em muitos dos regimentos das repartições, como sendo o caso da Junta Comercial, ao indicar que "livros das eleições da Junta que deverão ser guardados no arquivo da secretaria da Repartição"[666]. No regulamento da Secretaria do Estado de 1896, dizia competir ao Secretário do Estado "enviar para o arquivo do Departamento do Interior os autógrafos destas leis, decretos, instruções e regulamentos, fazendo guardar no arquivo da secretaria uma cópia destes documentos devidamente autenticados"[667]. Já no Regulamento das Coletorias do Estado, também de 1896, dizia que "as guias serão especificamente em duas vias, a primeira ficará no arquivo [das coletorias] para ser, no fim de cada mês, enviada à Recebedoria"[668].

Outro exemplo foi do Regimento do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, dizendo que ao escrivão competia "remeter ao arquivo do Tribunal, cobrando recibo do Secretário os livros e autos findos quando A normatização estabelecia diretrizes sobre como a gestão documental deveria ser realizada, mas a aplicação dessas normas na prática era uma questão distinta. Para entender melhor como ocorria, de fato, o recolhimento e a guarda dos documentos, é possível recorrer a fontes como os ofícios expedidos, publicados nos Diários Oficiais da época. Esses documentos revelam práticas administrativas concretas, especialmente no que se refere ao trânsito de documentos entre repartições.

Um exemplo disso pode ser encontrado no ofício de 28 de agosto de 1889, enviado pela Secretaria de Justiça ao secretário do Congresso Amazonense[669]. Nesse documento, a Secretaria informa o envio de 24 exemplares do Relatório da Secretaria de Justiça relativos ao ano de 1898, para que fossem incorporados ao arquivo da Secretaria do Congresso. Esse registro demonstra que, independentemente da ausência de uma normatização geral e padronizada para a gestão documental, havia um entendimento e

[666] Quem em seu regulamento promulgado pelo decreto n.° 87 de 18 de outubro de 1895, Diário Oficial de 26 de outubro de 1895, p. 1)
[667]promulgado pelo decreto n.° 127 de 17 de agosto de 1896, onde, em seu Cap. II, no Inciso III, do Art. 11, (Diário Oficial, de 20 de agosto de 1896, p.1);
[668] Promulgada pelo decreto n.° 123 de 7 de agosto de 1896, onde, em seu inciso único. Diário Oficial de 11 de agosto de 1896, p. 2;
[669] Diário Oficial, de 5 de outubro de 1899, p. 2.

uma prática administrativa que envolviam o arquivamento e a circulação de documentos entre os órgãos públicos.

Essa dinâmica indica que os arquivos setoriais exerciam um papel ativo na preservação e organização documental, mesmo que suas atividades não fossem rigidamente padronizadas. Além disso, a menção explícita à destinação dos documentos aos arquivos setoriais reforça a ideia de que havia uma percepção da importância desses espaços na administração pública, mesmo sem uma estrutura normativa abrangente para a gestão documental no âmbito estadual. Nos próximos trechos, analisaremos outras fontes que complementam essa visão, fornecendo mais detalhes sobre a efetividade dessas práticas.

A destinação dos documentos aos arquivos deveria ser acompanhada de rotinas de registro de entrada, saída e tramitação, garantindo controle sobre a documentação que chegava, a que se acumulava e a que era transferida ou eliminada. Essas atividades eram fundamentais para a funcionalidade dos arquivos das repartições, pois a documentação arquivada servia à resolução de problemas administrativos e à tomada de decisões estratégicas.

O controle documental tornava-se ainda mais essencial em contextos de crescimento populacional e expansão das atividades econômicas e burocráticas. No caso da administração pública do Amazonas durante a Primeira República, esse cenário foi intensificado pela economia da borracha, que impulsionou não apenas o crescimento demográfico e urbano, mas também a necessidade de adaptação da estrutura administrativa. Esse processo deveria ter refletido na organização e gestão dos arquivos das repartições, mas o que as fontes indicam é um cenário de não padronização e de soluções administrativas isoladas.

Para que os arquivos das repartições cumprissem adequadamente suas funções, era necessária a implementação de rotinas administrativas bem definidas. No entanto, a análise das fontes revela que, durante o período estudado, não foram encontrados instrumentos normativos abrangentes que estruturassem a gestão documental no Amazonas. Em vez disso, o que se observa são referências indiretas a procedimentos administrativos dentro dos regulamentos das repartições. Essa ausência de padronização acarretava desafios significativos na gestão documental, muitas vezes obrigando as repartições a criar instrumentos específicos para suas necessidades, o que, por sua vez, gerava inconsistências e dificuldades na recuperação e preservação da informação administrativa.

Nos exemplos a seguir, serão apresentados casos em que regulamentos internos mencionam práticas relacionadas à gestão documental, ainda que de forma fragmentada e sem uma normatização abrangente.

De forma geral, os regulamentos encontravam-se repletos de diretrizes sobre as rotinas administrativas a serem seguidas pelos responsáveis pelos arquivos, utilizando termos como "do papel de", "incumbe-lhe", "deverá" e "compete". Por exemplo, o regulamento para o administrador do Teatro Amazonas especificava que ele deveria "examinar diariamente o guarda-roupa e o arquivo do Teatro, velando pela sua conservação"[670]. Da mesma forma, a Repartição de Terras estabelecia que o amanuense designado como arquivista deveria arquivar por ordem cronológica e encadernar trimestralmente todos os ofícios, minutas e requerimentos não incluídos em autos; manter em boa ordem todos os autores, livros e papéis relacionados a terras; tirar cópias e certidões de documentos ou títulos arquivados; e manter sob sua vigilância e responsabilidade o arquivo, incluindo o inventário dos objetos ali existentes[671].

Todavia, foram encontrados em alguns regulamentos, falas diretas acerca das rotinas de registro mais específico, como de entrada, saída e tramitação, como na Secretaria do Estado, dizendo que ao arquivista cabia "receber todos os papéis que lhe forem entregues pelas seções e assinar no livro para isso destinado, carga de todos os que lhe forem remetidas"[672], e continuava "remeter por meio de protocolo ao Arquivo Público, com as devidas classificações, todos os papéis e processos de negócios findos e que se achem a sua guarda há mais de cinco anos, havendo do arquivista o devido recibo averbado no protocolo"[673], e por fim, "haverá na Secretaria os seguintes livros de registros e copiador da correspondência dirigida"[674]. Mostrando assim que tal Repartição indicava a preocupação em registrar nos livros a entrada, assim como os protocolos de tramitação e saída dos documentos.

No Regulamento do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas[675], dizia que ao escrivão competia "remeter ao arquivo do Tribunal, cobrando recibo do Secretário, os livros e autos findos quando tiverem decorrido cinco anos, contados da última sentença

[670] Diário Oficial, de 1 de agosto de 1896, p.3.
[671] Decreto n 37 de 8 de novembro de 1893. Diário Oficial, de 18 de novembro de 1893, p. 3.
[672] Decreto n 438 de 31 de julho de 1900. 8 de agosto de 1900, p.1-2.
[673] Decreto n 438 de 31 de julho de 1900. 8 de agosto de 1900, p.1-2.
[674] Decreto n 438 de 31 de julho de 1900. 8 de agosto de 1900, p.1-2.
[675] Regulamento publicado no Diário Oficial em 28 de novembro de 1897, p. 2.

passada em julgado". Já na Secretaria da Indústria, ao oficial responsável pelo Arquivo, competia:

> 1.º Guiar toda a correspondência da diretoria.
> 2.º Vigiar o protocolista que executasse o trabalho com presteza e clareza e que o arquivista tenha em ordem os documentos sob sua guarda;
> Transcrever na íntegra em livro especial os atestados de obras executadas;
> 4.º Lavrar termos, acordos ou contratos que tenham de ser assinados pelo diretor;
> 5.º Lançar em livro especial as atas das concorrências públicas que se realizarem na diretoria, e bem assim os pareceres dos Conselhos[676].

Observando neste caso, a existência não somente de livros de registros, como também um profissional, o "protocolista", para exercer as atividades, mesmo que não se tenha conhecimento se tal profissional estivesse ligado diretamente ao setor de arquivo. Por outro lado, dizia também que, ao arquivista, dentre várias outras funções, competia "não entregar documento algum do arquivo sem o competente recibo em livro talão"[677].

Ao analisar outras fontes, pode ser observado também a importância dos registros de tramitação, por exemplo, na fala do Governador[678], dizendo que deveria ser registrado em livro especial, guardado no arquivo da Repartição de Obras Públicas, as observações efetuadas no recém-criado Observatório Meteorológico de Manaus. Assim como no Relatório da Repartição de Terras, anexo à mensagem do Governador[679], sobre a Colônia Pedro Borges, dizia que "tudo o que pertence ao Estado consta do Livro competente de registro que se acha no arquivo desta colônia".

O modelo de registro utilizado nos arquivos das repartições públicas do Amazonas durante a Primeira República apresenta semelhanças com o sistema de "Registro e Protocolos" descrito por Theodore Schellenberg[680]. Esse sistema era caracterizado pelo uso de livros ou fichas nos quais se anotava a entrada e o movimento dos documentos durante seu uso corrente, influenciando diretamente a forma de arquivamento, organização e ordenação dos documentos. Tais práticas derivavam de modelos europeus

[676] Decreto n 249 de 11 de junho de 1898. 3 de julho de 1898, p. 1.
[677] Diário Oficial, de3 de julho de 1898, p. 1.
[678] Mensagem do governador, de 1893, p. 12.
[679] Mensagem do governador, de 1903, p. 233.
[680] Cabe ressaltar que Schellenberg estava comparando o sistema de registro e protocolo, visto por ele como "primitivo", aos modernos sistemas americanos de arquivamento, estes, os documentos "são ordenados alfabeticamente por nome, lugar ou assunto, ou segundo esquemas de classificação de assuntos, ou ainda numericamente. Além disso, nos sistemas americanos de arquivamento, os documentos são controlados, enquanto de uso corrente, pela maneira como são arranjados, e não pelo emprego de registros. De modo geral, os documentos se apresentam numa ordem direta que dispensa índices - são auto-indexáveis" Ver: SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006, p. 113-114.

e eram comuns na administração colonial americana, sendo adotadas em diferentes repartições públicas.

Além do registro e controle da tramitação documental, outra atividade essencial nos arquivos era a organização física dos documentos. A disposição racional dos documentos tinha como objetivo otimizar as rotinas administrativas e facilitar a busca da informação quando necessário. Os regulamentos das repartições mencionavam diretrizes específicas para o arquivamento, reforçando a influência do sistema de registro e protocolo.

Por exemplo, o regulamento da Intendência Municipal de Manaus[681] determinava que os documentos deveriam ser classificados "cronologicamente, na melhor ordem e método, devidamente rotulados, de modo a facilitar uma busca, quando necessário". Da mesma forma, na Secretaria do Estado, cabia ao arquivista organizar os documentos "na ordem das respectivas datas". O relatório da Chefatura de Polícia reforçava essa prática, afirmando que "o arquivamento é feito em ordem cronológica, compreendendo dia, mês e ano"[682]. Regulamentos de outras repartições, como a Repartição de Terras[683] e a Secretaria da Indústria[684], também continham orientações semelhantes.

Essas diretrizes evidenciam uma tentativa de estabelecer padrões mínimos para a organização dos arquivos das repartições, ainda que a ausência de uma normatização geral e a fragmentação administrativa tenham resultado em práticas muitas vezes isoladas e não padronizadas.

O atendimento ao público, seja interno ou externo, constitui uma das atividades finalísticas essenciais de qualquer arquivo, incluindo os arquivos de repartições públicas. Segundo Schellenberg, a administração eficiente dos arquivos correntes tem como objetivo garantir que os documentos sirvam às finalidades para as quais foram criados de maneira eficaz e econômica[685]. Para isso, é fundamental que os documentos possam ser localizados rapidamente e sem dificuldades.

Nos arquivos das repartições públicas do Amazonas durante a Primeira República, o atendimento ao público variava conforme a finalidade da repartição à qual estavam vinculados. O atendimento interno era voltado para a própria repartição, garantindo a continuidade das rotinas administrativas e a tomada de decisões. Já o atendimento no

[681] Diário Oficial, de 22 de maio de 1896, p. 1
[682] Mensagem do governador, de 1906, p. 163 - 164.
[683] Diário Oficial, de 18 de novembro de 1893. p. 3; Diário Oficial, de 4 de julho de 1897, p 1-2.
[684] Diário Oficial, de 3 de julho de 1898, p. 1.
[685] SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006, p.67-68.

âmbito da administração pública envolvia a relação entre diferentes repartições, permitindo a tramitação de documentos necessários para decisões governamentais.

Além disso, o atendimento externo possibilitava o acesso à documentação por terceiros, fornecendo informações para a garantia de direitos dos cidadãos. Esse atendimento externo poderia incluir, por exemplo, a emissão de certidões, acesso a registros administrativos ou a disponibilização de dados para fins jurídicos e históricos. A qualidade do atendimento nos arquivos das repartições estava diretamente ligada à organização e ao controle da documentação. A inexistência de padrões e de instrumentos normativos unificados impactava a eficiência desse serviço, resultando, muitas vezes, em dificuldades na localização e recuperação da informação.

Os regulamentos das repartições públicas do Amazonas na Primeira República evidenciam que os arquivos foram concebidos dentro dessas perspectivas de atendimento. Tanto no contexto interno, auxiliando as próprias repartições na tramitação documental e na tomada de decisões, quanto na interação entre diferentes órgãos da administração pública.

Além disso, os arquivos também desempenhavam um papel fundamental no atendimento ao público externo, fornecendo acesso a documentos e informações essenciais para a garantia de direitos e o funcionamento da administração. Um exemplo claro disso pode ser observado no regulamento da Intendência de Silves, que determinava que o arquivo deveria estar à disposição do Secretário sempre que necessário para averiguações, serviços e fiscalização da Municipalidade.[686], no Tribunal de Justiça do Amazonas, cabia ao arquivista "entregar, mediante ordem do Secretário, os que por bem do serviço devem sair do arquivo", assim como "passar as certidões que pelo Secretário forem ordenadas as cópias que lhe forem exigidas desses papéis"[687], assim como, na Secretaria da Indústria, onde cabia ao responsável pelo arquivo, "tirar cópias e certidões de documentos ou títulos sob sua guarda"[688].

Os expedientes das repartições, publicados diariamente no *Diário Oficial*, revelam a importância dos arquivos no funcionamento da administração pública. Através desses registros, foi possível identificar diferentes serviços relacionados aos arquivos das repartições, como o envio e recebimento de documentos entre órgãos, pedidos de acesso

[686] Diário Oficial, de 3 de maio de 1896, p. 3.
[687] Diário Oficial, de 8 de agosto de 1900, p.1-2.
[688] Diário Oficial, de 7 de julho de 1898, p.1.

a documentos específicos e, principalmente, a solicitação de certidões pela sociedade em geral.

Embora os arquivos não fossem diretamente mencionados como protagonistas, estavam implícitos na dinâmica administrativa. Os documentos enviados, recebidos e requisitados transitavam por essas estruturas, demonstrando sua relevância para a gestão pública. Um exemplo ilustrativo foi o expediente de 2 de abril de 1894, em que a Secretaria do Governo expediu um ofício informando que uma solicitação foi aceita pelo governador e que a documentação correspondente seria enviada para o Arquivo Geral da Secretaria[689]. Em ofício expedido pelo Tesouro do Estado, de 20 de janeiro de 1894, ordenava que a Imprensa Oficial remetesse diariamente cópias do Diário Oficial do Estado do Amazonas para o arquivo da Repartição[690].

Os arquivos das repartições do Estado do Amazonas desempenharam um papel central na administração pública e na prestação de serviços à sociedade. Além de gerenciarem a documentação produzida, esses arquivos funcionavam como instrumentos essenciais para assegurar direitos, cumprir deveres e promover a cidadania. Através da documentação arquivada, era possível garantir a continuidade administrativa, oferecer segurança jurídica e preservar a memória institucional do governo. Certidões, ofícios e outros documentos eram fundamentais para comprovar atos administrativos, validar transações e fornecer informações essenciais para a tomada de decisões. Dessa forma, os arquivos não eram apenas depósitos de papéis, mas estruturas estratégicas para o funcionamento eficiente da máquina pública.

O Regulamento do Depósito Público de 1896[691] estabelecia que as certidões extraídas dos livros devidamente selados, passadas pelo escrivão e rubricadas pelo Depositário Geral, possuíam fé pública. Esse regulamento conferia autenticidade legal às certidões, garantindo sua aceitação em diferentes contextos administrativos. Além disso, a cobrança de emolumentos para sua emissão não apenas assegurava a manutenção e o funcionamento dos arquivos, mas também refletia a importância econômica desses serviços para a administração pública.

Os arquivos das repartições desempenhavam um papel essencial na gestão e formalização de processos administrativos. A emissão de certidões era uma prática comum para assegurar direitos e deveres. Em 5 de março de 1909, por exemplo, o

[689] Diário Oficial, de 24 de abril de 1894, p. 1.
[690] Diário Oficial, de 23 de janeiro de 1894, p. 02.
[691] Diário Oficial, de 10 de outubro de 1896, p. 1

professor João Baptista de Moraes Reis solicitou uma certidão para comprovar seu tempo de efetivo exercício como funcionário público, evidenciando a importância desses documentos para a administração de direitos laborais[692]. Da mesma forma, a emissão de certidões relativas a títulos definitivos de terras era fundamental para a formalização da propriedade, como no caso de Antônio Chaves, que, em 1º de agosto de 1914, obteve um documento confirmando sua titularidade sobre lotes de terra nos municípios de Manicoré e Humaitá[693].

A gestão documental também estava diretamente ligada à administração de terras públicas. Em 31 de julho de 1896, o Diário Oficial publicou um despacho determinando que os autos das demarcações de terrenos no Rio Madeira fossem remetidos à Repartição de Terras Públicas do Estado, demonstrando o papel essencial dos arquivos na organização e controle do território[694].

Além da administração fundiária, os arquivos desempenhavam uma função crucial na regularização e no registro de atividades comerciais. A certidão publicada em 7 de junho de 1914, que documentava o arquivamento de registros da companhia inglesa *The Mandos Market na Slaughterhouse Limited*, ilustra como essas instituições serviam para validar e autorizar operações empresariais[695]. Outro exemplo foi o pagamento de emolumentos pela empresa *Manáos Improvements* para a obtenção de uma certidão expedida pelo Tesouro, evidenciando a relevância administrativa e econômica desse serviço[696].

A utilização dos arquivos também se estendia à comprovação de transações comerciais. Em 9 de maio de 1914, um despacho registrou a solicitação da empresa *Mesquita e Companhia* para obter certidões que confirmassem a existência de documentos comprobatórios de produtos despachados, demonstrando a importância dos arquivos na defesa de direitos fiscais[697].

As certidões também eram empregadas para verificar e comprovar condutas individuais. Em 5 de janeiro de 1921, Antônio Soares teve deferida sua petição para obter uma certidão que confirmasse a inexistência de notas desabonadoras em seu registro na Chefatura de Polícia, destacando o uso dos arquivos para questões de reputação e

[692] Jornal do Commércio, de 5 de março de 1909, p. 1
[693] Jornal do Commércio, de 1 de agosto de 1914, p. 2.
[694] Diário Oficial, de 31 de julho de 1896, p. 4
[695] Jornal do Commércio, de 7 de junho de 1914, p. 2.
[696] Jornal do Commércio, de 5 de setembro de 1912, p. 2.
[697] Jornal do Commércio, de 9 de maio de 1914, p. 2.

antecedentes[698]. Da mesma forma, Luiz Galdino Damasceno, ex-praça da força policial, solicitou um documento sobre o que constava a seu respeito no arquivo da corporação, evidenciando a importância desses registros para fins administrativos e pessoais[699].

A análise das práticas relacionadas à emissão de certidões pelos arquivos das repartições do Estado do Amazonas durante a Primeira República demonstra a relevância multifacetada desses documentos. Além de garantirem autenticidade e validade legal, as certidões desempenhavam um papel crucial na administração de direitos, no cumprimento de deveres e na prestação de serviços à sociedade. Os arquivos, portanto, não se limitavam à gestão documental, mas constituíam instituições fundamentais para a vida pública e administrativa da época. Da regulamentação à verificação de condutas, a emissão de certidões refletia a complexidade e a centralidade da função arquivística na administração pública e no cotidiano dos cidadãos.

Foi interessante observar as solicitações envolvendo a mudança de custódia dos acervos documentais. Um exemplo disso ocorreu em 6 de maio de 1895, quando o governador enviou um ofício ao Tesouro do Estado solicitando que os inventários, livros e demais documentos armazenados no arquivo da Coletoria de Silves fossem transferidos para Urucurituba[700]. Nesse caso, não foi possível identificar o motivo da mudança. No mesmo mês, em 25 de maio, o governador expediu outro ofício determinando que os livros do arquivo da Procuradoria fossem entregues à Intendência, uma vez que o procurador estava entrando em licença.

Também havia mudanças e solicitações relacionadas a repartições extintas. Em 12 de março de 1894, um ofício foi enviado ao inspetor da Alfândega de Manaus solicitando o envio das plantas de terras pertencentes à extinta Tesouraria de Fazenda, que estavam sob sua guarda, além da necessidade de tirar cópias desses documentos para a Repartição de Obras Públicas[701]. Dois anos depois, em 12 de julho de 1896, um novo ofício foi registrado, novamente dirigido ao inspetor da Alfândega, solicitando a expedição de títulos definitivos de terras aos requerentes e a transferência dos documentos pertencentes ao arquivo da antiga Tesouraria de Fazenda para a Repartição da Alfândega, que havia assumido a responsabilidade pelos serviços relacionados às terras públicas[702].

[698] Jornal do Commércio, de 5 de janeiro de 1921, p. 1.
[699] Jornal do Commércio, de 29 de janeiro de 1921, p. 1.
[700] Diário Oficial, de 30 de maio de 1895, p. 2.
[701] Diário Oficial, de 4 de março de 1894, p.2
[702] Diário Oficial, de 31 de julho de 1896, p. 4.

Essas movimentações demonstram a preocupação com a preservação e a destinação adequada dos acervos documentais das repartições extintas, assegurando a continuidade administrativa e o acesso à informação oficial.

Os inventários e as estatísticas eram ferramentas fundamentais para manter o controle dos acervos, especialmente com a adoção do sistema de registro e protocolo[703]. Esse método permitia que a classificação e a ordenação física dos documentos ocorressem de maneira relativamente simples, seguindo, como já mencionado, a organização cronológica. Dessa forma, os inventários funcionavam como instrumentos de pesquisa prévia, facilitando a localização dos documentos.

Todavia, nos regulamentos analisados, foi encontrada apenas uma menção direta à criação de um instrumento específico na Secretaria do Estado. O documento determinava que era obrigação do responsável pelo arquivo da repartição "fazer o índice cronológico dos mesmos papéis, com designação das matérias que contêm, notando a respeito de cada um, além da data, o maço em que ficar guardado"[704].

Outra prática pouco mencionada nos regulamentos, mas que se mostrava bastante recorrente, era a produção de relatórios sobre a movimentação dos arquivos, frequentemente anexados às mensagens dos governadores. Apenas um regulamento, o da Secretaria de Indústria de 1898, estabelecia explicitamente essa prática, determinando que era função do arquivista da repartição "apresentar mensalmente ao oficial uma relação do movimento do arquivo e, no fim do ano, uma relação completa do movimento anual"[705].

Em uma administração ainda em construção, sem normatizações plenamente estabelecidas pelo Estado para seus procedimentos, os resultados nem sempre correspondiam às expectativas. Na gestão documental das repartições públicas, essa realidade não era diferente. Como demonstram os casos já apresentados, algumas solicitações de documentos recebiam respostas positivas, enquanto outras eram negadas com frequência.

Era comum que gestores apontassem a falta de organização dos arquivos das repartições ou a ausência de pessoal qualificado para organizar e conservar a documentação, fatores que dificultavam o atendimento das solicitações. A justificativa mais recorrente para esses problemas era a situação financeira, um tema constantemente

[703] Comparando com o sistema moderno de arquivamento. In: SCHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas..., 2006.
[704] Diário Oficial, de 8 de agosto de 1900, p.1-2.
[705] Diário Oficial, de 3 de julho de 1898, p. 1.

abordado nos relatórios dos responsáveis pelos arquivos setoriais. Esse cenário é evidenciado no relatório da Recebedoria do Estado ao governador, em 1893:

> Para apresentar-vos este obscuro trabalho, que está longe de satisfazer o vosso desejo, lutei com as dificuldades que já tive de vos apresentar e que continuarão a permanecer, enquanto não se adotar uma medida que reorganize o arquivo, montando-se, ao mesmo tempo, uma estatística que alcance pelo menos os últimos dez anos[706].

E prosseguia:

> A criação de um lugar de arquivista com estas obrigações, me parece que seria bastante para resolver as dificuldades que vos aponto[707].

Em 1893, a Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização relatou que não havia no arquivo da repartição cadernetas, perfis, plantas e projetos de obras, justificando a ausência sob a presunção de que esses documentos nunca haviam sido elaborados[708]. Cerca de três anos depois, essa mesma repartição informou novamente que não encontrou documentos em seu arquivo sobre os terrenos solicitados por terceiros[709].

Também em 1896, a Secretaria do Governo enviou um ofício, datado de 4 de setembro, ao Departamento da Indústria, com cópia para a Repartição de Terras e Colonização, determinando a organização adequada do arquivo diante dos problemas encontrados[710]. Já em 1901, no relatório apresentado ao governador, o diretor da Repartição de Segurança Pública não apenas criticou a situação do arquivo da repartição, afirmando que: "O estado deste importante ramo da Segurança Pública em nada é lisonjeiro, já pela sua deficiência, já pela sua desorganização", assim como também propôs uma solução:

"Para melhorá-lo e colocá-lo na altura em que deve ser, designei o amanuense Manoel Avelino de Freitas a fim de exercer as funções de arquivista"[711].

[706] Mensagem do Governador, de 1893, p 52 - 53.
[707] Mensagem do Governador, de 1893, p 52 - 53.
[708] Mensagem do governador, de 1893, p. 104.
[709] Diário Oficial, de 28 de julho de 1896, p 3.
[710] Diário Oficial, de 15 de setembro de 1896, p. 2
[711] Mensagem do governador, de 1901, p. 412.

Como já mencionado, não era comum encontrar respostas às solicitações realizadas, nem mesmo identificar claramente os pedidos a partir das respostas enviadas. No entanto, um caso específico permitiu compreender melhor esse processo.

Em um ofício de 12 de setembro de 1900, a Repartição de Higiene Pública solicitou ao governador que verificasse, no arquivo da extinta Secretaria do Interior, documentos referentes à encomenda dos laboratórios de Química e Bacteriologia feita por essa secretaria, pois os servidores estavam enfrentando dificuldades na montagem dos equipamentos[712]. Dois dias depois, a repartição enviou um novo ofício ao governador informando que a documentação solicitada não estava no arquivo da extinta Secretaria do Interior, mas sim no arquivo da Secretaria do Governo[713]. No entanto, em um ofício posterior, datado de 6 de outubro do mesmo ano, a repartição respondeu ao cidadão F.J. da Silva informando que a documentação não foi encontrada[714].

Se as repartições da capital enfrentavam problemas, a situação não era diferente nas repartições do interior. Em um ofício de 15 de fevereiro de 1900, a Secretaria de Indústria comunicou à Recebedoria a situação precária da Coletoria de Santo Antônio de Içá[715], onde diversos problemas foram identificados, incluindo a falta de um local adequado para o arquivo. Relatou-se que os documentos foram inutilizados por um funcionário efetivo, comprometendo a segurança e a preservação dos livros e documentos.

Um relato relevante ocorreu em 1895, quando uma comissão nomeada pelo governador para examinar os atos da Superintendência de Barcelos constatou que, tanto no arquivo da Secretaria do Estado quanto no arquivo da referida Superintendência, havia um grande número de documentos históricos, livros administrativos e livros de tombo desorganizados, o que, segundo a comissão, estava "prejudicando a própria história do Amazonas"[716.]

Outro exemplo foi uma série de dificuldades enfrentadas pela Repartição de Terras. Em 1901[717], seu diretor relatou que não encontrou em relatórios anteriores, nem no arquivo da repartição, qualquer documento sobre jazidas minerais no Estado ou tentativas de exploração dessas áreas. Como já mencionado, essa repartição também

[712] Diário oficial, de 20 de setembro de 1900, p. 2
[713] Diário Oficial, 25 de setembro de 1900, p. 1
[714] Diário Oficial, de 14 de outubro de 1900, p. 4
[715] Diário Oficial, de 18 de março de 1900, p. 1.
[716] Diário Oficial, de 15 de outubro de 1895, p. 2.
[717] Mensagem do governador, de 1901, p. 241.

enfrentou problemas com documentos desaparecidos em 1893. Essas circunstâncias provavelmente contribuíram para a decisão do governador de criar, em 1904[718], uma comissão destinada a organizar o arquivo da Repartição de Terras. A comissão foi composta pelo procurador do Estado, Saturnino Mesquita de Loureiro Moraes, pelo ajudante de repartição, Angelino Bevilaqua, e pelo oficial-arquivista, Adalardo Galvão Cantanhede. No ano seguinte, o governador mencionou a organização desse arquivo em mensagem à Assembleia Legislativa:

> [...] onde está em via de organização do arquivo, pois, sendo esta dependência da repartição a que mais é procurada pelas partes, dava-se o caso de, às vezes, duas certidões exigirem o prazo de quarenta ou mais dias e o manuseio de cerca de mil autos para se encontrar aqueles que se desejava. Graças à organização a que se está procedendo, pode-se consultar presentemente em um dia cerca de cem. Esse longo e fatigante trabalho tornará a repartição de Terras apta para atender, de momento, quaisquer informações sobre autos de demarcação das administrações passadas. Faltam ali, no entanto, muitos autos e documentos importantes, uns extraviados, outros que se encontram na Delegacia Fiscal do Tesouro Federal[719].

Em 1918, o governador relatou à Assembleia Legislativa a criação de uma nova comissão, desta vez com o objetivo de fornecer vantagens econômicas ao Estado:

> Conforme a disposição contida no art. 6° da Lei n. 942, de 23 de outubro de 1917, que estabeleceu a taxa cadastral, incidindo sobre todas as terras legitimadas, compradas ou simplesmente ocupadas, nomeei, por ato de 21 de março deste ano, uma comissão, constituída pelos Srs. Drs. Lourival Alves Muniz, chefe da Secção de Terras e Obras Públicas; Marçal Ferreira da Silva, chefe da Secção de Agricultura e Indústria Pastoril; e Antônio Telles de Sousa, auxiliar da primeira dessas seções, para colher, nos arquivos e nos cartórios desta capital e dos municípios do interior, as necessárias informações a esse respeito, não tendo essa comissão, até agora, podido desempenhar-se completamente dessa incumbência, à vista dos vultosos serviços que terá de empreender, nos quais despenderá longo tempo[720].

Ele acrescentou ainda:

> Segundo estou informado, já foram, entretanto, examinados, no arquivo da Secretaria do Estado, 1.634 documentos, os quais se encontram devidamente arrolados e catalogados[721].

Ainda sobre as repartições do interior, outro episódio envolvendo uma Coletoria foi registrado, desta vez na cidade de Maués[722]. O coletor responsável relatou ao Tesouro

[718] Jornal do Commércio, de 30 de março de 1904, p.1
[719] Mensagem do governador, de 1905, p. 16-17.
[720] Mensagem do governador, de 1918, p. 100.
[721] Mensagem do governador, de 1918, p. 100.
[722] Mensagem do Governador, de 1901, p. 691-697.

Público do Amazonas que o relatório de 1900 da repartição não pôde ser concluído devido à falta de documentos essenciais que deveriam estar arquivados. Entre os documentos ausentes estavam regulamentos, decretos, expedientes de arrecadação, balancetes e demonstrações, além de extratos de livros de assinaturas de empregados e certidões comprovando a tramitação dos processos. Foi recomendada, então, a realização de um levantamento dos documentos faltantes. Além disso, um relatório do inspetor do Tesouro Público apontou que, no arquivo da Coletoria de Caquetá, também não havia certos documentos, como os livros-caixa de 1899 e 1900[723].

Diante das constantes dificuldades de ordem financeira e de recursos humanos, bem como da desorganização dos acervos e da inexistência de instrumentos de registro adequados, a justificativa frequente de que documentos não eram encontrados pode ter origem não apenas em omissões, mas também na própria impossibilidade de se determinar com certeza sua existência. A ausência desses documentos comprometia não só a eficiência administrativa, mas também a garantia de direitos e a transparência na gestão pública, afetando diretamente a sociedade e perpetuando lacunas no patrimônio documental do Estado.

Como já foi visto, era comum nos regulamentos das repartições a sinalização da responsabilidade pelos documentos dos arquivos. Essa preocupação também foi registrada em outras fontes, como na sessão do Congresso amazonense de 28 de fevereiro de 1896, onde o Sr. Soares ressaltou ser crime a retirada do arquivo do Congresso de qualquer autógrafo de lei[724].

Entre as constantes reclamações das autoridades do estado sobre a precariedade dos arquivos e a falta de servidores para o bom controle e preservação dos documentos, também havia registros positivos. No relatório da Repartição da Chefatura de Polícia, apresentado ao governador em 1905[725], o diretor exaltou que o arquivo e a biblioteca da repartição estavam sendo organizados, ainda que em um espaço acanhado e sem um servidor próprio, sendo o trabalho desempenhado por um auxiliar da secretaria que não permanecia constantemente no arquivo. Em 1910, um relatório apresentado pelo diretor da Repartição do Depósito Público mencionava que o arquivo da repartição encontrava-se organizado, graças ao empenho do escrivão que ali trabalhava, "que com dedicação e zelo tem desempenhado o cargo para o qual foi nomeado" [726].

[723] Mensagem do governador, de 1902, p. 642 - 643.
[724] Diário Oficial de 15 de março de 1896, p. 2.
[725] Mensagem do Governador, de 1905, p. 190.
[726] Mensagem do governador, de 1910, p. 65.

Em 1929, o governador Efigênio Ferreira Sales, em sua mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas, elogiou dois arquivos setoriais. O primeiro, da Repartição da Polícia Civil, que estaria "reorganizado e todos os misteres concluídos com pontualidade, de modo a prestar boa cooperação aos interesses públicos" [727]. O segundo, da Repartição do Gabinete de Identificação e Estatística, cujos registros de indivíduos e dados dactiloscópicos continuavam a merecer todo o cuidado em sua rigorosa organização, permitindo o fornecimento imediato de informações, tanto para o estado quanto para outras localidades[728]. No ano seguinte, agora outro governador, Dorval Pires Porto, também relata a boa situação do arquivo da Repartição de Identificação e Estatística,

> O arquivo dactiloscópico de indivíduos, feito com rigor distribuição, está apercebido para fornecer imediatamente qualquer informação. Em 41 volumes, encadernados e numerados, encontram-se arquivados 12.000 pranchas de identificação civil, enquanto a criminal soma 682 pranchas, reunidas em dois volumes[729].

Ao longo desse período, percebe-se que os governadores e a administração pública do Amazonas reconheciam a importância da gestão e preservação dos documentos públicos, promovendo a criação de arquivos setoriais. No entanto, observou-se uma carência de normativas claras sobre o funcionamento desses setores, o que levava as próprias repartições a estabelecerem diretrizes gerais para seu funcionamento. Essa autonomia, embora permitisse certo nível de organização, fazia com que a execução das atividades dependesse fortemente da iniciativa de diretores e servidores específicos. Além disso, verificou-se a existência de uma estrutura mínima em rede dos arquivos das repartições, com a participação do Arquivo Público, sobretudo na destinação final da documentação. No entanto, essa destinação muitas vezes ocorria de maneira irregular e sem princípios metodológicos adequados, conforme, por exemplo, apontado por Schellenberg.

Dessa forma, a análise dos arquivos setoriais no Amazonas demonstra que, apesar dos esforços pontuais de organização e do reconhecimento de sua importância por parte da administração pública, esses arquivos careciam de regulamentação consolidada e de pessoal especializado para sua manutenção. A ausência de um sistema normativo padronizado resultava em práticas fragmentadas e, muitas vezes, na dependência de

[727] Mensagem do Governador, de 1929, p. 249
[728] Mensagem do governador, de 1929, p. 251
[729] Mensagem do governador, de 1930, p. 22

servidores isolados para garantir o funcionamento dos arquivos. Essa realidade reflete a necessidade histórica de investimentos contínuos em políticas arquivísticas, capacitação profissional e estrutura física, garantindo que os arquivos setoriais cumpram plenamente sua função de preservar e disponibilizar informações essenciais para a gestão pública e a memória administrativa.

4.3. O papel dos arquivistas na administração pública

Como já mencionado, foi identificada a existência da função de arquivista na administração pública do Amazonas. Por outro lado, a quantidade de tais profissionais não se mostrou suficiente para toda a demanda das repartições, sendo comuns reclamações sobre a falta desses cargos, o que levou à designação de outros funcionários para as atividades de gestão e conservação dos acervos. Mas quem eram esses responsáveis pelos arquivos? Quais funções exerciam e como se dava sua nomeação? E no que diz respeito aos arquivistas, quais eram suas respectivas formações, considerando que não havia, na época, qualquer formação especializada na área? Como se dava seu acesso ao serviço público?

Novamente, observa-se a carência de estudos sobre o papel desses profissionais, sendo encontrados apenas três trabalhos que abordam o profissional arquivístico durante a Primeira República, de Oswaldo Maciel[730] e Parrela[731]. Ao discutir a política de arquivos em Alagoas no período, Maciel ressaltou a dificuldade de se encontrar a documentação dos próprios órgãos e instituições do Estado, decorrente da inexistência de jurisdição administrativa específica na época analisada. Segundo o autor, essa ausência contribuiu para o agravamento da desorganização dos acervos até a atualidade, desestimulando pesquisadores a compreenderem temas relacionados à gestão documental e à atuação dos arquivistas nesse período.

Especificamente sobre a qualificação dos arquivistas, Maciel destacou que, em Alagoas, o cargo era mais uma nomeação política do que uma função técnica. Por outro lado, para o caso dos ajudantes de arquivista, o autor mencionou a necessidade de aprovação em concurso e exame de habilitação. No estudo de Parrela, não há referência às qualificações exigidas para os arquivistas, mas são mencionadas diversas

[730] MACIEL, Osvaldo. Notas sobre a gestão documental..., 2012; e MACIEL, Osvaldo. Política de arquivos em Alagoas na Primeira República..., 2013. On-line.
[731] PARRELA, Ivana. Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional..., 2012.

nomenclaturas para os cargos em Minas Gerais, como "secretário-arquivista", "oficial sub-arquivista", "arquivista-bibliotecário", "técnico-arquivista", "amanuense-arquivista" e "auxiliar-arquivista". Isso indica que a designação "arquivista" estava mais relacionada à função exercida do que a uma qualificação técnica específica.

No caso do Amazonas, verificou-se que a responsabilidade pelos arquivos das repartições não era exclusiva dos arquivistas. Os regulamentos apontavam diversos profissionais como responsáveis pelos arquivos, incluindo secretários, amanuenses, procuradores, administradores e inspetores escolares.

Os secretários eram responsáveis pelos arquivos do Serviço Sanitário, que tinha a responsabilidade de organizar o arquivo da Repartição, "tê-lo sob sua guarda e ser único responsável pelo extravio de qualquer papel do mesmo"[732], também na Junta Comercial[733], do Serviço Sanitário[734], do Superior Tribunal de Justiça[735], da Academia de Belas Artes[736], e da Instrução Pública[737], neste caso, cabendo ressaltar que nas escolas, caberia ao inspetor escolar a incumbência de "ter em dia e em ordem o arquivo da inspeção das escolas e seu cargo", já na própria secretaria da Repartição, "ao pessoal da secretaria incumbe receber e executar todas as ordens e instruções recebidas do diretor-geral" assim como "fiscalizar o arquivo e o almoxarifado da Repartição"[738].

Os arquivistas foram identificados em diversas repartições. Na Intendência Municipal de Manaus, havia um "oficial arquivístico"[739]; na Repartição de Terras[740], um amanuense exercia a função arquivística até 1897, quando o bibliotecário-arquivista assumiu a responsabilidade. Outros órgãos, como a Secretaria da Indústria[741], onde também dizia ser papel de um arquivista, sendo a secretaria incumbida de "dirigir todo o expediente, coordenação e guarda do arquivo geral"; da Recebedoria do Estado[742], onde direcionava ao chefe da segunda seção, "dirigir e fiscalizar o arquivo", cabendo ao arquivista a realização das rotinas específicas ao arquivo[743], assim como apresentava o papel do servente, que eram empregados em serviços braçais da Repartição, como do

[732] Diário Oficial, de 16 de janeiro de 1894, p. 1.
[733] Diário Oficial, de 19 de novembro de 1893, p. 3.
[734] Diário Oficial, de 16 de janeiro de 1894, p. 1.
[735] Diário Oficial, de 27 de novembro de 1897, p. 3.
[736] Diário Oficial, de 29 de abril de 1899, p. 2-3.
[737] Diário Oficial, de 14 de janeiro de 1898, p. 2.
[738] Diário Oficial, de 7 de outubro de 1900, p.6-7.
[739] Diário Oficial, de 22 de maio de 1896, p. 1
[740] Diário Oficial, de 4 de julho de 1897,p 1-2.
[741] Diário Oficial, de 7 de julho de 1898, p.1.
[742] Diário Oficial, de 7 de setembro de 1898, p. 1.
[743] Diário Oficial, de 10 de setembro de 1898, p. 1.

asseio da casa, arrumação e limpeza dos móveis, condução de pequenos volumes, arrumação dos papéis e livros no arquivo[744].

Por fim, na secretaria do Estado[745], seu Regulamento já apresentava uma série de cargos da repartição, além do Secretário, possuiria também "1 diretor, 4 chefes de seção, 4 oficiais, 8 amanuenses, 1 arquivista, 1 porteiro, 2 contínuos, 2 correios e 4 serventes", todavia não sinalizava quem e quantos trabalham especificamente no arquivo da repartição, além disso, serventes realizavam atividades braçais, como organização e limpeza dos arquivos.

Outros cargos também foram vinculados à administração dos arquivos. No Ginásio Amazonense[746], a responsabilidade recaía sobre um amanuense, assim como na Repartição de Terras, que dizia que os amanuenses exerceriam a função de arquivistas, tendo sob sua imediata vigilância e responsabilidade o arquivo, assim como inventariando "os objetos ali existentes[747]. Na Intendência de Silves, onde recaia sob o procurador a responsabilidade em "ter regularmente asseado o arquivo de sua competência"[748]; já o Teatro do Amazonas, onde a responsabilidade do arquivo ficava com o administrador[749].

De acordo com o Quadro 12, foi possível identificar 37 pessoas que exerceram, em algum momento, a função de arquivista ou ajudante de arquivista no Amazonas entre 1889 e 1930. O levantamento permitiu compreender a formação, a experiência e a trajetória desses profissionais no serviço público, além das características e requisitos exigidos para os cargos.

Quadro 12: Relação dos Arquivistas Identificados no Amazonas Durante a Primeira República

Nome do Arquivista	Cargo	Repartição	Período
Alfredo Augusto de Carvalho Lobo	Arquivista (interino)	Obras Públicas	1901 - 1908
Alfredo Seabra	Ajudante de arquivista (interino)	Terras	1900
Adalardo Galvão Cantanhede	Arquivista	Terras	1904
Aggeu Bittencourt	Arquivista	Obras Públicas	1904
Antônio Ferreira Jardim Junior	Ajudante de arquivo	Terras e Colonização	1900
	Arquivista	Arquivo Público	1910 - 1912

[744] Diário Oficial, de 11 de setembro de 1898, p. 1.
[745] Diário Oficial, de 8 de agosto de 1900, p. 1-2.
[746] Diário Oficial, 2 de fevereiro de 1896, p.4.
[747] Diário Oficial 18 de novembro de 1893, p. 3.
[748] Diário Oficial, de 3 de maio de 1896, p. 3.
[749] Diário Oficial, de 1 de agosto de 1896, p.3.

Nome do Arquivista	Cargo	Repartição	Período
Antônio Joaquim de Araújo	Arquivista	Tesouro Público	1901 - 1905
Antônio Nogueira de Souza	Oficial arquivista	Chefatura de Polícia	1909 - 1914
Antônio Pereira Ramos	Arquivista	Tesouro Público	1900
	Arquivista	Obras Públicas	1909
Antônio Vaz de Campos	Bibliotecário-arquivista	Tesouro Público	1895
Bernardino Gomes de Andrade	Bibliotecário-arquivista	Obras Públicas	1895
Cândido de Sá Cavalcante	Arquivista	Terras	1900
Cypriano Dias	Ajudante de arquivista	Recebedoria do Estado	1900
Darlindo Antônio Machado	Arquivista	10° Batalhão de Atiradores	1917
Faustino Rocha	Oficial arquivista	Arquivo Público	1900 - 1905
Floro Osório Ferreira Pinto	Arquivista	Arquivo Público	1909 - 1921
Francisco Cândido Rebouças	Arquivista	Recebedoria do Estado	1908
Francisco Silverio do Nascimento	Ajudante de arquivista	Terras	1900
Francisco Ximenez Pereira	Amanuense-arquivista	Recebedoria	1899
Gregório André de Moraes Sarmento	Oficial-arquivista	Secretaria do Governo	1893
Henrique de Souza Rubim	Arquivista	Intendência Municipal de Manaus	1904 - 1907
Ivo Rodrigo da Cunha	Arquivista	Obras Públicas	1900
João Manoel Dias	Arquivista	Terras	1897
Joaquim Ferreira de Lima	Oficial-arquivista	Secretaria do Estado	1896
Joaquim Francisco da Mata	Arquivista	Tesouro Público	1905
Joaquim Gonzaga de Oliveira	Arquivista	Obras Públicas	1905
Joaquim Ignacio de Souza Junior	Arquivista	Tesouro do Estado	1905
José Aprígio de Vasconcellos	Oficial-arquivista	Secretaria do Governo	1896
	Arquivista	Arquivo Público	1900
Luiz Macario Pereira Lago	Arquivista	Tesouro Público	1900
Manoel Avelino de Freitas	Arquivista	Chefatura de Segurança Pública	1901
Manoel Felício de Araújo	Arquivista	[Não se sabe]	1905
	Arquivista	Obras Públicas	1908 - 1911
	Arquivista	Terras	1919
Manoel Muniz Bayma	Arquivista	Terras	1898
Pedro Araújo Madeira	Arquivista (interino)	Arquivo Público	1909
	Ajudante de arquivística	Arquivo Público	1913
	"Arquivista"	Arquivo Público	1926
Pedro de Alcântara da Silva Moraes	Arquivista (interino)	Obras Públicas	1904
Raymundo de Almeida Pimentel	Arquivista	Arquivo Público	1905

Nome do Arquivista	Cargo	Repartição	Período
Raymundo Rodrigues Ribeiro	Arquivista	Congresso Amazonense	1910
Renésio Telles de Menezes	Arquivista	Tesouro Público	1900
	Arquivista	Ginásio Amazonense	1905
Sergio Olindense Silva	Arquivista (interino)	Superior Tribunal de Justiça	1912

Nota: Os arquivistas marcados com * foram chefes do Arquivo Público do Amazonas.
Fonte: Periódicos, Mensagens dos Governadores e Diário Oficial do Amazonas (1889-1930). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Não foi possível estabelecer uma cronologia precisa da atuação dos servidores nem elaborar uma microbiografia de cada um deles, como feito para os diretores da repartição[750]. A escassez de informações disponíveis levou à decisão de focar exclusivamente na identificação dos servidores em exercício, nos cargos que ocuparam, nos períodos de atuação, nas repartições onde trabalharam e nas dinâmicas de mudança de função.

A análise dos dados coletados permite algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, os cargos de arquivista e ajudante de arquivista não eram providos por concurso público. Essa conclusão se baseia em duas evidências principais. A primeira é a ausência de qualquer referência à realização de concursos específicos para essas funções ao longo de todo o período pesquisado, seja em textos regulatórios do Estado, seja nos regulamentos das repartições públicas. A segunda evidência advém da recorrência de concursos para o cargo de amanuense em diversas repartições[751]. Nestes casos, os próprios regulamentos institucionais mencionavam a obrigatoriedade do concurso e os requisitos necessários para o cargo.

Um exemplo dessa exigência encontra-se no regulamento da Junta Comercial de 1893[752], que determinava que os oficiais amanuenses deveriam ser contratados por concurso, seguindo os mesmos critérios exigidos nos certames da Secretaria do Estado. No entanto, o regulamento específico da Secretaria do Estado, ao qual essa norma fazia referência, não foi localizado. De forma semelhante, o regulamento da Inspetoria de Higiene Pública de 1894 estabelecia, em seu artigo 96, que "os lugares de Secretário e Amanuense serão providos mediante concurso, preenchidos as disposições das leis em

[750] Foi criada uma micro biografia da vida funcional dos 37 arquivistas, que está no anexo deste trabalho.
[751] Cabe ressaltar de outros concursos que foram também encontrados, por exemplo, em maior quantidade, o de professores, no caso das repartições ligadas à Instrução Pública, e em menor quantidade, de carteiros, praticantes, conferencistas, guardas fiscais, oficiais, escrivão.
[752] Diário Oficial, de 18 de novembro de 1893, p. 1.

vigor" [753]. No entanto, como já mencionado, nenhum texto regulatório da administração pública pôde ser encontrado para confirmar esses dispositivos.

No que se refere à realização de concursos públicos, observou-se que cada repartição era responsável por organizar seus próprios certames, geralmente iniciando o processo com uma chamada pública. No caso específico dos concursos para amanuense, foi comum identificar, em alguns regulamentos, dispositivos detalhados sobre os procedimentos de ingresso no cargo, incluindo não apenas a exigência de concurso público, mas também a descrição das etapas do certame e das matérias que seriam cobradas.

Um exemplo ilustrativo dessa prática encontra-se no Regulamento da Diretoria de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública de 1897[754], o mesmo que criou o Arquivo Público do Amazonas. No Título IV, dedicado ao concurso, estabelecia-se:

> **Art. 23** - O concurso para o lugar de amanuense constará de provas escritas e orais das seguintes matérias:
> 1° Gramática da língua nacional.
> 2° Língua Francesa.
> 3° Aritmética, Álgebra e Geometria plana e no espaço.
> 4° Geografia e História do Brasil.
> 5° Estatística.
> 6° Noções de economia política.
> 7° Redação oficial.
> 8° Desenho linear.
> **Art. 24** - Aos concursos precederão editais chamando os pretendentes a inscreverem-se, os quais o farão por meio de petição ao Diretor, com documentos que provem ser menores de 45 anos, ter bom procedimento, ser vacinado e estar em gozo dos direitos civis e políticos, na forma do Decreto n. 176.
> **Art. 26** - As provas escritas rezarão sobre pontos organizados pela comissão examinadora e tirá-los à sorte por um dos candidatos, e as orais sobre arguição vaga de toda matéria.
> Único. As provas escritas e orais podem ser efetuadas em dias consecutivos.
> **Art. 27** - Findas as provas e o julgamento, que será secreto, lavrar-se-á de tudo termo circunstanciado, cuja cópia será remetida ao Chefe do Departamento do Interior, com as provas escritas.
> **Art. 28** - O concurso será presidido pelo Diretor, que poderá arguir os candidatos em qualquer das matérias do mesmo.

De modo geral, os concursos organizados por outras repartições seguiram princípios semelhantes aos estabelecidos nesse regulamento, com variações pontuais nas etapas do processo seletivo. Algumas instituições incluíam provas adicionais de habilidades específicas, enquanto outras ampliavam ou ajustavam os conteúdos exigidos.

[753] Diário Oficial, de 1 de fevereiro de 1894, p. 2.
[754] Diário Oficial, de 1 de fevereiro de 1894, p. 2.

A análise dos regulamentos demonstra que o concurso para o cargo de amanuense era um procedimento padronizado dentro da administração pública, embora houvesse margem para adaptações conforme as necessidades de cada repartição. O nível de exigência das provas sugere uma preocupação com a qualificação dos servidores, abrangendo conhecimentos linguísticos, matemáticos e administrativos, além de noções de estatística e economia.

Outra evidência que corrobora a inexistência de concursos públicos para os cargos de arquivista e ajudante de arquivista foi a constante movimentação dos servidores entre diferentes funções. Observou-se que aqueles que exerceram tais cargos frequentemente iniciavam sua trajetória no serviço público como amanuenses. Um exemplo disso é Antônio Ferreira Jardim Júnior, que começou como amanuense interino na Higiene Pública[755], posteriormente ocupou o cargo de ajudante de arquivista na repartição de Terras e Colonização[756] e, já na Diretoria de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, retornou ao cargo de amanuense[757] antes de finalmente assumir a posição de arquivista[758] e, posteriormente, de chefe do Arquivo Público.

De maneira semelhante, Antônio Nogueira de Souza iniciou sua carreira como amanuense interino na Chefatura de Segurança[759], passando pelos cargos de chefe de seção e secretário, até alcançar a função de oficial arquivista na mesma repartição[760]. Outros servidores seguiram trajetórias distintas antes de se tornarem arquivistas. Antônio Joaquim de Araújo, por exemplo, iniciou sua carreira como carteiro e cartorário no Tesouro Público[761] antes de ocupar o cargo de arquivista[762]. Da mesma forma, Francisco Ximenez Pereira Guarim começou como escrevente no Gabinete do Governo[763], depois passou pelos cargos de amanuense e conferente até ser nomeado amanuense-arquivista na Recebedoria do Estado[764].

A movimentação entre cargos era frequente e não seguia um padrão fixo. Muitos servidores que passaram pelo cargo de arquivista posteriormente migraram para outras funções. O próprio Antônio Nogueira de Souza, após atuar como oficial arquivista na

[755] Diário oficial de 29 de novembro de 1900.
[756] Diário Oficial de 5 de dezembro de 1900
[757] Jornal do Commércio de 25 de novembro de 1904.
[758] Diário Oficial de 2 de maio de 1896.
[759] Diário Oficial de 2 de maio de 1896.
[760] Mensagem do governador de 1910, p. 77.
[761] Jornal Amasonas, de 25 de outubro de 1890.
[762] Mensagem do governador de 1910, p. 77.
[763] Diário Oficial de 25 de dezembro de 1895.
[764] Diário oficial 8 de dezembro de 1900. P.3.

Chefatura de Segurança[765], exerceu os cargos de serventuário[766] e oficial tesoureiro[767], sempre na mesma repartição. Manoel Muniz Bayma, por sua vez, ocupou inicialmente o cargo de arquivista interino na repartição de Terras[768], antes de se tornar amanuense e, posteriormente, oficial chefe da Instrução Pública[769]. Já Pedro Araújo Madeira, após ser arquivista interino no Arquivo Público[770], passou por diferentes funções, incluindo ajudante de arquivista[771], amanuense[772], almoxarife[773] e, por fim, coletor de rendas[774]. No caso específico de Pedro, sabe-se que ele concluiu o curso de Direito, trajetória semelhante à de Luiz Macario Pereira Lago, que, após exercer a função de arquivista no Tesouro Público[775], deixou o serviço público para se dedicar à advocacia[776].

A análise da trajetória dos servidores que passaram pelo cargo de arquivista indica que essa função não era vista como uma posição definitiva dentro da estrutura burocrática. O fato de não haver um concurso específico para a função e a recorrente migração para outros cargos sugerem que o trabalho de arquivista era, muitas vezes, transitório e sujeito a rearranjos administrativos.

Tabela 4: Salários dos Servidores por Cargo e Repartição no Ano de 1898

Cargo	Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública	Terras	Recebedoria	Secretaria do Congresso	Palácio do Governo	Instrução Pública	Tesouro do Estado
Diretor/Administrador	900$	800$	750$	-	-	600$	1.000$
Chefe de Seção	-	-	550$	-	-	-	-
Secretário	500$	-	-	-	1.200$	400$	575$
Ajudante de Ordens	-	500$	-	-	200$	-	-
Tesoureiro	-	-	550$	-	-	-	550$
Conferentes	-	-	450$	-	-	-	-
Oficial	400$	400$	-	500$	1.000$	400$	-
Bibliotecário	400$	-	-	-	-	-	-
Arquivista	400$	300$	-	-	-	-	-
Amanuense-arquivista	-	-	300$	-	-	-	-

[765] Mensagem o governador de 1910, p. 77.
[766] Jornal do Commércio de 22 de agosto de 1925.
[767] Jornal do Commércio de 7 de janeiro de 1926, p.1; e de 13 de junho de 1928., p. 1.
[768] Diário Oficial de 3 de março de 1898, p.2.
[769] Jornal do Commercio de 11 de maio de 1918.
[770] Jornal do Commércio de 8 de junho de 1909, p. 1.
[771] Mensagem do governador de 1914, p. 255.
[772] Jornal do Commércio de 25 de janeiro de 1919, p. 1
[773] Jornal do Commércio de 24 de fevereiro de 1919, p. 1
[774] Jornal do Commércio de 13 de fevereiro de 1930.
[775] Diário oficial 8 de dezembro de 1900. P.3.
[776] Jornal a Capital, de 1 de abril de 1918.p.2.

Cargo	Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública	Terras	Recebedoria	Secretaria do Congresso	Palácio do Governo	Instrução Pública	Tesouro do Estado
Oficial-arquivista	-	-	-	500$	-	-	-
Ajudante de Arquivista	-	300$	-	-	-	-	-
Amanuense	300$	300$	-	350$	300$	300$	-
Guarda-fiscal	-	-	300$	-	-	-	-
Carteiro	-	-	450$	-	-	-	-
Correio	-	-	200$	-	-	-	200$
Contínuo	200$	200$	200$	-	200$	200$	200$
Porteiro	210$	210$	210$	300$	210$	210$	210$
Servente	150$	180$	150$	-	150$	150$	150$
Professor	-	-	-	-	-	400$	-

Fonte: Dados compilados pelo autor. Diário Oficial do Amazonas, entre junho e outubro de 1898. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para compreender melhor esse fenômeno, foi realizada uma análise dos salários correspondentes aos diferentes cargos identificados. A análise do perfil salarial dos servidores listados na Tabela 4, referente ao ano de 1898, permite identificar uma hierarquia entre os cargos das diferentes repartições. Observa-se uma clara divisão entre as funções de direção e administração, cargos técnicos e intermediários, e as posições de menor remuneração, como serventes e contínuos. Dentro dessa estrutura, os arquivistas e suas variações apresentam-se como uma categoria intermediária, tanto em termos de salário quanto de status funcional.

Os cargos de maior remuneração incluem os diretores e administradores, cujos salários variavam entre 600$ e 1.000$, com destaque para o Tesouro do Estado, onde o diretor recebia o maior valor identificado na tabela (1.000$). A posição de secretário também apresentava valores elevados, com destaque para a Secretaria do Palácio do Governo, onde o ocupante do cargo recebia 1.200$, o maior salário registrado.

No nível intermediário, encontram-se os oficiais, chefes de seção, tesoureiros e conferentes, com salários variando entre 400$ e 550$. Nesta faixa, o cargo de oficial-arquivista aparece com um salário de 500$ na Secretaria do Congresso, um valor expressivo dentro da categoria dos arquivistas. No entanto, a maior parte dos cargos arquivísticos situa-se em uma posição mediana dentro da estrutura salarial.

Os arquivistas propriamente ditos recebiam 400$ na Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública e 300$ na repartição de Terras, demonstrando uma variação significativa entre os órgãos públicos. Essa discrepância pode refletir a importância relativa da função dentro de cada instituição. O cargo de amanuense-arquivista, identificado apenas na Recebedoria, tinha um salário de 300$, semelhante ao de ajudante de arquivista, que também recebia 300$ na repartição de Terras.

Comparando os salários dos arquivistas com os de outras funções administrativas, nota-se que eles recebiam mais do que os amanuenses, cujo salário padrão era de 300$ em diversas repartições. Entretanto, os arquivistas ficavam abaixo de cargos como tesoureiro e chefe de seção, que recebiam entre 500$ e 550$. Dessa forma, os arquivistas ocupavam uma posição intermediária na hierarquia salarial, com uma remuneração superior a cargos auxiliares, mas inferior a funções de comando.

A categoria de arquivista, embora essencial para a organização e preservação documental das repartições públicas, não possuía uma remuneração que a colocasse no topo da estrutura burocrática. A ausência de um padrão único para os salários dos arquivistas e suas variações sugere que a valorização da função dependia da repartição em que atuavam. Em instituições onde o arquivo desempenhava um papel estratégico, como a Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, o salário era mais elevado, enquanto em repartições como Terras, a remuneração era menor.

Assim, a análise dos salários dos servidores públicos em 1898 demonstra que os arquivistas pertenciam a uma categoria intermediária, com uma posição relativamente estável dentro da administração pública, mas sem grandes possibilidades de ascensão salarial. A variação de nomenclaturas e a inexistência de um concurso público específico para a função reforçam a ideia de que o arquivista, muitas vezes, ascendia ao cargo a partir de outras funções administrativas, como amanuense ou conferente, e podia posteriormente migrar para outras áreas da burocracia estatal.

Ainda sobre os arquivistas e ajudantes de arquivistas, foi possível observar que se tratavam, na maioria dos casos, de cidadãos sem formação específica. Dos 37 identificados, apenas dois possuíam formação acadêmica: Luiz Macária Pereira Lago e Pedro de Alcântara da Silva Moraes, ambos bacharéis em Direito. Além disso, nove eram oficiais da Guarda Nacional, sendo seis capitães, dois coronéis e um tenente. Os militares dessa corporação desfrutavam de certo prestígio social, o que justificava a recorrente menção de sua filiação. No entanto, por se tratarem de civis, tinham liberdade para exercer outras profissões.

Um caso específico foi o de Darlindo Antônio Machado, que, diferentemente dos demais, era um militar de carreira da chamada "1ª linha", ocupando o posto de 2º sargento da Esquadra da 2ª Companhia do 10º Batalhão de Atiradores. Ele foi o único identificado como arquivista fora do serviço público estadual, sendo mencionado apenas uma vez, em 1917, quando passou a exercer essa função dentro do próprio batalhão em que servia.

Fato é que, de forma geral, a maioria dos arquivistas e ajudante de arquivistas eram cidadãos "comuns", sem formação acadêmica ou militar, e dos 37, foi possível identificar que dez exerceram cargos de amanuense, e nenhum deles pode ser confirmado se passaram pelos processos de concurso para o cargo, nem mesmo os que foram arquivistas no Arquivo Público. Corroborando assim, um possível caráter de indicação e menos técnico dos cargos.

Como já foi mencionado em capítulos anteriores, a falta de fontes atrapalha a realização de um mapeamento mais preciso acerca das repartições, principalmente, pelo fato de que era comum as mudanças, tendo como exemplo o próprio caso do Arquivo Público, que, ao longo do período analisado, que teve a repartição a qual era vinculada diversas composições, e mesmo com o trabalho de identificação destas composições, como era citada nas fontes, dificultava determinadas análises. Caso igual às repartições de Obras Públicas e Terras, que às vezes estavam separadas, outras juntas, inclusive com outras repartições, mesmo caso das repartições do Tesouro Público e da Recebedoria.

Mesmo diante de tal complexidade, o trabalho de compreender onde estavam os arquivistas e ajudantes de arquivistas se tornou válido. Foi possível identificar que, entre 1889 e 1930, a Repartição de Obras Públicas e Terras[777] concentrou a maioria dos arquivistas e ajudantes de arquivistas da administração pública, totalizando dezesseis profissionais que exerceram tais cargos, seguidos da Repartição do Tesouro Público, com seis profissionais. Na Repartição do Arquivo Público[778], foram encontrados seis, na Secretaria do Governo[779] e na Recebedoria, três profissionais cada, já a Chefatura de Segurança, dois profissionais, e por fim, o Congresso Amazonense, o Ginásio Amazonense, o Superior Tribunal de Justiça, e o 10° Batalhão de Atiradores, com um arquivista cada[780].

[777] Para fins de melhor entendimento, categorizou-se no trabalho, como sendo uma única repartição de Obras Públicas e Terras, mesmo em momentos em que estiveram separadas.
[778] Para fins de melhor entendimento, categorizou-se neste trabalho, como Repartição do Arquivo Público, todas as composições identificadas da mesma Repartição, que possuiu diversas composições.
[779] Para fins de melhor entendimento, categorizou-se neste trabalho como Secretária do Governo, também o Gabinete do Governo.
[780] Cabe ressaltar que tiveram casos de arquivistas citados exercendo o cargo em mais de uma repartição,

A análise dessas lotações reflete, em certa medida, a frequência com que essas repartições eram mencionadas nas fontes, sobretudo em documentos relacionados ao reconhecimento de direitos – como nos pedidos de certidões de terras – e à administração financeira, caso do Tesouro Público. A Repartição de Obras Públicas e Terras, por exemplo, era frequentemente citada em documentos de regularização fundiária. No entanto, a situação do Arquivo Público chama a atenção, pois, mesmo sendo constantemente mencionado, apresentava dificuldades recorrentes na execução de suas atividades, como recolhimento, organização, conservação e atendimento ao público. Essas deficiências eram frequentemente justificadas pela falta de pessoal qualificado, uma vez que o número de arquivistas nunca ultrapassou um por vez.

A ausência de um corpo técnico robusto no Arquivo Público reflete um problema estrutural na administração pública da época, onde a gestão documental não era uma prioridade consolidada. A carência de critérios técnicos para a nomeação de arquivistas e a falta de investimentos na capacitação desses profissionais contribuíram para a fragilidade institucional do Arquivo Público, mesmo diante da importância de sua função.

Em conclusão, os arquivistas e seus auxiliares formavam um grupo intermediário dentro da hierarquia administrativa, tanto em termos salariais quanto em prestígio e qualificação profissional. Sua distribuição nas repartições sugere que a função arquivística estava diretamente ligada às necessidades burocráticas do Estado, mas sem um reconhecimento formal que garantisse maior especialização ou desenvolvimento técnico da área. Esse cenário evidencia a fragilidade da estrutura arquivística no período e sua dependência de nomeações pouco qualificadas, o que, por consequência, limitava a eficiência da gestão documental na administração pública do Amazonas.

***

como foram os casos de Antônio Pereira Ramos, que exerceu o cargo na Repartição de Obras Públicas e Terras, e também no tesouro Público; de Francisco Cândido Rebouças, que trabalhou na Repartição de Obras Públicas e Terras e na Recebedoria; de Antonio Ferreira Jardim Júnior, que trabalhou na Repartição do Arquivo Público, e da Repartição de Obras Públicas e Terras; de Renésio Telles de Menezes, que exerceu o cargo no Tesouro Público e no Ginásio Amazonense. Lembrando que, para fins de cálculo, foram considerados apenas aqueles que exerceram o cargo de arquivista em diferentes repartições, pois, tiveram outros tantos casos onde exerceram em diferentes repartições outros cargos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que, até aqui, algum sentido tenha sido alcançado, ainda que o caos possivelmente nunca seja inteiramente dissipado. Dúvidas e incertezas sempre estarão presentes, cabendo à pesquisa contribuir um pouco mais para o conhecimento da temática. Como será discutido nas considerações finais, os resultados trouxeram mais questões do que respostas definitivas.

A produção de uma tese, por si só, é um processo desafiador, e torna-se ainda mais complexo quando acontecimentos inimagináveis contribuem para um contexto social caótico que inevitavelmente afeta os rumos da pesquisa. Além disso, explorar uma temática ainda pouco abordada interdisciplinarmente exige superar atritos e resistências. Como aponta Japiassu[781], um dos principais desafios da prática interdisciplinar é que cada área possui suas especialidades, metodologias e dogmas, que frequentemente se tornam barreiras difíceis de transpor, demandando um esforço redobrado daqueles que se propõem a essa tarefa.

No caso da História e da Arquivologia, a questão não se resume a um antagonismo simplista entre duas perspectivas — uma que defende a preservação integral e outra que a considera inviável. O ponto central é compreender que o objeto que une as duas áreas, o documento arquivístico, ocupa posições distintas em cada uma delas. Para a História, trata-se de uma fonte, por vezes interpretada apenas como um conjunto de vestígios que auxilia na reflexão sobre determinado tema. Já para a Arquivologia, o documento arquivístico é o objeto central de sua prática e pesquisa, sendo essencial compreender como esse conjunto de registros foi acumulado, quais razões motivaram sua preservação e os usos pretendidos e efetivamente realizados pelas sociedades ao longo do tempo.

Esta pesquisa propôs uma aproximação entre a Arquivologia e a História por meio de linhas teórico-metodológicas que fundamentam as práticas cotidianas de ambas as áreas. De um lado, adota-se a perspectiva dos estudos arquivísticos voltados à "história dos arquivos e da Arquivologia", que busca analisar o contexto histórico que envolve o documento arquivístico, investigando sua institucionalização em diferentes dimensões — administrativas, políticas, científicas, sociais e culturais. De outro lado, recorre-se à história administrativa, mais especificamente à história da administração pública, abordagem historiográfica que permite compreender o Estado e seus aparelhos como

[781] JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

instrumentos de ordenação social, institucionalização de normas e representação, moldados por relações de poder e controle ao longo do tempo.

Dessa forma, com base na história dos arquivos e da Arquivologia, aliada à história da administração pública, esta pesquisa analisou as práticas de gestão pública do patrimônio documental arquivístico no Amazonas entre 1889 e 1930, uma temática que, como foi observado, ainda carece de estudos sistemáticos. O objetivo foi compreender a gestão do patrimônio documental do Estado por meio da identificação das estruturas criadas pela administração pública, dos agentes envolvidos e das práticas e rotinas adotadas na gestão documental.

Tomar tal estrutura administrativa como objeto de pesquisa possibilita a formulação de novos questionamentos sobre os contextos institucionais que contribuíram para o conhecimento das práticas arquivísticas da época e do contexto específico do Amazonas. Isso também favorece o entendimento da historicidade da produção e preservação desses acervos, da percepção social sobre tal patrimônio documental e de seu papel, não apenas na e pela administração pública, mas também enquanto instrumento de identidade social da época, em múltiplos contextos sociais e temporais, características inerentes à própria sociedade brasileira.

A problemática que norteou toda a pesquisa foi compreender a administração pública do Amazonas durante a Primeira República, as práticas arquivísticas na gestão documental e como se davam as ações práticas no dia a dia, tanto na gestão documental dos diversos arquivos das repartições da máquina administrativa quanto no próprio Arquivo Público. Além disso, buscou-se entender a percepção acerca do papel dessa instituição como instrumento para a construção de uma narrativa histórica e identitária do Amazonas durante a Primeira República.

Cabe adiantar que, como resultado da tese, confirmou-se a hipótese inicial: a administração pública do Amazonas possuía um entendimento sobre o papel da gestão e da preservação documental por ela produzida, tanto para o bom funcionamento dos serviços administrativos e a garantia de direitos dos indivíduos quanto para a construção de uma determinada história e memória, criando, assim, uma identidade para o recém-fundado Estado. Além disso, verificou-se não apenas a presença de arquivistas como corpo burocrático responsável pelos arquivos, mas também a atuação de homens pertencentes às redes políticas e intelectuais da época, que debatiam a importância do patrimônio documental e o papel do Estado em sua preservação, com destaque para a atuação do Arquivo Público.

Para responder à problemática central, a pesquisa estabeleceu três objetivos específicos, que foram desenvolvidos ao longo dos quatro capítulos da tese.

O primeiro objetivo específico foi mapear as instituições criadas, as mudanças e permanências ao longo das diversas gestões da administração pública, tanto nos arquivos setoriais vinculados aos departamentos e secretarias das unidades administrativas do Estado quanto no próprio Arquivo Público, além de analisar as relações entre essas instituições e com outras entidades.

Com isso, foi possível identificar não apenas os arquivos existentes na administração pública, incluindo o Arquivo Público, criado em 1897, e a estrutura dos arquivos das repartições públicas, mas também todas as instituições voltadas para a gestão e preservação do patrimônio do Amazonas, como arquivos, bibliotecas, museus e demais instituições de custódia, tanto no âmbito da administração pública quanto no setor privado, ligadas a diversos segmentos da sociedade. Especificamente na administração pública estadual, concentrava-se a maior quantidade dessas instituições, principalmente os arquivos das repartições, que representavam mais de 70% das citações encontradas. Além disso, todos os arquivistas identificados na época estavam vinculados ao Estado.

A pesquisa revelou não apenas a estrutura idealizada pela administração pública, mas também destacou a recorrência com que arquivos, bibliotecas e museus eram mencionados nos discursos de governantes, administradores e intelectuais, bem como nos periódicos da época. Esses temas atraíam atenção tanto pelos eventos ocorridos no Brasil e no exterior quanto pela importância das instituições administrativas, especialmente os arquivos, na preservação da história e da memória das sociedades. Além disso, os relatos sobre dificuldades, perdas e roubos enfrentados por essas instituições reforçavam, ainda que indiretamente, seu valor. Mesmo em uma sociedade com altos índices de analfabetismo, é evidente que essas notícias se disseminavam não apenas por meio da leitura de jornais, mas também através das conversas cotidianas.

Especificamente sobre o Arquivo Público, a pesquisa permitiu identificar uma organização administrativa no Amazonas semelhante à de outros estados. Primeiramente, constatou-se sua subordinação à Secretaria do Interior e o fato de nunca ter sido uma repartição autônoma, funcionando sempre como uma seção dentro de uma repartição maior que abrigava outras seções. Como observado, essa estrutura dificultava a atuação do Arquivo Público, pois o diretor precisava dividir sua atenção entre as demandas do arquivo e as de outras seções. Diante desse cenário, tornou-se necessário, no terceiro

capítulo, identificar quais eram essas seções e compreender como se desenrolava o cotidiano dentro dessa repartição.

Diferentemente da Biblioteca Pública e dos museus criados no período, o Arquivo Público manteve-se continuamente ativo, possivelmente devido à sua função administrativa, e não apenas cultural. Esse aspecto foi evidenciado em diversas falas, direta e indiretamente, sobretudo no reconhecimento de que cabia ao Arquivo Público a gestão e preservação da documentação produzida pelo Estado. Essa documentação era essencial tanto para a tomada de decisões e a comprovação de direitos dos cidadãos quanto para questões políticas, como a definição de limites territoriais, a exemplo da Questão do Acre.

Além disso, observou-se que o agrupamento do Arquivo Público com outras seções, como Estatística, Biblioteca Pública e Numismática (esta última entendida como um instrumento museológico), também ocorreu em outros estados. Esse fenômeno sugere a necessidade de um aprofundamento maior sobre os motivos e as consequências dessas aproximações. Vale destacar que, em muitos estudos sobre arquivos públicos estaduais, essa integração com outras repartições tem sido tratada como uma questão secundária. No entanto, acredita-se que mais pesquisas com esse foco são necessárias, uma vez que a necessidade de compartilhar recursos com outras seções sempre influenciou as ações do Arquivo Público do Amazonas. Muitas vezes, as dificuldades enfrentadas não resultavam de negligência, mas da complexidade de gerir uma estrutura com múltiplas demandas e desafios.

O segundo objetivo específico foi identificar os personagens envolvidos na gestão do patrimônio documental, suas formações e trajetórias profissionais, os motivos que levaram à escolha desses atores pela administração pública, as ações realizadas e as relações de poder estabelecidas, contribuindo para a compreensão da noção do que deveria ser preservado. Nesse contexto, destacam-se três categorias principais: os diretores da Repartição, os chefes da seção do Arquivo Público e os arquivistas do Estado.

Ao analisar a trajetória dos 17 diretores efetivos no período analisado, observou-se que o cargo estava mais vinculado a indicações políticas do que a critérios técnicos, resultado da própria pluralidade de seções existentes. As gestões, em sua maioria, eram breves, com duração inferior a um ano, excetuando-se a de Manoel Francisco da Cunha Junior, segundo diretor, cuja administração perdurou por quase dez anos. Os diretores nomeados pertenciam às redes da elite intelectual e política da Amazônia, alguns conseguiram ao longo da carreira projeção nacional e internacional. Todos possuíam

experiência no serviço público, ocupando diversos cargos, inclusive de chefia e direção em outras repartições. Apenas um dos diretores não possuía formação superior, sendo a maioria graduada em Ciências Jurídicas. Entre eles, havia militares de alta patente, membros da Guarda Nacional, professores universitários, juristas, jornalistas e políticos que exerceram cargos eletivos em âmbito municipal e estadual. Muitos eram membros permanentes e representantes de instituições como a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, além de entidades congêneres no Brasil e no exterior. Um exemplo notável é Raymundo Moraes, o único diretor sem formação superior, mas membro da *Société des Americanistes* de Paris.

Vale destacar que alguns diretores já haviam exercido cargos políticos antes de sua nomeação, atuando como deputados estaduais, intendentes de câmaras municipais e superintendentes municipais, enquanto outros seguiram carreira política após sua passagem pela Repartição, tornando-se deputados estaduais, deputados federais, senadores e até governador, como foi o caso de Álvaro Botelho Maia.

Ainda que não seja possível afirmar que a passagem pela Repartição tenha sido determinante para o sucesso profissional de muitos ex-diretores, é evidente que as escolhas dos governadores sempre privilegiaram personagens com ativa participação na vida política e intelectual do Amazonas.

Outra característica observada, dos 17 diretores, sete atuavam também como jornalistas, alguns donos e com experiência como diretores de jornais locais. Não foi possível relacionar a escolha deles para o cargo de diretores, mas provavelmente que a experiência deles como jornalistas e diretores de periódicos, contribuíram na gestão na Repartição, principalmente na produção de instrumentos como as análises dos dados da Estatística e dos catálogos da Biblioteca e do Arquivo Público, não sendo coincidência que foi justamente Bento Aranha, um dos mais experientes jornalistas e diretor de vários jornais, foi o responsável pelo andamento do projeto da Revista do *Archivo do Amazonas*.

No Amazonas, observou-se um fenômeno semelhante ao ocorrido em outros estados: diretores que se destacavam nos debates administrativos, políticos e intelectuais, conseguindo fazer a máquina burocrática funcionar, não apenas por meio de ações técnicas, mas, sobretudo, por meio de articulações políticas, o que lhes permitia realizar gestões bem-sucedidas.

Exemplos disso são Xavier da Veiga, primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, Arthur Vianna, do Arquivo Público do Pará, e Francisco Borges de Barros, do Arquivo Público da Bahia. No Amazonas, dois diretores se destacaram: Bento de

Figueiredo Tenreiro Aranha e Raymundo Moraes. O primeiro ocupou o cargo entre 1910 e 1912, já possuindo vasta experiência na organização e pesquisa de acervos documentais antes mesmo de assumir a direção, sendo inclusive fundador e diretor da *Revista Archivo Público* entre 1906 e 1908. Durante sua gestão, iniciou a organização e catalogação do acervo do Arquivo Público e, poucos meses após sua posse, reinaugurou a Biblioteca Pública, que estava fechada havia anos, passando a abri-la também no período noturno.

Já Raymundo Moraes exerceu o cargo de diretor em dois mandatos: o primeiro entre 1922 e 1924 e o segundo, por nove meses, entre janeiro e setembro de 1930. Durante sua gestão, revitalizou o Arquivo Público e destacou-se como homem das letras, mesmo sem ter formação formal. Foi um dos intelectuais mais reconhecidos do Amazonas na época e autor de diversas obras, sendo a mais relevante *Na Planície Amazônica* (1926), premiada pela Academia Brasileira de Letras, publicada em várias línguas e adotada nas escolas públicas do Amazonas e do Pará. Sua atuação no Arquivo Público do Amazonas possivelmente contribuiu para sua nomeação, em 1930, como diretor do Arquivo Público do Pará, após retornar ao seu estado de origem.

No que se refere aos arquivistas, identificaram-se 37 indivíduos que ocuparam o cargo de oficial arquivista e, em alguns casos, também acumularam a função de chefe da seção. Para exercer o cargo de arquivista, não era necessário prestar concurso público, como ocorria com os amanuenses, tampouco se exigia formação ou conhecimento técnico específico. Pelo contrário, a grande maioria dos nomeados para essa função não possuía formação superior. Assim como ocorreu em Minas Gerais, no Amazonas o cargo de arquivista era designado por diferentes nomenclaturas, como “secretário-arquivista”, “oficial sub-arquivista”, “arquivista-bibliotecário”, “técnico-arquivista”, “amanuense-arquivista” e “auxiliar-arquivista”, sugerindo que o termo “arquivista” estava mais relacionado à função e cargo exercidos na administração pública do que a uma qualificação técnica propriamente dita.

Os arquivistas atuavam majoritariamente no Estado, distribuídos entre os diversos arquivos das repartições públicas. No entanto, a quantidade de profissionais não atendia à demanda, o que gerava constantes reclamações sobre a insuficiência desses trabalhadores. Diante dessa carência, outros funcionários eram designados para atividades de gestão e conservação dos acervos, como secretários, amanuenses, procuradores, administradores e inspetores escolares.

As mudanças nos cargos não seguiam uma regra fixa; ou seja, quem começava como arquivista ou era nomeado para a função não necessariamente permanecia nela. Em

relação à remuneração, observou-se que os arquivistas recebiam salários inferiores aos dos secretários e amanuenses, estando no mesmo patamar salarial dos bibliotecários e dos professores do Ginásio Amazonense. Essa condição, aliada à inexistência de um concurso específico, reforça a ideia de que a nomeação para o cargo de arquivista era mais pautada por indicações do que por requisitos técnicos.

No caso específico dos arquivistas do Arquivo Público, que nunca passavam de um por vez e, por isso, acumulavam a chefia da seção, foram identificados seis profissionais entre 1897 e 1930. Em tese, esses arquivistas poderiam ser considerados os mais qualificados, uma vez que atuavam na principal repartição responsável pela preservação documental permanente e histórica do Estado. O tempo médio na função era de cinco anos e cinco meses. Ao analisar suas trajetórias, verificou-se que apenas um já haviam exercido o cargo de arquivista anteriormente, e apenas dois possuía formação superior, em Direito.

O terceiro objetivo específico da tese foi analisar as práticas de gestão do patrimônio documental adotadas pelas instituições e indivíduos, com o intuito de compreender a percepção sobre a gestão e as práticas arquivísticas no Amazonas. Inicialmente, é importante destacar que diferentes setores da sociedade amazonense reconheciam a relevância dos arquivos e das práticas de arquivamento. Observou-se a formação de uma rede de arquivos, composta por diversas repartições e pelo Arquivo Público, que interagiam entre si. Esse reconhecimento abrangia tanto a importância do Arquivo Público quanto o papel dos arquivistas na preservação da documentação produzida pelo Estado.

Todavia, diferentemente do que se verificou em Minas Gerais e no Pará, no Amazonas não foi identificada uma interlocução entre os responsáveis pelos arquivos e outras instituições, tampouco menção a conhecimentos teóricos ou metodológicos que orientassem as práticas arquivísticas. Em Minas Gerais e no Pará, constatou-se a existência de interações com o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e arquivos estaduais, tanto para troca de experiências quanto de materiais, especialmente bibliográficos.

Por exemplo, no Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga utilizou a legislação brasileira, particularmente os instrumentos normativos do Arquivo Nacional, como base para a criação do primeiro regimento do Arquivo, além de adotar práticas diárias inspiradas nesses referenciais. No Amazonas, aparentemente, as atividades cotidianas nos arquivos estavam mais relacionadas à gestão, organização e preservação documental,

possivelmente influenciadas pelas experiências individuais de alguns gestores ou mesmo por informações publicadas nos jornais da época. Isso reforça a percepção de que as ações arquivísticas no estado estavam mais vinculadas às práticas do dia a dia do que a uma fundamentação teórica consolidada.

No caso dos arquivos das repartições, dos 72 arquivos setoriais vinculados a diversas repartições públicas, empresas e associações privadas, 32 eram estaduais e 13 municipais, sendo que estas últimas possuíam certa vinculação com a administração estadual. Não foi possível mapear toda a estrutura administrativa do Estado – um trabalho ainda por se fazer –, sobretudo porque as repartições sofriam constantes mudanças em sua composição, tendo suas atividades encerradas ou incorporadas a outras instituições. Dessa forma, buscou-se mapear pelo menos as menções relacionadas às práticas de gestão documental na administração pública nos diversos setores, permitindo assim a observação da existência de uma gestão pública documental.

Foram identificados arquivos setoriais em repartições de diferentes segmentos de atuação. No entanto, não foi encontrada qualquer menção à existência de textos normativos da administração pública que regulamentassem a gestão de documentos ou as práticas arquivísticas. De maneira geral, observou-se que os arquivos das repartições compreendiam seu papel na gestão e preservação documental com foco na prestação de serviços à sociedade. Esse entendimento se manifestava não apenas nos regulamentos, mas também em relatórios e mensagens que abordavam práticas relacionadas à destinação, organização e ordenação dos documentos, além das rotinas de registro de entrada, saída e tramitação, bem como da preservação e do atendimento ao público. Contudo, é importante destacar que a maioria das menções encontradas fazia referência a problemas, frequentemente atribuídos à falta de estrutura, de pessoal e de recursos financeiros, sendo essas dificuldades geralmente justificadas pela situação econômica do Estado.

O Arquivo Público também enfrentava diversos problemas, o que reforçava a percepção de que não prestava à sociedade "o seu verdadeiro valor". Constantemente envolto em dificuldades relacionadas à falta de espaço, mudanças de prédio e escassez de profissionais – contando, em geral, com apenas um arquivista e um ajudante –, buscava cumprir sua função de recolher, organizar, classificar e preservar o acervo, assim como de atendimento ao público. Seu objetivo era atender à sociedade tanto na gestão da documentação administrativa produzida quanto na preservação da memória e da história do Amazonas. Como parte desse último propósito, foi criada a *Revista do Archivo do*

Amazonas, que, embora tenha sido utilizada em muitos momentos com fins pessoalistas por seu diretor, também serviu como instrumento de exaltação do Estado.

Pouco se pôde compreender sobre a composição do acervo do Arquivo Público. Em primeiro lugar, porque os catálogos, ao que parece, nunca eram concluídos; em segundo, pela ausência de registros de entrada e saída de documentos ou qualquer outra documentação que permitisse uma melhor compreensão do acervo. Além disso, o recolhimento nunca foi realizado plenamente, sendo identificadas apenas algumas poucas entradas, principalmente de repartições como o Tesouro Público e as Terras, áreas fundamentais para a gestão dos recursos públicos e para questões de propriedade e fronteiras internacionais.

É importante destacar a necessidade de uma compreensão mais precisa sobre a criação do Arquivo Público, evitando associá-lo diretamente ao antigo arquivo provincial. Considerar o Arquivo Público do Estado, no período republicano, como uma continuidade do arquivo provincial pode ser um equívoco, sobretudo se não houver uma contextualização das especificidades dos dois regimes de governo e de administração pública.

Este trabalho defende que é mais coerente compreender as atividades e estruturas de gestão documental criadas durante o Império – e até mesmo em períodos anteriores – como parte de uma cultura arquivística, ou meramente "prática de arquivamento, já existente, que influenciou as estruturas e práticas desenvolvidas na República.

Esse entendimento reforça, inclusive, a hipótese inicial desta pesquisa: a existência de uma cultura de práticas arquivísticas resultante, sobretudo, das necessidades cotidianas nos próprios arquivos. Essas práticas serviam como suporte para diferentes setores da sociedade na tomada de decisões e na tentativa de estruturar a gestão e a preservação documental.

A administração pública, os políticos e os intelectuais tinham consciência da importância dos arquivos para a sociedade. O caos documental, frequentemente mencionado em discursos e relatórios, não era consequência de uma ausência de interesse, mas sim de escolhas administrativas, agravadas pela instabilidade financeira do Estado.

Com o término desta tese, espera-se ter avançado na compreensão da gestão do patrimônio documental na administração pública do Amazonas durante a Primeira República, situando-a em um contexto mais amplo da gestão documental no Brasil. Esse período foi marcado não apenas pela consolidação da República e dos Estados

federalistas, mas também pelo papel estratégico dos arquivos e acervos documentais na tomada de decisões e na construção da identidade local.

No entanto, o trabalho está longe de esgotar o tema. Muitos aspectos permanecem inexplorados e demandam novas investigações. O caos documental, tantas vezes diagnosticado, ainda precisa ser melhor compreendido em suas múltiplas dimensões. É essencial aprofundar o estudo sobre a cultura arquivística no Amazonas, analisando as concepções e práticas documentais em instituições privadas e associações sociais. Além disso, a estrutura dos arquivos na administração pública, bem como as transformações do Arquivo Público ao longo dos diferentes períodos históricos, merece um exame mais detido.

Outro ponto crucial é a investigação das políticas públicas de gestão documental no Amazonas, sobretudo no que diz respeito à descontinuidade do cargo de arquivista, que, existente pelo menos até 1930, recorte cronológico da tese, com o passar do tempo, tornou-se ausente nas estruturas oficiais, permanecendo até hoje como uma reivindicação não atendida.

Ademais, a relação entre as mudanças sociais no Amazonas – especialmente após o declínio da economia da borracha – e suas repercussões na gestão do patrimônio documental, bibliográfico e museológico constitui um campo promissor. Compreender como arquivos, bibliotecas e museus atravessam diferentes contextos econômicos e políticos, ressignificando seu papel na construção de referenciais culturais, científicos e simbólicos, torna-se um desafio fundamental, especialmente em períodos de crise.

Espera-se que esta tese tenha contribuído para iluminar algumas dessas questões, ainda que não tenha dissipado todas as incertezas. Afinal, a busca de sentido em meio ao caos documental não se encerra aqui – pelo contrário, abre caminho para novas reflexões e investigações, pois os arquivos, mais do que meros depósitos do passado, são territórios vivos onde a memória e a gestão pública se entrelaçam continuamente.

***

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Público do Estado do Amazonas

- Mensagem dos governadores.
- Leis, decretos e regulamentos.
- Relatórios dos governadores.

Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca Digital

Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

- *Almanak Laemmert*.
- *Diário Oficial*.
- *Jornal do Commércio*.
- *Jornal A Capital*.
- *Jornal A Federação: órgão do Partido Republicano Federal do Amazonas*.
- *Jornal A Província*.
- *Jornal Amazonas*.
- *Jornal Comércio do Amazonas*.
- *Jornal Correio do Norte*.
- *Jornal Diário de Manaus*.
- *Jornal do Amazonas*.
- *Jornal do Brasil* (RJ).
- *Jornal O Acadêmico*.
- *Jornal O Correio do Purus*.
- Mensagem dos governadores.
- Relatórios dos governadores.

Center for Research Libraries

Disponível em: https://www.crl.edu/about.

- Mensagem dos governadores.

Centro de Documentação e Memória da Amazônia – Biblioteca da Amazônia

Disponível em: https://issuu.com/bibliovirtualsec.

- *Revista Archivo do Amazonas*.

Real Jardín Botánico de Madrid – Biblioteca Digital

Disponível em: https://bibdigital.rjb.csic.es/biblioteca-digital.

- *Revista Vellosia*.

BIBLIOGRAFIA

A CRÍTICA. Acervo de obras raras do Inpa está sendo digitalizado para consulta científica. *Portal Acrítica.com*, 18 fev. 2024. Disponível em: https://www.acritica.com/amazonia/acervo-de-obras-raras-do-inpa-esta-sendo-digitalizado-para-consulta-cientifica-1.331982. Acesso em: 1 maio 2024.

ABREU, Davi Monteiro. A trajetória política-eleitoral e as querelas do Partido Socialista Amazonense (PSA) (1933-1937). *Manduarisawa*, v. 7, n. 1, 2023.

ALDABALDE, Taiguara Villela. A presença do arquivo nos relatórios dos presidentes de província no Brasil (1835-1889). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALDABALDE, Taiguara Villela. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/19742. Acesso em: 25 jul. 2022.

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, G. M. Revisitando o trajeto institucional do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: as práticas e os usos das origens imperiais "ocultas" ao início da primeira república. *Ágora: Arquivologia em Debate*, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 148-162, 2019a. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/882/pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, G. M. Revisitando o trajeto institucional do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: as práticas e os usos das origens imperiais "ocultas" ao início da primeira república. *Ágora: Arquivologia em Debate*, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 148-162, 2019b. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/882/pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1925.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas-AN, n. 51). Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Verbete: Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/. Acesso em: 27 mar. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Sobre o Arquivo Público On-line. Disponível em: https://www.sea.sc.gov.br/arquivo-publico/. Acesso em: 23 set. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sobre o Arquivo. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/quem_somos/sobre_o_arquivo. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Institucional. Disponível em: https://apes.seduc.se.gov.br/2023/10/02/institucional/. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Quem somos. Disponível em: https://ape.es.gov.br/quem-somos. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO. Histórico. Disponível em: http://www.apmt.mt.gov.br/site/historico/index.html. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Histórico. Disponível em: http://www.arquivopublico.pi.gov.br/historico.php. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Institucional. Disponível em: https://www.apers.rs.gov.br/. Acesso em: 23 set. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Histórico. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Historico-do-Arquivo-Publico-do-Parana. Acesso em: 23 set. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Sobre o APM. Disponível em: https://www.arquivopublico.mg.gov.br/sobre-o-apm/#page-content. Acesso em: 23 set. 2022.

ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos Arquivos.* Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

BARBOSA, Rui. Atos legislativos. Decisões ministeriais e circulares. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1986. (Obras completas de Rui Barbosa, v. XVII, 1890, t. II). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pasta=Vol.%20XVII%20(1890)\Tomo%20II&pesq=&pagfis=14925. Acesso em: 30 jan. 2024.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima de arquivos.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/rui-barbosa-e-a-queima-dos-arquivos-ocr.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

BAUTIER, Robert-Henry. Les archives. In: SAMARAN, Charles (org.). *L'histoire et ses méthodes.* Paris: Gallimard, 1961. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1962_num_2_1_1028. Acesso em: 1 maio 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BLOG DO FRANCISCO RAMOS – ITACOATIARA HISTÓRIA E CANTIGAS. *Cadeira 20: trajetórias dos imortais*. Publicado em 15 ago. 2022. Disponível em: https://franciscogomesdasilva.com.br/cadeira-20trajetoria-de-imortais/. Acesso em: 10 abr. 2024.

BLOG DO ROCHA. *Dr. José Chevalier Carneiro de Almeida: o cidadão do bem*. Publicado em 2 mar. 2023. Disponível em: http://jmartinsrocha.blogspot.com/2021/02/dr-jose-chevalier-carneiro-de-almeida-o.html. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRAGA, Genesino. *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*. Manaus: Editora Belém, 1957.

BRAGA, Robério. *Dicionário – verbete: Benjamin Sousa*. Disponível em: https://roberiobraga.com.br/glossary/benjamin-de-sousa//. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - Arquivo Público do Estado do Pará*. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-do-para/arquivo-publico-do-estado-do-para. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde — atualizado em 11 abr. 2024*. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 13 abr. 2024.

CABRAL, Dilma. A importância da história administrativa no tratamento da informação pública. In: SEMINÁRIO A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, 3., 2010, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, 22-24 jun. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Biografia – Aloysio de Carvalho Filho*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/2693/biografia. Acesso em: 23 jun. 2023.

CAMPOS PORTO, Joaquim. *Histórico do Museu Botânico do Amazonas*. Vellosia. Rio de Janeiro, 1891.

CEARÁ. SECULT - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/arquivo-publico/. Acesso em: 23 set. 2023.

CERAVOLO, Suely Moraes. Criando um passado e musealizando um patrimônio: o Museu do Estado da Bahia (1918-1959). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA,

26., 2011, São Paulo. *Anais [...].* São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300532884_ARQUIVO_MATERIALIZACAOPATRIMONIOANPUHSP2011.pdf. Acesso em: 1 jun. 2024.

CORREA, M. L.; MARTINS, M. F. V. Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 25, p. 17-30, 2012.

CÔRTES, Maria Regina Persechini Armond. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1996.

COSTA, Célia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COUTO, Felipe Rabelo. *Uma chaga viva no sentimento popular: Rui Barbosa e a questão do Acre*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: FINATEC, 1999.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de archivística*. 3. ed. Madrid: Foundation Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

DIAS, Edínea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

DUARTE, Durango. *Manaus, entre o passado e o presente*. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

ELLIS, Roger H.; WALNE, Peter (Eds.). *Selected Writings of Sir Hilary Jenkinson*. Chicago: Gloucester: Alan Sutton Pub / The Society of American Archivists, 1980.

FALCÃO, Charles Maciel. *O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários de construção de um campo intelectual em Manaus – AM*. 2019. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. *Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

FGV / CPDOC. Dicionário Histórico CPDOC - Verbete: Álvaro Maia. On-line. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia. Acessado em: 25/02/2023.

FIOCRUZ. Agência Fiocruz de notícias. Pesquisa identifica alto impacto da pandemia em pós-graduandos. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/pesquisa-identifica-alto-impacto-da-pandemia-em-pos-graduandos/. Acessado em: 13/04/2024.

FONSECA, Vitor Manoel M. da; BEZERRA, Darlene Alves. Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público, 1938-1945. In: -REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA (REPARQ), 5., nov. 2017.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno CEDES 21, n° 55, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/. Acessado em: 10/03/2024.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JULIANELE, R. L. João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade da ilustração botânica no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LARÊDO, Salomão. Raymundo Moraes na planície do esquecimento. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Letras e Artes, Belém, 2007. Curso de Mestrado em Letras.

LESSA, Renato. A invenção republicana. São Paulo: Vértice, 1987.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa cientifica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: HIUCITEC, 1997.

LOPES, Maria Margaret. The circulation of collections: Barbosa Rodrigues' Amazon Botanical Museum. Rodriguesia, v. 73, 2022.

LOPES, Maria Margaret; ROMERO SÁ, MAGALI. A Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory. Museum History Journal, v. 9, p. 77-92, 2016.

MACIEL, Osvaldo. Notas sobre a gestão documental no início da república em Alagoas (1892-1913) - Revista do Arquivo Público de Alagoas, v. 2, p. 379-397, 2012.

MACIEL, Osvaldo. Política de arquivos em Alagoas na Primeira República: notas para uma história do Arquivo Público Estadual. In: XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. On-line. Disponível em https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364738231_ARQUIVO_OsvaldoMaciel-Textointegralformatodoc-AnpuhRN.pdf. Acessado em: 10/05/2022.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MENEZES, Maria Lucia Pires; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. As capitanias do Acre: a cidade e os poderes. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.

Vol. IX, núm. 194 (106), 1 de agosto de 2005. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm. Acessado em: 10/03/2024.

MERLO, Carmen Moreira. O palácio de papel: cem anos do Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-2006). Dissertação (Mestrado) Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelli Ferreira. (org.). Caminhos do pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021. Acessado em: 13/04/2024.

PARRELA, Ivana. Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira 1895-1937. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

PARRELA, Ivana. Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937. São Paulo: Annablune, Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

PINHEIRO, L. B. S. P. "Bento Aranha e a cidade da borracha - Manaus, 1905-1910". Intelligere Revista de História Intelectual, n.º 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em http://revistas.usp.br/revistaintelligere. Acesso em 10/03/2024.

PRADO, Daniel Nicory do. Aloysio de Carvalho Filho: Pioneiro nos estudos sobre "Direito e Literatura" no Brasil. Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, Florianópolis, p. 996-1012, 2008.

REIS, Luis. "O Arquivo e a arquivística evolução histórica". Biblios. Ano 7, n° 24, abr./jun. 2006.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Archivística y archivos: soportes, edificio y organización, Carmona: SeC, 1994.

RONCAGLIO, Cynthia. A História administrativa serve como subsídios para a organização da informação arquivística ou vice-versa?. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n° 2, p. 92-103, jul./dez. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Bernardo Farias dos. *Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos - 1852-1999*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg;

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, set./dez. 2022.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O clássico e o Pós-moderno: algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42–59, jan./jun. 2014.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *A Longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Algenir Ferraz Suano da; **HARRAQUIAN, M. Ariete de Jesus**. O INPA e sua Biblioteca: uma síntese histórica. *Supl. Acta Amazônica*, 11 (1): p. 125-136, 1981. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aa/a/mCZs7kYsF3qjLhBMFxQjsvf/?lang=pt&format=pdf. Acessado em: 01/05/2024.

SILVA, Armando Malheiro da; **RAMOS, Fernanda Ribeiro Júlio**; **REAL, Manuel Luís**. *Arquivística - Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Saúde mental pós-pandemia. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/saude-mental-pos-pandemia/. Acessado em: 14/04/2024.

SOUZA, Katia Isabelli Melo. *Arquivista, visibilidade profissional: Formação, Associativismo e Mercado de Trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TESSITORE, Viviane. História administrativa: a chave para os arquivos públicos. *Arquivo & História*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-46, 1996.

TORRI, Leonardo da Silva. O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2016.

VENÂNCIO, R. P. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 48, n. 1, p. 134-145, 2012, p. 140. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2012A01.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

VILA BOAS FILHO. Desafios da pesquisa interdisciplinar: as ciências sociais como instrumentos de "vigilância epistemológica" no campo dos estudos sociojurídicos. *Revista Estudos Institucionais*, v. 5, n. 2, p. 530-558, maio/ago. 2019.

***

APÊNDICE I

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO AMAZONAS

LIVROS

1. **BRAGA, Genesino**. Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas. Série Conselho Nacional de Pesquisas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. 1ª ed. Manaus: Editora Belém, 1957.
2. **BRAGA, Robério**. Biblioteca Pública do Amazonas. Manaus: Edições Governo do Estado/Rego Edições, 2013.
3. **LEONG, Leyla**. João Barbosa Rodrigues e o museu de botânica do Amazonas. Manaus: VALER, 2010.

CAPÍTULOS DE LIVROS

4. **COSTA, Rila Arruda da Costa**; **PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra**. Os primeiros museus. In: **COSTA, Rila Arruda da Costa**; **PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra**. Museus do Amazonas. Manaus: Edua, 2012, p. 35-50.
5. **GARCIA, Etelvina**. Museu Botânico do Amazonas. In: **GARCIA, Etelvina**. Manaus: referências da História. 3. edição revisada. Manaus: Norma Editora, 2014, p. 58-61.
6. **LOPES, Maria Margaret**. O Museu Botânico do Amazonas. In: **LOPES, Maria Margaret**. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 213-221.
7. **LOUREIRO, Antônio José Souto**. O Museu Botânico. In: **LOUREIRO, Antônio José Souto**. Amazonas na Época Imperial. 2. edição. Manaus: Valer, 2007, p. 259-262.
8. **PEREIRA, Nunes**. Museu Botânico do Amazonas. In: **PEREIRA, Nunes**. Um naturalista brasileiro na Amazônia. Manaus: Imprensa Pública, 1942, p. 75-78.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS

9. **ANDRADE, Rodrigo Oliveira de**. "Laboratório de um homem só". In: *Pesquisa Fapesp*. Edição 243. mai. 2016. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/laboratorio-de-um-homem-so/. Acessado em: 10/02/2024.
10. **AZEVEDO, Rodolfo Almeida de**; **SANTOS, Thaiana Caroline Pires dos**. “Reflexões sobre o Fundo Documental da Alfandega de Manaus”.

In: *Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM*, volume 4, número 1, ano 4, 2020.

11. **CAMPOS PORTO, Joaquim**. "Histórico do Museu Botânico do Amazonas". In: *Vellosia*. Volume segundo. 2. edição, 1891, p. 61-80. Disponível em: https://bibdigital.rjb.csic.es/viewer/1746605/?offset=#page=247&viewer=picture&o=bookmark&n=0&q=. Acessado em: 25/04/2024.
12. **LOPES, Maria Margaret**. "The circulation of collections: Barbosa Rodrigues' Amazon Botanical Museum". In: *Rodriguésia* 73. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rod/a/xvb3TBHy45TBDYFGJZhdP4z/?lang=en. Acessado em: 30/04/2024.
13. **PINHEIRO, Geraldo**. "Como nasceu a Biblioteca Pública do Amazonas: arquivos". In: *Associação Comercial do Amazonas*, n. 45, ano I, vol. I, jun., 1947. (Coletânea de documentos para a História do Amazonas)
14. **ROMERO SÁ, Magali**; e **LOPES, Maria Margareth**. "A Museum in the Heart of Amazonia: One Man's Laboratory". In: *Museum History Journal*. Volume 9, 2016. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19369816.2015.1118259. Acessado em: 25/04/2024.

DISSERTAÇÕES E TESES

15. **ARRUDA, Guilhermina Melo**. História e Memória da Biblioteca Pública do Amazonas do Amazonas - 1870 a 1910. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazonia, da Universidade Federal do Amazonas (dissertação de mestrado), 2000. (https://pt.scribd.com/doc/16826748/MELO-2000-Historia-e-Memoria-da-Biblioteca-Publica-do-Amazonas-1890-1910)
16. **FALCÃO, Charles Maciel**. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários da construção de um campo intelectual em Manaus / AM. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas - PPGSCA/UFAM (tese de doutorado), 2019.
17. **FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca**. Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação. Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas – PPGE - UFAM (dissertação de mestrado), 2007.
18. **LOPES, Maria Margaret**. As Ciências Naturais e os museus no Brasil no século XIX. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal de São Paulo – PPGHS – USP (tese de doutorado), 1993.
19. **SANTOS, Bernardo Farias dos**. Arquivo Público do Amazonas: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos - 1852-1999. Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas – PPGH / UFAM (dissertação de mestrado), 2016.

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

20. **Janine Rodrigues Saraiva Maria**. A concepção de patrimônio e preservação documental no Amazonas: o (des)caso da documentação do Porto de Manaus. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal do Amazonas. 2018.

TEXTOS EM ANAIS

21. **NASCIMENTO, Kelly Cristine Oliveira do**. "Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas: Cem anos de preservação do patrimônio histórico". V Encontro Estadual de História da ANPUH-AM - Ensino de História no Amazonas, democracia e desigualdades. Manaus: UFAM / ANPUH-AM, 2018. p. 261-268.

VERBETES:

22. **Biblioteca Pública do Estado**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.
23. **Biblioteca do IGHA "Ramayana de Chevalier**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.
24. **Museu Botânico do Amazonas**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.
25. **Museu Comercial do Amazonas**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.
26. **Museu do IGHA – Etnográfico Crisanto Jobim**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.
27. **Museu de Numismática do Estado "Bernardo Ramo"**. In: **DUARTE, Durango Martins**. Manaus entre o passado e o presente. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.

***

APÊNDICE II

MICRO BIOGRAFIA DOS ARQUIVISTAS DO AMAZONAS.

1. Alfredo Augusto de Carvalho Lobo (1901-1908)

Foi nomeado arquivista interino da Diretoria de Obras Públicas em 25 de julho de 1901[782], havendo registros de que permaneceu no cargo até 1904[783]. Em junho de 1905[784], foi adido a outra repartição ou órgão, embora não tenha sido possível identificar qual. A última referência encontrada data de 1908, quando ele voltou a atuar como arquivista na Diretoria de Obras Públicas[785].

2. Alfredo Seabra (1900)

Há registro de sua nomeação como ajudante de arquivista interino na Repartição de Terras em 1900[786], sendo a única informação disponível sobre sua atuação.

3. Adalardo Galvão Cantanhede (1898-1909)

Sua primeira nomeação registrada foi em 3 de dezembro de 1898, como arquivista da Diretoria de Terras[787]. Não se sabe exatamente quando ocorreu a mudança, mas em março de 1899 ele já exercia o cargo de amanuense interino na mesma Diretoria[788]. Posteriormente, em 8 de agosto de 1900, conseguiu sua reintegração ao cargo de arquivista[789]. Em 18 de setembro de 1906, foi transferido para a Imprensa Oficial, onde assumiu a função de secretário[790]. A última referência encontrada data de 1909, quando retornou à Diretoria de Terras e Obras Públicas como oficial.

4. Aggeu Bittencourt (1904)

A única referência encontrada indica que, em maio de 1904, ele atuava como arquivista na Diretoria de Obras Públicas[791].

---

[782] Mensagem de 1903. P. 244.
[783] Mensagem de 1905. P. 46.
[784] Mensagem de 1906, p 208.
[785] Mensagem de 1910. P. 436.
[786]Diário Oficial de 21 de novembro de 1900. P. 3.
[787]Mensagem do governador, de 1903, p. 216
[788]Diário Oficial de 19 de março de 1899.
[789]Diário oficial de 22 de agosto de 1900.
[790]Jornal de 18 de setembro de 1906.
[791]Mensagem de 1905, p. 46.

5. Antônio Ferreira Jardim Júnior (1900-1912)

Membro da Guarda Nacional, onde alcançou a patente de Capitão, iniciou sua trajetória profissional como comerciante em Manaus antes de ingressar na carreira pública. Sua primeira nomeação ocorreu em 24 de novembro de 1900[792], como amanuense interino na Repartição de Higiene Pública. Poucos dias depois, em 4 de dezembro do mesmo ano, assumiu o cargo de ajudante de arquivista na Repartição de Terras e Colonização[793].

Em 1904, reaparece como amanuense na Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública[794], onde, dois anos depois, conseguiu um cargo vitalício no serviço público[795]. Em 1907, já ocupava a função de arquivista do Arquivo Público[796]. Em 1910, o diretor da Repartição de Estatística, Arquivo e Museu Público registrou que Antônio Ferreira Jardim Júnior era arquivista e responsável pela Seção do Arquivo Público[797], posição que manteve até 1912, ano em que foi noticiada sua morte[798].

6. Antônio Joaquim de Araújo (1890-1905)

A primeira referência sobre sua trajetória data de 1890, quando foi nomeado carteiro da Repartição do Tesouro Público[799]. Quatro anos depois, em 1894, apareceu como cartorário na mesma repartição. Em 1901, já exercia a função de arquivista do Tesouro Público[800], cargo no qual ainda era mencionado em 30 de junho de 1905, data de sua última aparição nas fontes[801].

7. Antônio Nogueira de Souza (1896-1928)

Iniciou sua carreira no serviço público em 1896, assumindo o cargo de amanuense interino na Chefatura de Segurança[802]. Em 2 de agosto de 1900, tornou-se servidor efetivo e, a partir de 1901[803], passou a ser mencionado como chefe de seção, função que desempenhou até 1906[804]. Em 1907, foi "promovido" a secretário interino da

[792]Diário oficial de 29 de novembro de 1900.
[793]Diário Oficial de 5 de dezembro de 1900
[794]Jornal do Commércio de 25 de novembro de 1904.
[795]Jornal do Commércio de 20 de dezembro de 1907.
[796] Jornal do Commércio, 20 de dezembro de 1907, p. 1.
[797]Mensagem de 1910, p. 267.
[798]Jornal do Commércio de 25 de junho de 1912.
[799]Jornal Amasonas, de 25 de outubro de 1890.
[800]Mensagem de 1902. P. 575
[801] Mensagem do governador, de 1905, p. 120.
[802]Diário Oficial de 2 de maio de 1896.
[803]Mensagem de 1902, p. 429
[804]Jornal do Commércio de 6 de janeiro de 1906.

Chefatura[805]. Sua primeira referência como oficial arquivista surgiu em 1909[806], ainda na mesma repartição, posição na qual continuava atuando em 1911[807] e 1914[808]. A partir de 1919[809], passou a ser citado apenas como oficial da Chefatura de Segurança, sendo novamente mencionado nessa função em 1923[810]. Entre 1925 e 1928, aparece nos registros como serventuário e oficial tesoureiro, sempre vinculado à mesma repartição[811].

8. Antônio Pereira Ramos (1896-1909)

Iniciou sua trajetória no serviço público em 1896[812], na Repartição do Tesouro Público do Estado. Quatro anos depois, em setembro de 1900[813], foi nomeado arquivista e, em 7 de dezembro do mesmo ano, tornou-se servidor vitalício no cargo[814]. No entanto, poucos dias depois, em 23 de dezembro de 1900[815], a direção do Tesouro colocou-o em disponibilidade. Não há registros sobre seu destino imediato, mas em 1909 ele reaparece como arquivista na Repartição de Obras Públicas[816].

9. Antônio Vaz de Campos (1894-1897)

Em 1894[817], exercia o cargo de bibliotecário do Tesouro Público do Estado, sendo exonerado em 1895[818], quando ocupava a função de bibliotecário-arquivista. A última notícia encontrada sobre ele data de 1897[819], quando foi reintegrado ao serviço público como bibliotecário da Repartição de Obras Públicas.

10. Bernardino Gomes de Andrade (1895)

[805]Jornal do Commércio de 28 de junho de 1907
[806]mensagem de 1910, p. 77
[807]Jornal do Commércio de 12 de setembro de 1911. P.2
[808]Mensagem de 1914, p. 71.
[809]Jornal do Commércio 2 de janeiro de 1919.p2.
[810]Jornal do Commércio de 14 de janeiro de 1923
[811]Jornal do Commércio de 7 de janeiro de 1926, p.1; e Jornal do Commércio de 13 de junho de 1928. P. 1.
[812] Diário Oficial de 19 de janeiro de 1896.
[813] Diário Oficial, de 16 de setembro de 1900.
[814] Mensagem do governo de 1901. P. 575
[815] Jornal do Commércio de 24 de dezembro de 1900.
[816] Jornal do Commércio de 30 de julho de 1909.
[817] Diário oficial 16 de janeiro de 1894
[818] Diário oficial de 19 de março de 1895.
[819] Diário Oficial de 6 de janeiro de 1897

Sabe-se apenas que foi nomeado bibliotecário-arquivista da Repartição de Obras Públicas em 1895[820]. Pouco mais de um ano depois, foi exonerado e substituído pelo porteiro da mesma repartição.

11. Cândido de Sá Cavalcante (1900)

Em julho de 1900[821], exercia a função de arquivista na Repartição de Terras.

12. Cypriano Dias (1895-1900)

A primeira referência sobre ele data de 1895[822], quando foi nomeado contínuo da Recebedoria do Estado. No ano seguinte, foi transferido para o cargo de porteiro[823]. Em 1899[824], passou a ser mencionado como guarda-fiscal. Sua última aparição nas fontes ocorre em 1900[825], quando foi nomeado ajudante de arquivista.

13. Darlindo Antonio Machado (1917)

Militar e segundo-sargento da Esquadra da Segunda Companhia do Décimo Batalhão de Atiradores, Darlindo é o único caso registrado de alguém que exerceu a função de arquivista fora do serviço público estadual. A única referência a sua atuação na área aparece em 1917[826], quando passou a servir como arquivista no referido batalhão.

14. Faustino Rocha (1900-1911)

Sua primeira aparição nas fontes ocorre em 1900[827], quando foi nomeado arquivista interino da Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública. No mesmo ano, foi efetivado como oficial-arquivista[828]. Não há informações sobre quanto tempo permaneceu no Arquivo Público, mas, em 1906[829], há registro de que atuava como escrivão do Depósito Público. Sua última menção nas fontes data de 20 de julho de 1911[830], quando foi citado como "colaborador" da seção da Biblioteca, na Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública.

[820] Diário oficial de 19 de março de 1895.
[821]Diário Oficial de 17 de julho de 1900
[822]Diário oficial de 9 de novembro de 1895.p.1
[823]Diário oficial, de 20 de maio de 1896, p.1-2.
[824]Jornal Comercio do Amazonas, de 17 e janeiro de 1899. P.2.
[825]Diário Oficial, 11 de novembro de 1900. P.1.
[826]Jornal do Comércio, de 3 de junho de 1917, p. 2.
[827] mensagem do governador de 1901. p. 245.
[828] Diário Oficial de 7 de novembro de 1900, p. 245.
[829] Jornal do Commércio 28 de julho de 1906.
[830] Jornal do Commércio de 20 de julho de 1911. P. 1.

15. Floro Osório Ferreira Pinto (1905-1921)

Foi membro da Guarda Nacional, alcançando o título de capitão. Há registros de que já era servidor público em 1905[831], mas não há informações sobre o cargo que ocupava ou a repartição em que atuava. Em 1909[832], assumiu o cargo de amanuense da Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública. Posteriormente, exerceu a função de arquivista chefe da seção do Arquivo Público[833], aparentemente entre 1914 e 1921, ano em que se aposentou[834].

16. Francisco Cândido Rebouças (1908-1927)

Coronel da Guarda Nacional. Nomeado em 1908[835] como arquivista da Recebedoria do Estado, tentou por duas vezes a reintegração ao cargo, em 1921[836] e em 1927[837]. Não há informações sobre o sucesso dessas tentativas.

17. Francisco Silverio do Nascimento (1899-1911)

Capitão da Guarda Nacional. Atuou como amanuense da Repartição de Terras em 1899[838]. No ano seguinte, foi transferido para a função de guarda[839] e, em outubro de 1900, para ajudante de arquivista, antes de ser removido para o cargo de guarda-fiscal[840]. Em 1901[841], foi coletor na Coletoria de Curuçá, mas foi dispensado em outubro do mesmo ano[842]. Retornou em 1905[843] como guarda da Recebedoria e integrou uma comissão de inspeção dos postos fiscais do Estado. Entre 1908 e 1911, ocupou os cargos de conferencista[844] e guarda-fiscal[845] da Recebedoria.

18. Francisco Ximenez Pereira Guarim (1895-1904)

[831] Jornal do Commércio de 15 de julho de 1905
[832] Jornal do Commércio, de 1 de maio de 1909. P.1)
[833] Jornal do Commércio de 5 de novembro de 1914.
[834] Jornal do Commércio de 20 de outubro de 1921
[835]Jornal do Commércio, de 10 de janeiro de 1908.
[836]Jornal do Commércio, de 7 de julho de 1921, p. 1.
[837]Jornal do Commércio, de 2 de abril de 1927, p. 1.
[838]Jornal a Federação, de 12 de dezembro de 1899, p. 1.
[839]Diário oficial de 12 de outubro de 1900. P. 10.
[840] Diário Oficial, de 12 de outubro de 1900, p. 10.
[841]Mensagem de 1902, p.598.
[842]Mensagem, de 1905.p. 219.
[843]Jornal do Commércio, de 19 de novembro de 1905.
[844]Jornal do Commércio, de 5 de fevereiro de 1908, p.1; e Mensagem, de 1910.p. 643.
[845]Jornal do Commércio, de 25 de março de 1911. P. 1.

Nomeado escrevente interino no Gabinete do Governo em 1895[846]. No ano seguinte, passou pelos cargos de amanuense da Instrução Pública[847] e conferente do Tesouro Público[848]. Tornou-se servidor público efetivo em 1897[849], mas sua lotação na época é desconhecida. Em 1899, foi nomeado amanuense-arquivista da Recebedoria do Estado, sendo promovido a conferencista no final do ano seguinte, quando foi chamado de "cidadão arquivista" [850]. Em 1904, ainda ocupava esse cargo[851].

19. Gregório André de Moraes Sarmento (1893)

Em 1893[852], exercia a função de oficial arquivista na Secretaria do Governo.

20. Ivo Rodrigo da Cunha (1900)

Nomeado arquivista da Diretoria de Obras Públicas em agosto de 1900[853].

21. João Manoel Dias (1896-1897)

Capitão da Guarda Nacional. Em setembro de 1896[854], foi nomeado bibliotecário da segunda diretoria do Departamento de Indústria, vinculado à Repartição de Terras, Minas, Navegação e Colonização. Dez meses depois, em junho de 1897[855], foi dispensado do cargo de arquivista em decorrência da Lei n° 170, de maio de 1896, que regulava a aposentadoria e reforma de servidores civis e militares do Estado[856].

22. Joaquim Ferreira de Lima (1895-1896)

Oficial da Secretaria do Estado em 1895[857]. No ano seguinte, foi nomeado oficial arquivista, mas logo após solicitou aposentadoria[858].

23. Joaquim Francisco da Mata (1904-1918)

[846]Diário Oficial de 25 de dezembro de 1895.
[847]Diário Oficial de 22 de março de 1896. P. 2
[848]Diário oficial de 15 de abril de 1896.p2.
[849]Diário oficial de 10 de julho de 1897. P 8
[850]Diário oficial 8 de dezembro de 1900. P.3.
[851]Jornal do Commércio de 10 de novembro de 1904. P. 2.
[852]Diário oficial de 10 de dezembro de 1893
[853]Diário Oficial de 21 de agosto de 1900. P. 2.
[854] Diário Oficial de 22 de setembro de 1896, p. 1.
[855] Diário Oficial, de 6 de julho de 1897, p. 1.
[856]Diário Oficial de 26 de maio de 1897. P. 1.
[857]Diário Oficial de 17 de setembro de 1895.
[858]Diário Oficial de 8 de maio de 1896.

Tesoureiro do Tesouro Público em 1904. No ano seguinte, foi registrado como arquivista da mesma repartição, cargo que ainda ocupava em 1913, quando recebeu autorização do governo do Amazonas para residir na Bahia por um ano[859]. Sua última menção ocorre em 1918[860], ano de sua morte, quando ainda vivia na Bahia.

24. Joaquim Gonzaga de Oliveira (1905)

Registrado como arquivista da Repartição de Obras Públicas em 1º de junho de 1905[861].

25. Joaquim Ignacio de Souza Junior (1905-1920)

Tesoureiro auxiliar do Tesouro do Estado em 1905[862], ano em que foi nomeado arquivista da mesma repartição. Em 1910[863], atuava como lançador de impostos e, em 1920[864], foi chamado de volta pelo diretor do Tesouro do Estado após ter sido transferido para outra repartição desconhecida.

26. José Aprígio de Vasconcellos (1893-1900)

A primeira informação sobre ele é de 1893[865], quando é nomeado para o cargo de escrevente do Gabinete do Governo, dois anos depois, tem-se notícia de sua nomeação ao cargo de amanuense efetivo da Secretaria do Governo[866], também exercendo o cargo de serventuário[867] e fazendo parte da Comissão para verificação das ações da Intendência e Superintendência Municipal de Manicoré[868]. Em abril de 1896[869], foi "promovido", de amanuense, ao cargo de oficial arquivista da Secretaria do Governo. Em 1897[870], não se sabe o contexto, mas ele foi convocado para nomeação como servidor público, provável que antes tenha exercido os cargos como interino. Fato é que não se tem maiores notícias de onde ficou lotado, mas em 29 de junho de 1900, quando foi noticiado seu falecimento, ele estava lotado na Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, exercendo o cargo de arquivista e chefe da seção do Arquivo Público[871].

[859]Jornal do Commércio de 25 de abril de 1913
[860]Jornal A Capital, de 10 de abril de 1918.p. 2.
[861] Arquivista da Obra Pública em 1 de junho de 1905. In: Mensagem, de 1906, p. 208.
[862]Mensagem do governador de 1905, p. 42
[863]Jornal do Commércio de 13 de agosto de 1910.
[864]Jornal do Commércio, de 20 de fevereiro de 1920.
[865] Jornal Amasonas, de 20 de setembro de 1892. P.3.
[866] Diário oficial de 1 de dezembro de 1894.
[867] Diário Oficial de 16 de maio de 1895.
[868] Diário Oficial de 19 de junho de 1895
[869] Diário Oficial de 15 de abril de 1896.
[870] Diário Oficial de 4 de setembro de 1897. P. 3.
[871] Mensagem do governador de 1901.

27. Luiz Macario Pereira Lago (1892-1918)

Bacharel em direito, sendo a primeira informação foi em 1892[872], citando que ele era promotor de justiça na comarca de São Paulo de Olivença, no ano seguinte, outra notícia, a de que foi nomeado promotor público da comarca de Parintins[873], onde ficou até junho de 1895[874], quando foi exonerado, aparecendo somente em 1897[875], agora como procurador público da vila de Boa Vista do Rio Branco. A única menção acerca do cargo de arquivista foi em 1900[876], quando noticiaram sua nomeação ao cargo na Repartição do Tesouro Público. Em 1918[877], era publicado nos jornais da época que ele prestava expediente como advogado, provavelmente já não exercendo mais o serviço público.

28. Manoel Avelino de Freitas (1897-1909)

A primeira menção foi em 1897[878], onde ele tinha sido convocado para tomar posse da nomeação do cargo de amanuense interino na Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, mas pelo que parece, não chegou a assumir, pois em menos de um mês depois, tinha-se a notícia de que foi exonerado do cargo por abandono[879]. Todavia, não foi possível acompanhar a situação, por falta de fontes, mas o fato é que ele conseguiu de alguma forma o cargo, pois em 21 de julho de 1900[880], sabe-se que ele exercia o cargo de amanuense, da Biblioteca Pública, e estava sendo removido para exercer o mesmo cargo no Ginásio Amazonense, novamente, no ano seguinte, muda de repartição, sendo amanuense da 1ª seção da Chefatura de Segurança Pública, cargo nomeado em 1 de maio de 1901[881], mesmo ano em que é citado exercendo o cargo de arquivista na mesma repartição[882]. As duas últimas notícias que se teve dele foram a sua transferência para a Casa de Detenção, em 1908[883], e no ano seguinte, que estava "em disponibilidade", dando expediente de forma interina na Escola Normal[884], em ambos os casos como amanuense.

[872]Jornal Amasonas, de 8 de novembro de 1892.
[873]Diário oficial de 16 de novembro de 1893.p.2.
[874]Diário Oficial de 9 de junho de 1895. P. 3.
[875]Diário Oficial, de 31 de outubro de 1897.
[876]Diário oficial 8 de dezembro de 1900. P.3.
[877]Jornal a Capital, de 1 de abril de 1918.p.2.
[878]Diário Oficial de 28 de abril de 1897.
[879]Diário Oficial, de 6 de maio de 1897.
[880]Mensagem de 1902, p. 131.
[881]Mensagem de 1902, P. 429.
[882]Mensagem de 1902, p. 412.
[883]Jornal do Commércio, de 18 de setembro de 1908.
[884]Jornal do Commércio, de 22 de dezembro de 1909.

29. Manoel Felício de Araújo (1905-1919)

Capitão da Guarda Nacional, a primeira menção foi uma citação no Jornal do Commércio de 1905[885] de que ele era arquivista, mas não mencionando de onde, mas sabe-se que, em 1908[886], ele exercia o mesmo cargo na Repartição de Obras Públicas. Em 1911[887], a diretoria da Repartição coloca ele em disponibilidade, tendo em vista o retorno do arquivista Antônio Pereira Ramos, mas no ano seguinte, ele é chamado novamente para trabalhar na mesma repartição[888], porém, um ano depois, novamente, é posto em disponibilidade[889]. Em 1919[890], tem-se a última notícia dele, solicitando a reintegração do cargo de arquivista, só que agora na Repartição de Terras, não tendo notícias se conseguiu.

30. Manoel Muniz Bayma (1898-1927)

Capitão da Guarda Nacional. A primeira informação que se tem é de março de 1898[891], com a sua nomeação ao cargo de arquivista interino da Repartição de Terras, sendo efetivado dois meses depois[892]. Em 20 de agosto de 1900[893], é nomeado amanuense pela Diretoria de Obras Públicas, tendo notícias de que ainda estava na repartição em 1902[894] e em 1909[895]. Em 1914[896] é citado como oficial amanuense na Secretaria da Instrução Pública, onde é promovido a oficial chefe de uma das seções da repartição[897], tendo notícias que ainda continuava na repartição, como oficial, em 1927[898].

31. Pedro Araújo Madeira (1909-1930)

Bacharel em direito, também servindo a Guarda Nacional, chegando a Tenente. A primeira notícia de que se tem notícias é de 1906[899], exercendo o cargo de amanuense interino na Repartição de Estatística, Arquivo e Biblioteca Pública, e depois o cargo de

[885] Jornal do Commércio de 6 de janeiro de 1905
[886] Mensagem de 1910, p. 437.
[887] Jornal do Commércio de 25 de novembro de 1911
[888] Jornal do Commércio de 24 de agosto de 1912
[889] Jornal do Commércio de 7 de agosto de 1913
[890] Jornal do Commércio de 4 de fevereiro de 1919.
[891]Diário Oficial de 3 de março de 1898.p.2.
[892]Diário Oficial de 24 de maio de 1898.p.1.
[893]Mensagem do governador de 1902, p. 240.
[894]Mensagem do governador de 1902, p. 240.
[895]Jornal do Commércio, de 2 de abril de 1909.
[896]Jornal do Commércio, de 9 de junho de 1914. P.2.
[897]Jornal do Commércio de 11 de maio de 1918.
[898]Jornal do Commércio de 17 de setembro de 1927.
[899] Jornal do Commércio de 19 de julho de 1906.

arquivista interino do Arquivo Público entre 1906[900] e 1913[901]. Em 11 de julho de 1913[902], como ajudante de arquivística, foi indicado para secretário interino da mesma Repartição. No mesmo ano, em 24 de setembro[903], foi efetivado como amanuense, inclusive, substituindo o chefe da seção do Arquivo Público, na ausência do mesmo. Cabe ressaltar que o governador na época ressaltou a importância do amanuense, trabalhando na arrumação da documentação que está no porão do prédio. A partir de 1919[904], passa a exercer outros cargos, como amanuense da Biblioteca Pública[905] e almoxarife da Imprensa Pública[906]. A última notícia foi em 1930[907], de que era bacharel em direito e exercia o cargo de coletor de rendas do município de Urucará[908].

32. Pedro de Alcântara da Silva Moraes (1894-1925)

Exerceu diversos cargos na administração pública, sempre como interino. Primeiro, nomeado, no dia 14 de junho de 1894[909], pelo juiz de Direito da comarca de do Rio Branco, como promotor público interino na mesma comarca, no ano seguinte, foi nomeado pelo governador como conferencista interino da Recebedoria do Estado[910], sendo exonerado meses depois, por questão de resoluções do estado[911]. Em 28 de março de 1904[912], foi novamente convocado pelo governador, agora para o cargo de arquivista interino da Repartição de Obras Públicas, em lugar de Alfredo Augusto de Carvalho Lobo, que estava de licença médica. Por fim, a última notícia de que se tem conhecimento, em 1925[913], foi nomeado delegado da Inspetoria de Índios no Lago Mamori.

33. Raymundo de Almeida Pimentel

Foi nomeado arquivista e chefe da seção em 5 de janeiro de 1905[914].

[900] Jornal do Commércio de 8 de junho de 1909.
[901] Mensagem de 1910, p. 416.
[902] Mensagem de 1914. P. 255.
[903] Mensagem de 1914.
[904] Jornal do Commércio de 25 de janeiro de 1919
[905] Jornal do Commércio de 24 de fevereiro de 1919
[906] Jornal do Commércio de 24 de fevereiro de 1919
[907] Jornal do Commércio 4 de agosto de 1929.
[908] Jornal do Commércio de 13 de fevereiro de 1930.
[909] Diário Oficial de 29 de junho de 1894. P. 3.
[910] Diário Oficial de 11 de outubro de 1895.p. 2.
[911] Diário Oficial de 19 de janeiro de 1896. P. 1.
[912] Mensagem, de 1905, p. 33.
[913] Jornal do Commércio, de 24 de junho de 1925. P.1.
[914] Jornal do Commércio, 5 de janeiro de 1905, p. 1.

34. Raymundo Rodrigues Ribeiro (1897-1910)

Coronel da Guarda Nacional. A primeira menção foi sua convocação e nomeação no serviço público em 1897[915], mas sem informações onde ficou lotado, assim como sua trajetória, mas em 1910[916], ele estava no cargo de arquivista Congresso do Amazonas.

35. Renesio Telles de Menezes (1900-1905)

A primeira menção é justamente a solicitação do título de servidor público vitalício, como arquivista do Tesouro Público, em 1900[917], que não foi encontrado a resposta, mas em 1905[918], ele é mencionado ainda como arquivista da mesma repartição, mas que estava adido ao Ginásio Amazonense.

36. Sergio Olindense Silva (1909-1919)

A primeira informação que se tem notícias, foi em 1909[919], sendo nomeado para o cargo de porteiro do Superior Tribunal de Justiça, onde permaneceu até janeiro de 1912[920], quando foi nomeado arquivista interino. Já em 1916[921], há uma menção de que ele era ex-arquivista da mesma repartição. A última notícia que se tem, foi em 1919[922], chamando atenção de que ele era o diretor do jornal Pará-Comercial, em Belém.

[915]Diário Oficial, de 3 de julho de 1897.p. 8.
[916]Mensagem de 1911, p. 55.
[917]Diário Oficial de 13 de setembro de 1900. P. 1.
[918]Relatório de 1905, p. 118.
[919]Diário Oficial, de 01 de outubro de 1909, p. 1.
[920]Jornal do Commércio, 7 de janeiro de 1912, p. 2.
[921]Jornal do Commércio, de 26 de outubro de 1916, p. 1.
[922]Jornal do Commércio, 6 de março de 1919, p. 1.